



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Carla Hentz

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA COMO
ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NA
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CHAPECÓ – SC**



**PRESIDENTE PRUDENTE (SP)
Setembro de 2016**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Carla Hentz

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA COMO
ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA NA
MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE CHAPECÓ – SC**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) – Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas agrárias, políticas públicas e desenvolvimento regional.

PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Setembro de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA

H456p Hentz, Carla.
O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA como estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó – SC / Carla Hentz. - Presidente Prudente: [s.n], 2016
240 f.

Orientador: Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Políticas públicas. 2. Agricultura familiar. 3. Microrregião Geográfica de Chapecó. 4. Programa de Aquisição de Alimentos. I. Hentz, Carla. II. Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Campus de Presidente Prudente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

PROFA. DRA. ROSÂNGELA AP. DE MEDEIROS HESPANHOL
ORIENTADORA

PROF. DR. CARLOS DE CASTRO NEVES NETO
(PÓS-DOUTORANDO)

PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA
(UFG)

CARLA HENTZ

Presidente Prudente (SP), 05 de setembro de 2016.

RESULTADO: Aprovada

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

(Theodore Roosevelt)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à minha família, que está além das descrições. Por me oferecer o amor mais sincero. Pelo apoio incondicional, confiança, carinho, zelo, incentivo. Minha eterna gratidão! Vocês ilustram em mim os valores de vida.

Aos meus irmãos, Fernando e Fernanda Hentz, pelo inquestionável exemplo de coragem, dedicação, esforço, perseverança, paciência, carinho e amizade. Pelo amor de irmãos.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pela oportunidade de realizar meu mestrado. Agradeço aos professores e funcionários da UNESP pela oportunidade de aprendizagem, de conhecimento, de diálogo, pelo convívio e amizade.

Sou grata especialmente a minha orientadora, professora Dr^a. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela extrema competência, inteligência, generosidade e pela rara capacidade de ser paciente. Pela gentileza, equilíbrio e firmeza. Pela impecabilidade. Pela amizade, obrigada!

Sou grata à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pela concessão da bolsa de estudo, a qual me permitiu a realização do mestrado e da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE.

Deixo meu agradecimento também a Universidade de Strathclyde - US, sediada em Glasgow/Escócia, pela oportunidade de realizar meu estágio. Agradeço especialmente a orientação do professor Dr. Brian Garvey.

Aos meus eternos orientadores professores Adriano Rodrigues de Oliveira e Wagner Batella, pelo incentivo em fazer mestrado. Pelo aprendizado, confiança, compreensão e amizade. Meu eterno carinho.

Ao professor Dr. Clécio Azevedo da Silva e ao prof. Dr. Carlos de Castro Neves Neto pelas contribuições durante o Exame de Qualificação.

A minha amiga Crislaine. Flor morena! Pela contínua capacidade de ser amiga. Pelo apoio, incentivo, aprendizado, amizade, lealdade (risos e choros). Te adoro morena.

Da mesma forma, a minha amiga Priscila, irmã de coração! Pela alegria de viver com você. Pela generosidade do seu coração. Pelo seu apoio, dedicação, confiança. Pela riqueza de nossa amizade, obrigada!

Às irmãs de alma, Leticia de Deus, Amandinha, Liriane, Larissa e a prima Maiara, pelas alegrias do dia-a-dia da Rep. Sófadinhas e da casa mais animada do Oeste paulista.

Com todo afeto, a mãe Cleide, pai Mael e vó Ana, por me receber de coração aberto na família. Gostaria de agradecer o carinho que jamais eu poderia pagar.

Aos eternos colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Ana, Bruno, Crislaine e Luciane, seremos sempre “os 4 que eu cuido”.

Aos todos os meus amigos, irmãos de alma, sem os quais a jornada não seria tão fácil e prazerosa.

Aos colegas do curso de mestrado e do Grupo de pesquisa GEDRA, desde os amigos próximos até os distantes, cujas convergências e divergências nos têm permitido rico trilhar do aprender na universidade.

Sou grata a todos os agricultores familiares, ao coordenador da ASPAC de Cunha Porã e ao Secretário de Agricultura de Saltinho por cederem seu tempo e pacientemente nos acompanhar na realização das entrevistas junto aos produtores do PAA em cada município.

Por fim, não poderia deixar de citar o apoio e cordialidade do vice-prefeito de Saltinho, pela forma atenciosa como nos recebeu e encaminhou a Secretaria de Agricultura do município.

... a todos meu carinho e minha gratidão!

Apoio Institucional

Este trabalho teve apoio institucional da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Por meio da bolsa de estudos concedida entre os meses de março de 2014 a maio de 2014 pelo CNPq; e de junho de 2014 a junho de 2016 pela FAPESP, tive a oportunidade de dedicar-me integralmente a realização do Mestrado.

A bolsa de estudos e a reserva técnica (FAPESP) garantiram o suporte e asseguraram uma boa infraestrutura física para a realização da pesquisa (computador, acesso à internet, aquisição de livros, impressões etc.). Permitiu também a participação em eventos científicos para trocar experiências e divulgar os resultados da pesquisa, além da realização de três trabalhos de campo na Microrregião Geográfica de Chapecó, em especial, nos municípios de Cunha Porã e Saltinho (SC).

RESUMO

A importância assumida pela agricultura familiar nas últimas décadas do século XX está circunscrita, ao menos do ponto de vista da retórica, a nova abordagem incorporada às políticas públicas a partir da década de 1990, quando se busca superar o viés meramente setorial e produtivista das políticas públicas voltadas ao espaço rural. Buscando atenuar os profundos impactos causados pelo processo de modernização agrícola, uma nova concepção territorial de desenvolvimento é posta no âmbito das políticas públicas, com o intento de desenvolver estratégias de desenvolvimento rural que assegurem melhores condições de vida no campo, sobretudo no que concerne à situação dos pequenos agricultores familiares que estão circunscritos ao processo produtivo de alimentos. Inserido neste contexto de mudanças, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA aliou elementos da política agrícola e da política de segurança alimentar, viabilizando a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo, colaborando com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecendo a agricultura familiar. No Oeste Catarinense, dentre os desdobramentos do projeto modernizante está o estreitamento das relações entre agricultura e indústria. Tais mudanças, suficientemente fortes, permitem a implantação de um novo processo produtivo denominado de “sistema de integração”, o qual se apresenta extremamente seletivo e excludente, deixando a margem do processo produtivo, parcela significativa de pequenos agricultores familiares. Sendo assim, este trabalho pretende balizar as reflexões teóricas acerca do papel do Estado nas políticas públicas de desenvolvimento rural, tomando o PAA, como estudo de caso nos municípios de Cunha Porã e Saltinho, inseridos na Microrregião Geográfica de Chapecó. Para tal, busca-se analisar as possibilidades de comercialização abertas pela instauração desta política pública e, até que ponto, esta tem propiciado alternativas econômicas e sociais para que a agricultura familiar consiga se inserir de forma autônoma nos mercados. A metodologia adotada esteve centrada em análise bibliográfica acerca dos temas que o compõem, entrevistas e trabalhos de campo com aplicação de questionário. É possível afirmar, diante dos resultados encontrados que, por mais louvável que seja esta política pública, atuando sozinha torna-se frágil e insuficiente.

Palavras-chave: Políticas públicas; agricultura familiar; comercialização; Microrregião Geográfica de Chapecó.

ABSTRACT

The importance assumed by family farmers in the last decades of the twentieth century is limited, at least from the rhetorical point of view, to the new approach incorporated to public policies from the 1990s, when one seeks to overcome the purely sectoral and production bias of the public policies for rural areas. Seeking to mitigate the profound impact caused by the agricultural modernization process, a new territorial concept of development is put in the context of public policies with the intent of developing rural development strategies to ensure better living conditions in the field, especially regarding the situation of small family farmers who are confined to the process of food production. Inserted into this context of change, the Food Acquisition Program - PAA allied elements of agricultural policy and food security policy, enabling the link between production, marketing and consumption, contributing to tackling hunger and poverty in Brazil and at the same time, strengthening family farming. In the West of Santa Catarina, among the consequences of the modernizing project is the strengthening of the relationship between agriculture and industry. Such changes if strong enough, allow the implementation of a new production process called "system of integration", which is extremely selective and exclusionary, leaving in the margin of the production process a significant portion of small family farmers. Thus, this work aims to delimit the theoretical reflections on the state's role in public policies for rural development, taking the PAA as a case study in the cities of Cunha Porã and Saltinho, located at the micro geographic region of Chapecó. Therefore, it seeks to analyze the marketing opportunities offered by the introduction of this public policy, and to what extent it has fostered social and economic alternatives for small farmers to insert autonomously in the markets. The methodology was focused on bibliographic analysis about the issues, interviews and field work with questionnaire. From the results, it can be concluded although the PAA is a commendable public policy, acting alone becomes fragile and insufficient.

Keywords: Public policies; rural family production; commercialization; Micro Geographic region of Chapecó.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Agricultura Familiar

AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina

ANF – Agricultura não Familiar

APACO – Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

APAE – Associação de Pais e Amigos dos excepcionais

ASPAC – Associação dos Pequenos Agricultores de Cunha Porã

BEPE– Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior

BRF – Brasil *Foods*

CAEAF – Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar

CAI- Complexo Agroindustrial

CC - *Crofting Commission*

CCAGS - *Crofting Counties Agricultural Grant Scheme*

CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar

CDLAF – Compra Direta Local da Agricultura Familiar

CDS – Compra com Doação Simultânea

CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CHGS - *Croft House Grant Scheme*

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEAS – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

COOPERBIOGA – Cooperativa dos Produtores Biorgânicos

CPR - Cédula de Produto Rural

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária

GGPAA – Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBC – Instituto Brasileiro do Café

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCL- Incentivo à Produção e Consumo do Leite

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MF – Ministério da Fazenda

MOC – Manual de Operações da Conab

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRG – Microrregião Geográfica

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOC - Normativo de Operações da Conab

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Política Agrícola Comum

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PFZ – Programa Fome Zero

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPA – Plano Plurianual

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural

PROINF - Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviço nos Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

SBS - Scottish Beef Scheme

SC – Santa Catarina

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISPAA – Sistema de Informação do Programa de Aquisição de Alimentos

SUREGs – Superintendências Regionais da Conab

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural

SRDP - Scottish Rural Development Programme

UE – União Europeia

UF – Unidade da Federação

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

US – University of Strathclyde

VTOs – Visitas Técnicas Orientativas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados referentes ao PAA na Microrregião Geográfica de Chapecó, por município – 2012.....	30
Quadro 2 – Questionário aplicado junto aos agricultores fornecedores do PAA.	34
Quadro 3 – PAA: Modalidades, Fonte de recursos, Órgãos executores, Forma de acesso, Ementa e Limites por DAP.....	127
Quadro 4 – Municípios do Estado de Santa Catarina contemplados com o PAA no ano de 2012, nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque.....	155
Quadro 5 – PAA: Projetos aprovados no município de Cunha Porã.	159
Quadro 6 – PAA: Projetos aprovados no município de Saltinho.	161
Quadro 7 - Lista de produtos fornecidos pelos agricultores dos municípios: .	183
Quadro 8 - Lista de produtos fornecidos pelos agricultores que possuem pequenas agroindústrias familiares de processamento de produtos nos municípios:	183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população urbana e rural do município de Saltinho – 2000/2010.	82
Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural do município de Cunha Porã - 2000/2010.	87
Gráfico 3 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho. .	90
Gráfico 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) em Saltinho e Cunha Porã, por estrato de área.	91
Gráfico 5 - Tipo de mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos agropecuários em Cunha Porã e Saltinho.	93
Gráfico 6 – Forma de obtenção das terras em Cunha Porã e Saltinho.	96
Gráfico 7 - Estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção de aves e suínos nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.	98
Gráfico 8- PAA: distribuição orçamentária no período de 2003 a 2015 em nível nacional (em milhões de reais).....	132

Gráfico 9 – PAA: distribuição orçamentária na região Sul, de 2003 a 2015, (em milhões de reais).	134
Gráfico 10 - Distribuição geográfica do número de agricultores familiares no Brasil (%).	135
Gráfico 11 – PAA: quantidade de produtos adquiridos, de 2003 a 2015, no Brasil (em toneladas).	137
Gráfico 12 – PAA: oscilações na aquisição de produtos, por região, no período 2003 a 2013.	138
Gráfico 13 – PAA: número de agricultores atendidos no Brasil, de 2003 a 2015.	140
Gráfico 14 – PAA: número de agricultores atendidos na região Sul, de 2003 a 2015.	140
Gráfico 15 – PAA: número de projetos aprovados de 2003 a 2015.	142
Gráfico 16 – PAA: número de projetos aprovados na região Sul, de 2003 a 2015.	143
Gráfico 17 – PAA: evolução da renda média por agricultor na modalidade Compra com Doação Simultânea, de 2003 a 2015, no Brasil.	146
Gráfico 18 – PAA: Evolução da renda média por agricultor na região Sul, de 2003 a 2013.	146
Gráfico 19 – Redução do número de pessoas em situação de fome na América Latina, de 1990 a 2013.	147
Gráfico 20 – Faixa etária dos produtores entrevistados que participaram do PAA no ano de 2015.	167
Gráfico 21 - Escolaridade dos produtores pesquisados.	168
Gráfico 22 – Condição dos produtores rurais pesquisados.	169
Gráfico 23 – Forma de aquisição da propriedade pelos produtores pesquisados.	170
Gráfico 24 – Extensão das propriedades nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.	170
Gráfico 25 – Propriedades rurais: número de pessoas residentes.	171
Gráfico 26 – Filhos: trabalho na propriedade rural e fora da propriedade rural.	172
Gráfico 27 – Fornecedores do PAA integrados e não-integrados nos municípios.	173

Gráfico 28 – PAA: melhorias na comercialização.....	179
Gráfico 29 – Produção entregue exclusivamente ao PAA.....	180
Gráfico 30 – Forma de transporte utilizado na entrega da produção ao PAA.	186
Gráfico 31 – PAA: principal vantagem em participar, segundo os produtores pesquisados.	188
Gráfico 32 – PAA: avaliação dos preços pagos pelos produtores pesquisados.	189
Gráfico 33 – Caso seja extinto o PAA, o que os produtores pretendem fazer em relação à produção realizada na unidade produtiva?	190
Gráfico 34 - PAA: o que pode ser feito para melhorá-lo?	195
Gráfico 35 – Qual a principal fonte de renda da família pesquisada.	198
Gráfico 36 – Renda aproximada das famílias pesquisadas.....	199
Gráfico 37 – Avaliação dos produtores pesquisados em relação à assistência técnica pública.....	200
Gráfico 38 – Forças produtivas empregadas nas propriedades.	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Agroindústrias no estado de Santa Catarina por tipo de matéria-prima (2010).	55
Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) no Estado de Santa Catarina, na Mesorregião Oeste e nas MRGs de Santa Catarina.....	78
Tabela 3 - Grupos de área total, segundo indicadores da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) para a Microrregião Geográfica de Chapecó.....	80
Tabela 4 – Evolução da população urbana e rural do município de Saltinho entre 2000 e 2010.	82
Tabela 5 – Produto Interno Bruto do município de Saltinho (2013).	85
Tabela 6 - Evolução da população urbana e rural do município de Cunha Porã entre 2000 e 2010.	86
Tabela 7 - Produto Interno Bruto do município de Cunha Porã (2013).	89
Tabela 8 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho. .	89

Tabela 9 – Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF), por estratos de área em Cunha Porã e Saltinho. ...	91
Tabela 10 – Tipo de mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos agropecuários de Cunha Porã e Saltinho.	92
Tabela 11 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) em Cunha Porã e Saltinho.	94
Tabela 12 – Formas de obtenção das terras em Cunha Porã e Saltinho.	95
Tabela 13 – Grupos de atividades econômicas nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.	97
Tabela 14 – Agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.	99
Tabela 15 – PAA: número de municípios atendidos, número de atendimentos em relação às pessoas e unidades receptoras, em nível de Brasil 2003/2015.	130
Tabela 16 – PAA: recursos aplicados por região, no período de 2003 a 2015.	133
Tabela 17 – PAA: quantidade de produtos em toneladas (t) adquiridas por região, de 2003 a 2015.	136
Tabela 18 – PAA: número de agricultores atendidos por região.	139
Tabela 19 – PAA: número de projetos aprovados por região, de 2003 a 2015.	142
Tabela 20 – Evolução da renda média por agricultor na modalidade CDS, de 2003 a 2015.	145
Tabela 21 – PAA: Há dependência do produtor em relação à comercialização realizada por meio do PAA?.....	190
Tabela 22– PAA: melhorias na renda?.....	191
Tabela 23 – PAA: pretende aumentar a área/produção em função do programa.	191
Tabela 24 – Houve a diversificação da produção em função do programa?..	192
Tabela 25 – Existem incentivos recebidos do poder público local para a produção agropecuária?	199
Tabela 26 – Participa de reuniões ou cursos?	201
Tabela 27 – Qual é a forma de produção na propriedade? *	202

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área de mata derrubada para o plantio de milho.	41
Figura 2 - Casas construídas com a madeira derrubada em meio à mata.	42
Figura 3 - Chapecó em 1942.....	42
Figura 4 – Criação de porcos na década de 1950.....	45
Figura 5 – Unidade produtiva da BRF – Brasil <i>Foods</i> em Chapecó (SC).....	54
Figura 6 – Unidade produtiva de uma pequena agroindústria familiar de destilados.	54
Figura 7 – Marca dos produtos das Terras Altas e Ilhas escocesas.	58
Figura 8 – Aves – Concentração dos estabelecimentos agropecuários por município em Santa Catarina.	60
Figura 9 – Suínos – Concentração dos estabelecimentos agropecuários por município em Santa Catarina.	61
Figura 10 – Leite - Concentração dos estabelecimentos agropecuários por município em Santa Catarina.	61
Figura 11 – Relevos do Planalto Dissecado do Rio Iguaçu-Rio Uruguai.....	67
Figura 12 - Hidrografia do estado de Santa Catarina.	72
Figura 13 – Principais rodovias do estado de Santa Catarina.....	73
Figura 14 - Rodovias catarinenses: trecho entre as cidades de Maravilha e Pinhalzinho.....	74
Figura 15 – Traçado da Ferrovia da Integração Leste/Oeste.....	74
Figura 16 - Vista parcial de Saltinho no ano de 1965.....	81
Figura 17 – Vista panorâmica do município de Saltinho no ano de 2014.....	84
Figura 18 – Vila de Cunha Porã no ano de 1950.	86
Figura 19 – Imagem de satélite da cidade de Cunha Porã no ano de 2016.....	88
Figura 20 – Criação de aves pelo sistema de integração.....	98
Figura 21 – Criação de suínos pelo sistema de integração.....	99
Figura 22 – Propriedade da terra na Escócia.	114
Figura 23 – Mapa das Terras Altas e Baixas da Escócia.	117
Figura 24 - Vista de um assentamento de <i>Crofts</i> na Ilha de Skye, Escócia. .	118
Figura 25 – Ferry boat partindo do Porto de Mallaig para a Ilha de Eigg, na Escócia.....	119
Figura 26 – Carregamento de animais para o transporte até o continente. ...	120

Figura 27 – Forma de destinação dos produtos adquiridos no PAA.	126
Figura 28 – PAA: municípios atendidos em 2015.	129
Figura 29 – Sede da Superintendência Regional da Conab em Santa Catarina.	151
Figura 30 – Sede da COOPERBIORGA no município de Saltinho.	160
Figura 31 – Reunião dos fornecedores do PAA do município de Cunha Porã.	166
Figura 32 – Produtos entregues ao PAA pelos agricultores entrevistados.	184
Figura 33 – Produtos entregues ao PAA pelos agricultores entrevistados que possuem pequenas agroindústrias familiares.	185
Figura 34 – Entrega de produtos ao PAA com veículo próprio em Cunha Porã.	187
Figura 35 – Produtos (alface A) (<i>cupcakes</i> B) para a entrega ao PAA.	187
Figura 36 – Cardápio formulado com alguns dos produtos fornecidos pelos agricultores do PAA.	194

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
LISTA DE QUADROS.....	xiv
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
LISTA DE TABELAS	xvi
LISTA DE FIGURAS	xviii
SUMÁRIO	xx
INTRODUÇÃO	22
1. A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE E A CONSOLIDAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS EMPRESARIAIS E FAMILIARES.....	40
<i>1.1 As peculiaridades do processo de colonização e a formação da agroindústria processadora de carnes.</i>	<i>40</i>
<i>1.2 Os rebatimentos da especialização produtiva das agroindústrias do Oeste Catarinense no tocante à agricultura familiar.</i>	<i>50</i>
<i>1.3 Contextualização da Mesorregião Oeste.</i>	<i>65</i>
<i>1.4 O processo de formação socioespacial dos municípios de Saltinho e Cunha Porã.</i>	<i>81</i>
2. DO CARÁTER SELETIVO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.	101
<i>2.1 A incorporação da ciência e da tecnologia na agricultura brasileira.....</i>	<i>101</i>
<i>2.2 A adoção da perspectiva territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural e a criação de um mercado institucional para a agricultura brasileira.</i>	<i>104</i>
<i>2.3 Desafios e possibilidades da agricultura Crofting.....</i>	<i>113</i>
<i>2.3.1 Scottish Beef Scheme - SBS (Subsídio para a Carne Escocesa)...</i>	<i>119</i>
<i>2.3.2 Crofting Counties Agricultural Grant Scheme - CCAGS (Subsídio Agrícola para a Agricultura Crofting).</i>	<i>120</i>
<i>2.3.3 Croft House Grant Scheme - CHGS (Subsídio para a Habitação Croft).</i>	<i>121</i>
<i>2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla.</i>	<i>121</i>

2.4.1 Municípios atendidos pelo PAA	128
2.4.2 Evolução orçamentária do PAA	131
2.4.3 Quantidade de produtos (t)	135
2.4.4 Número de agricultores beneficiados.....	138
2.4.5 Evolução do número de projetos	141
2.4.6 Evolução no valor da renda	144
3. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DE CUNHA PORÃ E SALTINHO.....	151
3.1 Caracterização dos produtores/propriedades selecionadas nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.	167
3.2 Diagnóstico do Programa de Aquisição de Alimentos.....	177
3.3 Renda familiar, assistência técnica e perspectivas na atividade agropecuária.	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS.....	212
APÊNDICE A	223
APÊNDICE B	226
APÊNDICE C	230
APÊNDICE D	235

INTRODUÇÃO

O patinho feio da agricultura brasileira é a produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno, pois os governos se preocuparam muito em viabilizar uma política econômica na agricultura que se traduzisse em dólares. Porém, o povo brasileiro consome arroz, feijão, carne, mandioca, batata, etc., e a produção agrícola de geração de divisa para o País não supre a necessidade alimentar do povo brasileiro. (BUENO, 1986, p. 32).

A partir da reflexão sobre esta afirmativa de Bueno (1986), analisando a criação de ações da política pública que fomentem a produção de alimentos para o abastecimento do país, a presente pesquisa tem como tema central aprofundar as reflexões acerca da modernização da agricultura e seus desdobramentos no que tange à agricultura familiar. Diante deste processo de alteração da base produtiva agrícola, decorrente da territorialização e apropriação do capital no campo, inúmeras novas estratégias de (re)produção das condições materiais de vida dos sujeitos sociais são elencadas. Para tal análise, nos pautaremos nas dimensões que abarcam as relações entre agricultura e indústria e a questão das políticas públicas de desenvolvimento rural.

O interesse em estudar as políticas públicas de desenvolvimento rural¹ direcionadas para o apoio da agricultura familiar decorre do caráter recente destas, e suas diferentes concepções, formatos e efeitos sobre este importante segmento da agricultura brasileira, que representa, de acordo com os dados do IBGE – (Censo Agropecuário de 2006), 84% dos estabelecimentos agropecuários ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos, gerando 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e 77% dos empregos das pessoas ocupadas na agricultura.

Por muitos anos, a agricultura familiar ficou relegada ao segundo plano e foi até mesmo esquecida pelo Estado brasileiro, sendo o rural apreendido

¹ Pontua-se que, neste trabalho, a questão das políticas públicas de desenvolvimento rural não foi aprofundada em todas as suas particularidades, fases, características e ações, sendo contextualizada de forma breve em seus aspectos principais, haja vista que o enfoque do trabalho foi dado ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, apresentando as potencialidades e limites do programa no que tange à agricultura familiar.

apenas como o local de realização das atividades produtivas. Norteadas pelo viés produtivista e setorial, as políticas públicas de desenvolvimento rural sempre mantiveram o privilegiamento dos grandes proprietários ou produtores rurais, em detrimento dos pequenos produtores, direcionando ao espaço rural ações muito pontuais. O Estado tinha por objetivo promover grandes transformações no setor agropecuário por meio da introdução de tecnologias e da integração com a indústria sem, contudo, modificar a estrutura fundiária do país, resultando na pauperização e expropriação de pequenos produtores, proprietários ou não da terra (posseiros, arrendatários, agregados trabalhadores etc.).

Os resultados deste processo modernizante foram desastrosos. Fragilizada por inúmeros e sucessivos desafios, a agricultura familiar perecia diante das políticas públicas elaboradas para os grandes empreendimentos e numa perspectiva setorial. Desprovidos de capital e marginalizados pelo mercado, muito dos agricultores recorrem aos movimentos sociais, as organizações coletivas e as políticas públicas como estratégia de reprodução social.

Tal quadro somente foi, parcialmente, rompido em meados da década de 1990, quando o Estado passa a reconhecer a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, criando novas políticas que servissem de base para a reprodução social desse segmento, sendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (1996), a primeira política pública voltada para a agricultura familiar. Esta mudança está circunscrita – ao menos do ponto de vista da retórica – à nova abordagem incorporada às políticas públicas, quando se busca superar o viés meramente setorial e produtivista das políticas públicas engendradas para o espaço rural.

A nova mudança ocorrida na concepção das políticas públicas buscou atenuar os profundos impactos causados pelo processo de modernização agrícola - que concretizou no país, um modelo excludente e conservador -, limitando o acesso à terra e ao crédito rural, desencadeando, consequentemente, um intenso processo de migração campo-cidade.

Nesse novo cenário de redefinição das políticas públicas, especialmente, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006 e 2007/2010), inúmeros programas passaram a ser instituídos para o atendimento do conjunto diverso da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Destaca-se, ainda, neste contexto, a elaboração da definição legal da agricultura familiar e a ampliação da proposta da abordagem territorial – materializada pela implementação da modalidade Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf (1997- 2002) durante a vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso – com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDT.

Inserido em um amplo debate sobre desenvolvimento e distribuição de renda, o PAA foi uma das mais importantes medidas adotadas com a chegada de Lula ao poder (2003). Instituído como uma ação estruturante do Programa Fome Zero² – PFZ, o PAA constitui-se em uma ação política que visa contemplar a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo, garantindo aos agricultores familiares preços de referência e a aquisição dos alimentos pelo governo sem a necessidade de licitação.

O PAA tem como objetivo principal estimular e fortalecer a agricultura familiar por meio de um conjunto de ações relativas à aquisição de produtos agropecuários com a dispensa de licitação e sua distribuição a grupos de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, contribuindo também para a formação de estoques estratégicos de alimentos no país (BRASIL, 2012).

Assim sendo, a presente pesquisa está consubstanciada na compreensão das políticas públicas de desenvolvimento rural que são incorporadas pela agricultura familiar, objetivando promover a dinamização do espaço rural. Para tal, temos como objetivo principal realizar um estudo acerca dos desdobramentos das políticas públicas, a partir do enfoque no Programa de Aquisição de Alimentos, incorporado pela agricultura familiar como estratégia de apoio e fortalecimento desse segmento produtivo.

Esse objetivo principal se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar e analisar as principais mudanças ocorridas a partir do processo de modernização agrícola e o redirecionamento das políticas públicas voltadas para o apoio da agricultura familiar;

² O Programa Fome Zero possui quatro eixos articuladores que são: o acesso à alimentação; geração de renda; articulação, mobilização e controle social; e o fortalecimento da agricultura familiar, em que se insere o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (CONAB, s/d, p. 1). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 25/06/2016.

- b) Compreender o papel do Estado enquanto mediador das políticas públicas, analisando as ações do PAA no Brasil e Região Sul; e investigar o processo de implementação do programa nos municípios de Saltinho e Cunha Porã;
- c) Contextualizar o processo de ocupação da Mesorregião Oeste Catarinense, além da caracterização socioespacial dos municípios de Saltinho e Cunha Porã;
- d) Identificar o perfil dos agricultores que tem aderido ao PAA, como também, investigar se o programa tem se constituído como estratégia de reprodução socioeconômica, contribuindo para a fixação dos produtores familiares no campo.
- e) Analisar as potencialidades e possibilidades engendradas pelo PAA possibilitando a inserção autônoma dos produtores aos mercados locais/regionais.

Deste modo, a relevância da pesquisa se pauta em dois pontos. Em primeiro lugar, pela característica da estrutura fundiária predominante na Microrregião Geográfica de Chapecó e, em segundo, pela carência de pesquisas na localidade referentes à perspectiva dos atores envolvidos na comercialização via PAA, e a concepção destes no que concerne as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar.

Assim sendo, destacamos como primeiro elemento que nos estimulou a fazer o mestrado e pensar sobre a realidade vivenciada pelos agricultores familiares, a própria história de vida de meus pais e, em um segundo momento, as indagações que direcionaram a construção de nosso projeto de pesquisa partem das constatações resultantes da pesquisa que desenvolvemos na Iniciação Científica, quando trabalhamos com um tema semelhante no município de Pinhalzinho - SC. Verificamos na referida pesquisa desenvolvida que as ações do PAA na localidade assumiam um caráter de força contrária à hegemonia desempenhada pelo sistema de integração - aves, suínos e leite, fortemente instaurado na região -, não restando dúvidas que o programa tinha, naquela localidade, propiciado alternativas econômicas e sociais para que os pequenos produtores familiares conseguissem se inserir de forma autônoma no

mercado. Diante dos resultados obtidos, passamos a nos questionar: será que esse é o caso de produtores de outras regiões do Estado de Santa Catarina?

A partir deste contexto, decidimos estender nossa análise sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na Microrregião Geográfica de Chapecó³ - SC, que engloba atualmente 38 municípios, conforme a regionalização do IBGE (Visualizar Mapa 1 na página 8).

Assim sendo, optamos por analisar os resultados gerados a partir da implementação do PAA, procurando observar os princípios norteadores, a operacionalização, a abrangência do público contemplado - no conjunto diverso da agricultura familiar - e das ações desenvolvidas por este programa, avaliando em que medida o PAA tem contribuído para a reprodução social da agricultura familiar.

Para nortear a investigação, nos propomos a responder as seguintes questões: Qual é a importância do PAA para assegurar a reprodução econômica e social destes agricultores familiares? Como os agricultores familiares e suas organizações têm participado do programa instituído pelo Governo Federal? Qual é o perfil dos pequenos agricultores familiares que tem aderido ao PAA? O programa tem garantido e/ou possibilitado a permanência dos agricultores familiares no campo, engendrando alternativas de inserção autônoma no mercado?

Tomando como recorte espacial de estudo a Microrregião Geográfica de Chapecó – SC, em especial, os municípios de Cunha Porã e Saltinho, a pesquisa foi desenvolvida por meio da utilização de metodologias que envolvem aspectos quantitativos e qualitativos, por nos permitir abordar de forma mais incisiva os mecanismos inerentes às políticas públicas, às lógicas de funcionamento e ao alcance efetivo destas ações para a população, principalmente, aquelas situadas nas áreas rurais dos municípios de Saltinho e Cunha Porã.

Inicialmente, o tema proposto suscitou ampla revisão bibliográfica acerca de alguns temas e conceitos essenciais, a fim de se alcançar o aprofundamento e o aprimoramento teórico-metodológico referente à temática. Conforme afirma

³ Optamos pela escolha da Microrregião Geográfica de Chapecó por concentrar o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar do Estado de Santa Catarina, além de ser a MRG com o maior número de inserções no PAA. De acordo com os dados do IBGE – (Censo Agropecuário de 2006), do total de 168.512 estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Santa Catarina, 25.082 estão localizados na Microrregião Geográfica de Chapecó (14,88%).

Chizzotti (1998, p. 127), “os estudos bibliográficos fazem com que pesquisadores desenvolvam a própria pesquisa e resolvam os problemas teóricos e práticos que a investigação exigir”. Desta forma, a revisão bibliográfica é indispensável e fundamental, pois visa fundamentar a produção do conhecimento científico acerca do objeto de estudo, possibilitando desta forma, a realização de análises críticas e propositivas.

Ribeiro (1999, p. 194) complementa que as leituras devem ser feitas de maneira interessada, e não interesseira e, para tal, propõe duas prioridades: a primeira, é que devemos “conhecer a bibliografia, mas para além da utilidade imediata”, e a segunda, atentar “aos pontos em que a bibliografia e nosso *corpus* estão de acordo, mas também aqueles em que irrompe a divergência” (Grifo do autor). Turra Neto (2008) complementa que as referências devem ser adotadas como uma forma de melhor construir nosso trabalho científico, e não como uma forma de engessá-lo em um modelo já elaborado.

Neste sentido, a revisão bibliográfica contemplou temas como: evolução histórica da agricultura brasileira, Revolução Verde, políticas públicas para o espaço rural (em especial as políticas de apoio à agricultura familiar), agricultura familiar, organização social (associativismo e cooperativismo), comercialização agrícola, crescimento econômico, desenvolvimento local e territorial, relações entre rural e urbano.

A compreensão das relações entre a agricultura e indústria em escala nacional e regional foram contempladas com maior ênfase no que diz respeito à evolução do processo de agroindustrialização na região Oeste de Santa Catarina, com destaque para o sistema de integração agricultura e indústria, que alavancou o setor de carnes de aves e suínos. Este aspecto é fundamental para aprimorar o estudo acerca dos canais de comercialização disponíveis para os produtores familiares, que se constitui no cerne da pesquisa, que enfatizará a redefinição das políticas públicas voltadas para este segmento social.

O recorte espacial esteve focado no Oeste Catarinense, tendo em vista que foi nesta porção do estado que se consolidou o setor agroindustrial de carnes de aves e suínos. Os arranjos produtivos que se desenvolveram e a forma como tomaram relevância são reflexos de uma estruturação fundiária que tem como base a pequena propriedade rural, características que se deve, em grande medida, ao processo de colonização do Oeste. Para o levantamento empírico

das ações do PAA foram delimitados dois municípios da Microrregião Geográfica de Chapecó, quais sejam: Cunha Porã e Saltinho (ver Mapa 1). Quanto ao recorte temporal, centramos a análise no período posterior a 2003, quando foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos.

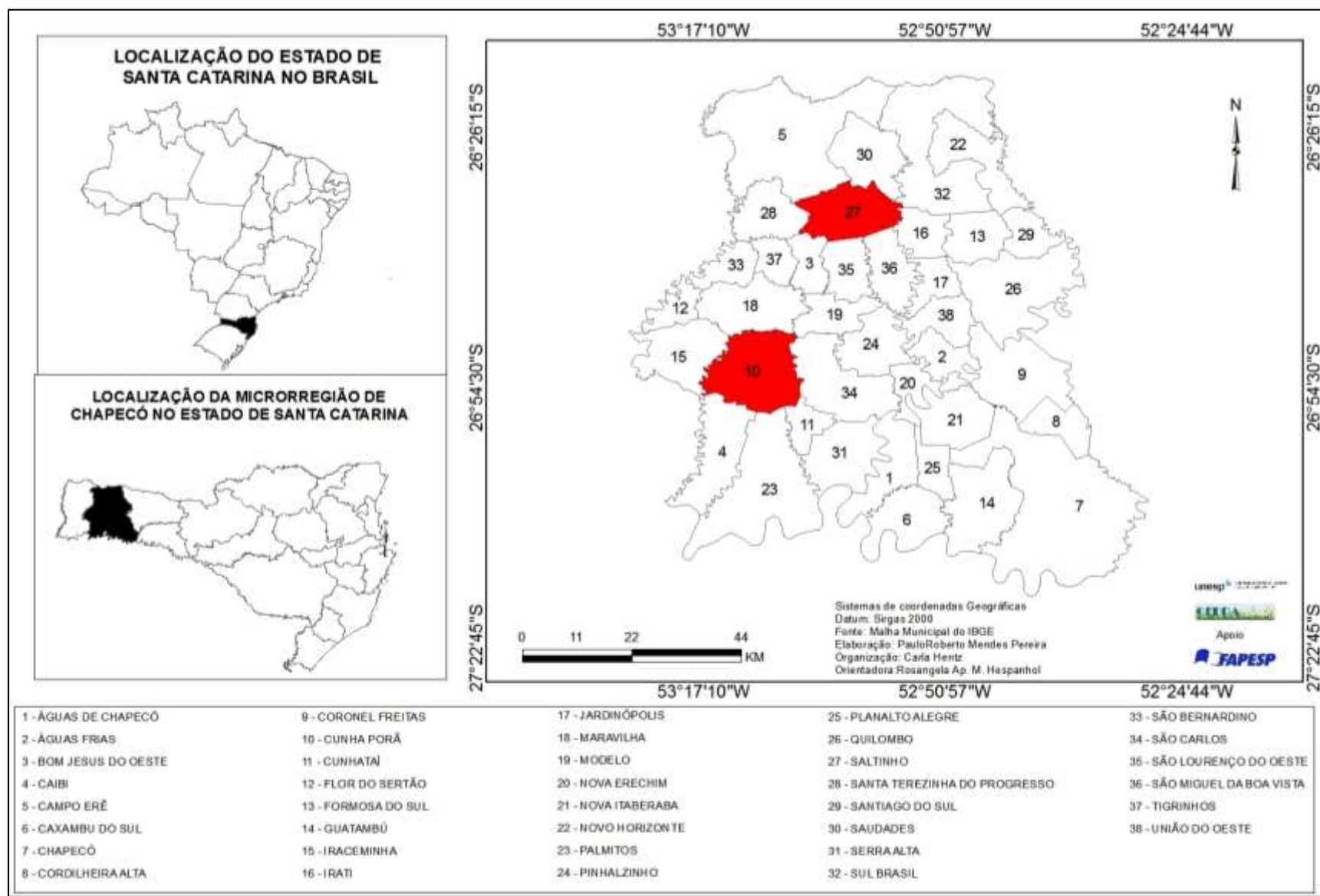
A delimitação dos municípios fez-se necessária tendo em vista a abrangência de nosso recorte espacial. Os critérios adotados para a delimitação foram elencados a partir do primeiro levantamento de dados do PAA, referentes ao ano de 2012, realizado para todos os municípios que integram a Microrregião Geográfica de Chapecó (Quadro 1). Este levantamento dos dados foi realizado no *site* da Conab - Transparencia Pública -, e por contato telefônico com as cooperativas e associações proponentes do programa.

Para a análise dos dados referentes ao PAA, adotamos como referência o ano de 2012, haja vista que foi neste ano que o programa atingiu os melhores resultados - em relação ao número de municípios atendidos, evolução orçamentária, número de agricultores atendidos, quantidade de produtos adquirida (t), número de projetos aprovados e evolução da renda - e, principalmente, em virtude das atualizações normativas do PAA, no qual novos projetos somente podem ser contratados a partir do momento em que os anteriores, em execução, estiverem encerrados.

Em virtude destas medidas de atualização e, por fraudes nos contratos⁴, nos anos de 2013 e 2014, nenhum dos municípios da Microrregião Geográfica de Chapecó firmou novos contratos, porém, cabe destacar que em alguns municípios, os recursos dos projetos contratados em 2012, continuaram sendo executados em 2013.

⁴ As fraudes nos contratos do município de Saltinho estão relacionadas à incorporação indevida de recursos por parte dos gestores da cooperativa (COOPERBIORGA) para o financiamento de campanhas e/ou uso próprio. Blocos de Produtor Rural eram utilizados para fraudar a compra e venda de produtos, sendo que muitos destes produtores nomeados nas notas fiscais não possuem capacidade produtiva e/ou não apresentam histórico relacionado à vida no campo.

Mapa 1 – Municípios selecionados para a análise do PAA na Microrregião Geográfica de Chapecó: Cunha Porã e Saltinho (SC).



Quadro 1 – Dados referentes ao PAA na Microrregião Geográfica de Chapecó, por município – 2012.

Microrregião Geográfica de Chapecó: Modalidade CPR-Doação (2012)				
Município	Entidade coordenadora do PAA no município	Número de fornecedores do município	Total de municípios circunvizinhos e número de fornecedores*	Total**
Águas de Chapecó	-	Não inserido	-	-
Águas Frias	-	Não inserido	-	-
Bom Jesus do Oeste	COOPER BOM	16	-	16
Caibi	COAPAFAC	47	-	47
Campo Erê	-	Não inserido	-	-
Caxambu do Sul	-	Não inserido	-	-
Chapecó	COOPERFAMILIAR	102	8/206	308
Cordilheira Alta	-	Não inserido	-	-
Coronel Freitas	SABOR E SAÚDE	Não inserido	-	-
Cunha Porã	ASPAC	87	-	87
Cunhataí	-	Não inserido	-	-
Flor do Sertão	-	Não inserido	-	-
Formosa do Sul	-	Não inserido	-	-
Guatambu	-	Não inserido	-	-
Iraceminha	COOPERAGIR	108	2/2	110
Irati	-	Não inserido	-	-
Jardinópolis	-	Não inserido	-	-
Maravilha	COPAMAR	46	1/1	47
Modelo	-	Não inserido	-	-
Nova Erechim	-	Não inserido	-	-
Nova Itaberaba	-	Não inserido	-	-
Novo Horizonte	-	Não inserido	-	-
Palmitos	COOLONIALE	164	2/4	168
Pinhalzinho	COOTRAF	42	4/119	161
Planalto Alegre	COOPERARE	22	4/41	63
Quilombo	COOESTA	14	-	14
Saltinho	COOPERBIORGA	116	11/204	320
Santa Terezinha do Progresso	-	Não inserido	-	-
São Bernardino	-	Não inserido	-	-
São Carlos	-	Não inserido	-	-
São Lourenço do Oeste	COOPAF	66	1/3	69
São Miguel da Boa Vista	-	Não inserido	-	-
São Tiago do Sul	COPERSUL	39	1/1	40
Saudades	-	Não inserido	-	-
Serra Alta	-	Não inserido	-	-
Sul Brasil	-	Não inserido	-	-
Tigrinhos	OURO BRANCO	121	3/16	137
União do Oeste	COOPROESTE	Não inserido	-	-

Fonte: CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Produtos e Serviços: Transparência Pública do PAA, 2014. Pesquisa realizada pela autora.

* Muitos municípios não possuem o programa implementado e/ou possuem produção maior que a demanda, fazendo com que entreguem a produção em outros municípios circunvizinhos.

** Na soma total são considerados os fornecedores do município e dos municípios circunvizinhos.

Além dos critérios já mencionados, a escolha dos municípios de Cunha Porã e Saltinho teve por base o fato do PAA ser implementado nestas localidades a partir da atuação diferenciada de organizações coletivas, ou seja, cooperativas e associações. Dos 38 municípios analisados na Microrregião Geográfica de Chapecó, 16 destes (42,10%) possuíam, em 2012, como entidade proponente do PAA, cooperativas de agricultores familiares, sendo Cunha Porã o único município no qual o programa é executado por meio de uma associação de produtores. Outro critério elencado para a delimitação dos municípios consistiu no número mínimo de 100 fornecedores do programa em 2012 e que tivesse um alcance de, pelo menos, 10 municípios circunvizinhos. Neste quesito, o município que contemplou esses critérios foi Saltinho, conforme podemos visualizar no Quadro 1.

Além dos procedimentos da pesquisa que contemplaram revisão bibliográfica acerca da temática, também foi efetuado o levantamento de dados e informações de fontes de origem primária e secundária. Os dados secundários referentes à política pública analisada (PAA) foram levantados em publicações da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, da Superintendência Regional da Conab em Santa Catarina, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, entre outros documentos.

Em relação aos dados referentes à economia, demografia e, principalmente, a estrutura produtiva agrícola da Microrregião Geográfica de Chapecó e, em especial, dos municípios selecionados para análise, foram consultados o Censo Agropecuário de 2006; os Censos Demográficos de 2000/2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil do ano de 2015.

No que se refere aos dados de fonte primária, propusemos, além da compreensão das políticas na escala regional, o aprofundamento de como estas são operacionalizadas nos municípios estudados. Para tal, buscamos por meio da pesquisa de campo produzir as informações e interagir com os sujeitos sociais. A importância do trabalho de campo está, indiscutivelmente, na autoridade que dá ao pesquisador para falar sobre a realidade que estuda. Por mais simples e ingênuo que seja qualquer estudo, faz-se necessário refletir antes, durante e depois desta etapa.

Para Kaiser (2006), o trabalho de campo é uma etapa indispensável, pois é por meio dele que conseguiremos conhecer o fenômeno no próprio espaço e as lógicas de funcionamento. “A pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social” (KAISER, 2006, p.97). O ponto crucial do trabalho de campo, segundo Turra Neto (2008), está na relação *dialogica* entre o pesquisador e pesquisado, haja vista que, postos em contato, passarão a negociar suas identidades, fazendo emergir certas informações, mas omitindo outras.

Desta forma, começamos a descrever os procedimentos a partir de como foram realizados os trabalhos de campo. Primeiramente, um dos maiores obstáculos concerne à distância de nossa área de estudo, pois o mestrado está sendo conduzido na cidade de Presidente Prudente – SP, ao passo que a área de estudo se localiza no Oeste do Estado de Santa Catarina (746 Km). O deslocamento até a área de pesquisa é realizado por meio de ônibus interestadual. Já na área de pesquisa, a maior dificuldade é o deslocamento no interior dos municípios, sendo este realizado com veículo particular.

Da mesma forma, destacamos algumas das dificuldades que enfrentamos para a realização do trabalho de campo na Ilha de Eigg/Escócia, durante a realização do Estágio de Pesquisa no Exterior - BEPE⁵, a qual apresentamos de forma breve no decorrer do texto. Dentre as principais destacamos: a distância até a ilha de Eigg (mais de 300 Km), sendo uma parte percorrida de carro e outra de barco, dificuldade de comunicação com os habitantes da ilha (muitos mantêm o gaélico como língua de comunicação), as severas condições climáticas da ilha (temperaturas negativas), o deslocamento dentro da ilha era todo realizado a pé ou de bicicleta, a pouca estrutura de hospedagem da ilha, dentre outras.

Durante os cinco dias que passamos na ilha, realizamos inúmeras atividades, na qual pudemos compreender um pouco mais da realidade vivida pelos habitantes da ilha e, em especial, dos crofts. Participamos de reuniões com pesquisadores da ilha, visitamos as principais fontes renováveis de energia na

⁵ Estágio realizado no período compreendido entre 01 de outubro de 2015 a 31 de janeiro de 2016 junto a Universidade de Strathclyde, Glasgow, Escócia, como parte do projeto de pesquisa intitulado “Políticas públicas no Brasil e na Escócia: desafios e possibilidades para a agricultura familiar”, no qual buscamos analisar as políticas públicas de desenvolvimento rural implementadas na Escócia a partir da Política Nacional de Alimentação e Bebida para a Escócia, buscando compreender quais são as estratégias desenvolvidas pelos *Crofters* para se manter e reproduzir social e economicamente.

ilha (eólica, hídrica e solar), conhecemos o principal assentamento de *crofts* da ilha em Cleadale, mantivemos contato com lideranças locais e com *crofters*, visitamos o museu dos *crofts* - que possui um belo registro de imagens e grande quantidade de ferramentas e objetos que traduzem a história dos *crofts* da ilha.

Ressaltamos que todas as etapas dos trabalhos de campo, tanto na Microrregião Geográfica de Chapecó, quanto na Ilha de Eigg, só foram possíveis pela disponibilidade de utilizarmos parte da Reserva Técnica da FAPESP e da BEPE, para custear os gastos com gasolina, passagens, hospedagem e alimentação.

A pesquisa de campo em Santa Catarina e, em particular nos municípios pesquisados, foi dividida em três etapas, quais sejam:

1ª etapa: Organização dos trabalhos de campo

Na primeira etapa, entre os meses de fevereiro e março de 2015, elaboramos os roteiros de entrevistas e o questionário utilizado nos trabalhos de campo. Os roteiros foram utilizados em entrevista com a gerente de operações da Conab em Santa Catarina (Anexo A); e em entrevistas com líderes das associações e cooperativas de agricultores familiares (Anexos B e C); e o questionário que pode ser visualizado no Apêndice D, foi elaborado para aplicação junto aos agricultores familiares vinculados as cooperativas e associações e inseridos no PAA.

Ainda na primeira etapa, entre a metade do mês de abril e início do mês de maio de 2015, estivemos por 20 dias na área de pesquisa para realizar um estudo exploratório com o objetivo de definir o roteiro e, principalmente, mapear os agricultores fornecedores do PAA em cada município, para em um momento seguinte, aplicar o questionário aos agricultores selecionados.

Para organizar os roteiros, entramos em contato com os representantes das entidades proponentes do programa em cada um dos municípios. No município de Cunha Porã, contamos com a ajuda do presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de Cunha Porã – ASPAC, o qual se dispôs a nos ajudar.

No município de Saltinho, não conseguimos agendar uma visita à Cooperativa dos Produtores Biorgânicos – COOPERBIORGA. Diante do

impasse, solicitamos um diálogo com o vice-prefeito do município, que de forma cordial se dispôs a conversar sobre o programa no município. Nesta conversa informal, fomos informados pelo vice-prefeito que o PAA no município não estava mais sendo operado em virtude de ilegalidades nos convênios, motivo pelo qual não conseguimos agendar uma visita à cooperativa. Desta forma, o vice-prefeito nos recomendou a Secretaria de Agricultura do município, na qual um técnico agrícola foi designado para nos acompanhar nas visitas aos produtores para aplicação do questionário.

Inicialmente, a intenção de amostragem em nosso projeto era de 20%, tendo por base os dados disponibilizados no Portal da Transparência Pública do PAA⁶, conforme podemos visualizar no Quadro 2. No entanto, após esta primeira etapa, foi necessário estabelecer novos parâmetros para o prosseguimento da pesquisa. Diante da redução significativa no número de fornecedores ocorrida entre os anos de 2012 e 2015, buscamos manter o mesmo número de questionários nos dois municípios, sendo aplicados 17 para cada município. Tendo em vista que o total de fornecedores em cada município difere, da mesma forma diferenciam-se os percentuais, sendo selecionada uma amostragem de 37% do número de fornecedores de Cunha Porã e 48% de Saltinho, considerando o ano de 2015 (Quadro 2).

Quadro 2 – Questionário aplicado junto aos agricultores fornecedores do PAA.

Município	Número de fornecedores em 2012	Intenção de Amostra (20%)	Número de fornecedores em 2015	Amostra (%) Cunha Porã: 37% Saltinho: 48%
Cunha Porã	87	17	48	17
Saltinho	320	64	35	17
Total	407	81	88	34

Fonte: Pesquisa realizada pela autora (2015).

2ª etapa: O trabalho de campo

A segunda etapa do trabalho de campo ocorreu entre os meses de abril e julho de 2015, quando aplicamos os roteiros e os questionários. Nesta etapa,

⁶ Dados disponibilizados por meio do sitio eletrônico: <http://www.conab.gov.br/>.

além dos roteiros e questionários impressos, também utilizamos uma máquina fotográfica, um gravador de audio e um caderno de anotações.

Os roteiros de entrevista foram aplicados no mês de abril de 2015, junto à Superintendência Regional da Conab em Santa Catarina, com a Gerente de Operações da Conab e no município de Cunha Porã, com o presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de Cunha Porã - ASPAC. A terceira entrevista seria realizada junto à Cooperativa dos Produtores Biorgânicos – COOPERBIORGA, porém, como já destacamos, não foi possível.

A entrevista junto à responsável pela Superintendência Regional da Conab⁷ em Santa Catarina fez-se necessária diante da dificuldade que tivemos em encontrar uma base de dados referentes ao PAA no estado. Os dados disponibilizados no Portal da Transparência somente datam do ano de 2010 em diante e comparecem de forma parcial, somente para quatro variáveis: Valor dos projetos; fornecedores do programa; produtos fornecidos e instituições beneficiadas.

Os questionários foram aplicados entre os meses de junho e julho de 2015. No decorrer dos trabalhos de campo surgiram algumas dificuldades tais como: de acesso até a residência dos produtores rurais; impossibilidade de contato com antecedência, por não haver meios de comunicação disponíveis no local, o que ocasionava muitas vezes no deslocamento até a propriedade e o agricultor não se encontrar no local; as longas distâncias necessárias a serem percorridas de um fornecedor até outro; e, somasse a isso, o fato de alguns fornecedores não se sentirem à vontade e/ou omitirem informações referentes ao PAA, consequentemente, prejudicando à análise dos dados.

Wright Mills (1982, *apud* Oliveira, 1998) esclarece que estas dificuldades correlacionam-se à imprevisibilidade do campo, não sendo a teoria capaz de prever o que pode ocorrer durante uma pesquisa empírica, que é completamente singular. O aporte teórico não é capaz de abarcar toda a realidade, exigindo do pesquisador novas abordagens tanto teóricas quanto técnicas para interpretar a

⁷ A dificuldade de obtenção dos dados do PAA para o estado de Santa Catarina limitou nossa análise comparativa entre o PAA na região Sul e no estado catarinense. No momento em que realizamos a entrevista com a Gerente de Operações da Conab (abril/2015), vários dados sobre o programa foram solicitados, porém, não fomos correspondidos. Várias tentativas por e-mail e contato telefônico à Superintendência foram realizados, porém, até a presente data (26/06/2016), nada nos foi repassado.

realidade ali posta.

Ao final dos trabalhos de campo, aplicamos questionário a 17 agricultores em Cunha Porã e 17 em Saltinho. Os agricultores em cada município foram selecionados de forma aleatória nas “linhas”⁸ e/ou comunidades que compõem os municípios. De maneira geral, no município de Cunha Porã fomos muito bem recebidos nas casas dos agricultores. No município do Saltinho, devido ao ocorrido com o programa, alguns agricultores estavam receosos em nos receber e conceder a entrevista. Porém, não foram todos os agricultores, alguns foram muito prestativos e atenciosos.

Quanto ao questionário, poucas foram as dificuldades dos agricultores em responder as perguntas, geralmente as dúvidas surgiam quando eram solicitados dados e/ou cálculos sobre a produção, quantidade produzida ao mês/ano, comercialização, entre outros. Na maioria das vezes, era o casal que respondia o questionário. Em relação à organização familiar, da casa e da propriedade, durante as visitas nos deparamos com diferentes realidades. Geralmente, entre os fornecedores do programa que trabalham com o processamento da matéria-prima (pequenas agroindústrias) e/ou são integrados, verificou-se uma estrutura melhorada de produção e um nível maior de capitalização em detrimento de agricultores menos capitalizados e com pouca capacidade produtiva.

Na maioria das famílias pesquisadas⁹, os filhos somente permanecem na propriedade quando a atividade produtiva desenvolvida na propriedade está associada aos sistemas de integração e/ou às pequenas agroindústrias existentes na propriedade rural. Quanto à organização produtiva, diferentes realidades foram encontradas, desde produtores muito bem capacitados e organizados quanto à produção, demanda e periodicidade, como também, agricultores que não possuem capacitação e baixa capitalização para investir na

⁸ As linhas constituem-se numa organização do espaço rural decorrente da forma como os colonos se estabeleceram nos lotes demarcados pelas companhias colonizadoras em consonância com a rede hidrográfica (ONGHERO, 2013).

⁹ Na pesquisa de campo constatamos entre os produtores pesquisados (17 em cada município), a importância das pequenas agroindústrias de processamento sendo que, dos 34 fornecedores entrevistados, 14 (41,2%) organizam a produção por meio do beneficiamento de matérias-primas, tais como: leite, carne de frango e suínos, cana-de-açúcar, panificados, frutas, entre outros. Em 8 (23,5%) das 34 propriedades visitadas, a mulher respondeu sozinha ao questionário. Do total de fornecedores entrevistados, 10 (29,4%) trabalham com o sistema de integração e, em 17 (50,0%) propriedades, os filhos ajudam e/ou trabalham junto com os pais na unidade familiar.

estrutura produtiva.

3ª etapa: visita para checagem de informações e dados e registro fotográfico da entrega dos produtos

Na terceira etapa, retornamos ao município de Cunha Porã, para fazer a checagem de algumas informações e dados e fazer o registro fotográfico da entrega dos produtos. Esta terceira etapa fez-se necessária, tendo em vista que durante a realização da aplicação do questionário junto aos produtores pesquisados do PAA, a associação estava aguardando a aprovação do projeto e a liberação dos recursos para iniciar novamente a operacionalização do PAA no município. Novamente, contamos com o apoio do presidente da ASPAC que nos acompanhou para fazer o registro fotográfico durante a entrega dos produtos do PAA às entidades receptoras.

Munidos do aporte teórico-metodológico e dos dados e informações de fontes primárias e secundárias, efetuamos a análise quantitativa e qualitativa. Para tal, procuramos construir um panorama sobre a formação do espaço rural do Oeste Catarinense, analisando os resultados do referido programa e os processos associados à agricultura familiar na escala da Microrregião Geográfica de Chapecó, em especial, dos municípios de Cunha Porã e Saltinho.

Os dados foram explorados de duas formas: os quantitativos foram tabulados no programa Microsoft Excel e interpretados por meio de representações gráficas, enquanto os qualitativos foram tratados, primeiramente, via transcrição das gravações e, na sequência, ambos foram analisados *pari passu* à construção do marco teórico.

A partir da hipótese central e suas questões correlatas, bem como do referencial teórico que possibilitou a análise dos dados e informações disponíveis, a pesquisa está estruturada em três capítulos, além da presente introdução, das considerações finais, das referências e dos apêndices.

Desta forma, o **capítulo I** apresenta a discussão sobre o processo de colonização do Oeste Catarinense (que se intensificou, sobretudo a partir de 1916, com o Término da Guerra do Contestado – 1912-1916). Analisamos as particularidades da colonização – pautada em pequenas propriedades de base familiar - e o crescimento da agroindústria processadora de carnes (aves e

suínos) por meio do “sistema de integração”. Diante da concentração produtiva de algumas atividades, apresentamos algumas das estratégias elencadas pela agricultura familiar para se manter e reproduzir socioeconomicamente, e a importância das políticas públicas direcionadas para o fortalecimento e manutenção da produção de caráter familiar. Ainda no capítulo I, apresentamos inúmeros aspectos relacionados à Mesorregião Oeste e, na sequência, abordamos as características do processo de formação socioespacial dos municípios de Cunha Porã e Saltinho, analisando as mudanças no perfil demográfico, estrutura produtiva, estrutura fundiária, utilização das terras, condição do produtor, principais lavouras, alternativas produtivas, dentre outros dados, com o intuito de situar o cenário local em que o programa selecionado para estudo se insere.

No **capítulo II**, discutimos a modernização da agricultura e seus reflexos no que tange à agricultura familiar. Nossa reflexão inicia-se na década de 1960 – período no qual o processo de modernização é intensificado por meio do crédito rural subsidiado (SNCR) -, até as décadas de 1990 e 2000, quando a agricultura familiar passa a ser legalmente reconhecida pelas esferas governamentais, destacando a implementação das políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da abordagem territorial. Diante da nova conjuntura desenhada pelas políticas de cunho territorial, apresentamos as políticas engendradas a partir da década de 2000, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, apontando inúmeros dados referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos em nível de Brasil e região Sul.

No **capítulo III**, analisamos as informações obtidas na pesquisa de campo em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos no estado de Santa Catarina e nos municípios selecionados, articulando com o referencial teórico. Procuramos apresentar o perfil dos produtores rurais pesquisados, características da produção, condição do produtor, tamanho das propriedades, forma de aquisição, atividades desenvolvidas (na e fora da propriedade), assistência técnica, meios de produção utilizados, composição da renda familiar, dificuldades de acesso e permanência no programa, principais vantagens, dentre outras variáveis correlacionadas ao PAA nos municípios analisados.

As reflexões apresentadas no decorrer deste trabalho estão longe de esgotar a temática das políticas públicas de desenvolvimento rural, todavia,

esperamos instigar novas leituras acerca das políticas públicas e a importância destas para o conjunto da agricultura familiar.

1. A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE E A CONSOLIDAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS EMPRESARIAIS E FAMILIARES.

1.1 As peculiaridades do processo de colonização e a formação da agroindústria processadora de carnes.

O Oeste Catarinense é uma das seis mesorregiões que compõem o território de Santa Catarina (ver Mapa 2). Possui uma área aproximada de 25.215 Km², respondendo por 25% da superfície estadual. Apresenta uma população total em torno de 1.200.712 habitantes, sendo que 860.563 vivem no espaço urbano (71,6%), e 340.149 (28,3%) no espaço rural (IBGE, 2010). A região Oeste é delimitada ao sul pelo Estado do Rio Grande do Sul, ao norte pelo Estado do Paraná, a oeste pela Província de Misiones – Argentina e a leste pela região do Planalto de Santa Catarina. Ao todo são 118 municípios que compõem a Mesorregião do Oeste Catarinense.

A formação socioeconômica do Oeste Catarinense é resultado de um longo e peculiar processo histórico, na qual inúmeros ciclos e fases econômicas foram paulatinamente sendo incorporadas e substituídas, culminando em um sistema político e econômico diferenciado. As particularidades que caracterizam a região Oeste são decorrentes de seu intenso processo de colonização, que tem como principal traço, “seu longo isolamento e sua tardia incorporação à economia nacional [...]” (CORAZZA, 2013, p. 1).

Do ponto de vista econômico, por muitos anos,

[...] o Oeste Catarinense não passava de um corredor de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul. Por ali passava o chamado “Caminho das Tropas”, que conduziam o gado xucro¹⁰ dos campos gaúchos, para alimentar os trabalhadores do café e da mineração. Ao longo desses caminhos foi se dando a ocupação do território, através das fazendas de criação de

¹⁰ O gado xucro foi introduzido em 1629 pelos Jesuítas nos terrenos baixos do rio Uruguai. Com a chegada dos bandeirantes, os Jesuítas retiraram-se para a outra margem do rio, deixando o gado nas reduções. Esses rebanhos, abandonados no pampa e reproduzindo-se à solta, tornaram-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecido como “Vacaria del Mar” – situada entre a Laguna dos Patos e os rios Jacuí e Negro (BRASIL ESCOLA, 2016, p. 1). Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/introducao-do-gado.htm>. Acesso em: 10/03/2016.

gado e o estabelecimento dos primeiros povoados (CORAZZA, 2013, p. 2).

Vários foram os ciclos econômicos que caracterizaram a ocupação do território e a evolução das atividades econômicas. Conforme descreve Corazza (2013), a primeira fase de ocupação - que se estende até meados do século 19 - foi da ocupação dos campos com as grandes fazendas de criação pecuária, seguido pelo ciclo de ocupação das matas e extração da erva-mate – final do século 19 e se estende até o final das primeiras décadas do século 20-, o ciclo de extração da madeira – início do século 20 -, o processo de colonização e o desenvolvimento da agricultura familiar – entre 1916 e se intensifica a partir de 1940 - e, finalmente, a formação dos complexos agroindustriais – décadas de 1950 a 1970. Nas Figuras 1, 2 e 3, destaque para as áreas recém-colonizadas no Oeste de Santa Catarina.

Figura 1 - Área de mata derrubada para o plantio de milho.



Fonte: Acervo CEOM/UnoChapecó.

Figura 2 - Casas construídas com a madeira derrubada em meio à mata.



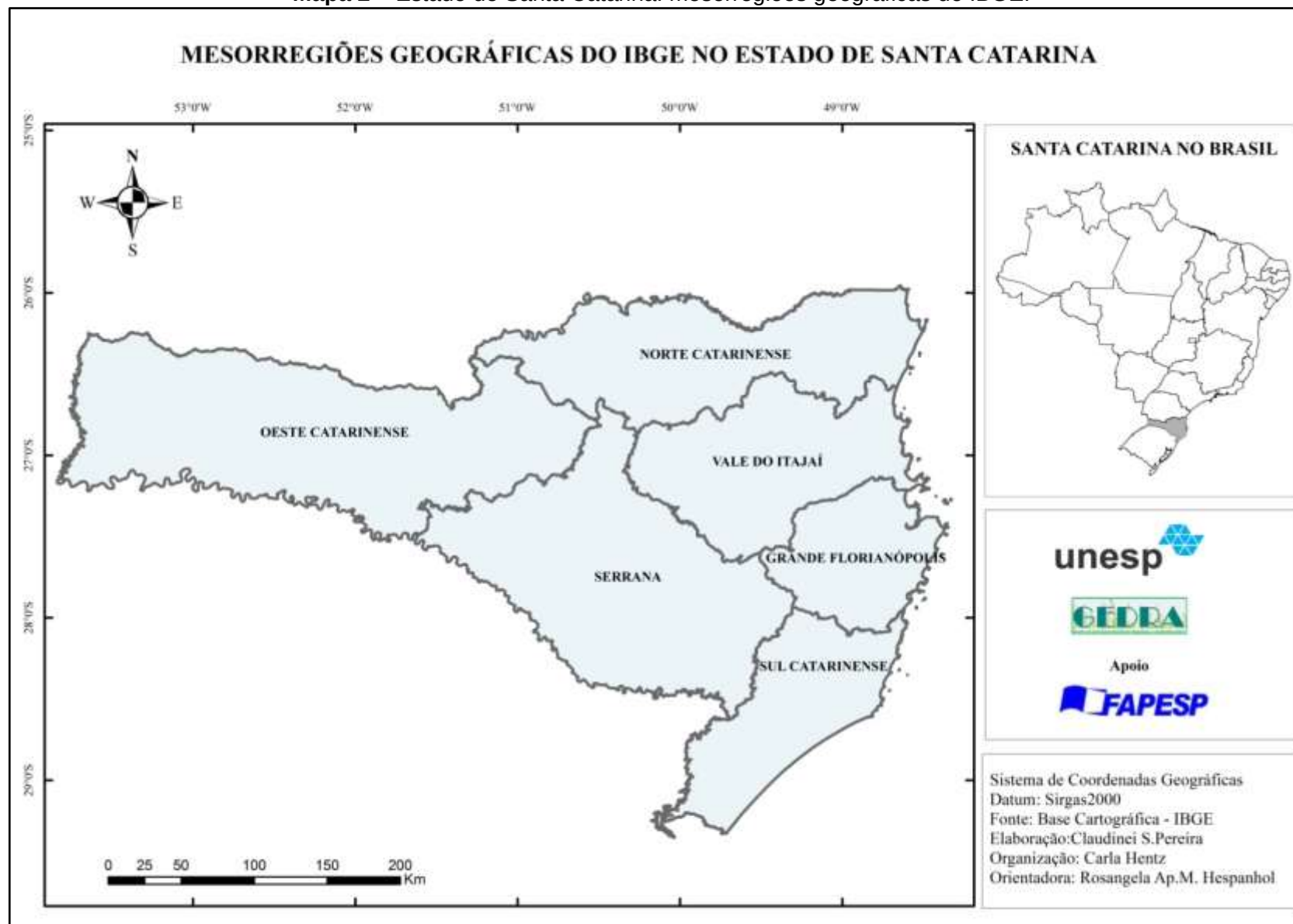
Fonte: Acervo CEOM/UnoChapecó.

Figura 3 - Chapecó em 1942.



Fonte: Acervo CEOM/UnoChapecó.

Mapa 2 – Estado de Santa Catarina: mesorregiões geográficas do IBGE.



Nosso enfoque nesta parte do trabalho será dado ao processo de colonização do Oeste Catarinense, ao desenvolvimento da agricultura familiar e a consolidação dos complexos agroindustriais¹¹.

A ocupação do Oeste deu-se, inicialmente, por meio das empresas colonizadoras, a partir do século XIX, tendo como intuito primordial garantir a posse das terras e efetivar a colonização. No entanto, muito antes da vinda das primeiras empresas colonizadoras e, efetivamente, dos primeiros grupos de alemães e italianos do Rio Grande do Sul, a região já era habitada por índios, especialmente os Xokleng e Kaingang e por caboclos. Este contraste étnico-cultural anos mais tarde resultou em um violento conflito conhecido como Guerra do Contestado¹².

De fato, a colonização das terras do Oeste tornou-se expressiva e legalmente reconhecida pelo Estado com o término da Guerra do Contestado. Segundo Badalotti *et al.* (2007, p. 5), a legitimidade do conflito

[...] passou a fazer parte do discurso de diferentes agentes e se traduziram na "eficácia" do projeto colonizador que encontrou na exclusão da população constituída pelos brasileiros a justificativa e legitimação de um processo que construiu um modelo de agricultor - o colono - conveniente a um "país com vocação agrícola".

Corazza (2013, p. 11) ressalta que a colonização não ocorreu de forma espontânea, mas sim induzida pelo governo,

[...] que julgava pouco eficiente a forma de ocupação pré-existente, feita por grupos sociais diversos, como os índios,

¹¹ Os demais ciclos econômicos que marcaram a colonização do Oeste Catarinense podem ser aprofundados em Corazza (2013), no trabalho intitulado "**Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense**".

¹² A **Guerra do Contestado** ocorreu de 1912 a 1916 envolvendo os moradores locais (brasileiros) e a colonizadora ligada à empresa responsável pela construção da estrada de ferro que atravessaria o meio-oeste entre os rios Iguaçu (ao Norte) e Uruguai (ao Sul), margeando o rio do Peixe em aproximadamente 75% de sua extensão. O conflito tornou-se a razão de dois importantes acontecimentos: do ponto de vista social, uma tragédia para a população cabocla; do ponto de vista econômico uma conquista, um meio de escoar a produção, permitindo fluidez no transporte e comunicação por onde passava.

Para um maior aprofundamento acerca da Guerra do Contestado podem ser consultadas as obras de Paulo Pinheiro Machado "**Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**", 2013; Marli Auras "**Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**", 2015; e a partir da tese de Pertile (2008), intitulada "**Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**".

caboclos e fazendeiros. [...] A intenção governamental era ocupar as terras com uma população de origem europeia, por entender que somente com uma nova filosofia seria possível desenvolver a região.

A partir da década de 1940, a colonização se intensifica e as primeiras propriedades agrícolas rurais começaram a ser instaladas no Oeste, tendo por base a pequena produção familiar, processo este que sustentou o surgimento das atividades econômicas e industriais que, na atualidade, caracterizam a região e seu sistema fundiário. A colonização praticada na localidade, conforme propõe Alba (2008), foi uma continuidade a acumulação de capital que já era realizada em outros locais, como no Rio Grande do Sul, haja vista que possuíam uma vasta experiência no cultivo da terra.

Inicialmente, nas pequenas propriedades rurais era praticada a agricultura de subsistência, bem como a criação de porcos¹³ nas proximidades da casa (Figura 4).

Figura 4 – Criação de porcos na década de 1950.



Fonte: Acervo CEOM/UnoChapecó.

¹³ A criação do porco “à solta” era a principal fonte de renda de muitas famílias, sobretudo para as famílias que não dispunham de grandes áreas de terra. O ambiente favorável – rico em fontes de alimento – contribuía para o baixo custo de produção. A atividade era considerada vantajosa pela alta capacidade de conversão do porco em carne e banha. Os animais eram destinados tanto à subsistência das famílias quanto à comercialização (CROSBY, 1993).

Outros produtos como a extração de madeira, a colheita da erva-mate e o plantio de alfafa se destinavam à venda nos mercados locais e nacionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e para a Argentina (ESPÍNDOLA, 1999).

Corazza (2013, p. 13) salienta que,

[...] os primeiros imigrantes, dedicados à pequena agricultura familiar, começaram a desenvolver atividades agropecuárias, em especial a produção de trigo, milho e de suínos. Na década de 1930, a produção de suínos afirma-se como uma atividade mais rentável que as outras e começa a tornar-se dominante. A crescente demanda de suínos e de banha provinha de São Paulo e foi intensificando o comércio da região catarinense com o centro do país. Foi a partir dessas atividades centradas na criação de suínos que se desenvolveram as primeiras casas comerciais de imigrantes e iniciou o processo de acumulação de capitais gerados na própria região.

Com a evolução das atividades, a produção familiar rural passou a gerar excedentes, fortalecendo a figura do comerciante que realizava o papel de intermediário entre a produção mercantil e os mercados das cidades. Conforme Espíndola (1999), o processo acima descrito resultou, posteriormente, na instalação dos primeiros frigoríficos no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. O aumento nos grandes centros consumidores fez com que os pequenos produtores aumentassem sua produção, momento este em que a criação de suínos recebeu incentivos frente à demanda dos frigoríficos.

A partir da década de 1950, o setor agroindustrial passou a adquirir expressividade como resultado da acumulação de capital de alguns comerciantes que faziam a intermediação entre o comércio de suínos vivos, criados regionalmente, e o mercado consumidor de outras regiões do país. O cenário favorável desenhado pelo crescimento sistemático da produção na região levou alguns desses comerciantes a vislumbrar no processamento industrial de carnes uma excelente oportunidade de investimentos.

Desta forma, quando os frigoríficos surgiram naquela área de Santa Catarina, já contavam com oferta considerável de matéria-prima ao processo industrial. Antes da instalação dos frigoríficos - década de 40-, a suinocultura já se havia tornado a atividade predominante no seio da pequena produção mercantil regional. Todavia, as ofertas de suínos por parte dos pequenos produtores então dependentes eram irregulares.

A necessidade constante e abundante de matéria-prima, por parte dos frigoríficos da região, fez surgir - a exemplo do que já ocorria na Europa e nos EUA - o processo de extração da produção organizada à base do trabalho familiar (ESPÍNDOLA, 1999, p. 102).

Durante as décadas de 1940 a 1960, as atividades produtivas ligadas ao campo no Oeste Catarinense ganharam vigor e se estruturaram em bases industriais, como aponta Pertile (2008, p. 92):

[...] entre duas décadas, 1945 e 1965, ocorreu uma grande diversificação e ampliação na base produtiva na economia do Oeste do estado de Santa Catarina. Nessa região, a produção agropecuária, que até então se voltava ao comércio, começa a se industrializar.

Conforme esclarece Espíndola (1999), as transformações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, juntamente com o crescimento populacional, distribuição de renda e urbanização, condicionaram a sociedade a um aumento significativo no consumo de alimentos processados e semiprocessados. O autor destaca que a significativa presença do ramo alimentar na indústria brasileira está pautada nas grandes agroindústrias que direcionam seu atendimento ao mercado interno e externo.

A consolidação da agroindústria de carnes no Oeste se processou de forma diferenciada e estreitamente ligada a fatores que outrora foram imprescindíveis para promover o desenvolvimento da cadeia produtiva. Em um primeiro momento, aponta-se o Estado como principal agente promotor, criando instâncias legais para viabilizar a implantação. Em um momento posterior, a consolidação das agroindústrias teve como um dos principais pilares a exploração do trabalho de base familiar. A organização da produção em pequenas propriedades rurais permitiu a expansão do capitalismo no campo e propiciou significativo acúmulo de capital ao setor.

Amplamente difundido nos Estados Unidos e países europeus, o “sistema de integração”¹⁴ como foi denominado, respondeu de forma satisfatória às

¹⁴ Sistema de integração consiste em um contrato normativo de parceria entre a empresa (integradora) e o pequeno produtor (integrado). A empresa se responsabiliza pelo fornecimento da matéria-prima, dos insumos e medicamentos, pela assistência técnica, logística de transporte, abate e comercialização da produção. Enquanto o produtor (integrado) aporta as suas instalações, mão-de-obra e se encarrega por atender todas as exigências impostas pela

demandas da agroindústria, principalmente diante das novas imposições tecnológicas de produção e consumo. Segundo Alba (2008), a reestruturação da agricultura em curso no país exige do ramo agroindustrial do Oeste melhoria dos equipamentos, das instalações, modernização das técnicas de produção e, sobretudo, aumento das exigências da qualidade dos produtos e da produtividade.

Piva (2010, p. 24) relata que,

[...] é na década de setenta, portanto, que este novo modelo de produção se assenta plenamente, ao passo que a interdependência entre indústria e agricultura é tão sentida que o antigo caráter autônomo da agricultura, assim como a capacidade decisória dos grupos sociais rurais, se abala e perde força. Dessa forma, muda-se o modo até então predominante de se produzir, combinando elementos antigos como terra e trabalho aos insumos e serviços industrializados.

A adoção do sistema de integração fazia parte do projeto modernizante da agricultura brasileira e visava aumentar a produção e a produtividade, estabelecer novas relações de produção com o uso intensivo de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, aumentando consideravelmente a composição orgânica do capital (ESPÍNDOLA, 1999).

Para Coletti (2009, p. 130), a integração foi uma estratégia para organizar a produção e, ao mesmo tempo, “garantir quantidade, regularidade e qualidade do produto ofertado de acordo com as necessidades dos frigoríficos orientados pelos setores de marketing, de olho no mercado consumidor”.

Durante a década de 1980, as agroindústrias intensificaram o processo de integração dos suinocultores e concentraram a produção. Segundo Coletti (2009, p. 62), este período é marcado por três iniciativas empresarias das agroindústrias:

A primeira foi a diversificação da produção das agroindústrias que buscou ocupar espaços nos mercados consumidores

agroindústria. Ao final, o produtor integrado recebe uma remuneração (FRANÇA, 2000). Outras análises desse processo podem ser realizadas a partir da dissertação de França (2000), intitulada “**A evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil: transformações, determinantes e impactos**”.

interno e externo, tornados mais exigentes em termos de qualidade, variedades de produtos e características dos mesmos. A segunda refere-se à intensificação do processo conhecido como de — integração dos agricultores às agroindústrias, implantado por estas para aumentar o controle sobre o sistema produtivo. [...] A terceira foi a internalização da pesquisa e da assistência técnica, reforçando o controle sobre todo o sistema produtivo.

Diante das novas conjunturas, as pequenas unidades familiares foram forçadas a adotar as estratégias de produção baseadas no sistema de integração. Desse modo, ocorreram alterações nas técnicas de manuseio de animais, melhoramento genético, novas técnicas de desossa, processamento e conservação de carnes; capacitação gerencial e industrial dos funcionários; controle da produção animal por meio de terminais de computadores (ESPÍNDOLA, 1999).

Nesse sentido,

[...] o sistema de integração foi fundamental para o fornecimento regular, uniforme e a preços relativamente baixos de matéria-prima para as agroindústrias. As principais vantagens do sistema de integração para as empresas resumiram-se em: a) abastecimento constante de matéria-prima qualificada; b) matéria-prima de maior qualidade e c) redução dos custos industriais nas operações de abate na elaboração da matéria-prima (ESPÍNDOLA, 1999, p. 105).

Conforme destacam Sorj *et al.* (1982), no início da implementação do sistema de integração, os produtores eram escolhidos em função do número de hectares de terra, da disponibilidade de obterem crédito e de estarem situados próximos à indústria. Sendo assim, já no início da implantação do sistema de integração, a tendência era a diminuição do número de produtores e a respectiva concentração da produção em propriedades já estruturadas.

Nessa ótica, a tendência ao sistema remetia:

[...] à diminuição de produtores de pequenos plantéis e o aumento de produtores maiores são o resultado tanto do sucesso e capitalização de alguns empreendimentos, como da real eliminação dos que não conseguem fazer frente aos aspectos técnicos e econômicos da produção, de modo a

suportar situações de oscilações nos fatores de produção e comercialização (SORJ *et al.*, 1982, p. 41).

Pertile (2008) complementa que apenas uma pequena parcela dos produtores conseguiu ser incluída nesse processo, pois os demais acabaram excluídos por não se adaptarem às exigências das empresas. “Os produtores inseridos associaram-se ao capital industrial por meio do sistema de integração e, apesar de perderem o controle do processo produtivo, conseguiram reproduzir-se como pequenos produtores” (PERTILE, 2008, p. 130).

Este processo de seleção impactou profundamente na dinâmica do desenvolvimento da região. Até o início dos anos 1980, a maioria dos agricultores estava integrada ao mercado, o que refletia em um padrão de desenvolvimento rural e regional bastante homogêneo. Neste período, “o equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território passa a sofrer forte transformação” (MIOR, 2010, p. 239).

As novas imposições tecnológicas passam a refletir na tradicional forma de inserção da produção familiar rural, conduzindo a uma especialização e concentração da produção. “As agroindústrias, respondendo às exigências do mercado, procuram cada vez mais a produtividade” (PIVA, 2010, p. 30). O sistema de integração que inicialmente ofertava ganho mútuo passa a favorecer consideravelmente as agroindústrias. Nesta nova seleção, os produtores passam a ser escolhidos em virtude da escala de produção da matéria-prima, ou seja, os mais capitalizados e de maior porte. É nesta direção que o texto segue, evidenciando as mudanças que ocorreram nas últimas décadas nas relações entre a agricultura familiar e o sistema agroindustrial.

1.2 Os rebatimentos da especialização produtiva das agroindústrias do Oeste Catarinense no tocante à agricultura familiar.

A partir do final da década de 1980 e início da de 1990, as relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias passaram por profundas mudanças. A reestruturação produtiva promovida na cadeia agroindustrial provocou e tem provocado ao longo das últimas décadas, progressiva exclusão da agricultura

familiar, haja vista que as exigências impostas aos integrados estão cada vez mais rigorosas.

De acordo com Testa *et al.* (1996), no ano de 1980, de um total de 67 mil famílias que tinham na suinocultura sua principal fonte de renda, em 1995 restaram somente 20 mil produtores nesta condição. O aumento na escala de produção de alguns produtores implicou automaticamente na eliminação de outros.

Contudo, cabe destacar que, mesmo diante da drástica redução no número de produtores, “a produção apresentou um incremento de 180%, o que caracteriza uma severa concentração da produção naqueles agricultores que permaneceram na atividade” (MELLO; FILIPPI, 2007, p. 5), refletindo o grau de modernização imposto às propriedades, tornando-se, efetivamente, o principal fator de exclusão dos menos capitalizados.

A implantação do novo sistema produtivo processou-se de forma extremamente seletiva, priorizando produtores capazes de responder de forma eficiente aos novos padrões de produção. Moldado para exercer e manter o controle ideológico e econômico sobre o produtor, o sistema de integração consolida a dependência agricultor/empresa, aprofundando a territorialização do capital no campo.

O sistema de integração, conforme destaca Espíndola (1999), acarretou profundas transformações na base técnica do processo produtivo local, bem como na organização da unidade familiar. Nesse sentido, considera-se:

[...] o sistema da parceria, como também é conhecido, funciona como uma via de mão dupla. O parceiro (integrado) assume com a empresa o compromisso de *pegar* os animais com pouca idade [...] e criá-los até que atinjam o peso de abate, sem se descuidar de especificações como o prazo de terminação, a sanidade e os demais fatores que garantem a qualidade da carne. A construção dos aviários e das pocilgas também é responsabilidade do produtor, que arca ainda com as despesas com os incrementos tecnológicos (comedouros e bebedouros automáticos, sistema de ventilação, aquecimento, etc.). Por sua vez, a empresa integradora se responsabiliza pelos animais, ração, medicamentos, assistência técnica e transportes, bem como pela garantia de compra integral da produção. (PIMENTEL, 1996, p. 129, *apud* CAVASOTTO; BAUTITZ, 2008, p. 78).

Este sistema exige dos produtores constantes adaptações tecnológicas, sendo que tais mudanças são bruscas, repercutindo diretamente em alterações financeiras. De fato, a grande maioria dos produtores não possuía as condições mínimas para permanecer no novo modelo produtivo. Parcela significativa destes por falta de recursos financeiros, pequena escala de produção, falta de mão-de-obra, de outras oportunidades de trabalho etc., ou por não desejarem se submeter às imposições do sistema ficou à margem do processo produtivo.

Neste novo cenário e subordinado a lógica industrial, “o pequeno produtor deixa de ser produtor de subsistência, e passa a produzir essencialmente para o mercado” (GRAZIANO DA SILVA, 1985). Diante da dominação do grande capital no campo, os espaços rurais passam a ser determinados por processos macro como o da globalização da economia e do sistema alimentar, não restando outras opções a não ser se integrar às agroindústrias. Os produtores, diante deste modelo produtivo, acabam inseridos em uma lógica de dependência e subordinação, em que possuem pouca ou nenhuma representatividade para alterá-la.

Segundo Mello e Filippi (2007, p. 5), além da exclusão de quase 50 mil famílias, a reestruturação produtiva da suinocultura

[...] resultou na concentração da renda, no empobrecimento de uma parcela relativamente alta da população rural, no aumento da dependência de insumos produzidos externamente (tanto da unidade familiar como da região), no incremento do êxodo rural e no despovoamento de muitas áreas rurais e, conseqüentemente, na subutilização de investimentos rurais (escolas, serviços de saúde, eletricidade).

Para Mior (2010, p. 240), “a emergência, nos anos 90, de uma miríade de iniciativas de agregação de valor protagonizadas por um diversificado conjunto de atores locais e regionais sinaliza para um novo momento no processo de desenvolvimento regional”. Pressionados e sem alternativas, muitos produtores veem-se obrigados a procurar por novas alternativas que propiciem e garantam a sobrevivência destes atores sociais.

Algumas destas iniciativas convergem para a organização de cooperativas e/ou associações de pequenos agricultores, que buscam por meio da união coletiva, inúmeras novas estratégias para se reproduzir e manter no

campo. Cabe destacar também, que é neste contexto que surgem novas políticas de apoio à agricultura familiar, como o PRONAF, ao qual destacamos no capítulo um. Esta nova conjuntura contribui “para a construção de um novo ambiente institucional e organizacional dos empreendimentos de agregação de valor dos agricultores familiares” (MIOR, 2010, p. 241).

É importante assinalar, conforme destaca Mior (2010, p. 7), que o contexto desta mudança exige “uma análise do inter-relacionamento entre as estratégias de ação destes agentes nas diversas escalas espaciais”. Coexistem na região Oeste, agroindústrias modernas, como se observa na Figura 5 – que seguem padrões globalizados de produção, fortemente ligadas ao mercado europeu de carnes e, ao mesmo tempo, ao mercado nacional e uma série de pequenas agroindústrias familiares, como se destaca na Figura 6, voltadas para mercados de nicho – produtos coloniais e artesanais.

O importante a assinalar aqui é que recursos menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber fazer local, passaram a ser vistos como cruciais para a emergência de novas redes de produção e consumo alimentares. [...] Portanto, na região Oeste existe um processo de estandarização da produção e dos mercados consumidores, promovida pela grande agroindústria convencional, assim como um processo de re-valorização da diversidade ecológica e sócio-cultural promovido por outros atores regionais (MIOR, 2010, p. 241).

A constituição das agroindústrias familiares torna-se um dos principais pilares no processo de transformação territorial. “Se até os anos 90 a dinâmica da agricultura familiar era vista a partir de sua integração em cadeias agroindústrias tradicionais (suínos e aves), mais recentemente estudos evidenciam a agroindustrialização autônoma da agricultura familiar” (MIOR, 2008, p. 1).

Neste duplo movimento, presencia-se, de um lado, forte concentração e aprofundamento das trajetórias das agroindustriais modernas, e por outro, vivencia-se, sobretudo a partir dos anos de 1990, uma (re)valorização da produção artesanal de alimentos¹⁵. Este movimento de busca por alternativas

¹⁵A produção artesanal de alimentos é realizada em pequena escala e, na maioria das vezes, com ingredientes naturais, sendo as receitas oriundas de tradição familiar ou das práticas alimentares regionais.

pode estar devolvendo a autonomia dos agricultores familiares frente às grandes agroindústrias.

Figura 5 – Unidade produtiva da BRF¹⁶ – Brasil Foods em Chapecó (SC).



Fonte: Trabalho de campo. HENTZ, C. (2016).

Figura 6 – Unidade produtiva de uma pequena agroindústria familiar de destilados.



Fonte: Trabalho de campo. HENTZ, C. (2016).

¹⁶ Fundada em 2009, a BRF, antiga Brasil Foods S.A., é um conglomerado brasileiro do ramo alimentício, que surgiu através da fusão das ações da Sadia ao capital social da Perdigão.

Neste processo de luta pela construção de novas alternativas/estratégias, muitos agricultores passaram a constituir suas próprias agroindústrias, cooperativas e associações de produtores, como também, se tornaram atores com voz na formulação de políticas públicas que buscam beneficiar este segmento (PERICO, 2009).

De acordo com o último dado publicado pela Epagri em 2010, existem no estado de Santa Catarina 1.894 pequenas agroindústrias familiares, como podemos visualizar na Tabela 1.

Tabela 1 - Agroindústrias no estado de Santa Catarina por tipo de matéria-prima (2010).

MATÉRIA-PRIMA	TOTAL	(%)
Frutas e derivados	394	21
Cana de açúcar e derivados	377	20
Massa/panificação	318	17
Leite e derivados	258	14
Mandioca e derivados	188	10
Hortaliças e derivados	176	9
Mel e derivados	118	6
Suínos e derivados	113	6
Ovos	104	5
Grãos e derivados	59	3
Aves e derivados	50	3
Bovinos e derivados	39	2
Outros	156	8
TOTAL	1.894	100

Fonte: EPAGRI, 2010. Dados organizados pela autora.

Os principais produtos processados são frutas e derivados com 394 unidades (21%), derivados da cana-de-açúcar com 377 unidades (20%), massas e panificados com 318 unidades (17%) e derivados do leite com 258 unidades (14%). A organização dos pequenos produtores rurais em redes de cooperação como fator de sobrevivência tem por objetivo a implantação de estratégias, criando novas condições para que o homem do campo encontre oportunidades de gerar renda e emprego no espaço rural por meio da agregação de valor à produção “*in natura*”, evitando a evasão para as cidades.

A constituição das agroindústrias familiares rurais pode ser vista como um elemento do processo de reconfiguração de recursos (produto colonial)

promovida pela agricultura familiar juntamente com organizações associativas e com apoio do poder público (MIOR, 2010).

A agroindústria familiar rural, segundo Mior (2008, p. 2),

[...] é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorram geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

Ainda de acordo com Mior (2010, p. 242), outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar rural, tais como:

[...] a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.

No Oeste Catarinense, em particular, vários agentes podem ser citados na trajetória organizativa da agricultura familiar, a exemplo: a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO¹⁷, a Federação da Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL¹⁸, a constituição de

¹⁷ A APACO é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 20 de novembro de 1989, com sede em Chapecó – SC. Tem por propósito estimular e assessorar o desenvolvimento da agricultura de grupo na região Oeste de Santa Catarina. Formada por grupos de agricultores familiares, busca enfatizar o desenvolvimento regional sustentável através de sete programas: agroecologia; agroindústria familiar associativa; comercialização justa; assessoria técnica; gestão agrícola; cooperativismo de crédito; desenvolvimento rural sustentável e capacitação e intercâmbio (APACO, 2015). Disponível em: <<http://www.apaco.org.br/index.html>>. Acesso em: 31/03/2015.

¹⁸ Fundada em 28 de Março de 2001, a FETRAF-SUL está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar, ASSAF, APAFA e ASSINTRAFs em toda a região Sul. Com sindicatos regionais fortes, a Fetra-Sul/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo

Cooperativas da Reforma Agrária e a marca “Terra Viva”, e a Associação dos Municípios do Oeste Catarinense – AMOSC¹⁹. Todos estes agentes assumem “posturas pró-ativas na construção e implementação de novas estratégias de desenvolvimento” (MIOR, 2010, p. 243).

A importância destes agentes na construção do desenvolvimento local/regional é incontestável, haja vista que estes novos atores regionais,

[...] passam assim a discutir e a implementar estratégias de desenvolvimento territorial baseadas na agroindustrialização de base familiar. Além da mobilização das redes sociais, os agricultores familiares deram mais um passo ampliando a complexidade dos seus empreendimentos. Construíram formas de organização em rede das agroindústrias para servir de apoio em várias dimensões do processo de criação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos (MIOR, 2010, p. 243).

As organizações coletivas, neste contexto, tem se apresentado como uma alternativa viável de organização social, estimulando não somente a união dos pequenos agricultores em associações e cooperativas, como também, fomentando novas experiências de usos de marcas e selos coletivos, colocando-se como um caminho para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, viabilizando a produção de pequenas propriedades por meio da agregação de valor, facilitando o acesso aos mercados de produtos com qualidade diferenciada.

A agregação de valor à produção artesanal e o uso de selos e marcas também pode ser verificado durante nosso estágio na Escócia. Para ampliar o nicho de mercado e dar maior visibilidade aos produtos dos *crofters*, a Federação Escocesa *Crofting* lançou em 2009 a marca *Scottish Crofting Produce Mark*, na

caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares (FETRAF-SUL, 2015). Disponível em: <<http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso em: 31/03/2015.

¹⁹Fundada em 11 de fevereiro de 1968, a AMOSC tem por objetivo promover a excelência da administração pública municipal e o desenvolvimento regional sustentável, por meio da integração institucional, do assessoramento técnico e da prestação de contas. Atualmente a AMOSC congrega os municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, São Carlos, Santiago do Sul, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste. Em 1996 constitui a primeira agência de desenvolvimento (Instituto Saga), instituto este que institui vem atuando no apoio ao desenvolvimento de iniciativas de agroindustrialização constituindo para isso uma marca coletiva chamada Castália que é disponibilizada aos agricultores juntamente com o Código de Barras. Disponível em: <<http://www.amosc.org.br/>>. Acesso em: 31/03/2015.

qual inúmeros alimentos produzidos nos *crofts* Escócia são comercializados, tais como: carne bovina, de porco e cordeiro; batatas, vegetais e frutos vermelhos; ovos, leite e laticínios; mel e compotas; lã e malhas (Figura 7).

Figura 7 – Marca dos produtos das Terras Altas e Ilhas escocesas.



Fonte: <http://www.crofting.org/index.php/scpbrand>.

O uso da marca tem possibilitado aos *crofters* novas fontes de renda e, principalmente, contribuído com o desenvolvimento do rural escocês e com a manutenção da agricultura *crofting*. Os produtos certificados pela marca atestam que o produtor é um membro da Federação Escocesa *Crofting* e que este atende a todas as normas de qualidade, saúde animal, bem-estar, higiene e rastreabilidade. A Federação Escocesa *Crofting* é a maior associação de produtores de alimentos em pequena escala do Reino Unido (SCOTTISH CROFTING FEDERATION, 2015).

No caso do Oeste Catarinense, as ações vinculadas às cooperativas e associações levam em consideração o perfil e a diferenciação interna dos agricultores e dos produtos, elencando estratégias para a agricultura familiar. Algumas das ações convergem no sentido de fornecer amparo jurídico institucional, assistência técnica, cursos de capacitação, auxílio na elaboração e

implementação de projetos e, em grande medida, no estímulo à organização participativa dos agricultores familiares.

A atividade de processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores abrange uma grande variedade de produtos, constituída, em sua maioria, em bases artesanais. “Enquanto boa parte da agroindústria convencional da região busca insumos e matérias primas externas à propriedade e região [...], a agroindústria familiar potencializa a utilização de insumos e matérias primas locais e regionais” (MIOR, 2010, p. 243).

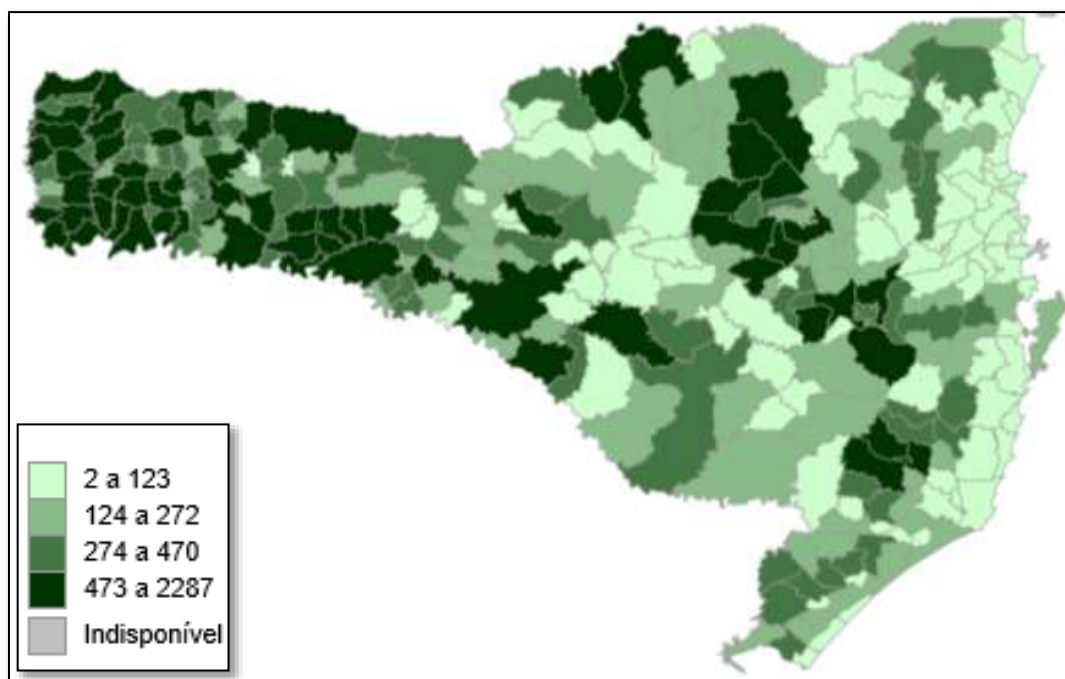
As agroindústrias familiares, em boa parte, processam matéria primas como leite (queijos, iogurtes, requeijão, manteiga e nata), frutas (conservas, doces, sucos, vinhos), cana-de-açúcar (melado, açúcar-mascavo, doces) grãos, mel, chás, pães, massas, derivados de carne (suína e aves), hortaliças, dentre os produtos. Essas pequenas agroindústrias têm pautado o desenvolvimento de seus sistemas produtivos para contrabalancear, pelo menos em parte, a forte tendência à especialização dos convencionais sistemas de produção.

Embora a região apresente a predominância de pequenas unidades produtivas, “elas diferenciam-se em vários aspectos, sejam ligados às formas de produção, ao uso do solo, aos graus de capitalização, às relações estabelecidas com o mercado regional, e principalmente, aos aspectos que caracterizam as especificidades de cada unidade familiar” (BADALOTTI, 2003, p. 20).

Para contrapor as atividades produtivas dominantes (suinocultura, avicultura e, nos últimos anos, a produção leiteira), muitos agricultores têm adotado a diversificação das atividades como estratégia de renda, buscando uma melhor utilização da terra. Isto de fato ocorre, por que cada vez mais a economia agrícola da região tem se tornado dependente de algumas atividades.

De acordo com os dados publicados pelo IBGE (Censo Agropecuário de 2006), no estado de Santa Catarina, 111.362 estabelecimentos estão envolvidos na criação de aves, 82.348 na criação de suínos e 89.043 na produção de leite. Do total de estabelecimentos (aves, suínos e leite), a região Oeste do estado concentra a maior parcela da produção. Conforme pode ser visualizado na Figura 8, dos 111.362 estabelecimentos envolvidos na criação de aves, 19.964 concentram-se na Microrregião Geográfica de Chapecó, o que representa 17,92% em relação ao estado.

Figura 8 – Aves – Concentração dos estabelecimentos agropecuários por município em Santa Catarina.



Fonte: IBGE – (Censo Agropecuário de 2006).

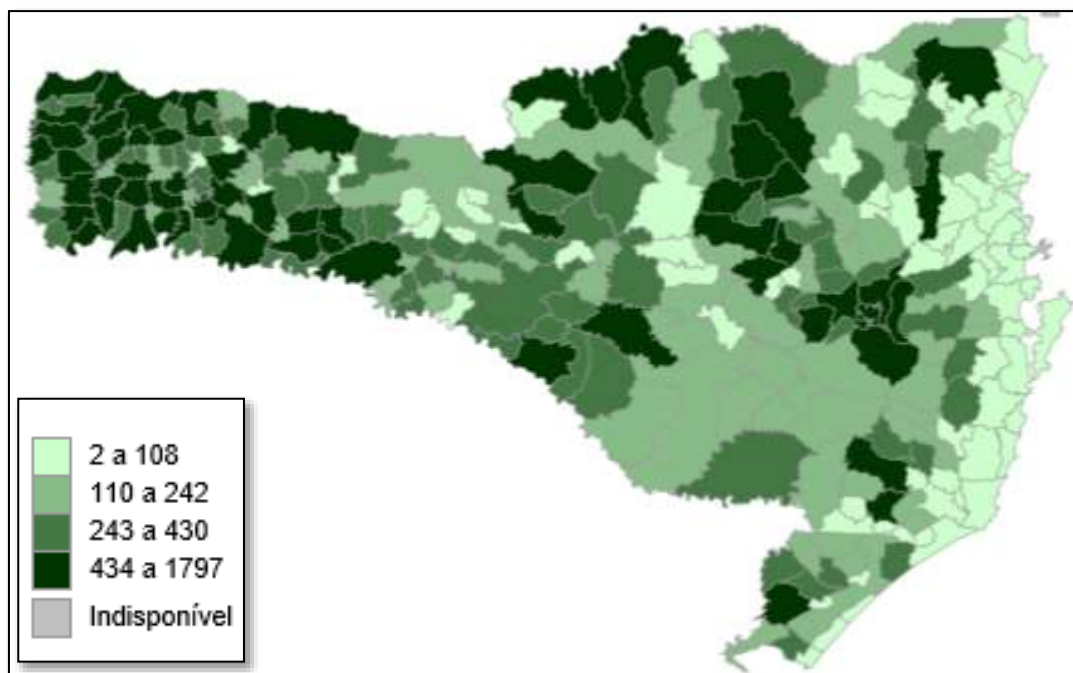
Em uma análise comparativa entre a produção de aves e suínos, o setor avícola está presente em 73% dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina. Em relação à MRG de Chapecó, este valor corresponde a 79% dos estabelecimentos agropecuários.

No que concerne à produção de suínos, dos 82.348 estabelecimentos no estado, 15.932 estão na Microrregião Geográfica de Chapecó, o que corresponde a 19,93% em relação ao estado, conforme podemos visualizar na Figura 9.

Do total de 89.043 estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção leiteira no estado, 18.118 estão na Microrregião Geográfica de Chapecó, o que representa 20,34% em relação ao estado, conforme demonstra a Figura 10.

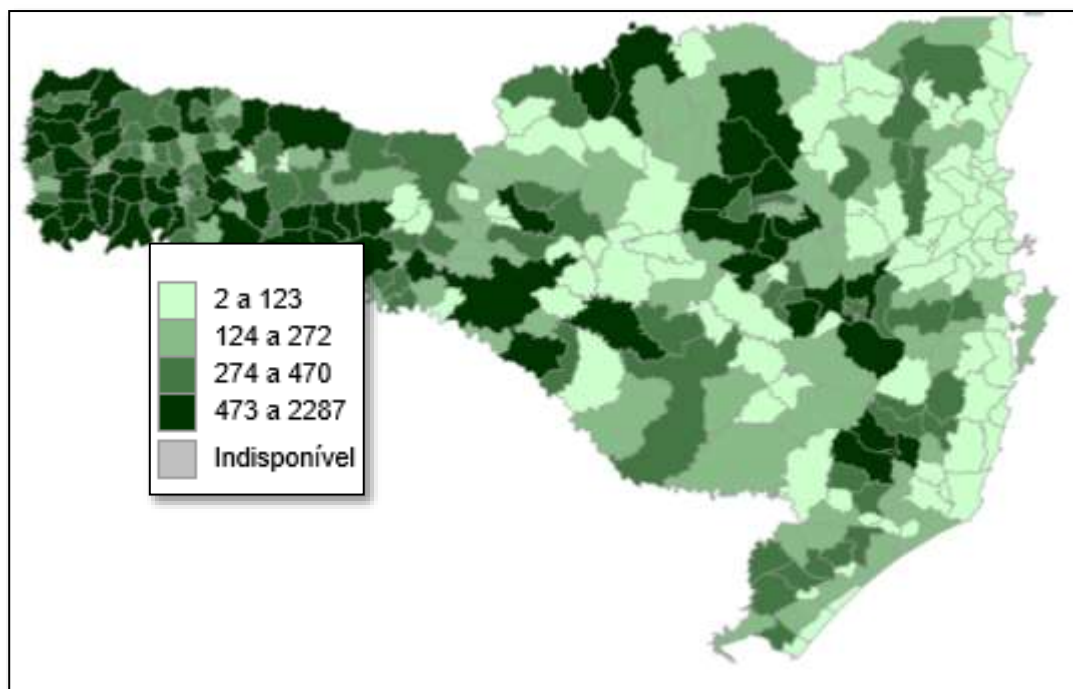
Se compararmos a produção leiteira do estado em relação à produção de suínos, o leite corresponde a 92% dos estabelecimentos agropecuários. Em relação à MRG de Chapecó, a produção de leite representa 87,93% dos estabelecimentos agropecuários.

Figura 9 – Suínos – Concentração dos estabelecimentos agropecuários por município em Santa Catarina.



Fonte: IBGE – (Censo Agropecuário de 2006).

Figura 10 – Leite - Concentração dos estabelecimentos agropecuários por município em Santa Catarina.



Fonte: IBGE – (Censo Agropecuário de 2006).

Diferentemente da produção de aves e suínos – em que a produção é totalmente destinada às agroindústrias processadoras de carne -, atualmente (2016), a dinâmica do setor leiteiro esta pautada em uma mescla de produtores e de empresas de laticínios, diferenciados, sobretudo, no que tange ao volume de produção/beneficiamento e de inserção tecnológica. Conforme destaca Camilo (2014, p. 2):

[...] Tem-se, portanto, pequenos, médios e grandes produtores de leite e empresas de laticínios atuando juntos, em grande parte do espaço do sul do Brasil. Algumas áreas com predomínio de pequena produção de leite onde pequenas empresas de laticínios atuam, bem como outras áreas com produção intensiva de leite onde quem atua são as grandes empresas multinacionais.

De maneira muito semelhante à especialização produtiva que ocorreu na cadeia produtiva de carne (aves e suínos), a produção leiteira também passou por profundas transformações na atividade e, de forma mais intensa, a partir de meados das décadas de 1990 e 2000. De acordo com Camilo (2014), entre os anos de 1996 a 2006, três em cada dez produtores deixaram a atividade. No entanto, no mesmo período, houve um aumento de 6.787 para 15.113 litros por estabelecimento agropecuário, reflexo condicionante da intensa concentração produtiva que houve no setor.

Coube aos produtores, que não conseguem se manter e/ou inserir na lógica do capital industrial e de mercado, procurar por novas possibilidades de inserção no mercado agroalimentar, sendo a industrialização familiar uma possibilidade interessante de valorização e agregação de valor à capacidade produtiva da pequena agricultura familiar. Muitas destas alternativas convergem para o processamento/transformação da matéria-prima *in natura* – leite -, em derivados como queijo, manteiga, nata, iogurte, tornando os pequenos empreendimentos economicamente viáveis.

Sendo assim, o incentivo às iniciativas de agroindustrialização da agricultura familiar decorre da perspectiva diferenciada em termos de arranjos produtivos locais. A implantação de pequenas agroindústrias familiares no meio rural vem caracterizando-se, cada vez mais, como uma importante alternativa de geração de renda, novas oportunidades de trabalho para os jovens – motivando-

os a permanecerem em suas propriedades -, contribuindo para a redução parcial do quadro da evasão rural. Diante deste cenário, cabe também destacar a importância que tem o poder público em suas escalas de atuação, sendo responsável pela execução de políticas de estímulo ao desenvolvimento da produção agrícola de caráter familiar, considerando o potencial de dinamização do desenvolvimento local/regional a partir da atividade.

Assim como as pequenas agroindústrias familiares, as políticas públicas de apoio à agricultura familiar também têm se apresentado como uma nova alternativa aos agricultores menos capitalizados e, de fato, esta tem sido a estratégia encontrada por muitos dos agricultores familiares do Oeste Catarinense que não conseguem acompanhar as novas bases técnicas e a integração com os demais setores industriais. A mercê do processo produtivo, estes pequenos agricultores carecem de iniciativas de apoio produtivo para manter e desenvolver a agricultura familiar.

A adesão às políticas públicas no Oeste Catarinense tem sido permeada, sobretudo, por esta dificuldade de acesso e até mesmo de permanência nas atividades produtivas dominantes ou pela descapitalização dos núcleos familiares, sendo que, muitos não possuem terra, capital ou qualificação para acompanhar tal processo. Associam-se a esses fatores, inúmeros outros que vieram a prejudicar a agricultura familiar e corroboraram para a difícil situação dos pequenos agricultores ao longo dos anos:

[...] a falta de políticas públicas, que geralmente se voltavam aos interesses das oligarquias fundiárias; o baixo valor agregado de seus produtos; a falta de sucessão familiar no campo; a concorrência intensa de produtos industrializados; além de efeitos climáticos e acúmulo de dívidas (PIVA, 2010, p. 27).

Para Sabourin (2014, p. 1), “uma das grandes dificuldades das formas de agricultura familiar reside no acesso a mercados parciais e diversificados adaptados às suas características socioeconômicas específicas”. Suprir esta lacuna do momento produtivo, talvez seja uma das principais inovações do PAA e o principal motivo da adesão. Longe de ser a única via de comercialização, o programa tem se apresentado como mais um canal de comercialização. Outro fator fundamental inerente ao programa está na sua flexibilidade e capacidade de adaptação às demandas locais/regionais.

Muitos produtos que, até então, eram desconhecidos em seu valor comercial, passam a gerar renda aos agricultores, integrando os hábitos alimentares locais as demandas sociais. A articulação da produção de alimentos ao consumo local, além de promover o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar local, contrapõem-se ao modelo de produção vigente “que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital” (GRISA *et al.*, 2009, p. 11).

Destaca Grisa *et al.* (2009, p. 11), que o PAA sinaliza

[...] um novo alento para estas famílias que podem lançar mão justamente da sua “pequenez”, para articular-se com o mercado. [...] Aliada a esta “pequenez”, os agricultores podem somar um conjunto de valores presentes no seu “modo de vida” – a tradição, os costumes, os hábitos alimentares locais, o artesanal, o saber-fazer etc. – que encontram espaço para expressarem-se sobretudo nos mercados locais ou em mercados específicos, como este criado pelo PAA.

A incorporação desta política pública significa novas possibilidades de ingressar nos mercados e, ao mesmo tempo, oportunidade para estes agricultores familiares de se distanciar das imposições do modelo produtivo, “que se mostra inadequado às especificidades desta categorial social, sobretudo no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico” (GRISA *et al.*, 2009, p. 11).

A adesão ao programa configura-se em um importante instrumento para renovar o enfoque dado à agricultura do Oeste Catarinense, e para isto, as ações vinculadas à gestão pública tornam-se fundamentais para garantir a captação de recursos e promover a organização dos atores sociais e das lideranças locais,

[...] pois traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

É no nível local que as particularidades se expressam, que a interação entre atores sociais acontece e, principalmente, onde as políticas públicas se viabilizam. Fortalecer a agricultura familiar e propiciar sua reprodução social são

ações eficazes que garantem emprego e renda, promovem o desenvolvimento rural sustentável e, sobretudo, reduz a grande pressão sobre os centros urbanos, evitando as migrações campo-cidade.

Todas essas ações se fazem necessárias, em grande medida, diante das crescentes imposições tecnológicas à produção, a falta de estrutura das pequenas propriedades rurais e, muitas vezes, a renda insuficiente obtida a partir da atividade agropecuária, tornando a permanência dos agricultores familiares no campo um desafio.

E neste sentido, damos sequência ao texto, elencando algumas características da formação sócioespacial da Mesorregião Oeste e dos municípios selecionados, com o intuito de mensurar em um momento seguinte, as ações do PAA no que concerne à pequena agricultura familiar e as estratégias desenvolvidas por esta, diante da falta de estímulos à produção agropecuária, das dificuldades econômicas enfrentadas e da acentuada concentração produtiva de algumas atividades produtivas, colocando em risco a permanência da população no campo.

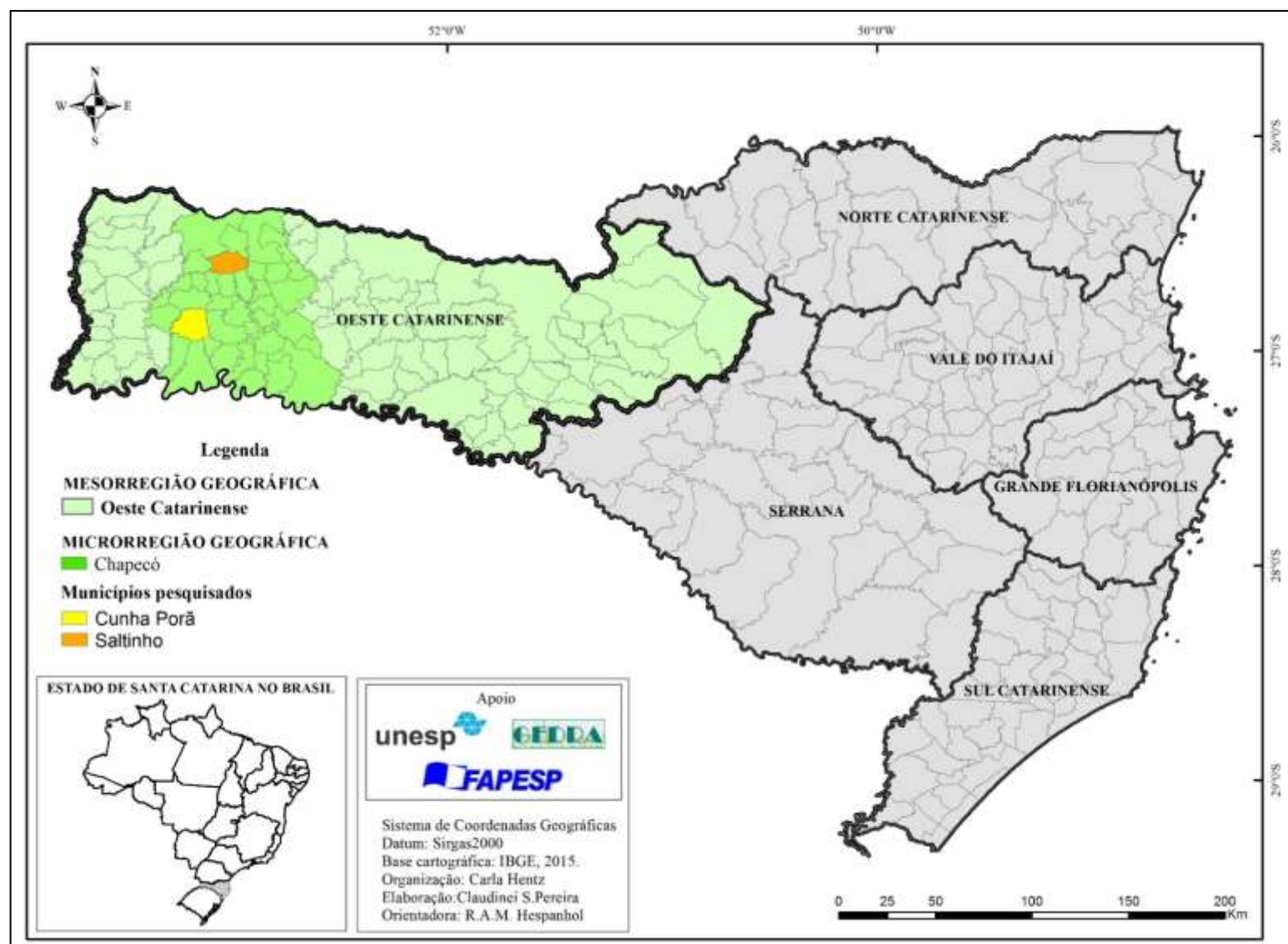
1.3 Contextualização da Mesorregião Oeste.²⁰

Antes de analisarmos diretamente as ações do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil e na região Sul, faremos uma contextualização acerca das características socioespaciais que compõem o espaço do Oeste Catarinense, no qual se insere a Microrregião Geográfica de Chapecó²¹ e da qual fazem parte os municípios de Saltinho e Cunha Porã. Esta porção Oeste, com uma área de 25.215 Km², é a maior das seis Mesorregiões do Estado de Santa Catarina (visualizar Mapa 3).

²⁰ Optou-se por fazer uma análise da Mesorregião Oeste e não apenas da Microrregião Geográfica de Chapecó por abarcar maior riqueza de detalhes em relação à totalidade das características que compõem o espaço do Oeste Catarinense.

²¹ As Microrregiões Geográficas são áreas individualizadas em cada estado, que apresentam formas de organização dos espaços com identidade regional, definidas pelas seguintes dimensões: processo social como determinante, quadro natural como condicionante e rede de comunicações como elementos de articulação espacial. O estado de Santa Catarina divide-se em 20 Microrregiões, sendo a Microrregião Geográfica de Chapecó uma das microrregiões pertencentes à Mesorregião Oeste. Sua população foi estimada em 405.066 habitantes, sendo que 298.985 vivem no meio urbano (73,81%), e 106.081 no meio rural (26%), (IBGE 2010). Possui uma área total de 6.045,917 Km² dividida em 38 municípios, representando (6,31%) da superfície estadual.

Mapa 3 - Localização da Mesorregião Oeste de Santa Catarina, da MRG de Chapecó e dos municípios de Cunha Porã e Saltinho.



O relevo do território catarinense é subdividido em três grandes unidades geomorfológicas, (visualizar Mapa 4)²²: a Planície Costeira, as Serras Litorâneas e o Planalto Ocidental, este último corresponde à região Oeste. O Planalto ocupa 64% do território catarinense e 36% é constituído de planícies. Nas planícies, a altitude varia entre 0 e 200m.

A região do Planalto Ocidental ainda pode ser subdividida em Planalto dos Campos Gerais e Planalto Dissecado do Rio Iguaçu-Rio Uruguai. O Planalto Dissecado do Rio Iguaçu-Rio Uruguai, no qual se insere a região Oeste, apresenta um relevo bastante dissecado, com vales profundos e vertentes escalonadas em patamares (WELTER, 2006), como podemos visualizar na Figura 11.

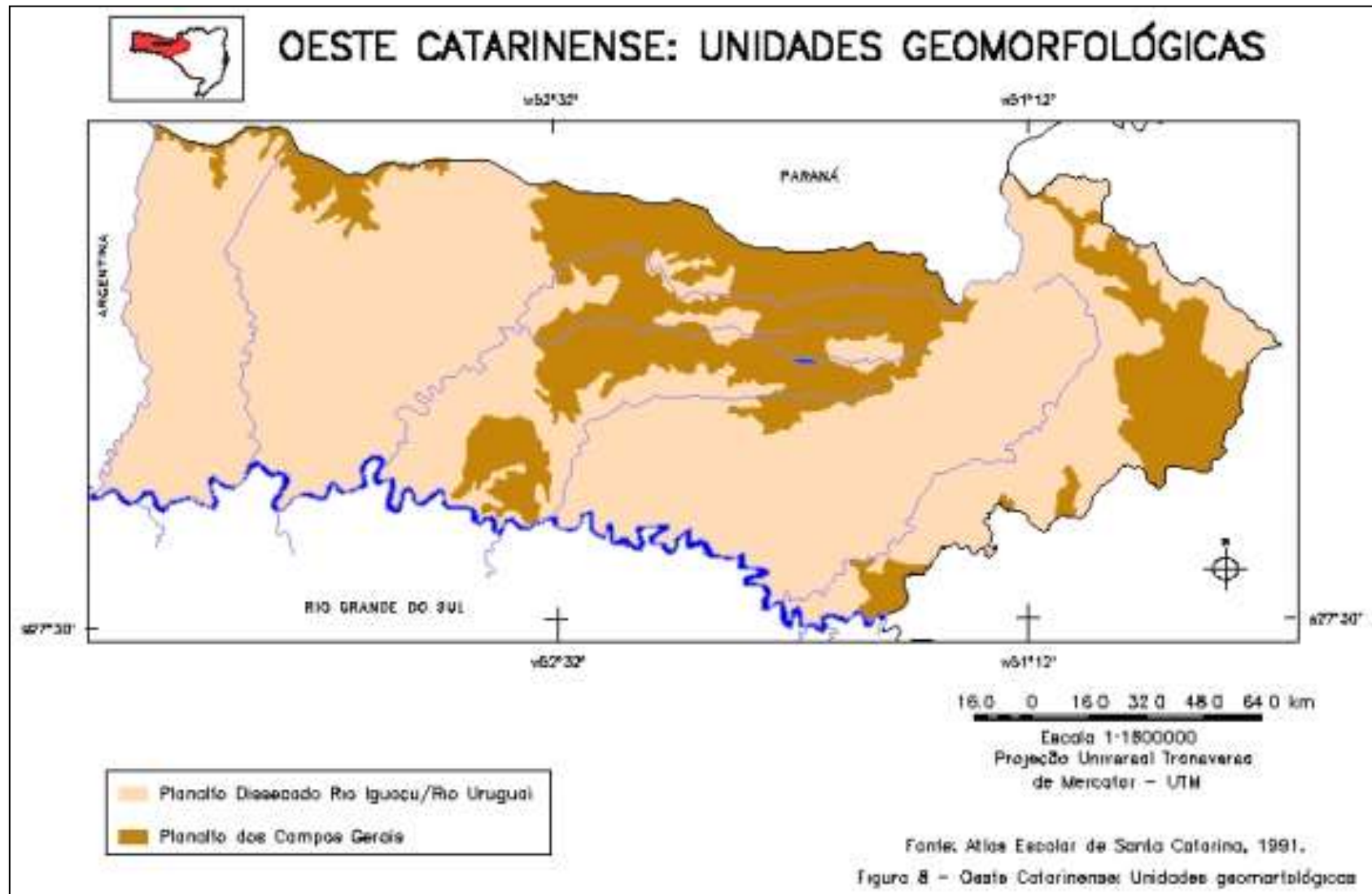
Figura 11 – Relevos do Planalto Dissecado do Rio Iguaçu-Rio Uruguai.



Fonte: Trabalho de campo. HENTZ, C. (2015).

²² Na sequência do texto, os Mapas 5, 6 e 7, não apresentam uma resolução de alta qualidade. No entanto, optamos por manter os mapas devido à riqueza de detalhes do recorte espacial, sendo possível efetuar uma análise detalhada da região Oeste do estado de Santa Catarina.

Mapa 4 – Unidades Geomorfológicas do Oeste Catarinense.



Fonte: WELTER, 2006, p.

O solo da região Oeste se enquadra na seguinte classificação, conforme podemos visualizar no Mapa 5.

Latosolos: solos profundos – em média 2 a 3 metros – porosos e bem drenados, localizados em relevos suave ondulado e ondulado. Normalmente precisam de calagem e adubação, pois apresentam baixa fertilidade natural (WELTER, 2006).

Cambissolos: solos que apresentam menos profundidade e situam-se em relevo suave ondulado e forte ondulado. Possui fertilidade natural viável, de baixa a alta. A Microrregião Geográfica de Chapecó é composta basicamente por este solo (WELTER, 2006).

Solos Litólicos: solos rasos – 0,15 a 0,40 metros – situam-se em relevo forte ondulado com presença de pedras e matacões na superfície, dificultando a utilização para a agricultura mecanizada (WELTER, 2006).

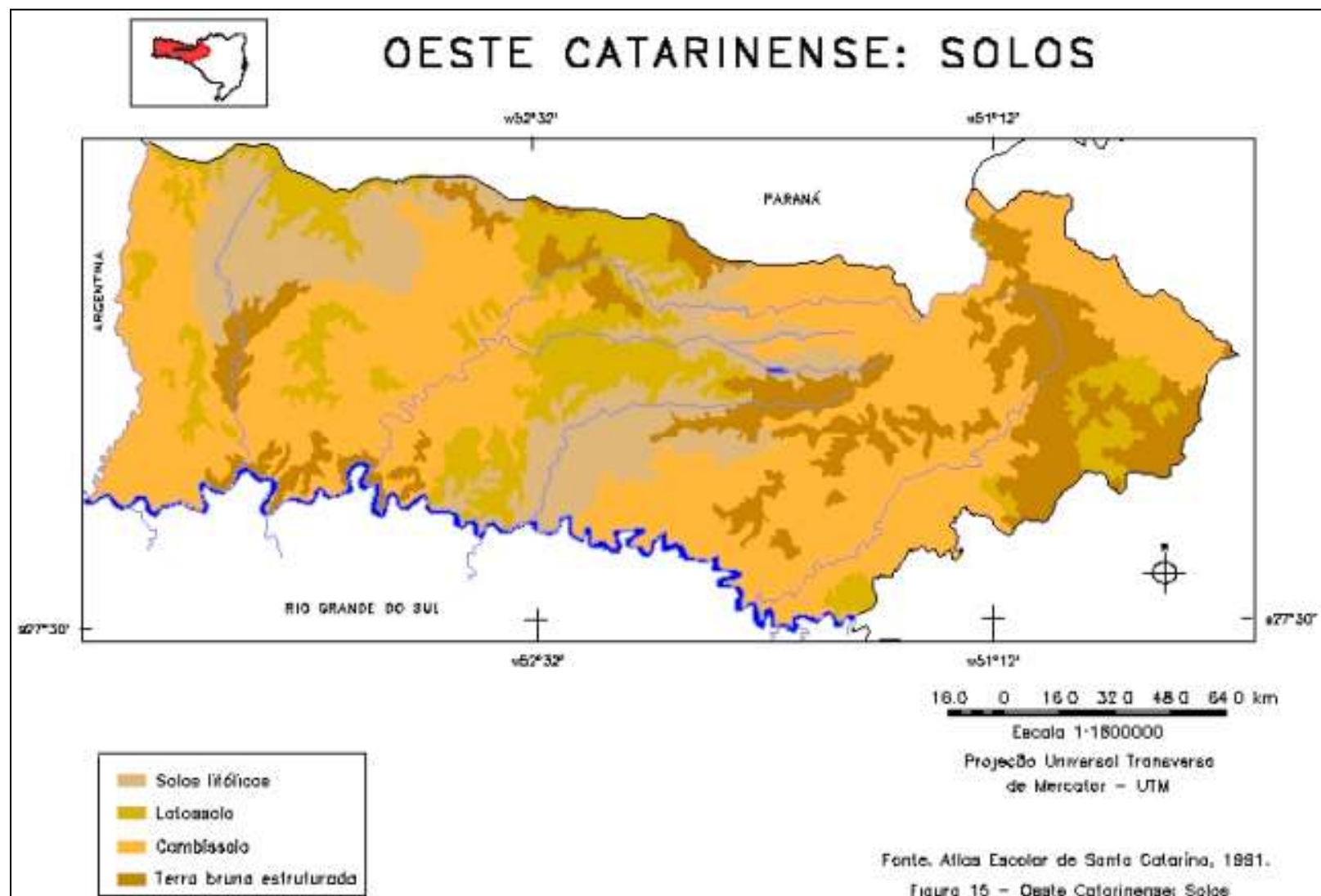
Terras Brunas Estruturadas: solos bem drenados e profundos – 1 a 2 metros – localizados em relevo suave ondulado e forte ondulado. Necessitam de calagem e adubação (WELTER, 2006).

A exploração e o manejo inadequado dos solos devido à insuficiência de terras agricultáveis e o esgotamento da fronteira agrícola do Oeste Catarinense tem comprometido a qualidade dos solos e, conseqüentemente, a produtividade. A necessidade do uso de insumos químicos acaba por encarecer a produção agropecuária realizada nessas áreas.

A cobertura vegetal da região é a Mata Atlântica, classificada como “Floresta Ombrófila Mista”, caracterizada pela presença da *Araucária angustifolia*. É um ecossistema com chuva durante o ano todo, normalmente aparece em locais de altitudes entre 500 e 1200 metros (WELTER, 2006). Atualmente, encontra-se bastante descaracterizada pela ação antrópica, como podemos observar no Mapa 6.

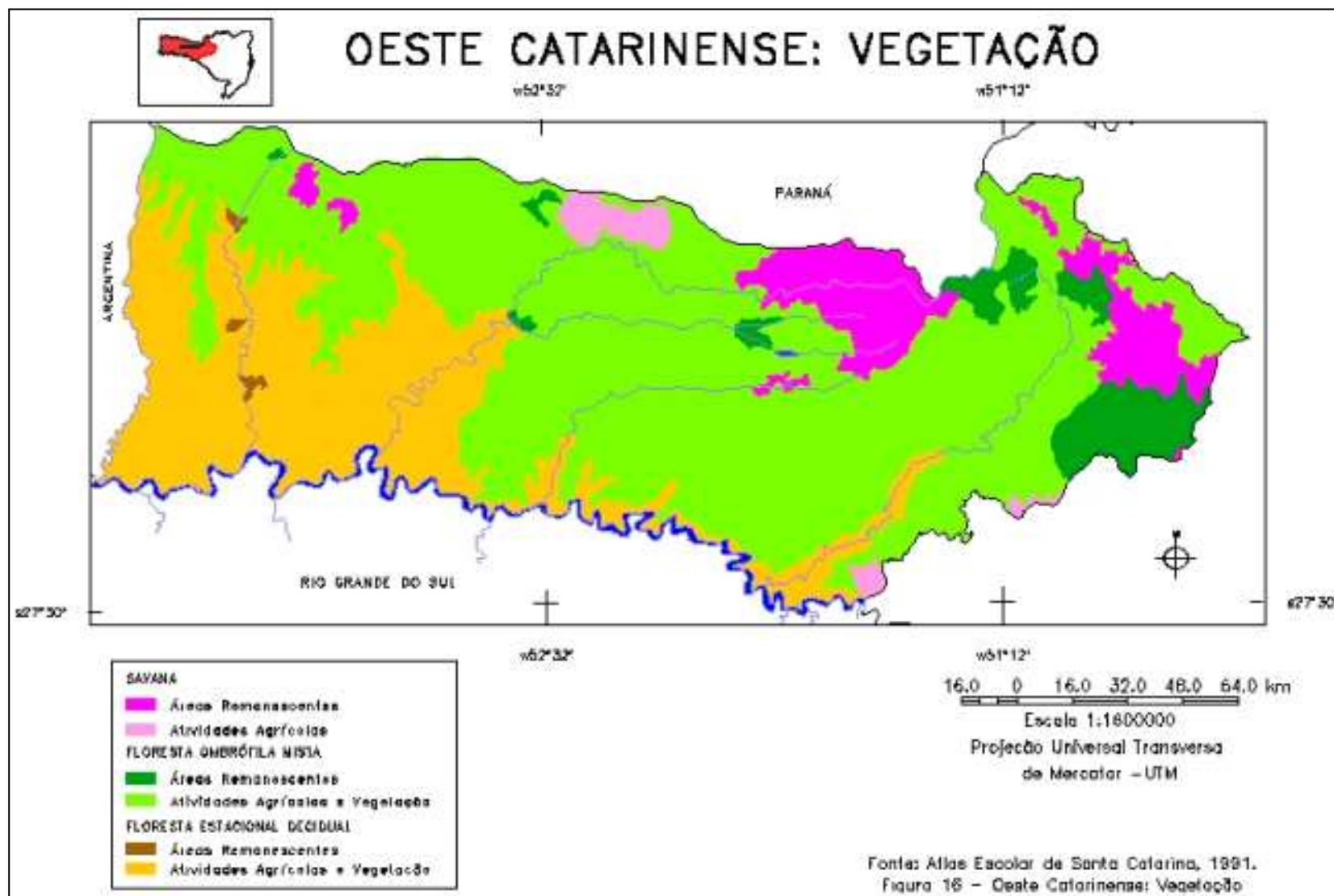
O clima do Oeste Catarinense é definido como “Mesotérmico Superúmido”, com quatro estações bem marcadas. A média anual é inferior a 20 C°. No verão, raramente ultrapassam os 38 C°, e no inverno, as temperaturas mínimas são inferiores a 0 C°. As principais massas de ar que agem na região são a Tropical Atlântica e a Polar Atlântica. As chuvas são bem distribuídas ao longo de todo o ano com média anual de 1250 a 2000 milímetros (WELTER, 2006).

Mapa 5 – Classificação dos solos do Oeste Catarinense.



Fonte: WELTER, 2006, p. 51.

Mapa 6 – Vegetação do Oeste Catarinense.



Fonte: WELTER, 2006, p. 53.

rodovias BR-101, BR-116, BR-470 e com os portos de Itajaí, Imbituba, São Francisco do Sul e Paranaguá (Paraná).

Figura 13 – Principais rodovias do estado de Santa Catarina.



Fonte: Disponível em: http://geografia-ensinareaprender.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html. Acesso em: 18/05/2016.

Para Testa *et al.* (2006), a grande distância da região Oeste em relação aos mercados consumidores é um fator limitante à produção de produtos perecíveis e, sobretudo, de elevado custo de transporte. Nos últimos anos, com a intensificação do tráfego, principalmente pela BR-282, principal elo de ligação entre o Oeste, a capital e o litoral do estado, as rodovias estão em precárias condições de uso, dificultando tanto a entrada quanto o escoamento da produção (Figura 14).

Figura 14 - Rodovias catarinenses: trecho entre as cidades de Maravilha e Pinhalzinho.



Fonte: Trabalho de campo. HENTZ, C. (2016).

Diante da deficitária estrutura viária, desde 2013 autoridades vem discutindo a viabilidade técnica do projeto de implantação da “Ferrovia da Integração ou Ferrovia do Frango” (Figura 15).

Figura 15 – Traçado da Ferrovia da Integração Leste/Oeste.



Fonte: Disponível em: <http://www.rbj.com.br/geral/estudo-de-viabilidade-da-ferrovia-frango-em-santa-catarina-entra-em-fase-final-5050.html>. Acesso em: 19/09/2016.

O traçado da ferrovia deve interligar o extremo-oeste do estado ao Porto de Itajaí, no litoral. O traçado atravessará o estado de leste a oeste, com um total de 862 quilômetros, melhorando o escoamento, diminuindo os custos e

integrando os portos. A obra está orçada em 4 bilhões de reais com estimativa de conclusão em 2019.

Atualmente (2016), o projeto encontra-se na fase de definição do traçado e deve ser concluído até dezembro deste ano. A discussão da ferrovia está contemplada no Plano de Aceleração do Crescimento - PAC 2, no seu 8º balanço. A criação de novos macrossistemas técnicos vai ao encontro dos discursos e investimentos realizados pelo governo federal, no intuito de retomar a ferrovia como matriz dos transportes no Brasil.

Todavia, paralelamente a discussão da implantação, um forte discurso vem sendo desenhado, de que esta infraestrutura serviria muito mais aos interesses econômicos privados do que em prol da maior parte da economia e da população.

Todas as características descritas foram decisivas na organização do espaço da região Oeste e, ainda hoje (2016), interferem de forma substancial na dinâmica do desenvolvimento. Conforme aponta Werlang (1992), a demarcação dos lotes era baseada no mapeamento hidrográfico das áreas. Primeiramente, ocorria um prévio levantamento dos cursos d'água e, a partir do leito dos rios, os lotes seguiam até formar uma divisa seca. Normalmente eram terrenos retangulares, compridos e estreitos, medidos a partir dos cursos d'água e seguiam até o topo de morros ou colinas.

O conjunto de lotes compunha as chamadas linhas e seções. A instalação das famílias era feita de forma a concentrarem sua sociabilidade e até mesmo sua atuação política. Geralmente a organização espacial era composta por famílias de uma mesma localidade ou por membros da mesma família (ONGHERO, 2013).

Esta característica ainda hoje é muito marcante no contexto da região. É muito comum encontrar no interior dos municípios, nas chamadas "linhas" como faz referência o autor, agrupamentos de famílias de mesma cultura/etnia. As terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares, de acordo com as restrições do relevo e a existência de cursos d'água. Este modelo de divisão determinou um confinamento social de famílias com expressivo número de membros nas propriedades rurais, proporcionando o desenvolvimento de sistemas agrários de acordo com as especificidades culturais do grupo e das potencialidades da geografia (WERLANG, 2002).

Silva *et al.* (2003) destacam que a forte pressão populacional sobre a terra ocasionou um processo de fracionamento dos pequenos e médios estabelecimentos, impulsionando a mobilidade de jovens. As propriedades que já eram pequenas e haviam sido fracionadas não comportariam um novo fracionamento. Este processo de colonização condicionou a uma realidade em que os fatores como a reduzida área de terra da unidade de produção e as famílias numerosas, obrigavam uma intensa exploração do solo, provocando rápido esgotamento da fertilidade natural (BRUM, 1987). A pressão sobre o uso da terra associa-se também ao limite de aptidão destas, ou seja, grande parte das terras do Oeste apresenta alto risco de degradação ou fortes limitações para a utilização de culturas anuais. “A forte pressão sobre seu uso vem causando efeitos nocivos ao ambiente pela exploração inadequada dos recursos naturais, ameaçando, inclusive, a viabilidade econômica das atividades agrícolas” (SILVA, *et al.*, 2003, p. 39).

As características acidentadas do relevo dificultam a mecanização das lavouras e, conseqüentemente, impõem limites à viabilidade socioeconômica das propriedades rurais. O aumento da produtividade é dificultado pela degradação dos solos e a produção em pequena escala devido à insuficiência de terras agricultáveis (SILVA, *et al.*, 2003).

Com um relevo bastante acidentado, apenas 31,3% do solo do Oeste pode ser usado sem restrições para as atividades agrícolas, 25,7% da área têm aptidão restrita para culturas anuais, 41,5% da área são consideradas inaptas para culturas anuais e 1,5% da área é ocupada por rios, laminas d’água e cidades (MIOR, 2005).

Desta forma, as principais atividades agrícolas desenvolvidas na região estão diretamente associadas às características do relevo, no qual há o predomínio da agricultura familiar diversificada voltada ao mercado e integrada à agroindústria. Apesar das limitações quanto ao uso do solo, a região destaca-se, principalmente, na produção de milho, soja, feijão e fumo.

Segundo Silva *et al.* (2003, p. 47), o setor agrícola catarinense, do ponto de vista socioeconômico, se encaminha para duas vertentes:

O enfoque econômico remete as conclusões para um quadro que apresenta uma agricultura pujante, cujo crescimento é inquestionável. Por outro lado, o enfoque social apresenta uma

realidade preocupante para uma parcela significativa da população rural, que não dispõe de renda suficiente para sua sobrevivência no meio em que vive.

A economia do Oeste sustenta-se pela atividade agrícola e pela transformação de seus produtos, conferindo-lhe alto grau de dependência econômica do setor agropecuário. A região detém atualmente o maior complexo agroindustrial de aves e suínos do Brasil. A indústria agroalimentar atua nos segmentos de carnes (aves, suínos), alimentos processados de carnes, lácteos, margarinas, massas, pizzas, vegetais congelados, cereais etc. Com sede na cidade de Chapecó, as empresas que se destacam nacionalmente no ramo agroalimentar são: BRF-Brasil Foods S. A., Cooperativa Central Aurora e Cooper Alfa, responsáveis por dotar a região Oeste de uma dinâmica particular de produção, industrialização e comercialização.

O setor agroindustrial de carnes é responsável pela maior parte das exportações e pela dinâmica regional. Nos últimos anos, como destacam Silva *et al.* (2003, p. 17), novas atividades, como por exemplo, a indústria leiteira vem ganhando destaque, “tornando a região hoje, a principal bacia leiteira do estado”, como também o ramo metal-mecânico e de móveis. A região também começa a explorar o potencial turístico de suas fontes hidrotermais.

As vertentes de crescimento assinaladas por Silva *et al.* (2003), tem provocado um desenvolvimento desigual da agricultura na região. As propriedades rurais que conseguem se modernizar mantêm a lógica do crescimento. Por outro lado, as que não conseguem incorporar as novas imposições tecnológicas, acabam sofrendo de forma intensa os reflexos da modernização seletiva.

Estes agricultores mais fragilizados, que diante da baixa rentabilidade das explorações agrícolas, do reduzido tamanho das propriedades e da insuficiência de terras para as lavouras, encontram nas políticas governamentais novas possibilidades de eliminar os obstáculos à expansão e fortalecer a agricultura familiar.

Existem, na atualidade (2016), na Mesorregião Oeste – que engloba as microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia – em torno de 73.463 estabelecimentos da agricultura familiar – AF (1.182.355 ha), e 8.680 da agricultura não familiar – ANF (871.740 ha). Adotando esta

análise em relação à Microrregião Geográfica de Chapecó, os números correspondem a 25.082 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (362.018 ha) e 2.435 da agricultura não familiar (144.282 ha). Em relação ao estado de Santa Catarina, estes números correspondem a 168.512 (2.643.241 ha) e 25.156 (3.419.265 ha) estabelecimentos agropecuários, respectivamente (IBGE – Censo Agropecuário de 2006) (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) no Estado de Santa Catarina, na Mesorregião Oeste e nas MRGs de Santa Catarina.

UF, Mesorregião e Microrregiões Geográficas de SC	Agricultura familiar (unidades)	Área dos estabelec. com AF (ha)	Agricultura não familiar (unidades)	Área dos estabelec. com ANF (ha)
Mesorregião Oeste	73.463	1.182.355	8.680	871.740
Chapecó	25.082	362.018	2.435	144.282
Canoinhas	13.622	209.875	2.014	378.449
São Bento do Sul	1.385	23.001	373	68.533
Joinville	5.352	61.842	965	113.875
Curitibanos	4.778	97.922	1.385	391.528
Campos de Lages	11.256	225.088	3.797	910.338
Rio do Sul	11.441	206.689	1.303	115.393
Blumenau	6.378	80.297	1.156	149.148
Itajaí	1.698	17.495	401	52.474
Ituporanga	5.388	77.435	422	21.669
Tijucas	2.832	52.372	328	38.067
Florianópolis	3.403	27.325	602	33.774
Tabuleiro	3.516	60.091	573	65.489
Tubarão	10.909	153.691	1.571	105.775
Criciúma	4.983	64.151	786	37.817
Araranguá	8.108	103.611	800	65.197
Santa Catarina	168.512	2.643.241	25.156	3.419.265

Fonte: IBGE – (Censo Agropecuário de 2006). Dados organizados pela autora.

Os dados apresentados na Tabela 2 foram baseados nos critérios estabelecidos pela Lei 11.326²³ de 24 de julho de 2006, que fornece o marco legal da agricultura familiar.

Os dados demonstram a expressividade da agricultura familiar na Mesorregião Oeste. As cinco Microrregiões que compõem a Mesorregião Oeste respondem por 43% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do estado de Santa Catarina, em comparação com 56% das demais 15 Microrregiões do estado, i.e., 75.463 v.s. 95.049 estabelecimentos agropecuários, respectivamente.

Em relação aos estabelecimentos da agricultura não familiar, estes números respondem por 34,5% dos estabelecimentos nas cinco microrregiões em comparação com 65% das demais 15 Microrregiões do estado, i.e., 8.680 v.s. 16.476 estabelecimentos agropecuários da agricultura não familiar, respectivamente.

Esta estrutura fundiária permeada por pequenas propriedades rurais é reflexo do processo de colonização em que grandes propriedades foram parceladas em lotes de aproximadamente 25 hectares cada. De acordo com os

²³ A Lei nº 11.326 da agricultura familiar foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (IBGE, 2006, p. 2). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 16/07/2015.

dados do IBGE – (Censo Agropecuário de 2006), mais de 95% dos estabelecimentos da Microrregião Geográfica de Chapecó têm área inferior a quatro módulos fiscais. Para a grande maioria dos municípios do Oeste Catarinense, o INCRA (2010) considera o módulo fiscal equivalente a 18 hectares de terra. Desta forma, os imóveis rurais podem dispor de até 72 hectares, o que os caracteriza como pequenos, sendo que 75,58% destes possuem área inferior a 20 hectares (19.425 estabelecimentos) e 20,93% possuem área inferior a 50 hectares (5.380 estabelecimentos). Apenas 2,79% dos estabelecimentos possuem entre 50 e 100 ha e 0,70% possuem áreas com mais de 100 ha, como se pode verificar na Tabela 3.

Tabela 3 - Grupos de área total, segundo indicadores da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) para a Microrregião Geográfica de Chapecó.

Microrregião Geográfica de Chapecó - SC	Grupos de área total	Nº de estabelec. com AF (unidades)	Nº de estabelec. com AF (percentual)	Nº de estabelec. com ANF (unidades)	Nº de estabelec. com ANF (percentual)
	Menos de 2ha	1.503	5,85	123	8,74
	2 a menos de 5ha	2.972	11,56	147	10,45
	5 a menos de 10ha	5.792	22,54	233	16,56
	10 a menos de 20ha	9.158	35,63	299	21,25
	20 a menos de 50ha	5.380	20,93	292	20,75
	50 a menos de 100ha	717	2,79	138	9,81
	Acima de 100ha	179	0,70	175	12,44
	Total	25.701	100,00	1.407	100,00

Fonte: IBGE – (Censo Agropecuário de 2006). Dados organizados pela autora.

Para o INCRA (2010), o módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, em que são considerados o tipo de exploração predominante, a renda obtida com a exploração predominante no município, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, são expressivas em função da renda e da área utilizada, dentre outros fatores.

1.4 O processo de formação socioespacial dos municípios de Saltinho e Cunha Porã.

Localizado no Oeste do estado de Santa Catarina, o Distrito de **Saltinho** foi criado no ano de 1988, com a denominação de São Sebastião do Saltinho, subordinado ao município de Campo Erê. Em 1995 foi desmembrado do município de Campo Erê e elevado à categoria de município com a denominação de Saltinho (IBGE, 2015). A Figura 16 retrata o município de Saltinho no ano de 1965.

Figura 16 - Vista parcial de Saltinho no ano de 1965.



Fonte: Acervo fotográfico do IBGE. Disponível em:

[http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=421535&search=||-fotos.](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=421535&search=||-fotos)

Acesso em: 21/07/2015.

Sua colonização foi semelhante aos demais municípios do Oeste Catarinense que, por volta da década de 1940, receberam famílias de imigrantes alemães e italianos vindos, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Anteriormente à ocupação, o lugar era povoado por caboclos.

Distante 633 Km da capital do estado, Saltinho possui um território administrativo de 156,528 Km², o que corresponde a 0,16% da superfície estadual e densidade demográfica de 25,30 hab./Km². A localização do município pode ser observada no Mapa 7.

Sua população total, segundo o Censo Demográfico de 2010, era de 3.961 habitantes, sendo 2.706 na zona rural (68,32%) e 1.255 na zona urbana (31,68%) (IBGE, 2010). Os dados populacionais podem ser visualizados na Tabela 4.

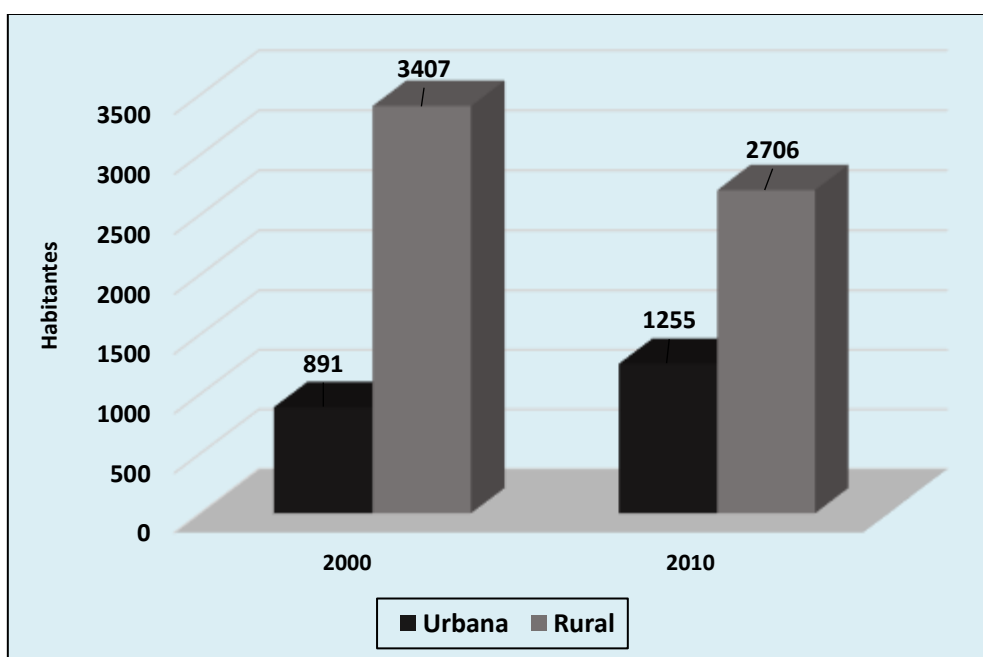
Tabela 4 – Evolução da população urbana e rural do município de Salinho entre 2000 e 2010.

Município	População Residente				
	Situação do domicílio	População Residente (Pessoas)		População Residente (Percentual)	
		2000	2010	2000	2010
		Urbana	891	1.255	20,73
	Rural	3.407	2.706	79,27	68,32
Total	4.298	3.961	100,00	100,00	

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010). Organizado pela autora.

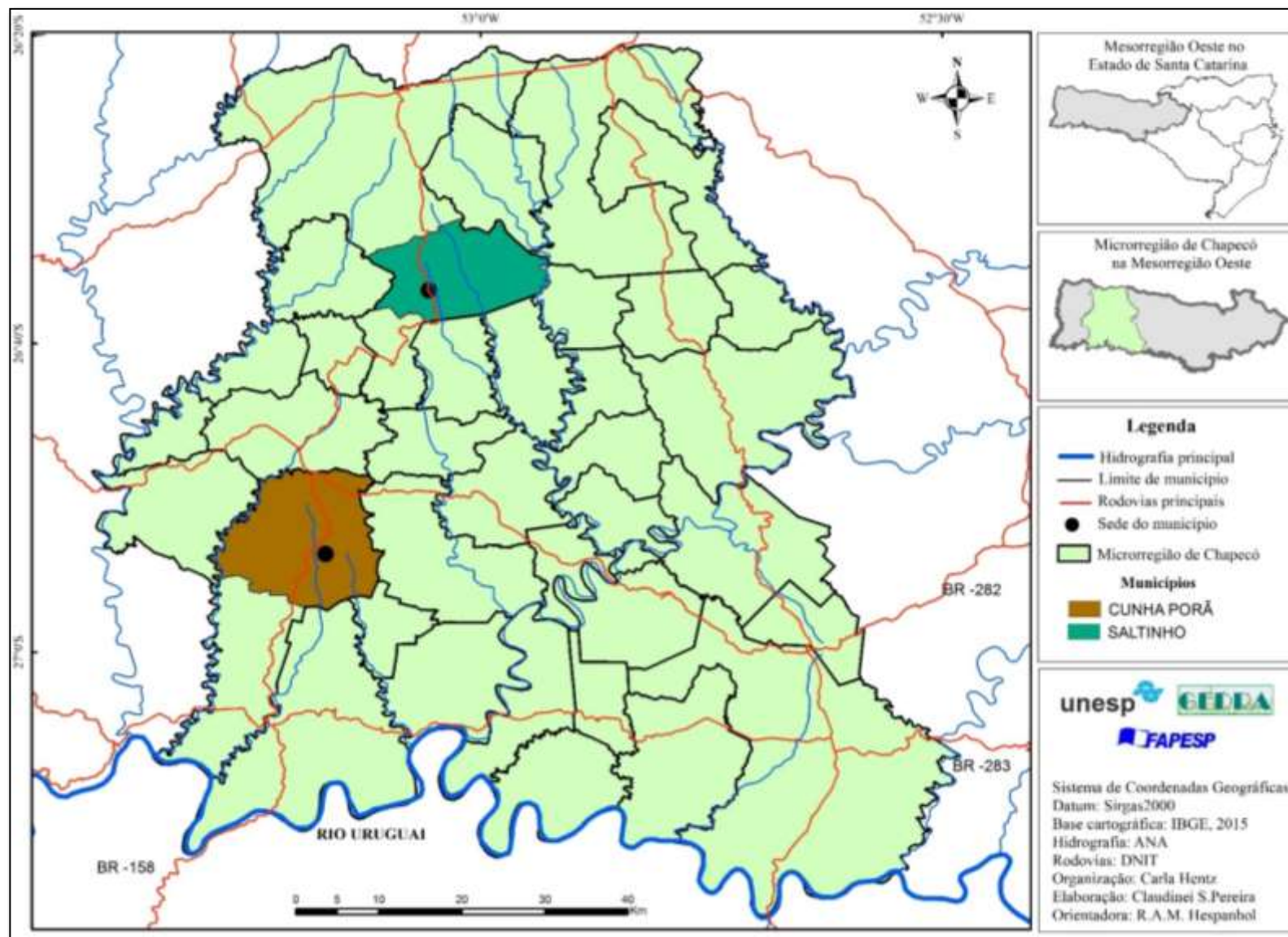
De 2000 a 2010 houve uma redução de 20% em sua população rural, passando de 3.407 habitantes no ano de 2000 para 2.706 em 2010 (i.e., 701 habitantes), como se verifica no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da população urbana e rural do município de Salinho – 2000/2010.



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010). Organizado pela autora.

Mapa 7 – Localização dos municípios de Saltilho e Cunha Porã na Microrregião Geográfica de Chapecó.



A sede de Saltinho localiza-se a uma latitude de 26°36'33" sul e a uma longitude 53°03'22" oeste, estando a uma altitude de 620 metros, sendo delimitado pelos municípios de Campo Erê, São Bernardino, Santa Terezinha do Progresso, Serra Alta, Bom Jesus do Oeste e Sul Brasil (IBGE, 2015) (Figura 17).

Figura 17 – Vista panorâmica do município de Saltinho no ano de 2014.



Fonte: Disponível em: <http://ndonline.com.br/oeste/noticias/182054-saltinho-comemora-19-anos-de-emancipacao-com-programacao-especial.html>. Acesso em: 12/08/2016.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – do município de Saltinho é 0,654, em 2010, o que situa-o na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (entre 0,600 e 0,699). Comparado ao IDH do Brasil (0,699 em 2010 e 0,750 em 2014), Saltinho apresenta uma média inferior à média nacional. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM foi a Longevidade, com índice de 0,795, seguido da Renda, com 0,639, e da Educação com índice de 0,551 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015).

De acordo com os dados do IBGE Cidades (Série Revisada 2010), o PIB do município de Saltinho é de R\$ 60.569,00 (PIB *per capita* – R\$ 15.341,80). Desse total, os serviços respondem por R\$ 19.350,00 (31,94%), a agropecuária por R\$ 18.491,00 (30,52%), a administração por R\$ 14.971,00 (24,71%) e a

indústria por R\$ 4.102,00 (6,77%), conforme podemos observar na Tabela 5. Comparado ao PIB *per capita* do Brasil (R\$ 19.878,00 em 2010), a renda da população do município fica abaixo da média nacional.

Tabela 5 – Produto Interno Bruto do município de Saltinho (2013).

PIB - Saltinho	Valor R\$
PIB <i>per capita</i>	15.341,80
PIB, a preços correntes	60.569,00
Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes	18.491,00
Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes	4.102,00
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - administração, saúde e educação públicas e seguridade social	19.350,00
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes	14.971,00
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes	56.914,00
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	3.655,00

Fonte: IBGE Cidades (Série Revisada 2010). Organizado pela autora.

Com mais de 68,32% de sua população residindo no rural, o setor agropecuário tem grande importância e reflete-se na elevada arrecadação proveniente deste, sendo responsável por 30,52% da arrecadação corrente do município. Este percentual reforça a importância do setor na dinâmica do comércio local, enaltecendo a intensa relação campo-cidade que existe e, sobretudo, a necessidade de fortalecer a agricultura no município.

Cunha Porã está localizada no Oeste do estado de Santa Catarina, foi elevado à categoria de município em 1958, pois até então era distrito de Palmitos. Possui um território administrativo de 217,915 Km², respondendo por 0,22% da superfície estadual e densidade demográfica de 48,70 hab./Km² (visualizar Mapa 7).

Anteriormente a 1958, mais precisamente no ano de 1931, imigrantes vindos do Rio Grande do Sul exploraram a terra para ali se estabelecer. Em meio à mata, os novos moradores deram início à implantação do núcleo com o nome de Cunha Porã. A partir de 1946, a nova Colônia passou a receber diversas levas de imigrantes, principalmente em virtude da Segunda Guerra Mundial,

intensificando o desenvolvimento local (IBGE, 2015). A Figura 18 retrata o município de Cunha Porã no ano de 1950.

Figura 18 – Vila de Cunha Porã no ano de 1950.



Fonte: Disponível em:

<http://www.cunhapora.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/12236>. Acesso em: 25/08/2016.

Sua população total, segundo o Censo Demográfico de 2010, era de 10.613 habitantes, sendo 6.519 na zona urbana (61,42%) e 4.094 na zona rural (38,58%), como se evidencia na Tabela 6.

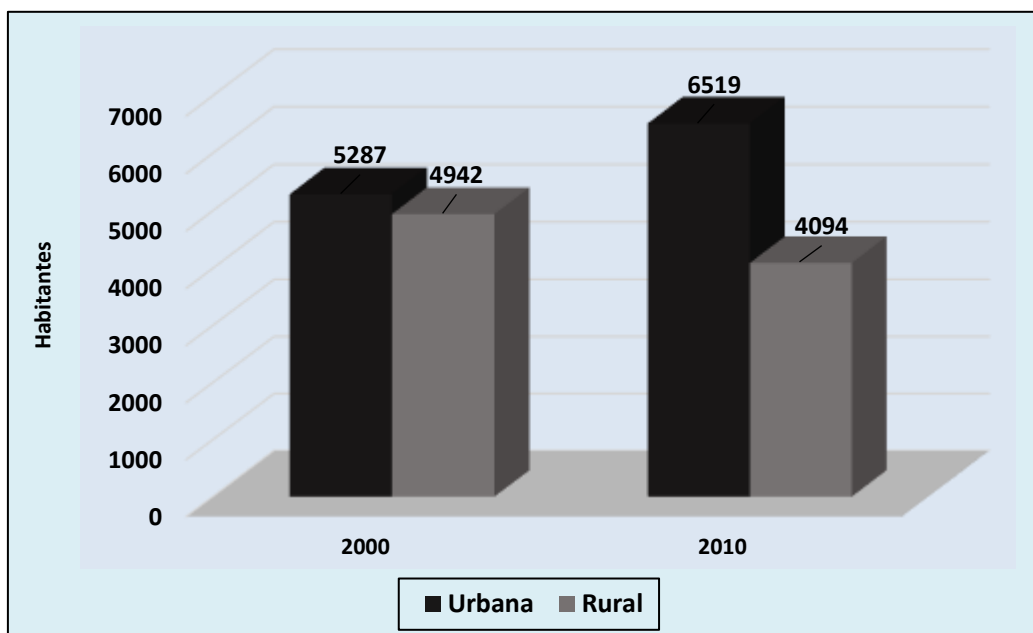
Tabela 6 - Evolução da população urbana e rural do município de Cunha Porã entre 2000 e 2010.

Município	População Residente				
	Situação do domicílio	População Residente (Pessoas)		População Residente (Percentual)	
		2000	2010	2000	2010
		Urbana	5.287	6.519	51,69
	Rural	4.942	4.094	48,31	38,58
	Total	10.229	10.613	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010). Organizado pela autora.

Os dados revelam que o número de habitantes aumentou, porém, é nítido o deslocamento campo-cidade que ainda acontece na região, pois ocorreu uma redução de aproximadamente 17,00% na população rural nos últimos 10 anos, passando de 4.942 habitantes no ano de 2000, para 4.094 em 2010 (i.e., menos 848 habitantes), como se pode verificar no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução da população urbana e rural do município de Cunha Porã - 2000/2010.



Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 2010). Organizado pela autora.

Apesar da redução da população rural nos dois municípios, o número de moradores da área rural é relativamente elevado em comparação com a grande maioria dos municípios da Microrregião Geográfica de Chapecó, demonstrando a intensa relação campo-cidade existente e, principalmente, a importância de fortalecer a agricultura no município.

Distante 631 Km da capital catarinense, as coordenadas geográficas da sede do município são: 26°53'37" de latitude sul e 53°10'05" de longitude oeste, estando a uma altitude de 570m. Cunha Porã é delimitada pelos municípios de Maravilha, Modelo, Saudades, Palmitos, Caibi e Iraceminha (Figura 19).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Cunha Porã é 0,742 em 2010, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (entre 0,700 e 0,799). Cunha Porã apresenta um IDH superior a Saltinho, porém, inferior à média nacional que foi de 0,750 em 2014. A dimensão que mais

contribui para o IDHM do município foi a Longevidade, com índice de 0,804, seguido da Renda com 0,744, e a Educação com índice de 0,682 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015). Os dados apresentados para os dois municípios apresentam a educação como o pior dos índices avaliados no IDH.

Figura 19 – Imagem de satélite da cidade de Cunha Porã no ano de 2016.



Fonte: Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/@26.9187852,53.1825715,3040a,20y,40.86t/data=!3m1!1e3>.

Acesso em: 26/08/2016.

De acordo com os dados de IBGE Cidades (Série Revisada 2010), o PIB do município é de R\$ 556.663,00 (PIB *per capita* – R\$ 51.043,82), valor superior à média nacional (R\$ 19.878,00 em 2010). Deste total, os serviços respondem por R\$ 234.740,00 (42,17%), a indústria por R\$ 148.935,00 (26,75%), a agropecuária por R\$ 59.968,00 (10,77%) e a administração por R\$ 37.448,00 (6,72%), conforme podemos visualizar na Tabela 7.

Cunha Porã com mais de 61,42% de sua população residindo na área urbana, detém no setor agropecuário a terceira maior arrecadação municipal com 10,77%. Apesar de sua população rural ser reduzida, a agricultura influencia

diretamente na dinâmica do comércio local, sendo de suma importância o fortalecimento deste setor.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto do município de Cunha Porã (2013).

PIB - Cunha Porã	Valor R\$
PIB <i>per capita</i>	51.043,82
PIB, a preços correntes	556.633,00
Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes	59.968,00
Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes	148.935,00
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - administração, saúde e educação públicas e seguridade social	234.740,00
Valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes	37.448,00
Valor adicionado bruto Total, a preços correntes	481.091,00
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	75.542,00

Fonte: IBGE Cidades (Série Revisada 2010). Organizado pela autora.

A estrutura fundiária dos dois municípios é caracterizada por pequenas propriedades rurais. Nestes municípios, o módulo fiscal equivale a 18 hectares, e, nesta lógica, os estabelecimentos com até 72 hectares são caracterizados como familiares pelo critério dimensão (INCRA, 2010).

Saltinho, com sua população majoritariamente rural, possui um total de 686 estabelecimentos agropecuários, sendo 646 com agricultura familiar, o que representa 94,16% do total de estabelecimentos, com uma área total em torno de 10.075 hectares. Cunha Porã possui 1.111 estabelecimentos agropecuários, deste total, 1.017 com agricultura familiar, o que representa 91%, com área total equivalente a 14.875 hectares (Tabela 8).

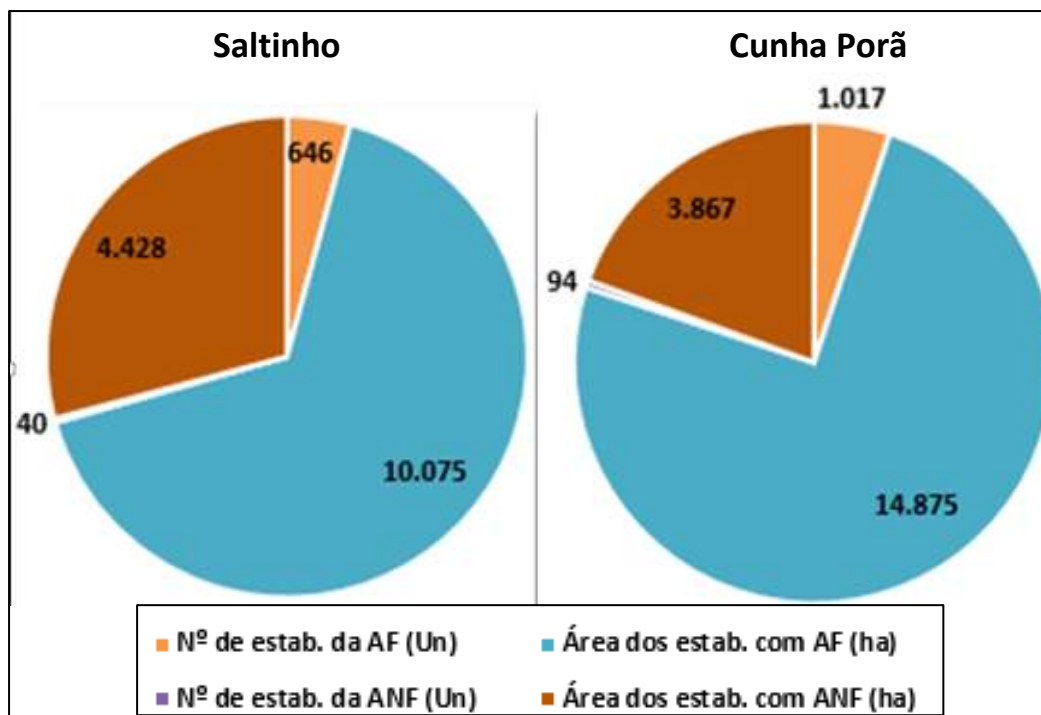
Tabela 8 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.

Município	Nº de estabelec. Agropec. com AF (Unidade)	Área dos estabelec. Agropec. com AF (Hectares)	Nº de estabelec. Agropec. com ANF (Unidades)	Área dos estabelec. Agropec. com ANF (Hectares)	Nº total de estabelec. Agropec. (Unidades)	Área total dos estabelec. Agropec. (Hectares)
Cunha Porã	1.017	14.875	94	3.867	1.111	18.742
Saltinho	646	10.075	40	4.428	686	14.503

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

Os estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar compõem 8,46% em Cunha Porã (94 unidades) e 5,83% em Saltinho (40 unidades). Em relação à área, a agricultura não familiar em Saltinho representa 43,95% e em Cunha Porã, 25,99%, (i.e., 4.428 v.s. 3.867 hectares, respectivamente), como se constata no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

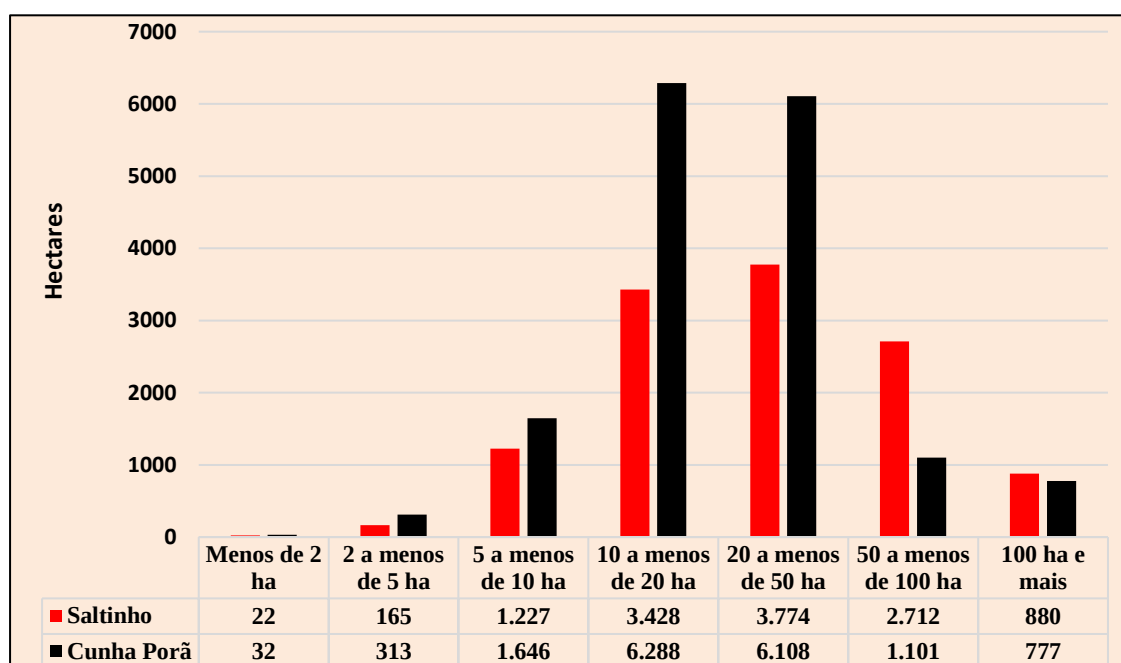
A diferença no número de estabelecimentos com agricultura familiar de Saltinho para Cunha Porã é de 371 unidades, porém, esta diferença é amenizada pela extensão territorial dos estabelecimentos de Saltinho. Os estabelecimentos com mais de 50 ha representam 29,92% do total, enquanto que em Cunha Porã totalizam apenas 11,55%. Já os estabelecimentos com menos de 20 ha correspondem a 38,66% em Cunha Porã e 28,08% em Saltinho (i.e., 6.288 v.s. 3.428 hectares, respectivamente). Os dados podem ser analisados na Tabela 9 e visualizados no Gráfico 4.

Tabela 9 – Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF), por estratos de área em Cunha Porã e Saltinho.

Município	Área total	Área dos estabelec. agropec. da AF (Hectares)	Área dos estabelec. agropec. da AF (Percentual)	Área dos estabelec. agropec. da ANF (Hectares)	Área dos estabelec. agropec. da ANF (Percentual)
Saltinho	Menos de 2 ha	22	0,18	1	0,04
	2 a menos de 5 ha	165	1,35	3	0,13
	5 a menos de 10 ha	1.227	10,05	15	0,65
	10 a menos de 20 ha	3.428	28,08	-	-
	20 a menos de 50 ha	3.774	30,92	36	1,57
	50 a menos de 100 ha	2.712	22,21	57	2,47
	100 ha e mais	880	7,21	2.184	95,13
Cunha Porã	Menos de 2 ha	32	0,20	-	-
	2 a menos de 5 ha	313	1,93	9	0,36
	5 a menos de 10 ha	1.646	10,12	60	2,41
	10 a menos de 20 ha	6.288	38,66	205	8,26
	20 a menos de 50 ha	6.108	37,55	235	9,50
	50 a menos de 100 ha	1.101	6,77	466	18,80
	100 ha e mais	777	4,78	1.503	60,68

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

Gráfico 4 - Área dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) em Saltinho e Cunha Porã, por estrato de área.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

A maior parte dos estabelecimentos agropecuários utiliza mão-de-obra familiar. No município de Cunha Porã, 54,46% dos estabelecimentos empregam

mão-de-obra familiar (605 unidades). Em Saltinho, a mão-de-obra familiar está presente em 94,75%, ou seja, 650 estabelecimentos. O serviço de empreitada²⁴ corresponde a 28,26% em Cunha Porã. O uso de empregado temporário em Cunha Porã corresponde a 6,66% e em Saltinho 3,79% (Tabela 10 e Gráfico 5).

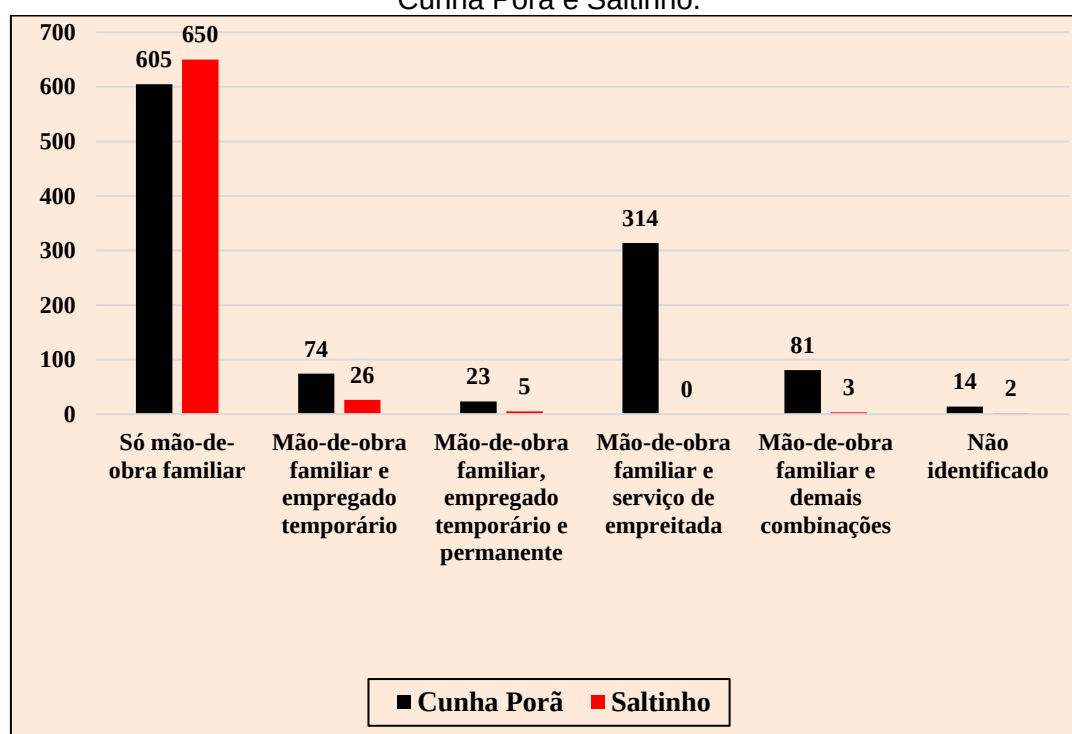
Tabela 10 – Tipo de mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos agropecuários de Cunha Porã e Saltinho.

Município	Tipo de mão-de-obra	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Cunha Porã	Só mão-de-obra familiar	605	54,46
	Mão-de-obra familiar e empregado temporário	74	6,66
	Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	23	2,07
	Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	314	28,26
	Mão-de-obra familiar e demais combinações	81	7,29
	Não identificado	14	1,26
	Total	1.111	100,00
Saltinho	Só mão-de-obra familiar	650	94,75
	Mão-de-obra familiar e empregado temporário	26	3,79
	Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	5	0,73
	Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	-	-
	Mão-de-obra familiar e demais combinações	3	0,44
	Não identificado	2	0,29
	Total	686	100,00

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

²⁴ O serviço de empreitada ocorre quando há carência de mão-de-obra familiar, principalmente, nas épocas de colheita de determinadas culturas. A contratação temporária ocorre, geralmente quando os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas; pela perda do potencial produtivo da mão-de-obra familiar – no caso de idosos –; e/ou quando a propriedade pratica alguma atividade altamente intensiva em mão-de-obra.

Gráfico 5 - Tipo de mão-de-obra utilizada nos estabelecimentos agropecuários em Cunha Porã e Saltinho.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

Quanto à forma de utilização de mão-de-obra, a agricultura familiar em Cunha Porã emprega 2.972 pessoas, sendo 88,36% do pessoal ocupado com mais de 14 anos, o que corresponde a 2.626 pessoas. Para a agricultura não familiar, este apresenta apenas 209 pessoas ocupadas, o que representa 51,67%, (108) de pessoas, de acordo com a Tabela 11.

No município de Saltinho, o total de pessoas empregadas na agricultura familiar corresponde a 1.864, correspondendo a 90,08% do pessoal empregado com mais de 14 anos de idade (1.679) pessoas. A agricultura não familiar emprega 31 pessoas no total, destas, 48,39% possuem mais de 14 anos (15) pessoas.

O pessoal ocupado com menos de 14 anos de idade representa 5,95% em Saltinho (111 pessoas) e 2,99% em Cunha Porã (89 pessoas). Empregados temporários representam 7% em Cunha Porã (208 pessoas) e 3,65% em Saltinho (68 pessoas). No que tange à agricultura não familiar, os empregados temporários representam 32,26% em Saltinho (10 pessoas) e 9,57% em Cunha Porã (20 pessoas). Empregados permanentes correspondem a 34,93% em Cunha Porã (73 pessoas) e 12,90% em Saltinho (4 pessoas).

Tabela 11 - Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) em Cunha Porã e Saltinho.

Município	Forma de mão-de-obra	Pessoal ocupado na AF (Pessoas)	Pessoal ocupado na AF (Percentual)	Pessoal ocupado na ANF (Pessoas)	Pessoal ocupado na ANF (Percentual)
Cunha Porã	Pessoal ocupado familiar - com 14 anos e mais de idade	2.626	88,36	108	51,67
	Pessoal ocupado familiar - com menos de 14 anos de idade	89	2,99	3	1,44
	Pessoal ocupado familiar que recebia salários - com 14 anos e mais de idade	35	1,18	39	18,66
	Empregados permanentes	34	1,14	73	34,93
	Empregados temporários	208	7,00	20	9,57
	Parceiros (empregados)	15	0,50	5	2,39
	Outra condição	-	-	-	-
	Total	2.972	100,00	209	100,00
Saltinho	Pessoal ocupado familiar - com 14 anos e mais de idade	1.679	90,08	15	48,39
	Pessoal ocupado familiar - com menos de 14 anos de idade	111	5,95	2	6,45
	Pessoal ocupado familiar que recebia salários - com 14 anos e mais de idade	1	0,05	3	9,68
	Empregados permanentes	5	0,27	4	12,90
	Empregados temporários	68	3,65	10	32,26
	Parceiros (empregados)	-	-	-	-
	Outra condição	1	0,05	-	-
	Total	1.864	100,00	31	100,00

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

Para os dois municípios, as atividades variam desde o cultivo de lavouras, principalmente temporárias (milho, soja, trigo, feijão e fumo), criação de animais (aves e suínos), pecuária leiteira, trabalho nas pequenas agroindústrias familiares, entre outras atividades.

A forma de obtenção das terras difere em ambos os municípios. A compra de particular²⁵ representa 70,92% em Cunha Porã (717 estabelecimentos agropecuários) e 80,78% em Saltinho (521 estabelecimentos agropecuários). Quanto à herança, os valores correspondem a 48,07% em Cunha Porã (486 estabelecimentos agropecuários) e apenas 17,83% em Saltinho (115 estabelecimentos agropecuários). A compra via crédito fundiário²⁶ representa 11,16% em Saltinho (72 estabelecimentos) e 5,74% em Cunha Porã (58 estabelecimentos) (Tabela 12 e Gráfico 6).

Tabela 12 – Formas de obtenção das terras em Cunha Porã e Saltinho.

Município	Forma de obtenção das terras	Nº de estabelec. agropecuários com produtor proprietário (Unidades)	Nº de estabelec. agropecuários com produtor proprietário (Percentual)
Cunha Porã	Compra de particular	717	70,92
	Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	58	5,74
	Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	-	-
	Herança	486	48,07
	Doação particular ²⁷	6	0,59
	Usucapião	-	-
	Outra forma	5	0,49
Saltinho	Compra de particular	521	80,78
	Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	72	11,16
	Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	1	0,16
	Herança	115	17,83
	Doação particular	5	0,78
	Usucapião	2	0,31
	Outra forma	1	0,16

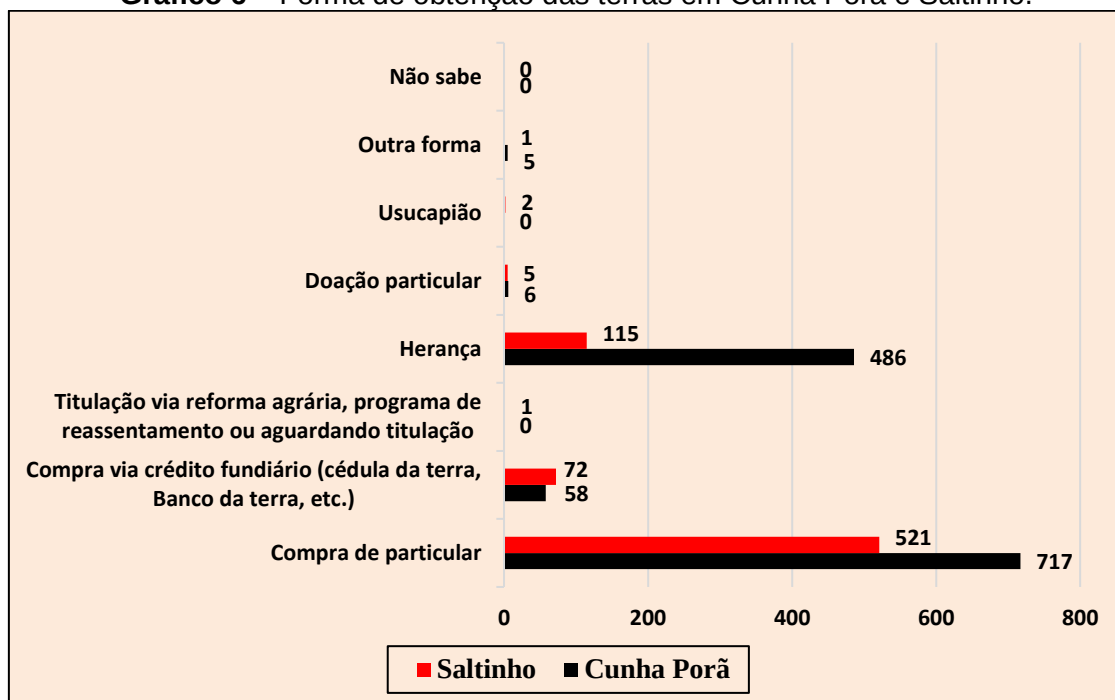
Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

²⁵ É denominada “**compra de particular**” - quando a área própria do estabelecimento tiver sido comprada de terceiros (IBGE, 2007, p. 48).

²⁶ A “**compra via crédito fundiário**” ocorre quando a compra do estabelecimento tiver sido por meio de Crédito Fundiário Federal, Estadual ou Municipal (Cédula da Terra, Banco da Terra ou outras) (IBGE, 2007, p. 48).

²⁷ **Doação de particular** - quando o estabelecimento tiver sido obtido por meio de doação de particular.

Gráfico 6 – Forma de obtenção das terras em Cunha Porã e Saltinho.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no município de Cunha Porã são: lavoura temporária, que representa 49,05% (545 estabelecimentos agropecuários) e a pecuária e criação de outros animais, que corresponde a 47,07% (523 estabelecimentos agropecuários). As demais atividades representam apenas 3,87% (43 estabelecimentos agropecuários) (Tabela 13).

Para Saltinho, os números se assemelham. A lavoura temporária representa 47,52% (326 estabelecimentos agropecuários) e a pecuária e a criação de outros animais correspondem a 47,81% (328 estabelecimentos agropecuários). As demais atividades totalizam 4,67% (32 estabelecimentos agropecuários). Com relação às lavouras temporárias nos dois municípios, destaque para a produção de milho, feijão, soja, trigo e, em menor escala, o fumo.

A criação de animais representa quase a metade das atividades econômicas desenvolvidas nos dois municípios. O sistema de integração (aves, suínos e leite) está presente em praticamente todas as propriedades rurais, como se verifica no Gráfico 7. Em Cunha Porã, a criação de suínos está presente em 689 estabelecimentos agropecuários e a criação de aves em 901. Em

Saltinho, 505 estabelecimentos agropecuários estão envolvidos na produção de suínos e 593 na criação de aves.

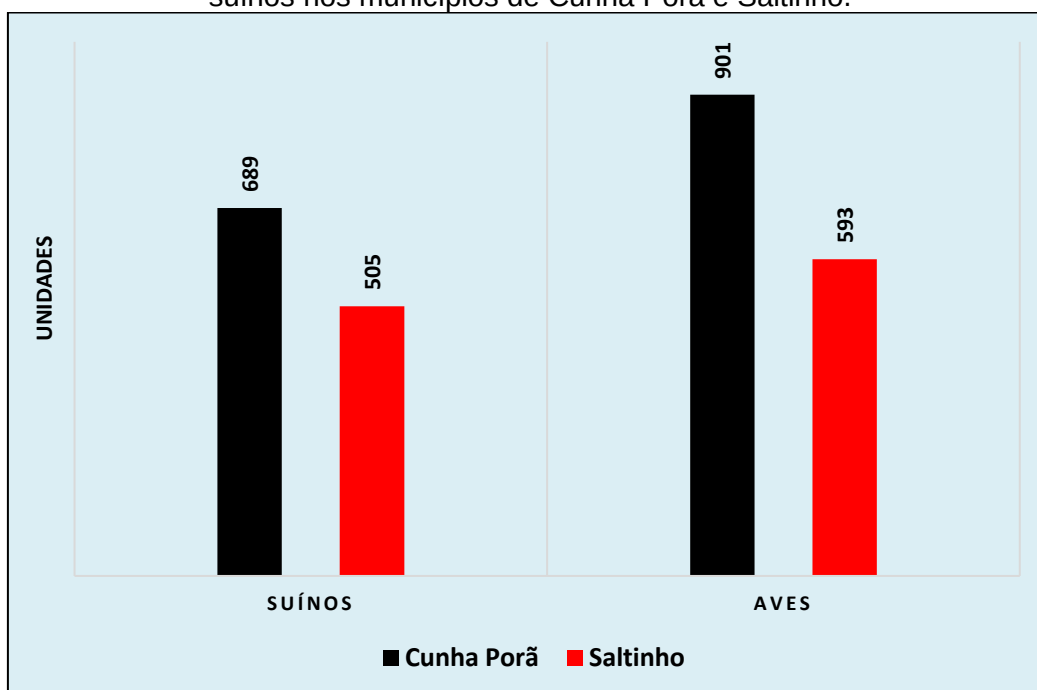
Tabela 13 – Grupos de atividades econômicas nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.

Município	Grupos de atividade econômica	Nº de estabelec. agropecuários (Unidades)	Nº de estabelec. agropecuários (Percentual)
Cunha Porã	Lavoura temporária	545	49,05
	Horticultura e floricultura	13	1,17
	Lavoura permanente	13	1,17
	Pecuária e criação de outros animais	523	47,07
	Produção florestal - florestas plantadas	7	0,63
	Produção florestal - florestas nativas	3	0,27
	Aquicultura	7	0,63
	Total	1.111	100,00
Saltinho	Lavoura temporária	326	47,52
	Horticultura e floricultura	9	1,31
	Lavoura permanente	12	1,75
	Pecuária e criação de outros animais	328	47,81
	Produção florestal - florestas plantadas	10	1,46
	Aquicultura	1	0,15
	Total	686	100,00

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

A maior concentração de estabelecimentos agropecuários com criação de aves no município de Cunha Porã deve-se, em grande medida, pela opção de produção dos próprios agricultores. Muitos optam pela produção de frangos, como se observa na Figura 20, por apresentar menor dificuldade em relação à criação de suínos, como se destaca na Figura 21, pelo fato de o retorno financeiro ser mais rápido, em torno de 35 a 40 dias em comparação com a criação de suínos que leva em média de 120 a 130 dias.

Gráfico 7 - Estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção de aves e suínos nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.



Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

Figura 20 – Criação de aves pelo sistema de integração²⁸.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

²⁸ A criação de aves nesta propriedade é realizada paralelamente com a atividade leiteira. O galpão de confinamento possui capacidade de alojamento de 14.000 aves. O sistema que comanda os equipamentos (Ventiladores, nebulizador, forno, temperatura e umidade) é todo automatizado, porém, como afirma o produtor, existem aviários muito mais sofisticados, o que demanda constante adaptação das estruturas. As aves na imagem já apresentam peso de abate, em torno de 2,5 a 3,0 Kg.

Figura 21 – Criação de suínos pelo sistema de integração²⁹.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

Além destas atividades, destaque também para o processamento artesanal de produtos nos estabelecimentos agropecuários. Em Cunha Porã, o beneficiamento de produtos está presente em 276 unidades da agricultura familiar (14,57% em relação ao total de pequenas agroindústrias do estado – 1.894 unidades) e 13 unidades de agricultura não familiar. Para Saltinho, correspondem a 131 unidades da agricultura familiar (6,91% em relação ao total do estado) e apenas três (3) unidades da agricultura não familiar, como se verifica na Tabela 14.

Tabela 14 – Agroindústria rural nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar (AF) e não familiar (ANF) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.

Município	Nº de estabelec. agropecuários com instalação de beneficiamento próprio e com AF (Unidades)	Nº de estabelec. agropecuários com instalação de beneficiamento próprio e com ANF (Unidades)
Cunha Porã	276	13
Saltinho	131	3

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 2006). Organizado pela autora.

²⁹ Nesta propriedade a criação de suínos constitui-se na atividade principal, sendo o sistema de alimentação automatizado para facilitar o manejo. Na imagem os animais estão em fase final de engorda, pesando em média 120 a 130 kg. A propriedade possui capacidade de alojamento de 1500 suínos.

Conforme já destacamos neste capítulo, a implantação de pequenas agroindústrias familiares nos municípios tem possibilitado a transformação/beneficiamento de inúmeros produtos da agricultura familiar, colocando-se como uma alternativa para a promoção do desenvolvimento rural e viabilizando a produção das pequenas propriedades rurais por meio da agregação de valor. A renda insuficiente obtida a partir da atividade agrícola e/ou a falta de estrutura e capital para se inserir ou manter nas atividades predominantes, obriga os agricultores familiares a buscarem por novas alternativas de renda, como por exemplo, as pequenas agroindústrias familiares, que tem se colocado como uma estratégia viável de produção.

Neste sentido, vale destacar a importância das associações e cooperativas de agricultores familiares rurais que, por meio da união coletiva, conseguem garantir a captação de recursos. O cooperativismo tem se apresentado como uma alternativa viável de organização social e, principalmente, como caminho de acesso às políticas públicas. É por meio das associações e cooperativas que os agricultores recebem apoio jurídico institucional, assistência técnica, cursos de capacitação, auxílio na elaboração e condução de projetos, dentre outras ações.

Assistidos por meio das associações e cooperativas que muitos produtores conseguem se inserir de forma autônoma nos mercados, tendo em vista que, historicamente, este tem sido um dos principais desafios a esses sujeitos sociais, inibindo a atuação do capital comercial (atravessadores) e do capital industrial, que controlam financeiramente o setor agrícola.

É neste sentido que se buscará analisar o papel das políticas públicas de desenvolvimento rural, tomando como estudo de caso o Programa Aquisição de Alimentos.

2. DO CARÁTER SELETIVO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

2.1 A incorporação da ciência e da tecnologia na agricultura brasileira.

Com a evolução hodierna da economia e da sociedade, resultado da crescente urbanização e da expansão capitalista no campo, uma nova forma de estruturação dos espaços urbanos e rurais tem emergido no território brasileiro. A essas transformações evocamos ao processo de reestruturação produtiva – entendida como um processo promotor de profundas transformações nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária – alterando, especialmente, a base técnica da produção, as relações sociais de produção e a estrutura fundiária, interferindo tanto na base técnica quanto econômica e social (ELIAS, 2012).

Em seu sentido mais amplo, as inovações que foram incorporadas ao território brasileiro interferem, mesmo que de maneira indireta, em todos os setores econômicos, conduzindo a economia de um país “essencialmente agrário para uma das principais economias do mundo” (ELIAS, 2007, p. 49).

Modernas e sofisticadas técnicas de produção foram incorporadas à agricultura, sobretudo, nas décadas de 1960 a 1980, momento no qual o espaço rural passou por expressivas transformações econômicas e sociais, alterando profundamente sua base produtiva. O avanço da modernização consolida-se com o apoio do Estado brasileiro que direciona de forma tendenciosa para o setor os recursos financeiros, infraestrutura, apoio tecnológico, incentivos fiscais e políticas públicas.

Visando transformar o meio rural e promover a modernização, o “Estado assumiu de forma explícita o comando do processo de capitalização do campo, conjuntamente com o capital financeiro e industrial” (GRISA, 2010, p. 84).

Ou ainda conforme complementa Hespanhol (1997, p. 41),

[...] o Estado encarregou-se de criar as condições para que o processo de modernização agrícola se efetivasse, através da

implementação de mecanismos, visando por um lado expandir o mercado interno de máquinas e insumos industriais, e por outro, ampliar a oferta de produtos exportáveis e de matérias-primas para a indústria.

Segundo Delgado (2012, p. 13), com a integração técnica da indústria a agricultura,

[...] estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção.

Entre 1965 e início dos anos de 1980, o crédito rural subsidiado tornou-se o principal instrumento deste processo, porém, como alerta Gonçalves Neto (1997, p. 153),

[...] a distribuição deste subsídio não ocorreu de forma homogênea entre os agricultores, mas foi centralizado nas mãos dos mais poderosos ou dos que já se encontravam envolvidos no processo de modernização, contribuindo para a transferência de recursos de renda dentro do próprio setor e aumentando o quadro de miséria dos pequenos produtores rurais.

Observa-se, assim, que com o aprofundamento da modernização, a agricultura paulatinamente vai sendo remodelada, incorporando ao seu processo produtivo as mais modernas e sofisticadas tecnologias de produção e do consumo globalizado, adquirindo novas funções e, principalmente, oferecendo novas possibilidades para a acumulação ampliada do capital. De maneira geral, a modernização foi promovida por meio da verticalização das ações do Estado aos segmentos produtivos do ramo agroindustrial e do agronegócio - com a formulação de políticas públicas dotadas de um caráter essencialmente produtivista e setorial, deixando à margem do processo modernizante os pequenos produtores rurais.

De acordo com Elias (2003), este processo imprimiu complexas inovações às forças produtivas do setor, substituindo os tradicionais sistemas de produção por inúmeras novas possibilidades de realização da mais-valia mundializada através da fusão de capitais entre setores econômicos. Parte da agricultura

torna-se um ramo de aplicação de capital e, conseqüentemente, subordinada a este. Em face desta possibilidade, “a velocidade de renovação das forças produtivas torna-se muito mais acelerada do que em todo o restante da história [...]” (ELIAS, 2006, p. 27).

Diante de tais transformações,

[...] a agricultura passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período, apresentando as mesmas possibilidades das demais atividades para a aplicação de capital e para auferir alta lucratividade, e tornou-se mais competitiva, permitindo maior valorização dos capitais nela investidos, o que a aproximou dos demais setores econômicos. Nesse sentido, no período Técnico- Científico-Informacional um dos principais signos da modernização da agricultura é o fim do isolamento mantido pela atividade em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente interdependência com o crescimento geral da economia [...] (ELIAS, 2003, p. 62).

O novo modelo de agricultura de fato se efetivou, porém, manteve inalterada a estrutura fundiária, privilegiando médios e grandes produtores rurais em detrimento dos pequenos, promovendo, “um verdadeiro pacto com a classe dominante (burguesia urbano-industrial e aristocracia rural)” (HESPANHOL, 1997, p. 38). Conforme ressalta Grisa (2010, p. 84), coube aos agricultores familiares, “as conseqüências do processo modernizante: endividamento, desemprego, perda das terras, êxodo rural e agrícola, degradação ambiental etc.”.

Delgado (2012, p. 14) destaca que,

[...] o caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial.

Assim sendo, a postura desenvolvimentista dos governantes visava muito mais o crescimento econômico do país do que a sua regulação social. “Constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e

do processo de mudança na base técnica de produção rural como se refletissem a totalidade do setor rural brasileiro” (DELGADO, 2012, p. 17).

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro neste período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista e conservador. Não era um Estado de Bem-Estar Social, “o Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade” (BACELAR, 2003, p. 1).

Dessa forma, esta postura desenvolvimentista do Estado aprofundou as desigualdades de todo o sistema econômico, e não somente do setor agropecuário, apoiando-se “na fragilidade social e política da base da pirâmide social em comparecer à esfera pública com demandas próprias e concorrentes àquelas que constituíram o pacto da “modernização conservadora”³⁰ (DELGADO, 2012, p. 20).

O modelo de crescimento econômico pautado na modernização conservadora apresentava sinais de declínio no início dos anos de 1980, principalmente, por conta da redução do crédito subsidiado. Observa-se, neste mesmo período, que com a instauração de uma nova conjuntura política e social que tem como marco o processo de redemocratização do país, essa situação começou a mudar.

2.2 A adoção da perspectiva territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural e a criação de um mercado institucional para a agricultura brasileira.

Com a Constituição Federal de 1988, algumas prerrogativas inerentes ao desenvolvimento de políticas voltadas à agricultura são repensadas e muitas das competências de responsabilidade da União foram repassadas aos estados e municípios. Neste contexto, “temas como poder local, participação social, autogestão, desenvolvimento sustentável, representação e formas de organização coletiva ganharam destacada relevância no âmbito nacional” (HESPANHOL, 2008, p. 3).

³⁰ Conforme argumenta Delgado (2012, p. 13), a modernização conservadora nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária. Tratava-se também, de um rebate à política agrícola dominada pela prioridade do Instituto Brasileiro do Café - IBC à valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 1950 e como resposta aos intensos desafios da industrialização e urbanização.

Contudo, essas competências institucionais efetivadas a partir da descentralização promovida pelo Estado brasileiro, apresentaram fatores que denunciam o não cumprimento das promessas de desenvolvimento local, tais como:

a) a descentralização repassou responsabilidades para os municípios, mas não os meios necessários para dar conta delas;
b) a descentralização por si só não alterou as relações de poder no município e a forma autoritária e clientelista como muitas prefeituras ainda hoje são governadas. Com isso, as possibilidades de participação da população, em particular dos grupos mais marginalizados, continuaram muito reduzidas (GUANZIROLI, 2006, p. 7).

Esses fatores limitantes revelaram que uma política de centralização não poderia, rapidamente, ser substituída por uma política descentralizadora. Segundo Veloso (2011, p. 20), essas transformações e mudanças estiveram associadas a diversas circunstâncias políticas que se consolidaram,

[...] principalmente no discurso neoliberal, como por exemplo, nas orientações dos organismos multilaterais, no discurso de urgência e profundidade da crise da década de 1980 e o imperativo da descentralização, da governança territorial e da interpretação localista da realidade.

Diante disto e, principalmente, em resposta aos interesses de grande parcela dos pequenos produtores rurais que sempre estiveram marginalizados no tocante as políticas públicas, o Estado, a partir da década de 1990, passa a incorporar na elaboração das políticas públicas a dimensão territorial de desenvolvimento – que influenciada por modelos já difundidos nos países europeus, busca superar o viés setorial e produtivista das políticas direcionadas para o rural.

Esta mudança de foco na concepção das políticas públicas abre novas possibilidades diante da heterogeneidade dos espaços rurais, não sendo mais possível,

[...] adotar tipologias simplificadas na elaboração das políticas, mas sim estudos detalhados das estruturas econômicas, sociais, culturais e institucionais regionais e locais. Isso abre espaço para a participação e responsabilização dos atores locais na elaboração e

implementação das políticas de desenvolvimento rural (OLIVEIRA, 2002, p. 9).

Hespanhol (2008, p. 4) complementa que a adoção da perspectiva territorial deu-se em um contexto nacional e internacional de mudanças. No âmbito nacional emerge em decorrência de vários fatores, tais como:

a) a crise financeira que atinge o Estado brasileiro a partir dos anos 1980; b) a consequente descentralização da administração pública ensejada pela Constituição Federal de 1988 que repassou aos governos municipais competências e atribuições antes delegadas às esferas estadual e federal; e, c) a expansão de Organizações Não-Governamentais (ONGs), que têm como estratégia de atuação o âmbito local em contraposição aos impactos dos processos globalizantes.

O Estado, diante das pressões exercidas pelas instituições multilaterais, passa a reconhecer novas dinâmicas espaciais e, principalmente, a necessidade em reavaliar os instrumentos governamentais adotados na promoção do desenvolvimento rural. Este cenário passa a ser alterado com a incorporação no cenário político nacional de um espaço para o segmento da agricultura familiar.

Neste contexto, a ideia de unilinearidade³¹ passa a ser questionada. “Se antes as diferenças regionais eram apreendidas como negativas, devendo ser eliminadas, na atualidade, essas diferenças passaram a ser reconhecidas como características positivas a serem preservadas e valorizadas” (HESPANHOL, 2010, p. 126).

O principal impacto deste redirecionamento³², segundo Oliveira (2002, p. 8), esteve consubstanciado no:

[...] reconhecimento das diversidades e peculiaridades regionais como um dos elementos estratégicos para a competitividade de um espaço, e consequentemente, para a formulação de políticas e

³¹ Na concepção da unilinearidade, “as disparidades iriam reequilibrar-se, ou por meio da livre mobilidade dos fatores produtivos ou pela adoção de políticas de desenvolvimento, elaboradas para eliminá-las. O desenvolvimento de um determinado espaço era encarado como um *continuum*, sendo os estágios percorridos rumo ao desenvolvimento sempre idênticos, não importando as condições prévias dos espaços considerados” (OLIVEIRA, 2002, p. 8).

³² O autor esclarece que anteriormente à abordagem territorial, as políticas públicas de desenvolvimento eram do tipo *top-down*, ou seja, “não levavam em consideração as peculiaridades regionais, e nem a participação das populações beneficiárias, justificadas pela simplificação da concepção do desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 8).

instrumentos de apoio ao seu desenvolvimento. Considerar as especificidades regionais como elemento de definição de políticas e instrumentos de intervenção no espaço regional possibilitou o desenvolvimento de políticas do tipo *bottom-up*, ou seja, pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço.

Neste mesmo cenário, o território também passa a ser focado sob outra perspectiva, segundo aponta Hespanhol (2010). Diferentemente da abordagem adotada nos meios acadêmicos e, principalmente, na Geografia, onde o conceito de território é apreendido por e a partir de relações de poder, na abordagem territorial o território passa a ser “considerado apenas como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação” (HESPANHOL, 2010, p. 124).

Assim, o território passa a ser visto e compreendido como a nova unidade de referência e mediação das ações do Estado e o enfoque no desenvolvimento territorial torna-se, portanto, um modo de ação que valoriza os atributos políticos e culturais das comunidades e dos atores sociais ali existentes. Governança local e participação social tornam-se, neste sentido, atributos do desenvolvimento territorial (OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Essa mudança no enfoque, segundo Schneider e Tartaruga (2004, p. 12), “seria capaz de contemplar as relações entre os atores locais e as demais esferas e escalas, como a regional e nacional, além da global”.

Neste caso, Schneider (2004, p. 110) enfatiza que:

[...] o território passaria a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no espaço social.

Conforme salienta o autor, o território passa a ser entendido como uma unidade de referência para a implementação e gestão das ações intervencionistas, embora, do ponto de vista dos recursos financeiros, o território não possa receber os recursos por não compor a estrutura federativa.

Assim, a década de 1990 é marcada por fatores decisivos, sobretudo, no que tange à esfera governamental. Os movimentos sindicais dos trabalhadores “passaram a organizar-se e direcionar suas reivindicações e lutas para a

chamada 'reconversão e reestruturação produtiva' dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercosul" (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 2).

Paralelamente a isto, a relevância da agricultura familiar demonstrada pelo estudo realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, publicado em 1996, no documento intitulado "Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico", juntamente com as organizações de agricultores familiares, como sindicatos, movimentos sociais etc., pressionaram o governo de Fernando Henrique Cardoso a institucionalizar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em junho de 1996, conforme destaca Hespanhol (2000).

Dessa forma, a partir de 1995,

[...] já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP [Programa de Valorização da Pequena Produção Rural] foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946 datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004, p. 3).

A criação do PRONAF em meados da década de 1990, marca sem sombras de dúvidas, o intervencionismo estatal no meio rural brasileiro, sendo a agricultura familiar oficialmente reconhecida como um ator social e, portanto, como uma categoria específica. Conforme defende Abramovay (1999), a valorização da agricultura familiar no país esteve pautada em três planos distintos: no plano intelectual, diversos estudos e pesquisas permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade deste segmento e avaliar sua relevância econômica. No plano das políticas públicas, como já mencionado, o

lançamento do PRONAF e a intensificação dos projetos da reforma agrária. No plano social, a agricultura familiar representa um conjunto organizado de forças, que tem por bandeira de luta a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar e a importância para a economia social.

A agricultura familiar, por meio das ações do PRONAF, passa a ser fortalecida em termos técnicos, financeiros e de infraestrutura, ampliando a capacidade produtiva, contribuindo para a geração de emprego e renda nas áreas rurais, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Nesta nova conjuntura das políticas públicas, as ações buscavam incorporar, pelo menos ao nível do discurso, a diversidade econômica, social e política, levando em consideração as especificidades/potencialidades locais/regionais.

Para Oliveira (2002, p. 12), apesar das muitas dificuldades, “algumas inerentes ao espaço geográfico escolhido para a intervenção (municipal), outras à própria dificuldade de articulação e coordenação dos atores sociais”, o PRONAF contribuiu significativamente para novas discussões acerca das políticas públicas de desenvolvimento rural, corroborando, sobretudo por meio da linha PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais, para superar o viés setorial-agrícola, imprimindo mudanças nos instrumentos de intervenção estatal no espaço rural e na agricultura.

Influenciado por experiências observadas em outros países, em especial nos da União Europeia, a discussão do desenvolvimento territorial ganhou espaço no Brasil, sobretudo, diante da constatação de que a “estratégia Cepalina”³³ de apostar no crescimento econômico, unicamente, como forma de

³³ A estratégia Cepalina faz referência às teses dos autores da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL que propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano. A riqueza do método cepalino reside em uma fértil interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada originalmente por Prebisch. A construção do método baseou-se na oposição entre "periferia" e "centro", que desempenhou um duplo papel analítico: primeiro, serviu para afirmar que essa estrutura determinava um padrão específico de inserção na economia mundial como "periferia", produtora de bens e serviços com uma demanda internacional pouco dinâmica, importadora de bens e serviços com uma demanda interna em rápida expansão e assimiladora de padrões de consumo e tecnologias adequadas para o centro, mas com frequência inadequadas para a disponibilidade de recursos e o nível de renda da periferia; Segundo, derivou na ideia de que a estrutura socioeconômica periférica determina um modo singular de industrializar, introduzir o progresso técnico e crescer, assim como um modo peculiar de absorver a força de trabalho e distribuir a renda (COLISTETE, 2001, p. 1). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>. Acesso em: 31/05/2016.

aliviar ou eliminar a pobreza não teria gerado, nas últimas décadas, os resultados esperados.

Houve crescimento econômico concomitantemente com aumento do desemprego e da informalidade, sem diminuição significativa da pobreza. O desenvolvimento agrícola não implicou, tampouco, necessariamente em desenvolvimento rural (GUANZIROLI, 2006, p.3).

A nova visão do desenvolvimento rural é marcada, justamente, pela tentativa de dar conta das mudanças pelas quais havia passado o rural nas décadas anteriores e a necessidade de passar de um enfoque setorial para outro de caráter territorial, reconhecendo a complexidade dos espaços rurais e a necessidade de se erigir um novo modelo de intervenção política, agindo sobre o espaço e nas relações sociais nele existentes.

Nesta perspectiva, a abordagem territorial:

[...] assume a função de uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social a partir de alguma escala, quer seja local, regional, microrregional, etc. [...]. Pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. (SCHNEIDER, 2004, p. 110).

Desse modo, as políticas públicas passam a ser entendidas como um meio de diagnosticar e agir no tratamento e solução dos problemas públicos, envolvendo questões de ordem pública que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Ou seja, seria um conjunto de diretrizes transformadas em ação, estruturadas por meio de processos decisórios que impactam na realidade.

Conforme propõe Mello-Théry (2011, p. 1), a política pública

[...] diz respeito a um conjunto de atividades que faz referência ao Estado, como tal está estreitamente vinculada ao poder, podendo ser entendida como um conjunto de procedimentos/marcos institucionais, pactos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere a bens públicos.

Para Secchi (2010), as políticas públicas nasceram para auxiliar no diagnóstico e no tratamento de problemas públicos. Segundo o autor, independentemente do setor de intervenção, as políticas públicas possuem traços comuns e atores semelhantes, sendo que dão o subsídio para a sua análise e a tomada de decisões. Em outras palavras, “a principal razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2010, p. 2).

Grisa (2012, p. 31) complementa que “a elaboração de uma política pública envolve mais que um conjunto de decisões; ela envolve atores sociais (homens políticos, funcionários de todos os níveis, grupos de interesses etc.) que constroem uma ordem local”. Compreensão esta que busca incluir a atuação da sociedade no processo decisório, e não apenas como mera participante do processo.

As políticas públicas constituem-se de decisões e ações que ocorrem simultânea e permanentemente,

[...] são a concretização da ação governamental. Consideram atores formais e informais num curso de ação intencional que visa ao alcance de determinado objetivo. Podem ser constituídas com uma função distributiva, redistributiva ou regulatória e inspiram o constante debate sobre a modernização do Estado e, por isso, estão contemporaneamente se fundando mais em estruturas de incentivos e menos em estruturas de gastos governamentais (AMABILE, 2012, p. 390).

Neste sentido, como alude Souza (2006, p. 26), após cumpridas as quatro etapas principais – formulação, execução, monitoramento e avaliação -, as políticas públicas resultam em “planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisa” e, se implementadas, ficam sujeitas ao acompanhamento e avaliação pelos seus gestores. É o “governo em ação” que, quando necessário, propõe mudanças no rumo ou no curso das ações e, conseqüentemente, mudanças nos resultados no mundo real.

Neste sentido, há um consenso que repercute no campo das políticas públicas, sobretudo, aquelas relacionadas ao desenvolvimento rural, de que no Brasil as políticas de cunho territorial passaram a ser reforçadas a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, ligada ao Ministério

do Desenvolvimento Agrário – MDA³⁴. A criação da SDT em 2003 reforça a ideia do redirecionamento do Estado em relação à agricultura familiar.

Desse modo, podem ser citados como exemplo, o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa de Apoio à Infraestrutura e Serviço nos Territórios Rurais – PROINF, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e o PAA, tema de nosso tópico seguinte.

Todos estes programas direcionados à agricultura familiar buscam contemplar um viés de intersetorialidade, todavia, mesmo diante das significativas mudanças ocorridas, ainda há muito a avançar, dada a concentração da estrutura fundiária e a extrema desigualdade observada entre as regiões brasileiras. Bacelar (2003) complementa que as políticas públicas ainda têm como herança a centralização e o desenvolvimento economicista, via de regra apresentam enorme dificuldade em considerar a tamanha heterogeneidade existente em nosso país, entendendo-o a partir de médias e números que não representam a totalidade diversa do Brasil.

A mudança no enfoque das políticas públicas contribuiu significativamente para ressaltar a importância da pequena agricultura familiar, no entanto, apesar das mudanças ocorridas, ainda existem muitas dificuldades e resistências que precisam ser superadas. Existe, do ponto de vista da intervenção federal no rural brasileiro, dois projetos distintos: o primeiro com base na agricultura empresarial (MAPA), e outro para a agricultura familiar (MDA). Esta dualidade de intervenção no rural brasileiro é marcada, pela desvantagem da agricultura familiar em relação à agricultura empresarial e, principalmente, pelo domínio que tem a agricultura empresarial e pela enorme capacidade de renovação de suas forças produtivas. Em grande medida, a importância da agricultura patronal tem sido ressaltada pela produção de *commodities*, sobretudo para exportação, ao passo que a agricultura familiar ocupa-se da produção de alimentos para atender ao consumo local ou interno do país.

Neste cenário, mesmo diante do redirecionamento das políticas públicas, a agricultura familiar ainda encontra-se fragilizada e a mercê da hegemonia

³⁴ Atualmente (2016), o MDA não é mais um ministério, e sim, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão subordinado à Casa Civil.

desempenhada pela agricultura patronal e capitalizada. Não obstante, muitas das políticas públicas formuladas para o rural brasileiro foram adaptadas de políticas implementadas em outros países, em que os contextos (social, político, cultural e econômico) divergem de forma substancial do Brasil. Esta é uma das grandes dificuldades a serem preenchidas nas políticas de desenvolvimento rural no caso brasileiro, pois os modelos prontos e enrijecidos não conseguem abarcar a totalidade e, muito menos, as peculiaridades locais/regionais.

Estas mesmas dificuldades inerentes ao espaço agrário brasileiro também podem ser observadas em outros países, apesar de os contextos social, econômico, político e cultural divergirem de forma acentuada. Para tanto, a partir do próximo subitem iremos abordar a realidade dos *crofters* na Escócia.

2.3 Desafios e possibilidades da agricultura Crofting.

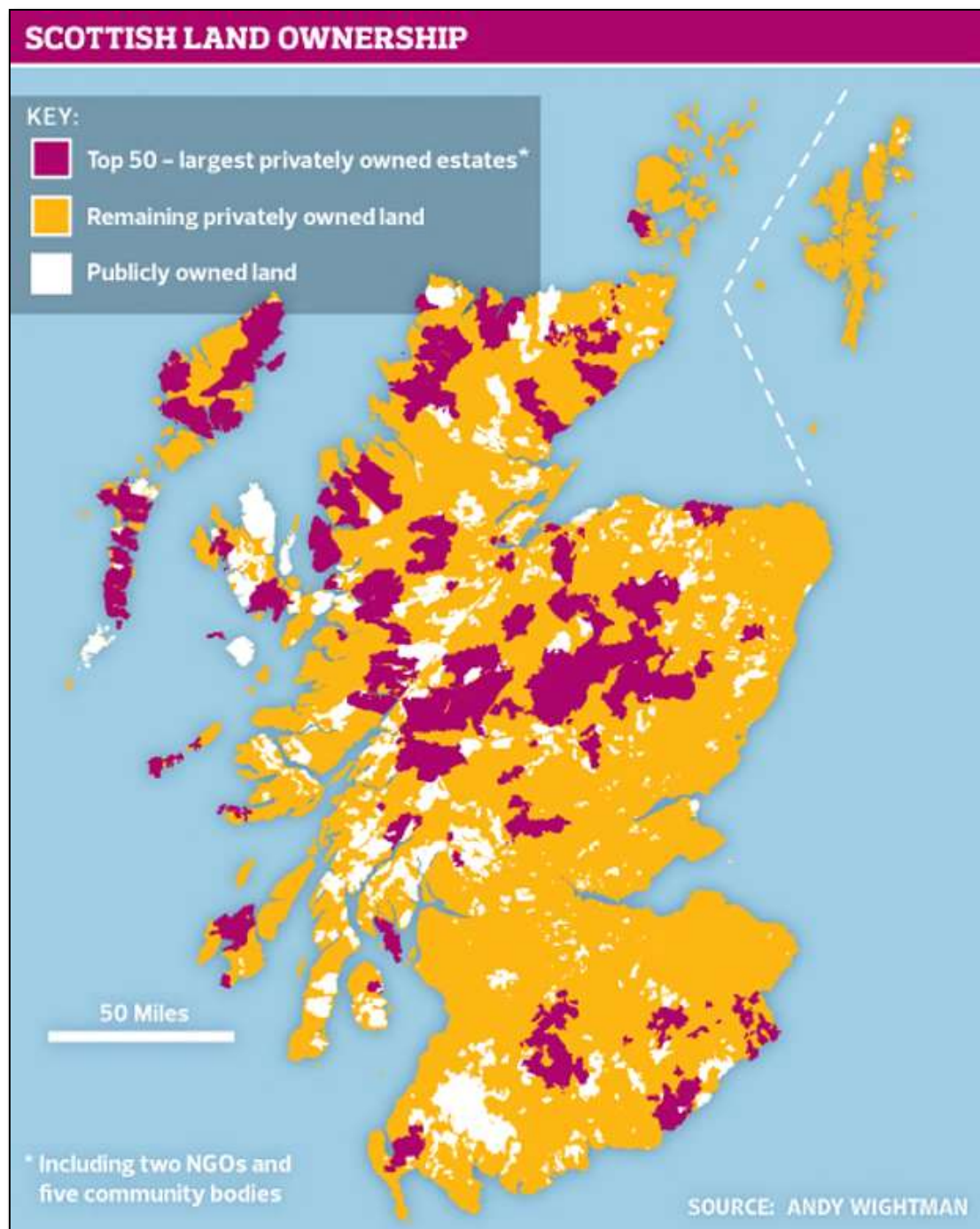
Durante a realização de nosso Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE tivemos a oportunidade de aprofundar nossas análises sobre o rural escocês e, de forma semelhante à realidade brasileira, o espaço agrário escocês também é marcado por grandes desigualdades e por uma enorme concentração fundiária. Atualmente (2016), a Escócia possui a maior concentração de terra de toda a Europa, conforme podemos visualizar na Figura 22.

Diante deste cenário, o governo escocês passou a inserir a questão da reforma agrária no debate político e introduziu a *Land Reform Bill* (Lei da Reforma Agrária) em Junho de 2015, com o objetivo de promover medidas para reduzir a quantidade de terras que um indivíduo pode possuir e, principalmente, fortalecer a capacidade das comunidades de ter acesso à terra e aos recursos naturais, visando um desenvolvimento sustentável.

Além da reforma agrária, o governo prevê também uma série de medidas e mudanças em seu principal programa de desenvolvimento rural (*Scottish Rural Development Programme* - SRDP³⁵), haja vista que os subsídios da Política Agrícola Comum - PAC relacionados à produção não têm conseguido reduzir a vulnerabilidade econômica da maioria dos agricultores.

³⁵ *Scottish Rural Development Programme* (Programa Escocês de Desenvolvimento Rural) é um programa de medidas econômicas, ambientais e sociais, projetado para desenvolver e beneficiar o rural escocês. Disponível pelo sítio eletrônico <http://www.gov.scot/Topics/farmingrural/SRDP>.

Figura 22 – Propriedade da terra na Escócia.



Fonte: <http://www.theguardian.com/uk-news/2013/aug/10/scotland-land-rights>.

Para reverter tal cenário que tem sua herança na década de 1960 - quando os incentivos ilimitados da PAC foram destinados para a consolidação da agricultura em um setor eficiente -, o governo escocês tem direcionado diferentes incentivos para a agricultura, haja vista que a última fase do programa demonstrou que a maior parte do financiamento havia sido gasto no leste da

Escócia, onde há uma concentração de grandes fazendas e as terras são quimicamente melhoradas, em contrapartida, a biodiversidade é baixa e a poluição elevada (KRAUSE, 2015).

Conforme argumenta Bowie (2015), a PAC precisa evoluir e ser orientada no sentido de reconhecer os diferentes tipos de cultivo, as limitações físicas e ambientais e as dificuldades da agricultura em solo escocês. Ressalta que as consequências negativas geradas pelo caráter produtivista das políticas públicas têm intensificado o desequilíbrio regional e causado progressiva exclusão dos produtores menos capitalizados, gerando um cenário de dualidade. As políticas públicas direcionadas para o rural escocês ainda mantêm um privilegiamento dos agricultores mais capitalizados que possuem terra boa³⁶ e grande capacidade de geração de renda em detrimento de agricultores que vivem em áreas frágeis e pouca capacidade produtiva, predominantemente *crofters*.

O *crofting* é uma forma de arrendamento da terra exclusivo para as Terras Altas³⁷ e Ilhas da Escócia, e sua origem data desde o século XIX. Este sistema de uso da terra ocupa cerca de 25% das Terras Altas e Ilhas escocesas, apesar das severas limitações de clima, solo e topografia (SCOTTISH CROFTING FEDERATION, 2015). A divisão da Escócia em Terras Altas (*Highlands*) e Terras baixas (*Lowlands*) pode ser visualizada na Figura 23. O *Croft* é uma pequena unidade de exploração agrícola e, conforme descreve Mazzú (2015, p. 6),

O *Croft* é uma pequena terra de exploração agrícola típica da região das Highlands da Escócia. O *Crofting* evoluiu a partir das folgas, quando grande parte da população *Highland's* foi expulsa das terras para dar espaço para fazendas de ovelhas ou

³⁶ Na Escócia, uma vasta área de terras agrícolas é classificada como sendo “severamente desfavorecida” ou Zonas Desfavorecidas em virtude das grandes áreas de sequeiro e da alta acidez do solo, onde somente é possível desenvolver uma agricultura de baixa intensidade. O solo ácido dificulta o cultivo e encarece os custos de produção devido a necessidade de correção do solo. De acordo com a classificação feita pelo governo, as terras boas, não se enquadram nesta classificação pelo fato de apresentarem menor alcalinidade do solo e possuírem maior capacidade produtiva.

³⁷ As **Terras Altas** compreendem a região montanhosa do norte da Escócia. O centro administrativo é Inverness. A língua gaélica escocesa é falada em apenas algumas regiões das Terras Altas. Politicamente, as Terras Altas caracterizavam-se até o século XVIII por um sistema feudal de famílias – os famosos clãs escoceses. Antes do século XIX havia grande concentração de população, porém, a Revolução Industrial associada a outros eventos socioeconômicos levaram a migração dos habitantes dessa região para as áreas urbanas. Atualmente, nas Terras Altas vivencia-se uma grande escassez de habitantes. As **Terras Baixas** são a região plana no sul da Escócia, e a zona mais desenvolvida, onde se situam as cidades de Glasgow e Edimburgo (Capital da Escócia). Nas Terras Altas predomina o catolicismo, nas Terras Baixas, por outro lado, predomina o protestantismo.

veados e propriedades privadas. Depois de 1886, com a Lei dos *Crofters* (Escócia), o *crofting* tornou-se um sistema de posse da terra seguro, uma vez que garantiu a herança do controle da terra para aqueles que estavam trabalhando nela. É o principal sistema de posse da terra nas *Highlands*. Um *Croft* tem em média, de 5 a 50 hectares de tamanho.

O *croft* não é uma casa, mas sim um pequeno pedaço de terra, normalmente concedido em sistema de arrendamento, que pode ou não ter uma casa associada e que está localizado em um dos condados *crofting*³⁸. Apesar de variarem de tamanho (de ½ hectare a 50 hectares), na maioria das vezes os *crofts* possuem em média 5 hectares. As faixas de terra – muitas com participação no morro de pastagens (áreas de uso comum³⁹) -, geralmente se estendem da costa até as montanhas, como é possível visualizar na Figura 24.

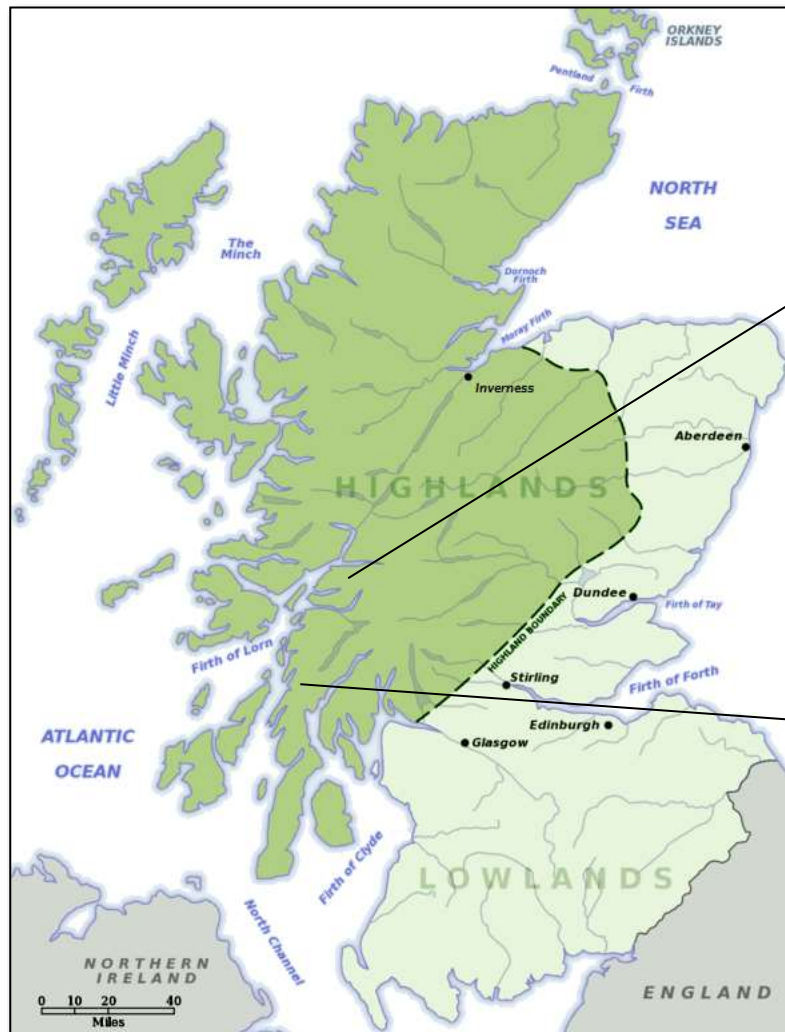
A agricultura *crofting* assemelha-se muito com a pequena agricultura familiar no Brasil, porém, os meios de produção utilizados ainda são bastante rudimentares, apresenta pouca capacidade produtiva e depende de forma substancial dos incentivos governamentais para se manter e reproduzir social e economicamente. Diante das limitações de solo, relevo, clima e, principalmente, pela importância desempenhada pela agricultura *crofting*⁴⁰ – o governo direciona três incentivos específicos para os *crofts* sendo: Scottish Beef Scheme - SBS, Crofting Counties Agricultural Grant Scheme – CCAGS e Croft House Grant Scheme – CHGS.

³⁸ No ano de 2015, segundo a *Crofting Commission* – CC (Comissão Crofting) há em torno de 19.422 *crofts* na Escócia, ocupados por um número estimado de 10.000-12.000 famílias *crofting* e uma população total de cerca de 33.000 *crofters*.

³⁹ As superfícies de uso comum – são áreas de terra utilizadas por um número de arrendatários e outros detentores de ações na terra para o pastejo dos animais (ovelhas, cordeiros e gado).

⁴⁰ Os *crofters* são os únicos povos que se habilitam em habitar as Terras Altas e as Ilhas mais distantes da Escócia, desenvolvendo uma agricultura de subsistência, sendo a principal fonte de renda oriunda da criação de cordeiros e gado.

Figura 23 – Mapa das Terras Altas e Baixas da Escócia.



Fonte: HENTZ, C. (2015).



Fonte: HENTZ, C. (2015).

Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Scottish_Highlands#/media/File:Highlands_lowlands.png.

Figura 24 - Vista de um assentamento de *Crofts* na Ilha de Skye, Escócia.



Fonte: Economic Condition of Crofting 2010-2014, 2014.

2.3.1 Scottish Beef Scheme - SBS (Subsídio para a Carne Escocesa).

Regime de apoio único para os produtores de carne da Escócia sendo financiado pela União Europeia - UE. O SBS foi introduzido no ano de 2005 com o objetivo de melhorar a qualidade do rebanho escocês e, sobretudo, incentivar a criação de vacas nas áreas mais frágeis onde são de benefício ambiental (EUROPE DIRECT INFORMACION CENTRE OUTER HEBRIDES, 2015).

O SBS fornece em torno de 116,00 libras (£) para cada bezerro nascido em *croft* ou fazenda, desde que os criadores cumpram uma série de regulamentos e exigências. Este valor é especialmente importante para os *crofters* das ilhas, haja vista que possuem custos mais elevados de produção em detrimento dos produtores no continente. As condições climáticas severas (chuvas e temperaturas frias) interferem diretamente no suprimento de alimentos naturais, o que eleva os custos de produção e diminui a margem de lucro. Soma-se a isto, os elevados custos de frete e de *ferry boat*⁴¹ para as ilhas (EUROPE DIRECT INFORMACION CENTRE OUTER HEBRIDES, 2015).

Figura 25 – Ferry boat partindo do Porto de Mallaig para a Ilha de Eigg, na Escócia.



Fonte: Trabalhos de campo. Hentz, C. (2015).

⁴¹ *Ferry boat* (barco) é o único meio de transporte disponível para acessar as ilhas da Escócia. No caso das ilhas mais próximas (2 a 3 horas de distância), um barco parte pela manhã e outro pela tarde. Para as ilhas mais distantes, o transporte de pessoas, alimentos, materiais de construção, alimento para os animais, equipamentos, etc. é realizado a cada dois ou três dias.

Devido ao alto custo de produção, os animais são criados nas ilhas e, em seguida, enviados para o continente para serem engordados e entrar na cadeia alimentar. Apenas uma pequena parcela fica na ilha para o auto-consumo. Conforme relataram os *Crofters* da Ilha de Eigg, a questão dos Regulamentos e Políticas que regem as atividades agrícolas, em especial, sobre a produção de carne, são muito rígidas e não permitem que os animais sejam abatidos na ilha sem licença sanitária, equipamentos e treinamento. Para que possam ser inseridos numa base comercial, os animais precisam ser transportados para os abatedouros, o que acaba encarecendo os custos de produção, tendo em vista a distância dos abatedouros e os custos de transporte.

Figura 26 – Carregamento de animais para o transporte até o continente.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

2.3.2 Crofting Counties Agricultural Grant Scheme - CCAGS (Subsídio Agrícola para a Agricultura Crofting).

O CCAGS foi projetado para desenvolver a produção agrícola nas Terras Altas e Ilhas da Escócia, sendo administrado pela Comissão dos *Crofters*. Os subsídios são destinados em especial para a melhoria da infraestrutura agrícola. O financiamento para os projetos inclui os custos dos materiais, do transporte e de empreiteiros. O montante não reembolsável chega a £ 25,000 para *crofter* individual e até £ 125,000 para grupos de *crofters* (SCOTTISH GOVERNMENT, 2015).

2.3.3 Croft House Grant Scheme - CHGS (Subsídio para a Habitação Croft).

O regime prevê subvenções para melhorar e manter o padrão de habitação dos *crofters*, com o intuito de atrair e reter as pessoas dentro das áreas *crofting* da Escócia. O financiamento pode ser utilizado em grandes reformas, melhorias internas e trabalhos de construção (SCOTTISH GOVERNMENT, 2015).

No caso escocês, a maior parte dos subsídios é feito por meio de pagamentos diretos, realidade que diverge do caso brasileiro. A preocupação do governo em manter e preservar esta tradicional forma de agricultura deve-se, sobretudo, pela importância que desempenha na produção de alimentos e, principalmente, pela preservação das áreas ambientais de maior valor da Escócia.

De maneira semelhante ao Subsídio para a Habitação *Croft*, no Brasil, o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR criado pelo Governo Federal, no âmbito do Minha Casa, Minha Vida, também tem por finalidade possibilitar aos agricultores familiares, trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, o acesso à moradia digna no campo por meio da construção, reforma e/ou ampliação das casas.

No caso brasileiro, as políticas públicas direcionadas para o apoio da pequena agricultura familiar têm sido planejadas no sentido de amenizar a invisibilidade socioeconômica e política da agricultura familiar. Como exemplo, podemos citar o Programa de Aquisição de Alimentos, uma política pública diferenciada em termos de segurança alimentar e no fomento à pequena produção local, a qual apresentamos a seguir.

2.4 O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla.

Nas últimas décadas do século XX, inúmeros discursos em defesa da agricultura familiar foram feitos, todos imbuídos de argumentos que buscavam mostrar a importância desta categoria social, tanto para a sociedade – por ser a produtora e fornecedora de alimentos -, como também para a economia do país

e, principalmente, pela importância social que esta detém como grande absorvedora de mão-de-obra rural (SCHNEIDER, 2003).

Anteriormente à década de 1990, os debates sobre as políticas públicas para a agricultura familiar não eram tarefa fácil, haja vista que a agricultura familiar “durante muito tempo, foi considerada inferior e arcaica, cuja produção, não seria capaz de gerar riqueza ou, até mesmo, contribuir para o crescimento e desenvolvimento do Brasil” (VALNIER; RICCI, 2013, p. 200).

Foi somente em meados da década de 1990, que o Estado reconheceu a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país, criando políticas que servissem de base para a reprodução social desse segmento. Estas mudanças ocorrem de forma lenta e gradual e caracterizam-se por ações voltadas para a liberação de crédito à produção, garantia de preços e, de forma incipiente, algumas ações mais específicas para a assistência técnica.

Este cenário agrário brasileiro passa a mudar,

[...] quando se passou a entender que o agricultor familiar, na realidade, é peça fundamental, tanto para a economia do país, como para aquelas regiões mais distantes, por ser absorvedora de mão-de-obra, geradora de renda e, principalmente, fornecedora de alimentos. Esse novo entendimento de agricultura familiar fez com que os governos federal, estadual e municipal passassem a desenvolver políticas e programas de governo direcionados especificamente a esse público, como forma de gerar melhores condições, tanto para a produção quanto para a comercialização dos produtos (VALNIER; RICCI, 2013, p. 200).

Neste novo contexto, as políticas públicas pós-década de 1990 passam a ser engendradas valorizando, sobretudo, a diversidade econômica, social e política existente em seus territórios. Para Hespanhol (2010, p. 124), “o Estado brasileiro introduziu, pelo menos no nível de concepção e de operacionalização, novos aportes à parte das políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro”. A ênfase às políticas públicas passa a ser intensificada com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, que tem intensificado a necessidade do enfoque territorial, a partir do entendimento que o espaço rural adquiriu um caráter cada vez mais multidimensional (pluriativo) e menos setorial (essencialmente agrícola) (OLIVEIRA, 2010).

Com a ascensão, na década de 2000, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, esta mudança – ao menos do ponto de vista da retórica – passa a ser incorporada e o Governo Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT- estrutura as primeiras ideias sobre o PAA. Lançado em Julho de 2003 pela Lei 10.696⁴², o Programa de Aquisição de Alimentos foi um dos primeiros programas implementados com a chegada de Lula ao poder. Implementado como uma ação estruturante do Programa Fome Zero, o PAA é um programa do Governo Federal que visa colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

Para isso, o programa tem como objetivos principais:

Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2015, p. 1).

A criação do PAA representa um marco na política agrícola brasileira e revela a presença do Estado junto à agricultura familiar. Inserido em um amplo debate sobre desenvolvimento e distribuição de renda, as ações do programa envolvem a União, os Estados e os municípios, parceria esta que permitiu a aproximação do poder local com a produção familiar rural. As ações do programa viabilizam a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo, favorecendo a inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais.

Um dos aspectos inovadores do programa e que o elencam como uma das mais importantes políticas públicas de comercialização governamental é, justamente, o esforço para integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola quanto à política de segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005).

⁴² O Art. 19 dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. Segundo o Art. 19 “Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (CONAB, 2010, p. 21). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>. Acesso em: 26/03/2015.

O programa além de valorizar a produção e a cultura alimentar das populações, possibilitar a formação de estoques estratégicos, incentivar o manejo agroecológico e a preservação da biodiversidade, tem sua principal importância atribuída ao fato de considerar a magnitude da agricultura familiar para o meio rural brasileiro e, sobretudo, os desafios e problemas enfrentados por esse segmento referente à comercialização.

Segundo Campos e Bianchini (2014, p. 17), o PAA inovou “quando definiu como seus objetivos centrais fortalecer a agricultura familiar, de um lado, e promover a segurança alimentar e o combate à fome, de outro [...]”. Com o mesmo recurso financeiro fortaleceu a agricultura familiar por meio da aquisição de alimentos e promoveu o acesso a alimentação. Segundo os autores, iniciativas semelhantes ao PAA eram inexistentes até o momento.

Para Delgado (2013, p. 5), o PAA cumpriu um virtuoso papel no desenvolvimento rural, qual seja, “o de induzir a elevação do excedente econômico dos produtores familiares de alimentos, mediante ação estrita de garantia de comercialização e de fortalecimento de suas organizações associativas”.

Ademais, ao realizar essa ação de fomento, em simultaneidade com outra ação de política social – a garantia da provisão de alimentos às instituições carentes de assistência alimentar e nutricional, o Programa se credencia com um selo de legitimidade social da maior significação; ainda mais, porque corroborado pela eficácia no plano fiscal – de realizar duas ações relevantes, de política agrícola e de política social, com o mesmo recurso orçamentário (DELGADO, 2013, p. 5).

Para Mielitz (2014, p. 61), o surgimento do PAA “deve ser compreendido como parte de um conjunto de instrumentos constitutivos de uma reorientação nos papéis esperados e/ou funções atribuídas ao mundo rural e à produção agrícola [...]”, particularmente no que diz respeito à agricultura familiar. A construção do programa ocorreu em um contexto de transformações, em que o Estado brasileiro passa a redirecionar suas prioridades, principalmente no tocante aos recursos públicos, no reconhecimento da agricultura familiar e na importância da segurança alimentar.

Conforme ressalta Müller (2007, p. 16),

[...] o Programa Fome Zero possui três níveis de ação: as políticas estruturais, as políticas específicas e as políticas locais. Embora as ações de fortalecimento da agricultura familiar estejam presentes nos três níveis, é no âmbito das políticas estruturais que se encontra a principal ação do Fome Zero para a agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos. Assim como o Fome Zero, o PAA foi sendo gestado e discutido durante anos, envolvendo atores de diversas esferas, tanto da sociedade civil quanto de instituições governamentais.

O programa é de natureza interministerial, sendo formado por um Grupo Gestor⁴³ integrado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério da Fazenda - MF e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

É por meio do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPA que são definidas as normas, o assessoramento e o acompanhamento das atividades do programa. Segundo Delgado *et al.* (2005, p. 16), são atribuições do GGPA interministerial:

1. Sistematização de aquisições de produtos agropecuários e da definição dos preços respectivos de acordo com a lei de criação do programa.
2. Definição das regiões prioritárias para implementação do programa.
3. Condições de doação dos produtos adquiridos a beneficiários enquadráveis em situação de risco alimentar.
4. Condições de venda dos produtos adquiridos.
5. Outras medidas necessárias à operacionalização do programa.

O programa é operado pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

⁴³ Em 25 de Setembro de 2012, o Comitê Gestor do PAA instituiu pela Resolução nº 49, o Comitê Consultivo, sendo este composto por dois representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, sendo um da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e outro da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN; um representante do Ministério do Meio Ambiente; um representante do Ministério da Pesca e Aquicultura; um representante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; um representante da Fundação Nacional do Índio; demais membros do GGPA, sendo um de cada órgão. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupogestor/arquivos/Resolucao,P20no,P2049-P20de,P2025,P20de,P20setembro,P20de,P202012.pdf.pagespeed.ce.MvTG6ZB6nh.pdf>.

Acesso em: 24/03/2015.

Fome - MDS e os governos estaduais e municipais. A execução efetua-se pela aquisição de alimentos e pela formação de estoques públicos, por meio de diferentes modalidades que seguem limites de valores máximos por agricultor/ano. A Figura 27 apresenta um mapa conceitual com a forma de destinação dos produtos adquiridos no PAA.

Além dos vários atores envolvidos na execução, o programa, ao longo de sua trajetória, foi sendo aprimorado em seu arcabouço jurídico e institucional, sendo constituído por seis modalidades diferentes (Quadro 3).

Figura 27 – Forma de destinação dos produtos adquiridos no PAA.



Fonte: CONAB, Programa de Aquisição de Alimentos, s/d. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Cooperativismo/3RO/App_Conab_Cooperativismo.pdf. Acesso em: 25/08/2015.

Classificam-se como beneficiários do programa, os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os **beneficiários fornecedores** são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades de quilombolas rurais e demais povos e comunidades.

Quadro 3 – PAA: Modalidades, Fonte de recursos, Órgãos executores, Forma de acesso, Ementa e Limites por DAP.

PAA: MODALIDADES					
MODALIDADES	FONTE DE RECURSOS	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO	EMENTA	Limites por DAP⁴⁴
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	MDS e MDA	CONAB	Individual, Cooperativa, Associação	Tem por objetivo a melhoria na comercialização da produção familiar por duas formas: formação de estoques e a agregação de valor ao produto por meio do processamento. Os alimentos são adquiridos dos produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) pelo Governo Federal a preços de referência.	R\$ 8.000,00
Compra com Doação Simultânea – CDS	MDS	CONAB, Estados e Municípios	Individual, Cooperativa, Associação	Destina-se à aquisição de alimentos da agricultura familiar com vistas à doação a populações em situação de risco alimentar atendidas por entidades sociais de caráter governamental e não-governamental. Via Conab (R\$ 8.000,00) e via Termo de Adesão (R\$ 6.500,00)	R\$ 8.000,00 ou R\$ 6.500,00
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	MDS e MDA	CONAB	Cooperativa e Associação	Tem por objetivo adquirir alimentos da safra vigente de agricultores organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. A organização adquire a produção dos agricultores familiares listados na Proposta de Participação, beneficia os alimentos e os mantém em estoque próprio até sua entrega para estoques públicos ou comercialização no mercado convencional.	R\$ 8.000,00
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – IPCL	MDS	Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais	Individual, Cooperativa, Associação	A IPCL busca assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrízes, idosos e outros públicos prioritários. Esta modalidade restringe-se a área de atuação da Sudene*, beneficiando os estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais. A aquisição é feita de agricultores com produção máxima de 150 litros dia e compra limitada em 100 litros por dia. O leite é pasteurizado em laticínios contratados e distribuído para famílias em postos instalados nos locais de concentração dos beneficiários.	R\$ 4.000,00 por semestre.
Compra Institucional	-	Recursos do proponente	Individual, Cooperativa, Associação	A modalidade Compra Institucional tem por objetivo realizar compras voltadas para o atendimento de demandas regulares de consumo (restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros) por parte da União, Estados, Distrito Federal e municípios. As compras são realizadas com recursos do próprio proponente sem licitação.	R\$ 20.000,00
Aquisição de Sementes	MDS	CONAB	Cooperativa e Associação	A modalidade permite a compra de sementes pela Conab para atender às demandas de organizações previamente definidas e sua distribuição aos beneficiários consumidores.	R\$ 6.000,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>. Acesso em: 18/06/2015. Elaborado pela autora.

* Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁴⁴ DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Os **beneficiários consumidores** são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição. A execução é praticada em âmbito nacional e de forma descentralizada, por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, integrados as políticas de desenvolvimento agrícola e social.

Embora não esteja isento de críticas e desafios, os resultados do programa são satisfatórios, sobretudo na redução da pobreza e na segurança alimentar, isto porque o programa serve de amparo a duas etapas fundamentais do suprimento alimentar: o momento produtivo e o de acesso aos produtos.

Apresentamos, na sequência, dados sobre o PAA em nível de Brasil e região Sul. Optamos por apresentar os dados desta forma – PAA em nível nacional e região Sul -, para posteriormente, de posse dos dados produzidos em campo, poder mensurar as ações do programa no Estado de Santa Catarina e realizar a análise comparativa.

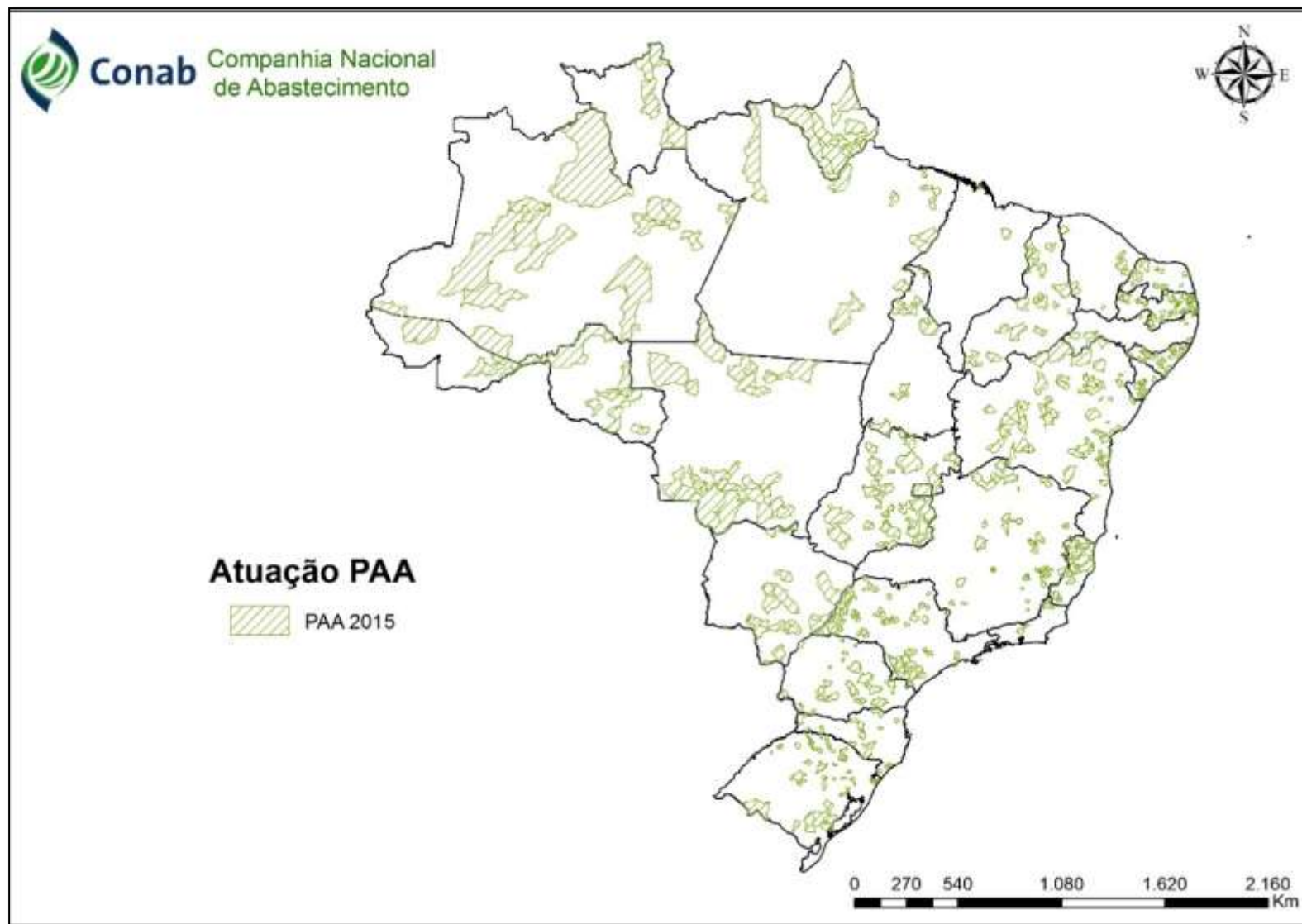
2.4.1 Municípios atendidos pelo PAA

Desde que foi implantado, o programa vem beneficiando inúmeros municípios e produtores familiares por meio da geração de renda, aumento da produção agrícola e, em especial, melhoria na qualidade da alimentação de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Ao longo dos anos, o PAA apresentou um expressivo crescimento, ampliando sua capilaridade nacional de forma paulatina. Conforme pode ser visualizado na Figura 28, em 2015, 541 municípios participaram do programa, o que corresponde a 9,67% do total.

O valor das aquisições do MDS + MDA totalizaram R\$ 287.515.216,00, 135.023.283 Kg de alimentos foram adquiridos e atendidos 38.794 beneficiários. De 2003 a 2015, o PAA esteve presente em 2.729 municípios dos 5.570 municípios que o Brasil possui na atualidade (2015) (BRASIL, 2015).

Figura 28 – PAA: municípios atendidos em 2015.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Mapas PAA, 2015.

A despeito da ampliação do programa, Hespanhol (2013, p. 1) destaca que a abrangência do programa em nível nacional ainda é limitada se considerarmos o total de estabelecimentos da agricultura familiar e “pela importância que esta política possui em relação à agricultura familiar e à segurança alimentar no país”.

No ano de 2015, o programa esteve presente em todos os estados da Federação, atendendo 541 municípios, 2.829 unidades receptoras, tendo sido realizados 10.960.664 atendimentos a pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional, como se pode verificar na Tabela 15 (BRASIL, 2015).

O maior número de municípios beneficiados ocorreu no ano de 2012, sendo atendidos 1.180 municípios. Paralelamente ao crescimento do número de municípios, o atendimento passou de 145.987 em 2003, para 18.208.960 em 2012. Neste mesmo ano, 17.988 unidades receptoras foram beneficiadas.

Tabela 15 – PAA: número de municípios atendidos, número de atendimentos em relação às pessoas e unidades receptoras, em nível de Brasil 2003/2015.

Ano	Nº de municípios atendidos	Nº de atendimentos em termos de pessoas	Nº unidades receptoras
2003	104	145.987	0
2004	293	540.027	0
2005	528	2.079.937	0
2006	950	4.290.986	0
2007	976	7.580.948	0
2008	976	10.643.207	0
2009	963	8.129.258	11.572
2010	1.076	14.292.020	17.744
2011	1.177	16.290.738	17.222
2012	1.180	18.208.960	17.988
2013	524	7.981.161	4.449
2014	619	11.460.634	3.968
2015	541	10.960.664	2.829

Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

No ano seguinte (2013), as reduções foram expressivas em todas as variáveis consideradas na Tabela 1, sendo de 55% no número de municípios, 56% no número de atendimentos e 75% no número de unidades receptoras. A

partir de 2013, as variáveis apresentam oscilações positivas e negativas de crescimento.

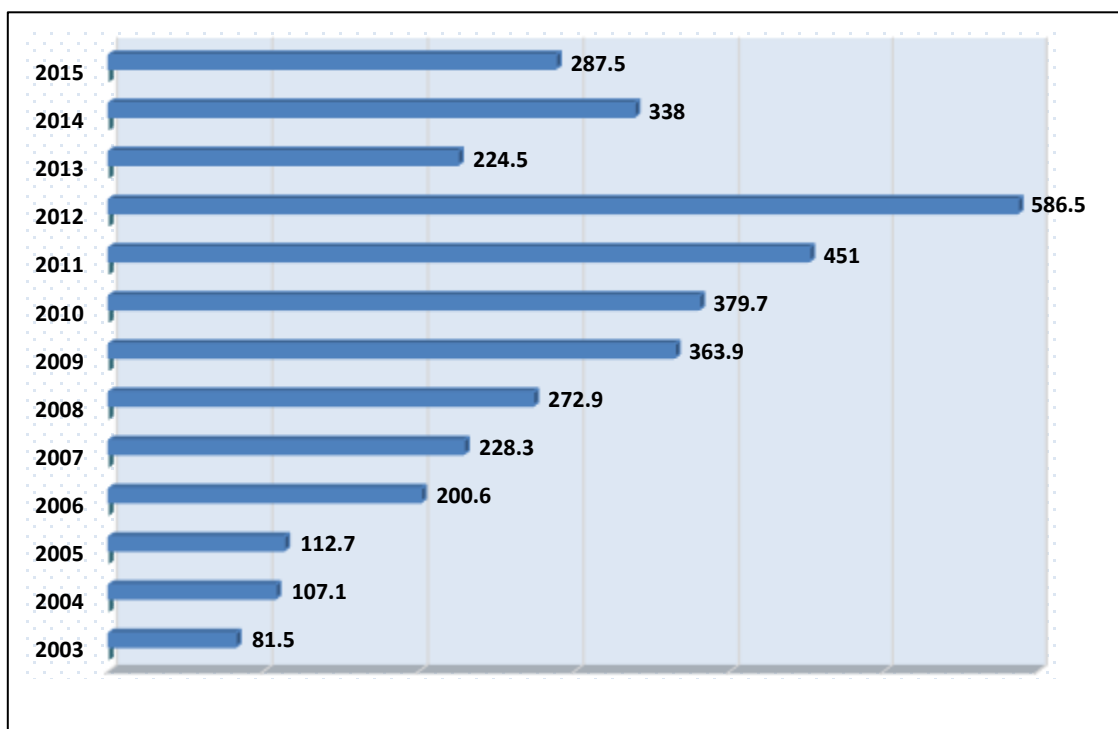
As reduções ocorridas podem estar associadas às adequações e atualizações feitas no Manual de Operações da Conab – MOC e do Normativo de Operações da Conab - NOC, os quais passaram a vigorar com novas normas, limitando o acesso por parte dos municípios e fornecedores beneficiados; aos inúmeros casos de mau uso dos recursos do programa em nível de Brasil (desvios e fraudes) por parte das entidades proponentes, resultando na suspensão e/ou cancelamento do programa nestas localidades; aos problemas climáticos (secas e enchentes) nas diferentes regiões brasileiras; a obrigatoriedade por parte dos municípios de dispor de um Banco de Alimentos para acessar o programa, como também da participação de pelo menos 40% de mulheres no PAA a partir de 2011 – atualizações estas que passam a impor novas exigências de acesso -; e, para o ano de 2015, esta redução também pode estar associada ao momento de estagnação econômica que o país enfrenta.

Este conjunto de fatores explica, em parte, as oscilações (positivas e negativas) que ocorreram no programa no decorrer dos anos, sendo aplicável ao montante de recursos, ao número de municípios participantes, a quantidade de produtos adquirida, ao número de agricultores fornecedores e ao número de projetos aprovados em nível de Brasil e das regiões.

2.4.2 Evolução orçamentária do PAA

Os recursos destinados pelo MDS e MDA ao PAA foram sendo incrementados no decorrer dos anos com evolução orçamentária de 2003 a 2012. Nos anos seguintes, 2013, 2014 e 2015 houve uma significativa redução nos valores destinados ao programa. De acordo com o Relatório Anual da Conab de 2015, a redução é devida “às características de cada região, em termos de organização social local e o acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais” (BRASIL, 2016, p. 6). Os dados podem ser visualizados no Gráfico 8.

Gráfico 8- PAA: distribuição orçamentária no período de 2003 a 2015 em nível nacional (em milhões de reais).



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

No período de 2003 até dezembro de 2015, o Governo Federal já investiu mais de três bilhões de reais na execução do PAA. Observa-se, na Tabela 16, que os valores investidos no PAA por região ao longo dos anos foram variáveis. Destaque para o ano de 2012 que apresentou um expressivo incremento nos recursos investidos, totalizando 586,5 milhões de reais, sendo a região Sul que abarcou a maior parcela, (i.e., 220,5 milhões de reais). As regiões que apresentaram os maiores índices de crescimento no ano de 2012 em comparação ao ano de 2011 foram as regiões Sul (77%), Centro-Oeste (35%) e Norte (22%). Tomando esta análise para o conjunto dos dados, é possível perceber que as regiões Sul e Nordeste abarcaram de 2003 a 2015, 2/3 do total de recursos investidos, ao passo que Centro-Oeste, Norte e Sudeste equivalem, juntas, a apenas 1/3 do total.

Em contrapartida, no ano de 2013, o decréscimo foi de 61% no valor dos recursos investidos no PAA em nível nacional, sendo aplicados somente 38% do valor dos recursos, em comparação com o ano de 2012. Os valores investidos

voltam a apresentar crescimento positivo em 2014, seguido de um novo decréscimo em 2015 (i.e., 338 milhões para 287,5 milhões, respectivamente).

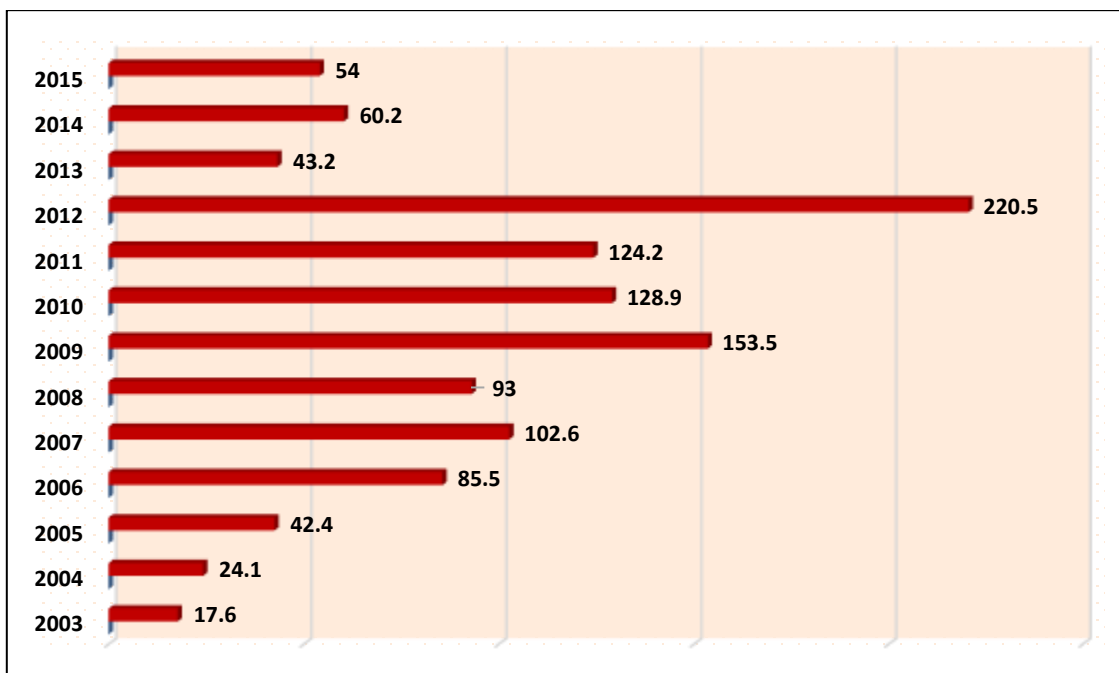
Tabela 16 – PAA: recursos aplicados por região, no período de 2003 a 2015.

ANO	REGIÕES					TOTAL (Reais)
	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.964
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
Total	244.564.018	1.072.836.104	312.748.191	854.327.987	1.150.332.503	3.634.808.801

Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015.
Dados organizados pela autora.

A região Sul deteve de 2003 a 2015, a maior parcela na alocação dos recursos do PAA, tendo em vista que possui um elevado grau de organização coletiva (associações/cooperativas) e de produção de pequenos agricultores, o que de fato facilita o acesso ao programa. Do total de 3,6 bilhões de reais investidos pelo PAA no Brasil, 1,1 bilhões de reais (31,64%) foram aplicados nos três estados da região Sul (Gráfico 9). A segunda maior parcela foi investida na região Nordeste, sendo de 1,07 bilhões de reais (29,51%).

Gráfico 9 – PAA: distribuição orçamentária na região Sul, de 2003 a 2015, (em milhões de reais).

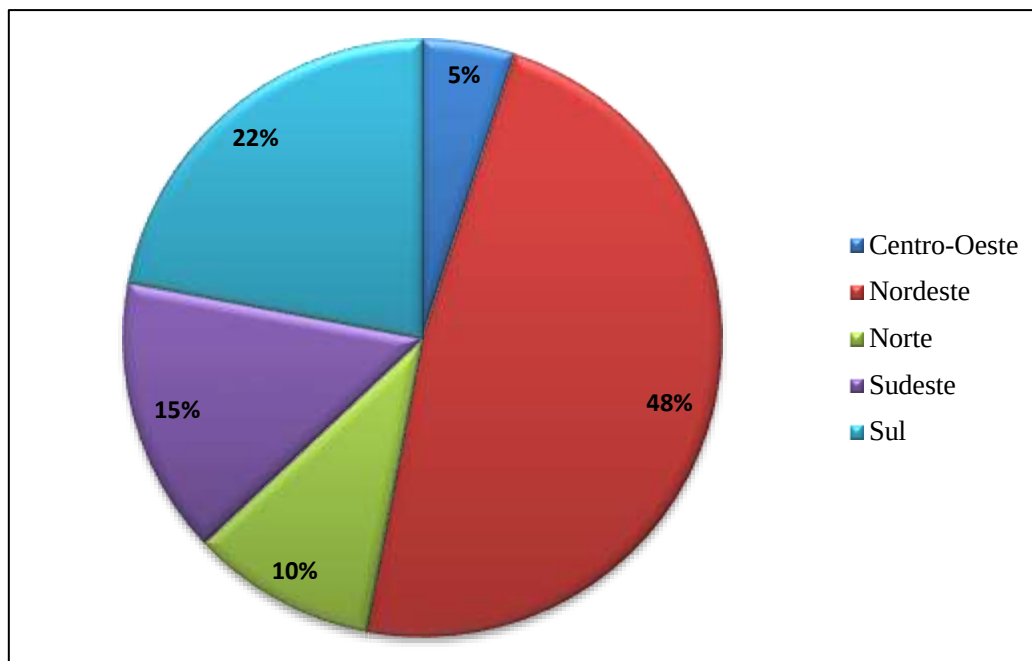


Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

Isto pode ser explicado, em parte, pela elevada concentração de estabelecimentos da agricultura familiar nas regiões Sul e Nordeste, 22% e 48%, respectivamente, ao passo que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam menor participação no PAA em relação às outras regiões, e também correspondem às regiões com menos número de estabelecimentos familiares, 5% e 10%, respectivamente, de acordo com os dados do IBGE – (Censo Agropecuário de 2006), conforme podemos visualizar no Gráfico 10. Para a região Sul, este fator pode também estar associado ao maior estágio de desenvolvimento das cadeias produtivas nas quais se inserem os agricultores familiares e ao maior acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural para elaboração dos projetos.

Os dados do Gráfico 9 demonstram que os recursos investidos no PAA na região Sul sofreram inúmeras oscilações no decorrer dos anos. Assim como nas demais regiões, o desempenho registrado em 2012 não se repete em 2013. O decréscimo no valor dos recursos investidos foi de 80%, sendo aplicados somente 19,5% dos recursos em relação ao ano anterior (i.e., 220,5 milhões de reais vs. 43,2 milhões de reais).

Gráfico 10 - Distribuição geográfica do número de agricultores familiares no Brasil (%).



Fonte: IBGE - (Censo Agropecuário de 2006). Dados organizados pela autora.

2.4.3 Quantidade de produtos (t)

Conforme já destacado, diversos foram os fatores que influenciaram na baixa execução do PAA no ano de 2013, sendo o fator produção o que mais interfere no desenvolvimento das atividades. Em se tratando de produção, até o ano de 2015 já foram adquiridas 2.574.101 toneladas de alimentos, como pode ser verificado na Tabela 17.

De acordo com Cruz *et al.* (s/d), os motivos que levaram a tal oscilação na aquisição dos produtos (Gráfico 11) devem-se ao encerramento das operações da CPR-Alimento em 2004, as operações da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF e a aquisição de produtos com maior valor agregado, sobretudo, na Compra com Doação Simultânea - CDS. Acrescentam-se também as variáveis climáticas que atingiram algumas regiões e fatores econômicos correlacionados ao mercado.

A redução ocorrida na aquisição dos produtos em 2008 no PAA, em nível de Brasil, foi de 14%, sendo as regiões Centro-Oeste e Sul as principais atingidas (i.e., 41% e 40% de decréscimo, respectivamente). A queda foi motivada principalmente pelo fim da modalidade CDAF, visto que esta depende diretamente do mercado.

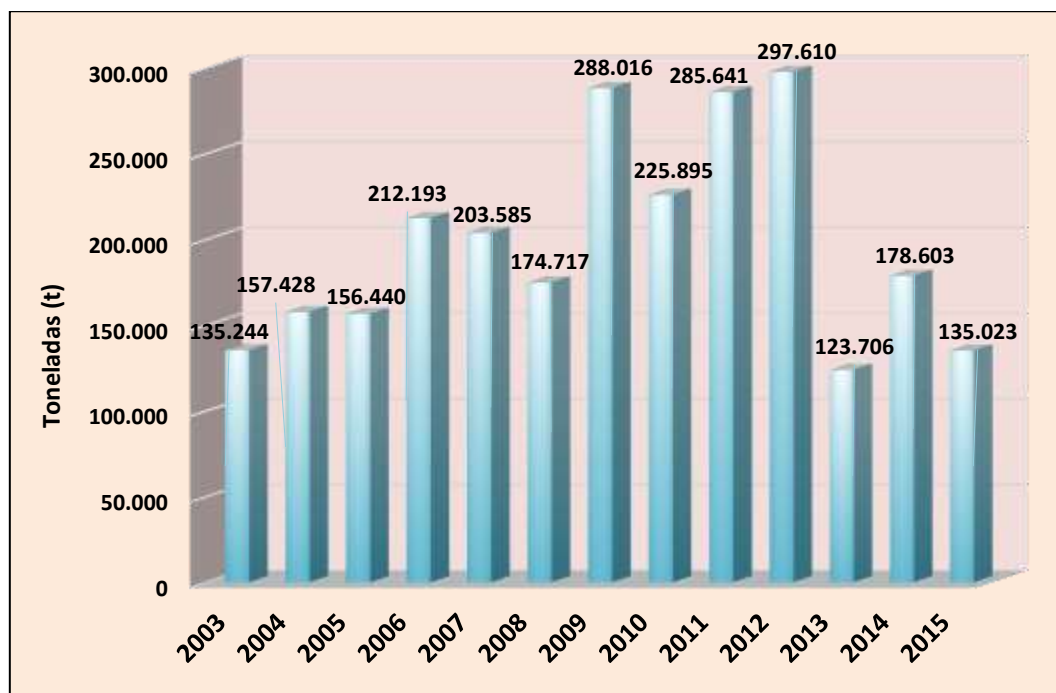
Tabela 17 – PAA: quantidade de produtos em toneladas (t) adquiridas por região, de 2003 a 2015.

ANO	QUANTIDADE DE PRODUTOS POR REGIÃO					TOTAL (t)
	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
2003	31.382	41.133	17.749	12.673	32.307	135.244
2004	4.355	78.656	37.168	26.540	10.709	157.428
2005	10.924	102.582	19.446	10.855	12.634	156.440
2006	16.312	54.099	18.845	29.050	93.888	212.193
2007	9.570	37.945	19.305	30.533	106.232	203.585
2008	5.611	44.065	13.323	48.694	63.023	174.717
2009	11.401	67.171	11.815	58.216	139.413	288.016
2010	18.996	67.134	17.962	53.514	68.289	225.895
2011	16.378	85.358	18.237	76.611	89.057	285.641
2012	22.366	72.363	18.779	84.253	99.849	297.610
2013	12.623	29.957	11.520	43.328	26.279	123.706
2014	14.548	40.518	19.639	69.757	34.139	178.603
2015	12.493	40.184	15.791	40.488	26.066	135.023
TOTAL	186.959	761.165	239.578	584.511	801.886	2.574.101

Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

A excelente safra praticada no ano de 2007 não se repetiu em 2008, o que provocou a queda no quantitativo das regiões mencionadas. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Nordeste tiveram um aumento na quantidade de produtos adquiridos, de 37% e 16%, respectivamente. Nos anos de 2010 e 2013, as quantidades adquiridas também sofreram reduções em relação aos anos anteriores. Destaque para os anos de 2009 e 2012, que apresentam uma elevação substancial no volume de produtos adquiridos em nível nacional, atingindo 288.016 e 297.610 toneladas, respectivamente. No ano de 2013 ocorre uma drástica redução no quantitativo de produtos adquiridos, totalizando 58% em comparação com o ano de 2012.

Gráfico 11 – PAA: quantidade de produtos adquiridos, de 2003 a 2015, no Brasil (em toneladas).



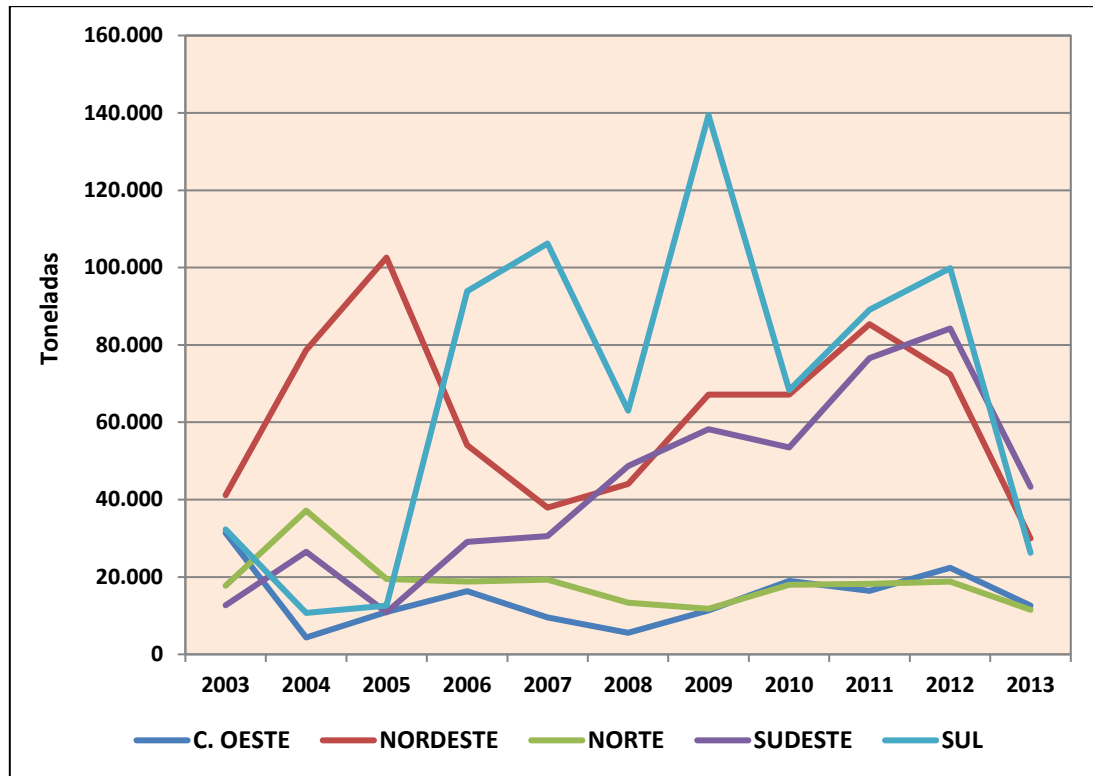
Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

As oscilações no quantitativo⁴⁵ de compras, conforme podemos visualizar no Gráfico 12, ocorreram com maior incidência nas regiões Sul e Nordeste, desde a implantação do programa. A região Sul passou de 32.307 toneladas em 2003 para 106.232 em 2007 e 139.413 toneladas em 2009, ano em que a região adquiriu a maior quantidade de alimentos. A região Nordeste apresenta uma significativa oscilação entre os anos de 2004/2005, quando atinge 102.582 toneladas adquiridas. Nos anos seguintes, entre 2006 e 2008, apresenta uma diminuição no volume adquirido, voltando a oscilar a partir de 2009.

A região Sudeste ao longo dos anos apresenta oscilações positivas e negativas de crescimento, atingindo sua maior quantidade adquirida em 2012, com 84.253 toneladas. As regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram poucas oscilações em comparação com as demais regiões. Todas as regiões apresentam uma substancial diminuição no quantitativo de aquisições entre os anos de 2012/2013.

⁴⁵ Para os anos de 2014 e 2015 não foram encontrados dados atualizados referentes à aquisição de produtos por região.

Gráfico 12 – PAA: oscilações na aquisição de produtos, por região, no período 2003 a 2013.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2013. Dados organizados pela autora.

2.4.4 Número de agricultores beneficiados

Ao longo dos anos de 2003 a 2015, o número de agricultores que tiveram acesso ao PAA cresceu consideravelmente, sendo que em dezembro de 2015 este número chegou a um total de 972.091 agricultores beneficiados (Tabela 18). Pequenas oscilações ocorreram entre os anos de 2007/2008 e 2009/2010 no número de agricultores beneficiados no Brasil.

O maior número de agricultores beneficiados é atingido em 2012, seguido de uma expressiva redução no ano de 2013 (67%), passando de 128.804 em 2012 para 41.412 agricultores em 2013. No ano de 2014, 51.228 agricultores foram beneficiados, crescimento de (23%), seguido de nova redução em 2015 (24%), quando atinge o menor número de agricultores beneficiados desde a implantação do programa em 2003, (i.e., 38.795).

Tabela 18 – PAA: número de agricultores atendidos por região.

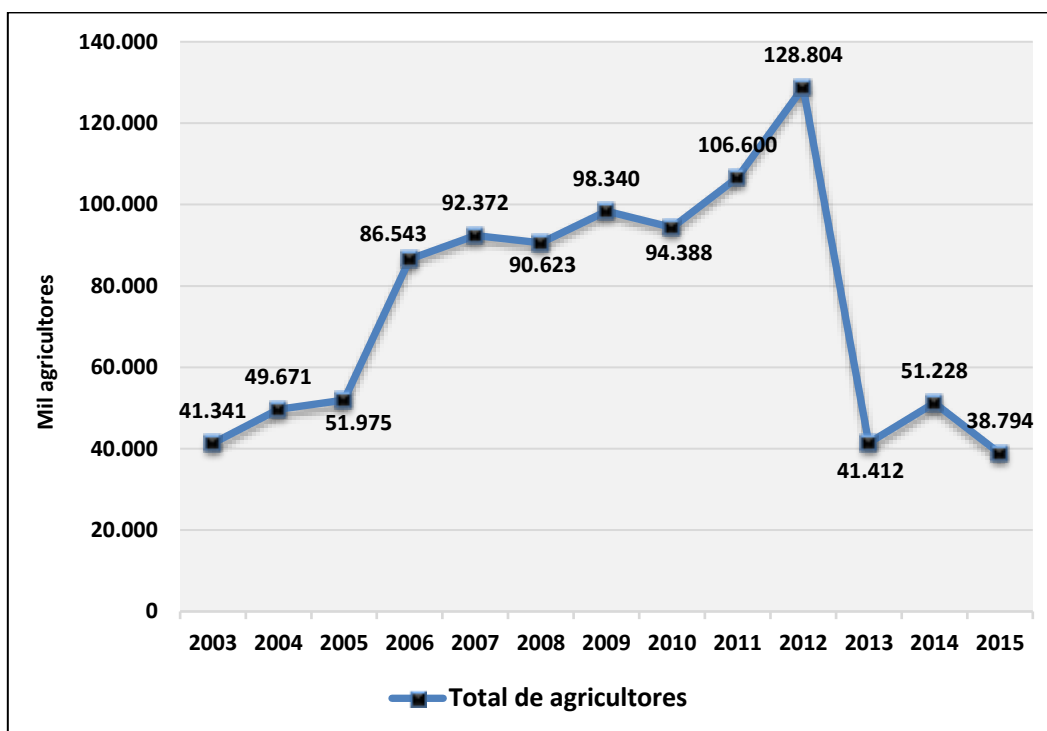
NÚMERO DE AGRICULTORES BENEFICIADOS						
ANO	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	5.887	19.030	6.022	3.100	7.302	41.341
2004	1.608	20.439	13.757	3.685	10.182	49.671
2005	2.656	16.315	8.544	6.091	18.369	51.975
2006	4.450	22.366	8.620	13.520	37.587	86.543
2007	2.881	22.334	9.036	18.608	39.513	92.372
2008	3.154	27.135	5.130	25.161	30.043	90.623
2009	3.855	29.064	5.386	22.041	37.994	98.340
2010	5.630	32.146	7.270	20.889	28.453	94.388
2011	7.480	38.595	7.175	26.935	26.415	106.600
2012	9.558	37.194	8.089	32.001	41.962	128.804
2013	4.629	13.509	4.319	11.435	7.520	41.412
2014	4.841	12.096	5.930	19.542	8.819	51.228
2015	3.821	11.845	5.139	10.284	7.705	38.794
TOTAL	60.450	302.068	94.417	213.292	301.864	972.091

Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

No que concerne às regiões, o aumento no número de agricultores foi expressivo e, em quase todos os anos, com a exceção: dos anos de 2007/2008, na região Norte; 2007/2008, 200/2010/2011 na região Sul; na região Nordeste em 2004/2005 e 2012; na região Sudeste nos anos de 2008/2009/2010; e na região Centro-Oeste no ano de 2004 e entre os anos de 2006/2007. No ano de 2013, todas as regiões apresentaram uma expressiva redução no número de agricultores beneficiados. As oscilações no decorrer dos anos podem ser visualizadas no Gráfico 13.

Os fatores que podem interferir na variação do número de agricultores beneficiados estão associados à estabilização e/ou oscilação do número de agricultores fornecedores, à elevação e/ou redução da capacidade produtiva, ao aumento do valor médio recebido por agricultor, como também ao gradual aumento dos limites DAP/ano, a disseminação do programa em novos municípios e no estabelecimento de uma relação de confiança junto à Conab, motivada pela garantia na aquisição da produção.

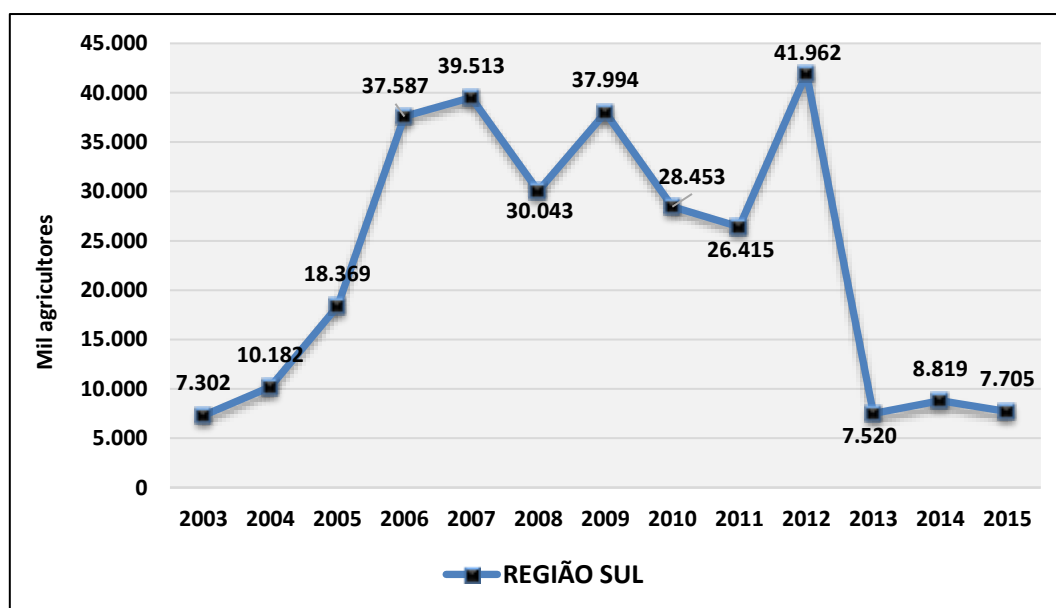
Gráfico 13 – PAA: número de agricultores atendidos no Brasil, de 2003 a 2015.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

Assim como no Brasil, a região Sul apresenta um crescimento positivo entre os anos de 2003 a 2007, passando a apresentar oscilações significativas para os anos seguintes (Gráfico 14).

Gráfico 14 – PAA: número de agricultores atendidos na região Sul, de 2003 a 2015.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

Destaque para os anos de 2007 e 2012, que apresentaram o maior número de agricultores atendidos pelo programa (i.e., 39.513 e 41.962 agricultores como consta no Gráfico 14), e, em contrapartida, 2013, que apresenta o maior decréscimo (82%), i.e., 41.962 vs. 7.520, uma redução de 34.442 agricultores em comparação com o ano de 2012. Houve uma pequena elevação para o ano de 2014 (8.819 agricultores), voltando a apresentar decréscimo em 2015 (7.705 agricultores).

2.4.5 Evolução do número de projetos

Atender ao maior número de agricultores familiares também tem sido umas das metas do PAA. A evolução no número de projetos do programa está diretamente associada ao número de famílias beneficiadas, sendo a mensuração desta última variável, um dos principais indicadores do programa.

Dentre as modalidades do PAA executadas pela Conab, a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque e a Compra com Doação Simultânea - CDS, são operacionalizadas por meio de projetos. A Tabela 19 e o Gráfico 15 apresentam os dados referentes ao número de projetos executados de 2003 a 2015, amparados por essas duas modalidades, totalizando 16.323 projetos.

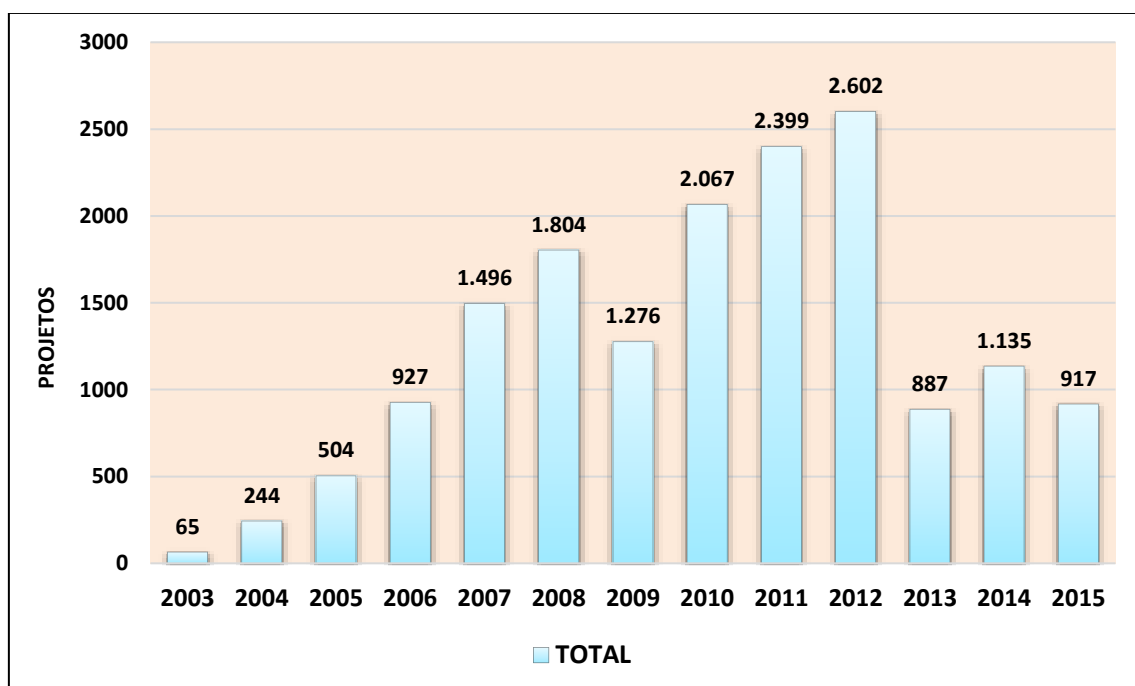
Verifica-se, com base na Tabela 19, que o número total de projetos no decorrer dos anos, apresenta números variáveis de crescimento, sendo a CDS a modalidade que mais apresentou crescimento. O aumento expressivo na modalidade deve-se ao fato desta contemplar uma grande diversidade de produtos (legumes, verduras, frutas, pães, doces, carnes, peixes, produtos regionais e do extrativismo etc.), e por permitir que sejam feitas aquisições de produtos ao longo de todo o ano, incentivando o desenvolvimento local/regional e, ao mesmo tempo, contribuindo para o atendimento de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar.

Tabela 19 – PAA: número de projetos aprovados por região, de 2003 a 2015.

NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO						
ANO	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	0	10	24	2	29	65
2004	0	50	30	51	113	244
2005	15	90	58	125	216	504
2006	38	299	109	208	273	927
2007	72	530	128	326	440	1.496
2008	96	696	140	519	353	1.804
2009	56	459	36	441	284	1.276
2010	143	871	214	478	361	2.067
2011	175	1.010	202	626	386	2.399
2012	219	1.017	198	747	421	2.602
2013	122	356	100	237	72	887
2014	131	326	141	445	92	1.135
2015	115	340	112	248	102	917
TOTAL	1.182	6.054	1.492	4.453	3.142	16.323

Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

Gráfico 15 – PAA: número de projetos aprovados de 2003 a 2015.

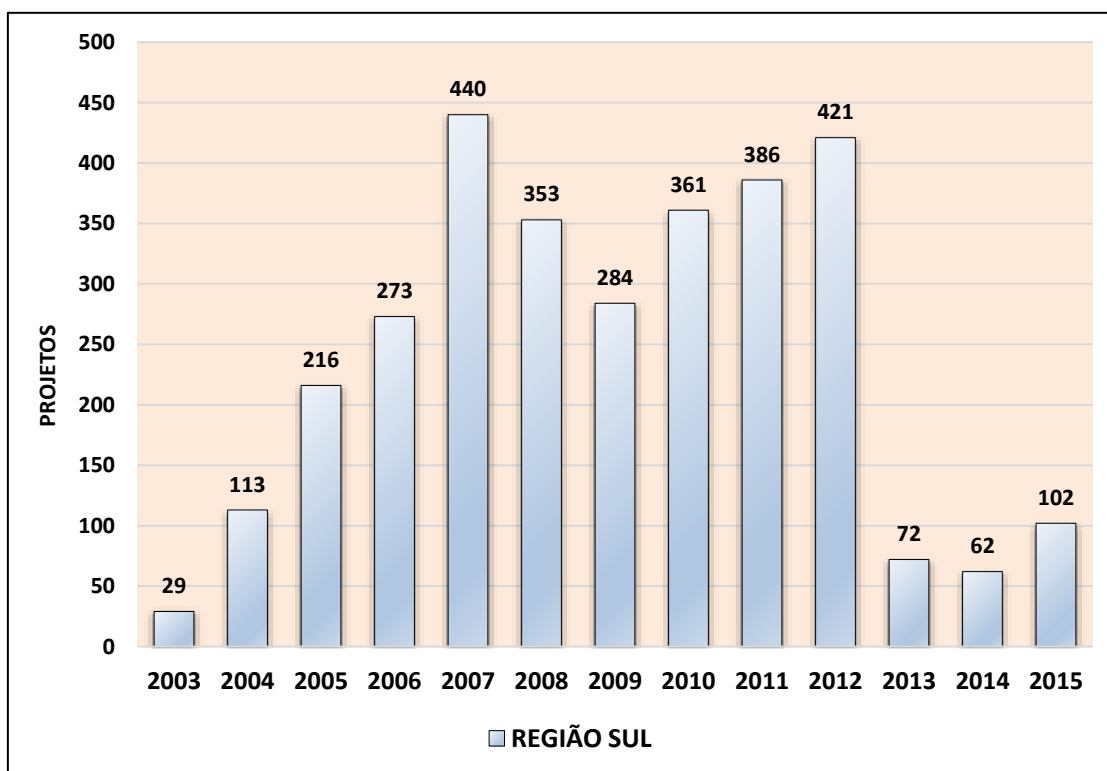


Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

Em todas as regiões brasileiras houve redução no número de projetos operacionalizados no ano de 2009, passando de 1.804 projetos em 2008, para 1.276 em 2009, o que representa uma queda de 29%. As regiões que apresentaram os maiores índices de redução foram o Norte (74%), Centro-Oeste (41%) e Nordeste (34%). A mesma redução ocorreu no ano de 2013, porém, com maior expressividade. Em comparação com o ano de 2012, a redução foi de 65%, sendo as regiões Sul e Sudeste as que apresentaram os maiores índices de decréscimo (82% e 68%), respectivamente.

Até o ano de 2015, a região Nordeste foi a que teve o maior número de projetos operacionalizados, totalizando 6.054, seguido da região Sudeste com 4.453. A região que apresentou o menor índice de projetos operacionalizados no período de 2003 a 2015 foi a região Centro-Oeste, com 1.182 projetos. A região Sul, em especial, apresentou um crescimento anual significativo entre 2003 e 2007, ano em que atinge seu maior número de projetos operacionalizados, quando foram executados 440, número superior ao ano de 2012, como pode ser visualizado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – PAA: número de projetos aprovados na região Sul, de 2003 a 2015.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

Assim como nas demais regiões, a maior redução ocorreu no ano de 2013, chegando a 82% em comparação com o ano anterior (i.e., 421 vs. 72 projetos). As reduções que ocorrem entre os anos de 2008 e 2009 estão correlacionadas às enchentes que ocorreram no Estado de Santa Catarina, em particular. Até dezembro de 2015 foram operacionalizados um total de 3.142 projetos na região Sul.

As reduções que ocorreram foram de âmbito nacional ⁴⁶ e estão diretamente associadas à implantação de medidas de atualização da normativa (MOC/NOC)⁴⁷ da Conab por recomendação de seu Grupo Gestor e aos fatores já mencionados anteriormente. Assim sendo, muitos dos projetos do ano de 2012 ainda estavam sendo executados em 2013, o que impossibilitou novas contratações, ocasionando consequentemente, uma redução significativa para o ano de 2013.

2.4.6 Evolução no valor da renda

Em relação à obtenção de renda pelos agricultores familiares, os limites de aquisição foram gradativamente aumentando no decorrer dos anos. No ano de 2015, a Compra com Doação Simultânea - CDS atingiu o limite de R\$ 8.000,00 reais por ano/produtor (via Conab⁴⁸) e R\$ 6.500,00 por ano/produtor

⁴⁶ Para atender a um maior número de agricultores familiares no país, atualmente (2016), o limite estabelecido para as cooperativas e associações na modalidade Compra com Doação Simultânea foi alterado. Agora, as propostas por CNPJ não podem ultrapassar o teto de R\$ 800 mil por ano. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=40254>. Acesso em: 21/06/2016.

⁴⁷ RESOLUÇÃO Nº 59, DE 10 DE JULHO DE 2013 que estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências.

⁴⁸ Para participar da Compra com Doação Simultânea via **CONAB**, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à CONAB. A Proposta de Participação apresenta a relação de agricultores envolvidos, os produtos a serem fornecidos e as respectivas quantidades e as entidades a serem atendidas. Aprovada a Proposta de Participação pela CONAB, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos diretamente às entidades beneficiárias, conforme definido na Proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a CONAB disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização, que realiza o pagamento aos agricultores. Os recursos utilizados na operacionalização são originários do MDS (FICHA DESCRITIVA PAA, 2015, p. 4). Disponível em: https://www.org.br/sites/default/files/pub/Ficha_descritiva_PAA_portugues.pdf. Acesso em: 27/05/2016.

(via Termo de Adesão⁴⁹), sendo que os valores em todas as regiões operaram com índices muito próximos ao limite máximo (Tabela 20 e Gráfico 17).

Tabela 20 – Evolução da renda média por agricultor na modalidade CDS, de 2003 a 2015⁵⁰.

EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA POR REGIÃO*						
ANO	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	0,00	1.927,45	4.537,67	2.262,26	1.895,00	2.042,48
2004	0,00	2.350,62	0,00	2.506,34	2.319,09	2.383,98
2005	1.750,60	2.126,42	1.409,51	2.267,12	2.177,68	2.029,99
2006	2.165,23	2.373,98	1.695,28	2.348,28	1.936,89	2.150,11
2007	2.933,44	2.533,53	1.900,39	2.175,13	2.344,05	2.337,43
2008	3.120,27	2.952,43	3.088,45	2.792,83	2.777,68	2.882,04
2009	3.246,54	3.292,16	3.416,09	3.485,05	3.352,62	3.390,49
2010	3.742,90	3.798,93	3.883,67	3.743,32	3.550,61	3.735,01
2011	4.289,79	3.977,69	4.078,66	4.113,92	3.837,02	4.016,92
2012	4.434,62	4.123,36	4.339,21	4.262,15	3.882,28	4.152,40
2013	5.025,55	4.856,27	5.290,83	5.911,06	4.319,41	5.227,13
2014	-	-	-	-	-	6.598,05
2015	-	-	-	-	-	7.411,33

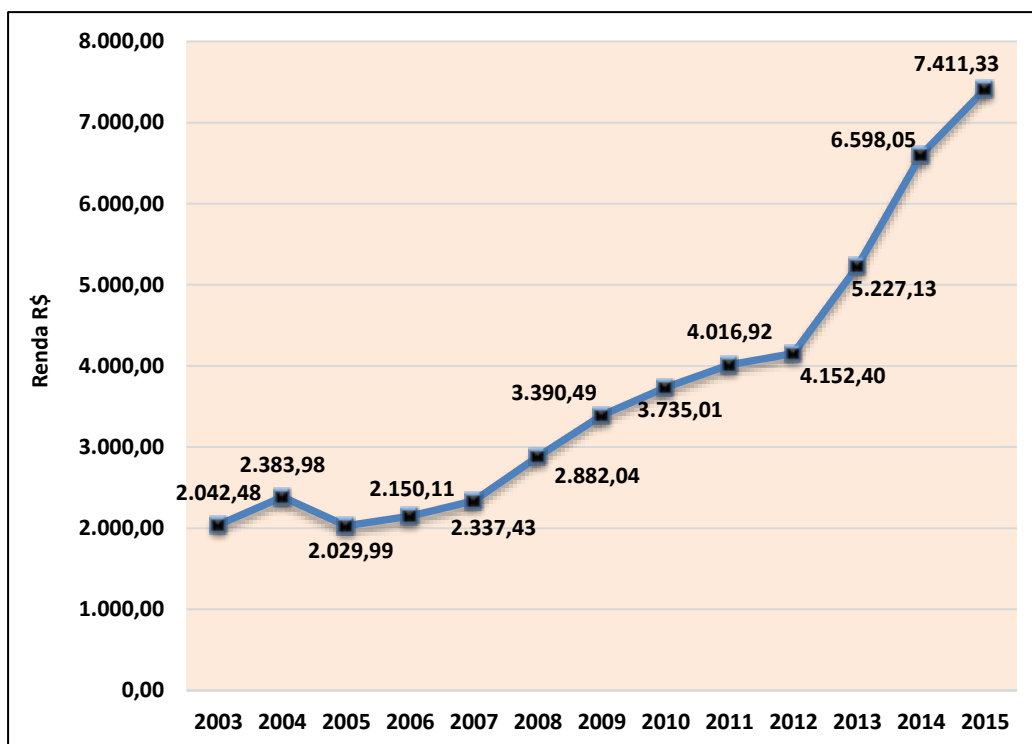
Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

* Os valores referentes à renda média por agricultor foram calculados pela seguinte equação: valor total/ano dividido pelo total de agricultores/ano.

⁴⁹ A execução da modalidade por meio do **Termo de Adesão** é feita por meio de parcerias com entes federados ou consórcios públicos em cooperação com a CONAB. A partir da adesão, os entes passam a ser Unidades Executoras e firmam Planos Operacionais com o MDS. Estes planos estabelecem metas e definem recursos a serem alocados anualmente. Toda a execução do programa é registrada no Sistema de Informação do Programa de Aquisição de Alimentos - SISPA. No Termo de Adesão, as operações de compras e destinação dos alimentos são feitas pelas Unidades Executoras e o pagamento é feito pelo MDS, diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA (FICHA DESCRITIVA PAA, 2015, p. 3). Disponível em: https://www.org.br/sites/default/files/pub/Ficha_descritiva_PAA_portugues.pdf. Acesso em: 27/05/2016.

⁵⁰ Para os anos de 2014 e 2015 não foram encontrados dados atualizados por região, referentes à renda média por agricultor. Somente foram encontrados dados atualizados para a renda média total.

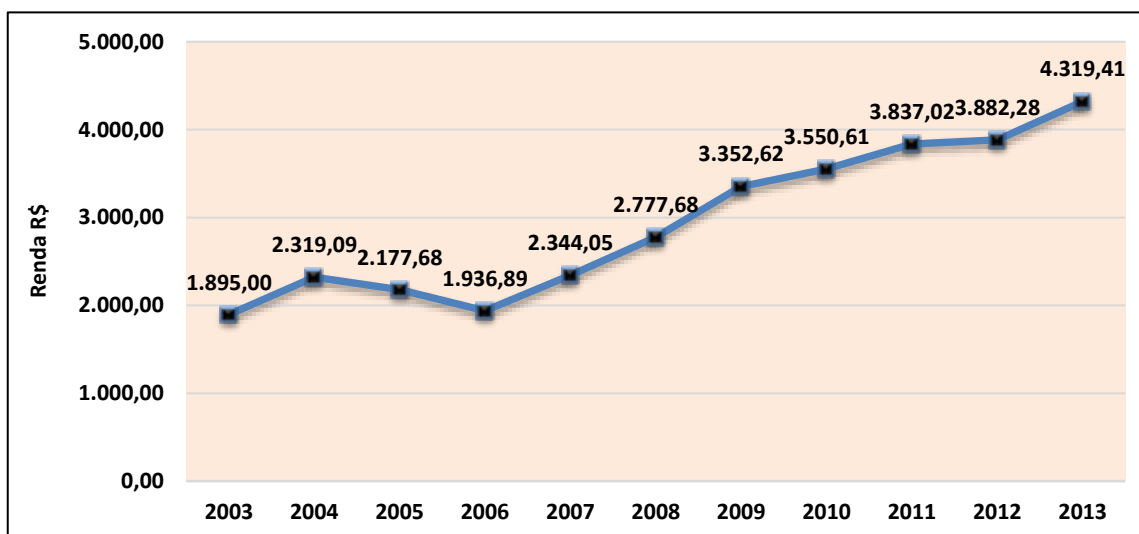
Gráfico 17 – PAA: evolução da renda média por agricultor na modalidade Compra com Doação Simultânea, de 2003 a 2015, no Brasil.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2015. Dados organizados pela autora.

A evolução na renda média por agricultor na região Sul manteve um valor positivo de crescimento, passando de R\$ 1.895,00 em 2003, para R\$ 4.319,41 em 2013, como pode ser visualizado no Gráfico 18.

Gráfico 18 – PAA: Evolução da renda média por agricultor na região Sul, de 2003 a 2013.



Fonte: BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento: Ações da Conab - PAA 2003 a 2013. Dados organizados pela autora.

Com exceção dos anos de 2005 e 2006, que apresentaram uma pequena redução no valor médio da renda, o crescimento nos demais anos foi positivo. Em relação às demais regiões, a região Sul apresentou o menor valor de renda média por agricultor, com a exceção dos anos de 2005 nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, 2007 nas regiões Norte e Sudeste e, em 2009, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste. No ano de 2013 o valor médio pago foi de R\$ 4.319,41.

Podemos notar, a partir das variáveis analisadas, que as ações desenvolvidas pela Conab através do PAA ampliaram-se de forma expressiva. Este crescimento do programa demonstra o compromisso assumido pelo Governo Federal, nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no combate à fome e à desnutrição e, também, no apoio à agricultura familiar e na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar.

De acordo com os dados do relatório “O estado da insegurança Alimentar no mundo em 2015”, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO, o Brasil reduziu no período de 2002 a 2013, 82,1% o número de pessoas subalimentadas (Gráfico 19).

Gráfico 19 – Redução do número de pessoas em situação de fome na América Latina, de 1990 a 2013.



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2015.
Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/transito/files/2014/05/FAO-.jpg>.

A redução registrada é a maior entre as seis nações mais populosas do mundo, e também superior à média da América Latina, que foi de 51,1%. No ano de 1990, 22,5 milhões de pessoas encontravam-se em situação de fome, ao passo que em 2013, este dado foi reduzido para 3,4 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Os dados apontados pelo Gráfico 19 demonstram que o Brasil alcançou e superou as metas estabelecidas pelas Nações Unidas em relação à fome. O conjunto de políticas públicas implementadas a partir da década 2000, se baseiam na estratégia de integrar políticas de agricultura familiar às políticas de proteção social, colocando a segurança alimentar como centro das ações.

Neste contexto, o PAA - instituído como uma ação estruturante do Programa Fome Zero -, pode ser citado como um dos programas cruciais para o crescimento inclusivo que o Brasil alcançou. Inúmeros dos programas criados nos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff contribuíram significativamente para reduzir a desigualdade de renda e, sobretudo, ampliar as ações de segurança alimentar.

Também vale ressaltar que o programa:

[...] não é uma ação isolada, descontextualizada das demais iniciativas. Parte do seu sucesso só é viável porque os agricultores familiares estão inseridos e apoiados por outros, que lhe permitem produzir, organizar-se e comercializar sua produção com o governo (p. 15).

Esse formato de execução foi decisivo para que ele pudesse ganhar a escala, capilaridade e funcionalidade esperada na sua criação (CAMPO; BIANCHI, 2014, p. 17).

A importância das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar se deve, sobretudo, pelo valor que esta detém na garantia da segurança alimentar e nutricional, sendo primordial a elaboração destas com o intento de maximizar o potencial de produção e possibilitar a permanência e a continuidade desta parcela social no campo.

A importância da agricultura familiar no cenário nacional é incontestável, principalmente por abastecer grande parte do mercado consumidor, dinamizando não somente a estrutura econômica, como também a social. Os dados do Censo Agropecuário de 2006, publicados pelo IBGE em 2009, revelam que, dos 5,1 milhões de estabelecimentos rurais existentes no país, 4,3 milhões

são considerados da agricultura familiar, empregando, aproximadamente, 75% da mão-de-obra do setor. Ainda de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar responde por 70% do feijão, 34% do arroz, 46% do milho, 21% do trigo, 87% da mandioca, 38% do café, 58% do leite, 30% dos bovinos, 59% do plantel de suínos e, ainda, 50% das aves. E, apesar de ocupar apenas $\frac{1}{4}$ da área – 24,3%, responde por 38% do valor da produção agropecuária, o que equivale a R\$ 54 bilhões (IBGE, 2009).

Neste contexto, o PAA merece especial atenção entre as políticas públicas, principalmente por promover o desenvolvimento da agricultura familiar, levando em consideração as particularidades locais. Para Valnier e Ricci (2013, p. 7), apoiados em autores como José Graziano da Silva, José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay, entre outros, destacam que:

[...] as áreas agrícolas e, principalmente, a agricultura familiar devem ser pensados como uma área de grandes possibilidades de desenvolvimento, e que é responsabilidade de toda a sociedade, mas prioritariamente do Governo, desenvolver políticas e programas que atendam às necessidades básicas dessa área, possibilitando geração de renda e sustento da família.

Neste caso, para que possam ocorrer as alterações necessárias e desejáveis no quadro social, as políticas públicas devem ser pensadas em conjunto com a sociedade e articuladas nas mais diversas esferas de poder, para que possam, de fato, caminhar rumo à construção de uma sociedade mais justa.

No Oeste do estado de Santa Catarina, em particular, recorte espacial delimitado para o estudo, a agricultura familiar tem papel fundamental no cenário econômico produtivo e as políticas públicas de fomento à produção de caráter familiar são de extrema relevância.

Diante das crescentes imposições tecnológicas à produção, a falta de capital e, muitas vezes, pela renda insuficiente obtida pela atividade agropecuária, muitos dos pequenos agricultores do Oeste Catarinense tem encontrado nas políticas públicas, a exemplo do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, novas alternativas econômicas de renda. A adesão ao PAA tem sido permeada, em grande medida, pela dificuldade de

permanecer e/ou acompanhar as inovações tecnológicas impostas pelas atividades produtivas dominantes.

Diante deste cenário e com o intento de avaliar os resultados do PAA no estado de Santa Catarina, em especial, nos municípios de Cunha Porã e Saltinho, apresentamos na sequência do texto, os efeitos do programa nos municípios selecionados.

3. O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA: ESTUDO DE CASO NOS MUNICÍPIOS DE CUNHA PORÃ E SALTINHO.

As mudanças ocorridas no campo ficaram evidentes a partir do momento em que as políticas públicas buscaram superar o viés meramente produtivista e passaram a levar em consideração o enfoque territorial. O novo reconhecimento no parâmetro das políticas públicas de desenvolvimento rural da agricultura familiar como um segmento social de elevada importância, proporcionou melhorias na reprodução socioeconômica da agricultura brasileira.

Inserido neste contexto de redefinições, o PAA foi concebido para fortalecer a agricultura familiar, compreendendo um conjunto de ações relativas à aquisição da produção agropecuária e sua distribuição para grupos de pessoas que se encontram em estado de insegurança alimentar. No estado de Santa Catarina, as ações do programa são coordenadas pela Superintendência Regional da Conab, com sede na cidade de Florianópolis (Figura 29).

Figura 29 – Sede da Superintendência Regional da Conab em Santa Catarina.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

A Gerente de Operações da Conab⁵¹, em entrevista destaca que no âmbito do estado de Santa Catarina, a Conab trabalha com toda a parte das políticas agrícolas, não estando restrita ao PAA. As ações efetuadas no nível do estado envolvem a política agrícola como um todo e as ações voltadas ao abastecimento social. A Conab atua em vários programas que são objeto do Governo Federal, trabalhando no âmbito do abastecimento e da compra de produtos produzidos no estado de Santa Catarina.

Segundo a entrevistada, a Conab opera no abastecimento comercial e social. Em um primeiro momento, o abastecimento comercial tem a função de formar estoques, ou seja, os excedentes são retirados do mercado, garantindo renda aos agricultores e, em um segundo momento, quando os preços se elevam, o governo volta a oferecer estes produtos ao mercado, garantindo preço acessível a quem consome. As ações sociais envolvem programas como o PAA, distribuição de cestas de alimentos às pessoas assistidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e outras ações demandadas pelo Governo Federal.

Destaca a Gerente de Operações da Conab, que as políticas públicas são de suma importância para o desenvolvimento local/regional, em especial, diante da situação diferenciada que o estado de Santa Catarina apresenta em relação às outras unidades da federação. No estado, 80% de toda a força de produção vêm da agricultura familiar, sendo um balizador econômico de elevada importância.

Na opinião da entrevistada, inúmeros fatores podem ser elencados no sentido de promover o desenvolvimento da agricultura familiar e, destaca, que um dos principais está relacionado à assistência técnica. Neste sentido, aponta que a assistência técnica deveria ser permanente e constante, pois sem esta e diante das exigências do mercado, a produção torna-se cada vez mais difícil. Outro fator apontado relaciona-se a questão da qualidade de vida, ou seja, levar de igual forma ao homem do campo, os benefícios da cidade.

Nas atuais circunstâncias, o debate sobre a qualidade de vida no campo constitui-se mais em uma demanda do que, propriamente, uma realidade concreta. De fato, pouco se tem feito para amenizar o isolamento existente entre o campo e a cidade, buscando reivindicar maior visibilidade para o campo, com

⁵¹ Entrevista realizada no dia 28/04/2015 com a Gerente de Operações da Conab do estado de Santa Catarina.

a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer, integrando, efetivamente, o campo à cidade. Essas disparidades existentes entre o rural e o urbano explicam em parte, por que tão poucos jovens pretendem continuar como agricultores.

Quanto ao PAA, ressalta que o programa representa uma oportunidade para os pequenos agricultores. Oportunidade de venda e aumento na renda, de valorização da produção, de satisfação em poder contribuir com a alimentação de pessoas em situação de insegurança alimentar e, de forma parcial, tem contribuído para manter o agricultor familiar no campo. Enfatiza, que antes do PAA, não havia canais de comercialização com o governo e, atualmente (2015), com as chamadas públicas institucionais⁵², o Estado passa a participar do processo de comercialização da agricultura familiar, garantindo a aquisição dos produtos a preços justos e incentivando a pequena produção.

Assim como nas demais unidades da federação, o PAA no estado de Santa Catarina atingiu seu máximo no ano de 2012, seguido de uma significativa redução no ano de 2013. A disponibilidade de um montante elevado de recursos no ano de 2012 refletiu em um grande número de contratos, todavia, esta situação não se repetiu no ano de 2013. Esta redução deve-se à necessidade da Conab de rever os seus normativos por recomendação de seus órgãos de controle, atualizações estas que impedem, por exemplo, a contratação de novos projetos antes do término do projeto em execução. A redução de fato se efetiva no número de novas contratações, porém, os recursos contratados em 2012 continuaram sendo normalmente executados em 2013/2014.

No estado, a modalidade mais acessada é a Compra com Doação Simultânea, sendo executados até o ano 2015, mais de 155 projetos, conforme

⁵² As chamadas públicas institucionais são executadas com base no recurso do próprio Órgão Público comprador, que manifesta a intenção de adquirir determinados produtos da agricultura familiar através de uma chamada pública. Constam nesta chamada, todos os detalhes da aquisição, tais como: a data da apresentação das propostas, a descrição dos produtos, as quantidades, a forma, o local e a periodicidade de entrega. O preço de referência a ser pago pelos produtos pode também ser incluído na Chamada. Os agricultores individualmente ou organizados em associações e/ou cooperativas apresentam propostas por meio de um Projeto de Venda. Após a seleção, um contrato entre fornecedor e comprador é firmado. Podem ser comercializados todos os produtos oriundos da agricultura familiar, *in natura*, industrializados ou processados (BRASIL, 2016). Disponível em: <http://conab.gov.br/conteudos.php?a=1444&t=>. Acesso em: 15/07/2016.

relata a entrevistada. O tempo médio de aprovação dos projetos é de 60 dias⁵³, sendo realizado em duas etapas: a pré-aprovação do projeto – que consiste na análise da documentação – e a liberação dos recursos – que depende diretamente da disponibilidade dos recursos orçamentários. Cumpridas estas duas etapas, a Conab sinaliza a aprovação dos projetos às entidades proponentes.

Quanto à operacionalização do programa, destaca a importância dos Conselhos Municipais de Assistência Social - CONSEAS, dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR e, em grande medida, o trabalho desenvolvido pelos articuladores – entidades e pessoas que representam a Conab nos municípios. Por outro lado, ressalta a importância da evolução do sistema de informações do PAA - que garante uma maior agilidade e controle das ações e as fiscalizações que foram intensificadas no PAA.

Para finalizar, destaca que, apesar das restrições orçamentárias e cortes nos recursos do governo federal, o programa sinaliza perspectivas positivas para os próximos meses, com a retomada das contratações. No entanto, esclarece que as iniciativas relativas ao PAA estão diretamente associadas às ações governamentais (MDS e MDA), dependendo exclusivamente da liberação dos recursos para a execução do programa.

No ano de 2012 (ano base da pesquisa), o PAA esteve presente em 66 municípios do estado, totalizando um investimento de R\$ 46.487.801,59, sendo R\$ 37.957.816,18 pela modalidade Doação Simultânea e R\$ 8.529.984,79 pela CPR-Estoque, como pode ser visualizado no Quadro 4.

A partir desses dados, elaboramos o Mapa 8, demonstrando os municípios que participaram do PAA no Estado de Santa Catarina no ano de 2012. No ano de 2012, apenas 66 municípios catarinenses participaram do PAA, o que corresponde somente a 22,37% do total de 295 municípios.

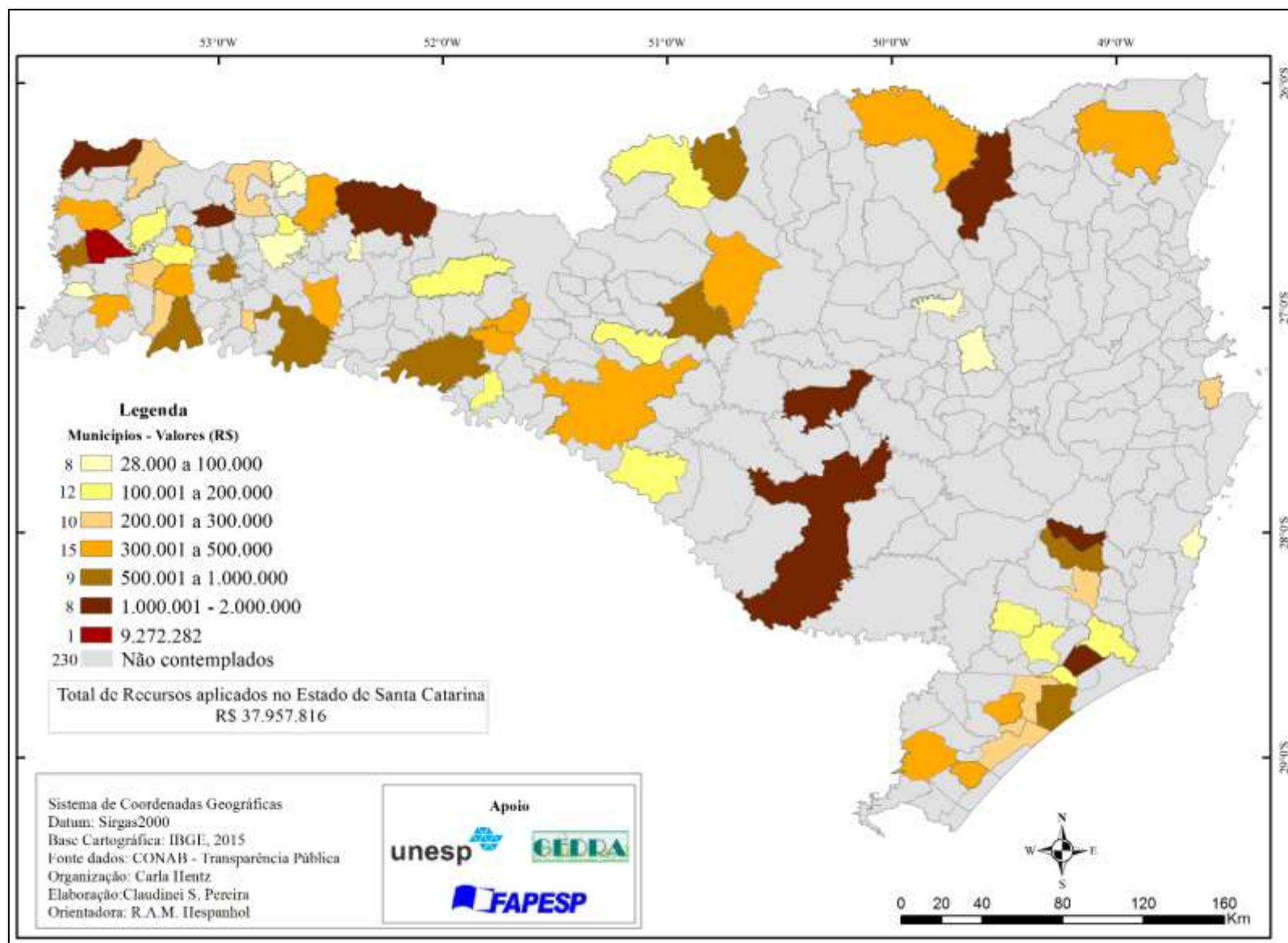
⁵³ Cabe destacar, que este prazo médio de aprovação depende exclusivamente da disponibilidade dos recursos orçamentários. Não havendo os recursos o tempo médio é estendido.

Quadro 4 – Municípios do Estado de Santa Catarina contemplados com o PAA no ano de 2012, nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque.

MUNICÍPIOS	CPR-Doação Valor (R\$)	CPR-Estoque Valor (R\$)
Abelardo Luz	1.134.000,00	-
Anita Guaribaldi	158.240,00	-
Araranguá	292.518,80	-
Bandeirante	789.613,00	-
Bom Jesus	70.628,10	-
Braço do Norte	290.880,20	-
Caibi	209.638,92	-
Campos Novos	400.492,80	400.000,00
Catanduvas	343.680,00	292.499,00
Chapecó	716.813,00	499.999,99
Concórdia	677.062,65	-
Criciúma	229.564,30	-
Cunha Porã	370.107,47	-
Descanso	-	163.000,00
Dionísio Cerqueira	1.832.260,25	-
Dona Emma	61.347,50	-
Forquilha	479.839,00	322.423,20
Fraiburgo	617.655,90	322.000,00
Galvão	81.467,50	-
Garopaba	28.800,00	-
Governador Celso Ramos	252.000,00	-
Guaraciaba	318.480,26	385.425,00
Içara	600.000,00	-
Ipira	100.753,65	-
Iporã do Oeste	301.170,00	45.500,00
Iraceminha	293.038,00	-
Irineópolis	711.887,35	-
Jaborá	436.733,10	-
Jacinto Machado	464.250,00	-
Joinville	355.730,30	-
Jupia	85.805,00	-
Lages	1.349.562,90	-
Lauro Muller	180.000,00	-
Lebon Régis	455.119,30	-
Mafra	315.400,00	-
Maracajá	212.003,30	-
Maravilha	197.955,00	-
Morro da Fumaça	103.902,60	-
Palma Sola	276.310,30	-
Palmitos	575.638,49	-
Pinhalzinho	620.747,90	-
Planalto Alegre	283.074,30	-
Ponte Alta	1.016.553,30	1.499.705,00
Ponte Serrada	187.069,20	-
Porto União	193.405,00	-
Quilombo	57.680,00	-
Rio do Sul	43.246,00	-
Rio Fortuna	947.767,40	-
Rio Negrinho	1.910.101,84	-
Romelândia	114.336,40	-
Saltinho	1.293.098,60	458.400,00
Santa Helena	89.670,00	-
Santa Rosa de Lima	1.900.355,15	1.496.000,00
Santiago do Sul	142.401,50	-
São Domingos	495.760,15	-
São Joaquim	-	591.975,00
São João do Oeste	-	183.075,00
São Lourenço do Oeste	256.727,90	-
São Miguel do Oeste	9.272.282,40	1.869.982,00
Sombrio	306.149,00	-
Tangará	148.498,00	-
Tigrinhos	474.613,60	-
Treze de Maio	1.263.087,40	-
Tubarão	115.200,00	-
Urussanga	152.170,70	-
Xaxim	303.471,50	-
TOTAL	37.957.816,18	8.529.984,79

Fonte: CONAB, Transparência Pública do PAA. Dados organizados pela autora.

Mapa 8 - Municípios contemplados com o PAA no ano de 2012, na modalidade Compra com Doação Simultânea.



Podemos inferir a partir do Mapa 8 que há uma concentração espacial do PAA no Oeste e no Sul do estado e, em menor proporção, no Planalto Serrano. Nas demais regiões, o programa comparece de forma dispersa. Destaca-se, também, a ausência do PAA em boa parte do estado, principalmente nas regiões do Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Norte Catarinense. Aponta-se, ainda, alguns municípios isolados que fazem parte do programa, tais como: Governador Celso Ramos, Dona Emma, Rio do Sul e Garopaba. Destaque para os municípios de Lages, Ponte Alta, Rio Negrinho, Abelardo Luz, São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira, Santa Rosa de Lima, Treze de Maio que aprovaram convênios com mais de R\$ 1.000.000,00 e São Miguel do Oeste com mais de R\$ 9.000.000,00.

Quanto às modalidades executadas, a CPR-Doação tem maior representatividade, estando presente em 63 municípios (94,00%), e a CPR-Estoque em 14 municípios (20,89%). Em nove municípios (13,43%), as modalidades CPR-Doação/CPR-Estoque são realizadas conjuntamente.

Trazendo nossa análise para a área de abrangência da Microrregião Geográfica de Chapecó, no ano de 2012, o PAA esteve presente em 14 municípios (36,84% do total da região), sendo os seguintes: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Chapecó, Cunha Porã, Iraceminha, Maravilha, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Saltinho, Santiago do Sul, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista e Tigrinhos. Em comparação com o restante do Estado de Santa Catarina, onde o PAA esteve presente em apenas 22,71% dos municípios, estes números são bem expressivos.

A modalidade CPR-Doação foi executada em 14 municípios (36,84%), e em dois municípios (Chapecó e Saltinho), as modalidades CPR-Doação/CPR-Estoque são realizadas conjuntamente (5,26%).

Em relação aos municípios, destacamos, inicialmente, que os dados apresentados são referentes à modalidade *Doação Simultânea*. Os dois municípios selecionados para a realização da pesquisa possuem parte de seus produtores organizados em associações e cooperativas, do qual selecionamos uma amostragem de 37% em Cunha Porã e 48% em Saltinho, totalizando 34 questionários (17 em cada município).

Através de entrevista realizada⁵⁴, constatou-se que no município de Cunha Porã, o PAA é efetivado por meio de convênio estabelecido entre a Conab e a Associação dos Pequenos Agricultores de Cunha Porã – ASPAC. Fundada em 30 de novembro de 2002, a associação conta, atualmente (2016), com 48 associados.

A associação está legalizada conforme a legislação, porém, não possui uma estrutura física de atendimento. Para tal, a execução do programa neste município, que envolve desde a fase de elaboração dos projetos até a entrega dos produtos às entidades assistenciais, ocorre vinculada a outros órgãos públicos, a exemplo da Secretaria de Agricultura (técnico agrícola) e Secretaria de Educação (nutricionista) do município.

Na perspectiva do presidente da ASPAC, apesar da recente incorporação desta política pública, o programa tem promovido o fortalecimento do associativismo por meio da valorização da produção local, sendo sua importância inquestionável não somente para o produtor, mas também para as entidades receptoras.

De início, um grande número de agricultores familiares demonstrou interesse em participar do programa, sendo o primeiro projeto aprovado em 2010, apoiando 118 agricultores familiares e beneficiando 15 instituições com um montante de R\$ 354.000,00 (Quadro 5). No ano de 2011, não houve envio de nova proposta a Conab, haja vista que os recursos do ano de 2010 continuaram sendo normalmente executados em 2011. Em 2012, o segundo convênio no valor de R\$ 370.107,47 foi estabelecido, apoiando 87 fornecedores e beneficiando oito (8) entidades assistenciais. De 2010 a 2012 houve uma redução de 26,00% no número de fornecedores.

Em 2014, o terceiro convênio foi solicitado no valor de R\$ 203.806,71, beneficiando 48 fornecedores e seis (6) instituições. Este último convênio somente foi aprovado e liberado para execução em julho de 2015, data na qual estávamos realizando as entrevistas junto aos fornecedores do município. Para o ano de 2015 um novo convênio foi firmado no valor de R\$ 191.000,00, atendendo 45 fornecedores e beneficiando seis (6) instituições.

⁵⁴ Entrevista realizada no dia 24/04/2015 com o atual presidente da ASPAC, associação responsável pela coordenação do Programa no município de Cunha Porã-SC.

Quadro 5 – PAA: Projetos aprovados no município de Cunha Porã.

Ano	CPR-Doação (R\$)		Total de produtos	Fornecedores (agricultores)	Instituições (receptoras)
2010	MDS	354.000,00	57	118	15
2011	MDS	Os recursos do MDS referentes ao ano de 2010 continuaram sendo executados em 2011, motivo pelo qual não foram realizadas novas contratações.			
2012	MDS	370.107,47	34	87	8
2013	MDS	Novamente, os recursos do MDS referentes ao ano de 2012 continuaram sendo executados em 2013, motivo pelo qual não foram realizadas novas contratações.			
2014	MDS	203.806,71	47	48	6
2015	MDS	191.000,00	45	45	6

Fonte: Transparência Pública do PAA. Dados organizados pela autora.

Conforme explicou o presidente da associação, a redução no número de fornecedores (agricultores) pode estar associada às interrupções que ocorrem no programa - quando do encerramento de um convênio e aprovação de outro -, o que acaba desestimulando os produtores e prejudicando na comercialização da produção; a enorme burocracia existente; a não adaptação de alguns produtores as formas de produção, exigência de qualidade e execução do programa; e outros ainda, priorizaram atividades mais rentáveis na propriedade e/ou optaram em não mais participar do PAA. Entretanto, segundo ele afirma, o atual número de fornecedores tende a se manter estável, pois os produtores que permaneceram até o momento estão comprometidos com o programa.

Alguns destes fatores associados à redução do número de fornecedores poderiam ser amenizados, como por exemplo, no que concerne à produção, se a assistência técnica fosse efetiva e permanente, capacitando os produtores para atender as exigências do mercado. Quanto às questões burocráticas do programa, estas poderiam ser facilitadas evitando a desistência dos agricultores.

O cultivo dos produtos é feito por meio de um cronograma, onde cada agricultor é responsável pelo fornecimento de determinados itens. Assim sendo,

semanalmente os agricultores entregam seus produtos diretamente às entidades beneficentes. Esta etapa do programa não pode ser acompanhada, tendo em vista que o programa ainda não estava sendo executado nesta localidade na data de realização do trabalho de campo (junho/julho de 2015).

Conforme salientou o presidente da ASPAC, nos próximos dois meses (julho e agosto de 2015) o programa deveria operar com uma menor capacidade de produção, haja vista que os produtores não estavam preparados para iniciar as entregas, em virtude de o programa não estar mais sendo executado desde dezembro de 2014, ano de encerramento do último projeto. Esta interrupção prejudicou alguns produtores, pois muitos não estavam preparados e/ou possuem outras formas de comercialização, implicando diretamente na fonte de renda das famílias.

No município de Saltinho, o programa passou a ser executado a partir do ano de 2011, por meio de convênio estabelecido entre a Conab e a Cooperativa dos Produtores Biorgânicos de Saltinho – COOPERBIOGA, fundada em abril de 2001, como podemos observar na Figura 30.

Figura 30 – Sede da COOPERBIOGA no município de Saltinho.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

Cabe destacar que devido à dificuldade de acesso às informações referentes à cooperativa e ao PAA, os dados apresentados são oriundos de informações fornecidas pelos produtores rurais pesquisados. Atualmente (2016),

a cooperativa conta com 83⁵⁵ cooperados e trabalha com a compra e venda de inúmeros itens agropecuários, em especial, uma linha de produtos com certificação orgânica.

Com base nos dados publicados pelo Portal da Transparência Pública do Governo Federal, o primeiro convênio assinado pelo município foi no ano de 2011, num valor de R\$ 512.128,10, apoiando 178 agricultores familiares e beneficiando 25 instituições. No ano de 2012, dois novos convênios foram estabelecidos: um no valor de R\$ 458.400,00 com recursos do MDA e outro no valor de R\$ 1.293.098,60 com recursos do MDS (Quadro 6).

Quadro 6 – PAA: Projetos aprovados no município de Salinho.

Ano		CPR- Estoque	CPR- Doação	Total de produtos	Fornecedores (agricultores)	Instituições (receptoras)
2011	MDS		512.128,10	21	178	25
2012	MDA	458.400,00				89
	MDS	-	1.293.098,60	32	380	
2013	MDA	Os recursos do MDS referentes ao ano de 2012 continuaram sendo executados em 2013, motivo pelo qual não foram realizadas novas contratações.				
	MDS					
2014	MDA	O programa foi suspenso no município por motivo de fraudes nas CPRs.				
	MDS					
2015	MDA	O programa continua suspenso no município em virtude das fraudes nas CPRs.				
	MDS					

Fonte: Transparência Pública do PAA. Dados organizados pela autora.

⁵⁵ Em conversa informal com o atual vice-presidente da Cooperativa, este nos relatou que novas medidas de reestruturação foram incorporadas aos objetivos e metas da Cooperativa. Inicialmente, foram atualizados os dados cadastrais dos agricultores, sendo retirados do cadastro todos os agricultores (fornecedores) que participavam do PAA no município e de municípios vizinhos – um total de 827 agricultores. A Cooperativa trabalha agora com a meta de ampliar a produção orgânica, haja vista que possui grande demanda e produção insuficiente. Atualmente (2016), 83 agricultores já estão cadastrados e produzem inúmeros gêneros alimentícios no sistema orgânico. As perspectivas são de ampliar o leque de produtos e a capacidade produtiva dos agricultores.

O último projeto aprovado no ano de 2012 pelo MDS estava apoiando 380 fornecedores e beneficiando 89 instituições em 12 municípios, e uma instituição no estado do Maranhão (distanto 3.636,3 Km do município). Neste convênio estavam envolvidos os municípios de Modelo, Palmitos Pinhalzinho, Riqueza, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Serra Alta, São Bernardino, Campo Erê, Chapecó, Abdon Batista, São Lourenço do Oeste e Apicum-Açu no estado do Maranhão.

Este convênio foi executado até março/abril de 2014, quando, em virtude de denúncias de ilegalidades na execução, foi suspenso pelo Ministério Público Federal - MPF. Não tivemos acesso a maiores informações referentes ao caso. O que transpareceu, segundo informações prestadas pelos produtores pesquisados, é de que houve a falsificação de documentos (Blocos de Notas de Produtor Rural), e de fato, esta informação pode ser comprovada nos noticiários da região que publicaram matérias sobre o caso.

Segundo matéria publicada na página do jornalista Roberto Lorenzon, os recursos federais disponibilizados pela Conab:

[...] estariam sendo indevidamente incorporados por gestores de cooperativas, vinculados a agremiações políticas, que os canalizariam para campanhas eleitorais de seus pares e/ou para o próprio locupletamento ilícito. A esta altura, é seguro afirmar que os dados coletados ao longo das apurações apontam para a verossimilhança da notícia de fraudes, pois alguns produtores nomeados nas notas fiscais emitidas pela cooperativa não ostentam capacidade produtiva e outros não têm histórico profissional relacionado à vida no campo e a própria entidade investigada não demonstra registrar movimentação negocial compatível com as verbas recebidas da CONAB de 2011 a 2013 (ROBERTO LORENZON, 2014, p. 1).

Com base nas informações prestadas pelos produtores, o montante elevado de recursos no município de Saltinho foi possível devido ao expressivo número de fornecedores cadastrados, que de 2011 a 2012, apresentou um crescimento de 113,00% (i.e., de 178 para 380 fornecedores, respectivamente), sendo que há uma correlação direta entre o valor dos projetos e o número de fornecedores.

Durante nossas idas ao município para a realização dos trabalhos de campo, percebemos um receio muito grande por parte dos produtores, que

pouco ou nada comentaram sobre o assunto, ou nada sabiam a respeito da suspensão do programa. Diante deste cenário, não podemos mensurar até que ponto os produtores estavam cientes e/ou foram coniventes, ou se o ocorrido deu-se dentro da própria instituição proponente. Conforme nos relatou o produtor 1⁵⁶, “a gente tinha que convidar uns 3 ou 4 vizinhos para levar o bloco (de notas fiscais) lá na cooperativa, mas bem certo pra que não sabemos” (Depoimento do Produtor 1, Saltinho, 09/06/2015).

Inúmeras outras tentativas foram feitas no sentido de colher informações precisas sobre o ocorrido, porém, nada de concreto obtivemos, a não ser o pouco que conseguimos absorver das entrevistas com os produtores e nas matérias jornalísticas publicadas online. Também buscamos informações junto ao Ministério Público Federal, entretanto, não tivemos acesso ao caso devido ao sigilo do processo. Tentamos, ainda, obter informações junto à entidade proponente do programa no município, porém, nada nos foi relatado.

O fato ocorrido no município não é um caso isolado. No Brasil, casos muito semelhantes ocorreram nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. De acordo com o Relatório de Avaliação de Execução do Programa publicado em março de 2016, inúmeras inconformidades que podem comprometer a finalidade do programa foram observadas nos últimos anos. Dentre as principais falhas apontadas pelo relatório destacam-se:

Não cumprimento do estabelecido na Proposta de Participação, tais como itens divergentes, quantidades inferiores e atrasos no cronograma; Documentação não confiável sobre a entrega dos produtos às entidades consumidoras; Não conformidade da documentação para avaliação da capacidade operacional das entidades fornecedoras; Algumas Organizações ou associações dos agricultores familiares não possuem estrutura para distribuição ou controle das operações de doação; Cobrança de taxas ou outros serviços indevidos pelas organizações ou associações dos agricultores familiares; Não aplicação de penalidade por parte da Conab; Falta de formalização da supervisão por parte das SUREGs para verificação da conformidade do programa; (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2016, p. 11).

⁵⁶ Cabe destacar que os depoimentos e entrevistas realizados estão dentro da amostra dos 34 fornecedores (17 em cada município).

Para melhorar o controle nas fiscalizações, a Conab tem adotado providências que permitiram maior controle e transparência nas operações do programa. Dentre os ajustes aponta-se: atualizações dos normativos voltados ao público externo e aos empregados da Conab; instituição do Plano Nacional de Fiscalização e a definição mais precisa das Visitas Técnicas Orientativas - VTOs realizadas pelas Superintendências Regionais da Conab - SUREGs; capacitação e orientação dos próprios empregados e do público alvo do PAA; desenvolvimento de ferramentas automatizadas para auxiliar no planejamento e execução do programa; desde 2014 as organizações devem, obrigatoriamente, utilizar o módulo PAANET⁵⁷, com o objetivo de descentralizar o preenchimento das prestações de contas, assim como auxiliar no controle das entregas de produtos e, fazer uso da Nota Fiscal eletrônica. Além disso, desde janeiro de 2015, a Conab recebe e carrega quinzenalmente a base de dados da DAP, oriunda do MDA (BRASIL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2016).

A partir destas providências adotadas, a Conab prevê reduzir as irregularidades no programa, embora admita que outras medidas ainda são necessárias, de forma a realizar o monitoramento contínuo e a aplicação de penalidades nos casos de descumprimento do Manual de Operações da Conab (BRASIL, CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2016).

Mesmo diante do ocorrido no município de Saltinho, optamos por manter nossa análise em relação ao PAA, para ao final poder lançar um olhar comparativo entre os dois municípios, e quiçá, mensurar as fragilidades que envolvem o programa.

No município de Cunha Porã, o PAA passou a ser discutido pela associação diante do sucesso de municípios vizinhos que já estavam operando

⁵⁷ O PAANET é um aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Compra com Doação Simultânea - CPR-Doação; Apoio a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque. Dessa forma, as organizações fornecedoras terão a possibilidade de realizar o registro das propostas de maneira mais simples e eficiente. O aplicativo também permite que tais propostas sejam transmitidas à Conab, via conexão segura de Internet, ou gravadas e enviadas via e-mail à Superintendência Regional da Conab (SUREG). O encaminhamento da proposta não significa aprovação da mesma e, que a organização fornecedora deverá, ainda, encaminhar a SUREG, a documentação necessária para que a proposta passe para o processo interno à Companhia, de homologação (BRASIL, 2016, p. 1). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/produtosServicos-PAANET-interna.php?a=503?a=503&t=2>. Acesso em: 27/07/2016.

o programa. A adesão ao programa configurou-se em um importante instrumento para renovar o enfoque dado à agricultura local. Para o município de Saltinho, está informação não é precisa, todavia, segundo informações coletadas junto aos produtores, o programa passou a ser trabalhado a partir da obrigatoriedade do município em efetuar a compra de 30,00% dos recursos repassadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a aquisição da produção local para a merenda escolar por meio do PNAE⁵⁸.

Conforme nos relatou o presidente da ASPAC, associação proponente do PAA em Cunha Porã, de início, muitas dificuldades surgiram, sobretudo, no que diz respeito às questões burocráticas e na elaboração do projeto. Ele destacou que para resolver estes impasses, membros de municípios vizinhos auxiliaram na elaboração do projeto e na organização da documentação para o envio a Conab. Finalizada esta primeira etapa, a proposta do programa passou a ser difundida aos agricultores familiares interessados em participar.

De início, muitas dúvidas e desconfiança por parte dos agricultores em relação à proposta apresentada pela associação. Por se tratar de um programa novo, muitos agricultores não sentiram confiança em aderir ou vislumbravam poucas expectativas de renda com a produção, principalmente, de hortaliças, frutas e outros produtos. Frente à desconfiança com o programa, alguns agricultores só aderiram ao programa depois que alguns vizinhos o fizeram e obtiveram êxito com a comercialização.

Com o intento de esclarecer inúmeras dúvidas, reuniões foram realizadas para apresentar os objetivos do programa, forma de funcionamento, responsabilidades e compromissos por parte dos produtores, entre outros esclarecimentos. O trabalho de divulgação do PAA foi coordenado pelo

⁵⁸ **Lei nº 11.947/2009**: Determina a utilização de, no mínimo, 30,00% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações. Os beneficiários da Merenda Escolar são alunos da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os alunos de escolas filantrópicas, em conformidade com o Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP no ano anterior ao do atendimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 30/03/2016.

presidente da associação de Cunha Porã e contou com o apoio da cooperativa do município vizinho de Iraceminha – SC (Figura 31).

Figura 31 – Reunião dos fornecedores do PAA do município de Cunha Porã.



Fonte: ASPAC, 2010.

No município de Saltinho, o programa foi difundido por meio da COOPERBIORGA, entidade responsável pela execução do PAA. Conforme relatam os produtores pesquisados, reuniões foram convocadas pela cooperativa e chamadas foram feitas via rádio para reforçar o convite aos agricultores interessados em participar do programa. Palestras e cursos também foram proferidos para capacitar minimamente os produtores às normas de qualidade e armazenamento.

Destacamos abaixo, um trecho extraído da entrevista com o Produtor 1 de Saltinho:

Ficamos sabendo pela COOPERBIORGA. Fizeram, primeiro, umas reuniões e uns cursos, aí a gente começou a participar e falavam no rádio sobre reunião do PAA e daí participamos em diversas reuniões e cursos e palestras e a gente começou a entender o que é orgânico e convencional e a diferença que faz pra saúde. Mais pra frente começamos a plantar e a

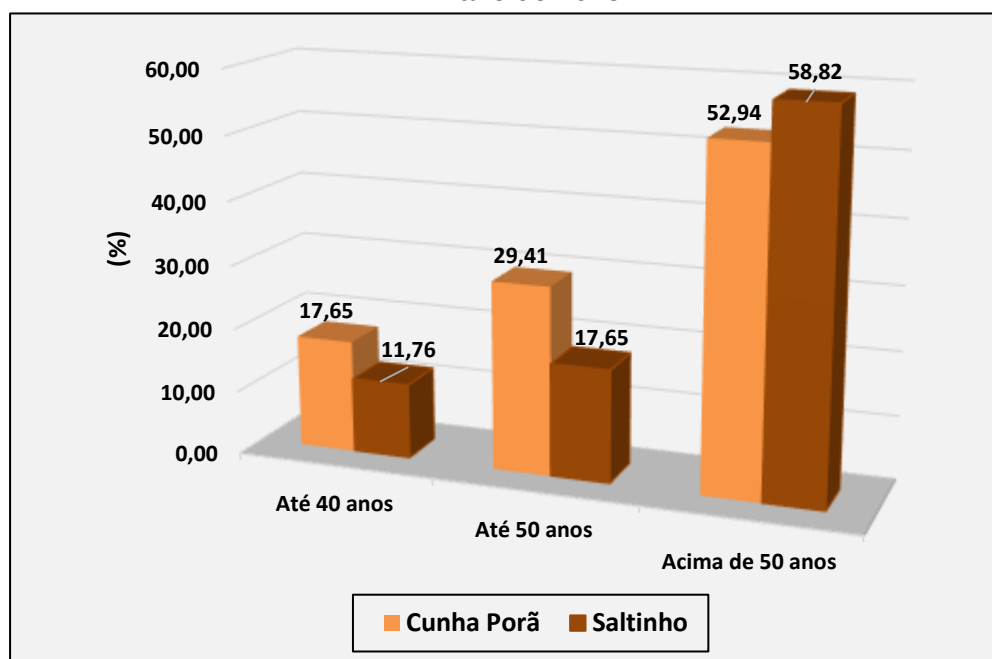
entregar produtos pra cooperativa [...] (Depoimento do Produtor 1, Saltinho, 09/06/2015).

Feita esta breve contextualização acerca do programa nos municípios, passaremos, a seguir, a delinear o perfil dos produtores envolvidos com o PAA e entrevistados em pesquisa de campo.

3.1 Caracterização dos produtores/propriedades selecionadas nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.

O perfil⁵⁹ dos produtores rurais envolvidos no PAA e entrevistados em pesquisa de campo é, razoavelmente, semelhante em ambos os municípios, sendo que a maioria está em uma faixa etária mais avançada, representando mais de 50,00% nos dois municípios, o grau de instrução na educação formal é baixo, correspondendo a mais de 60,00% nos dois municípios, tendo em vista que a maioria não possui o ensino fundamental completo, como se pode observar nos Gráficos 20 e 21.

Gráfico 20 – Faixa etária dos produtores entrevistados que participaram do PAA no ano de 2015.

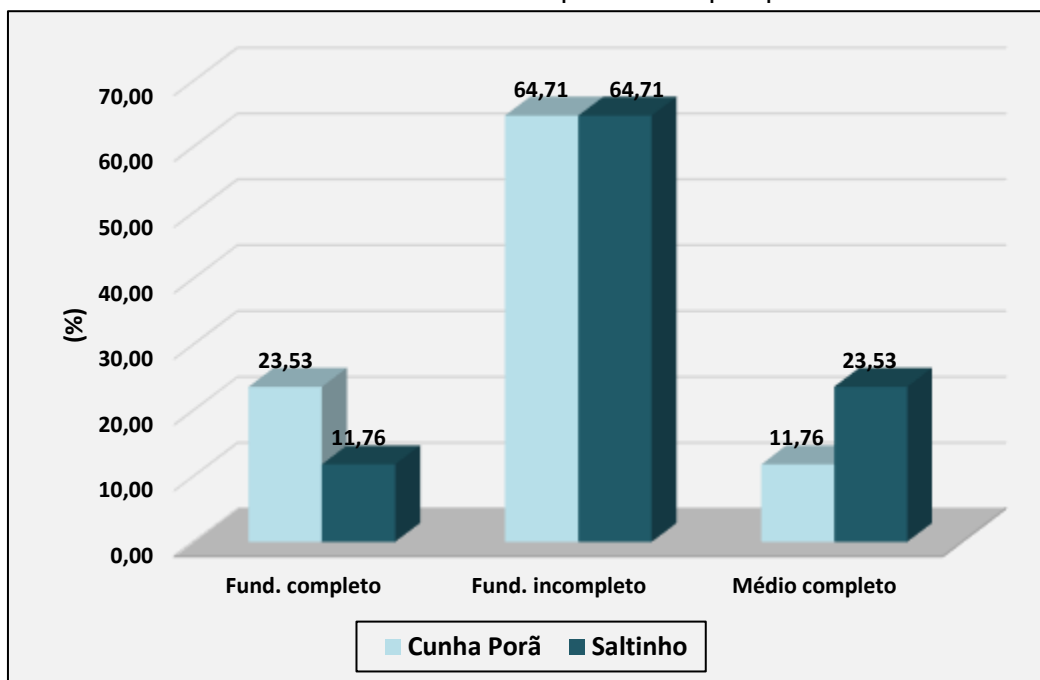


Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

⁵⁹ É importante ressaltar que as informações sobre o perfil se referem, apenas, à amostra entrevistada - 34 produtores, 17 em cada município - e não ao universo dos beneficiários do PAA nos municípios selecionados.

Esse perfil apontado pelos dados reforça as dificuldades enfrentadas na época para poder ter acesso aos estudos, fato devido principalmente à pouca ou nenhuma oportunidade que desfrutaram em estudar, às condições econômicas insuficientes e a falta de escolas na localidade. Como podemos observar no Gráfico 21, apenas 23,53% dos produtores de Saltinho e 11,76% de Cunha Porã possuem o ensino médio completo.

Gráfico 21 - Escolaridade dos produtores pesquisados.

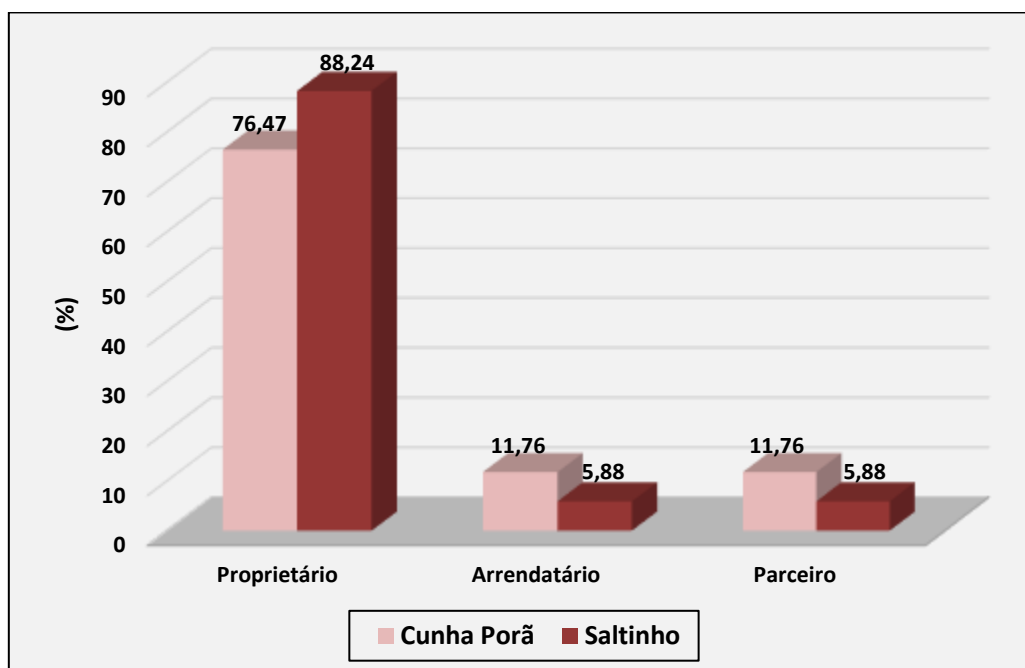


Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Em relação ao local de residência, a predominância entre os fornecedores é rural, sendo que 90,00% dos fornecedores residem no campo e apenas 10,00% possuem residência urbana para o município de Cunha Porã. No caso de Saltinho, 100,00% dos fornecedores residem no campo.

Quanto à propriedade da terra, os resultados diferem de forma pouco expressiva entre os municípios. Em Cunha Porã, 76,47% dos entrevistados declaram ser proprietários da terra que produzem, 11,76% são arrendatários e 11,76% trabalham a terra no sistema de parceria. Para Saltinho, a categoria proprietário é a principal forma de exploração das terras com 88,24%, o arrendamento e a parceria correspondem à 11,76%, como podemos visualizar no Gráfico 22.

Gráfico 22 – Condição dos produtores rurais pesquisados.



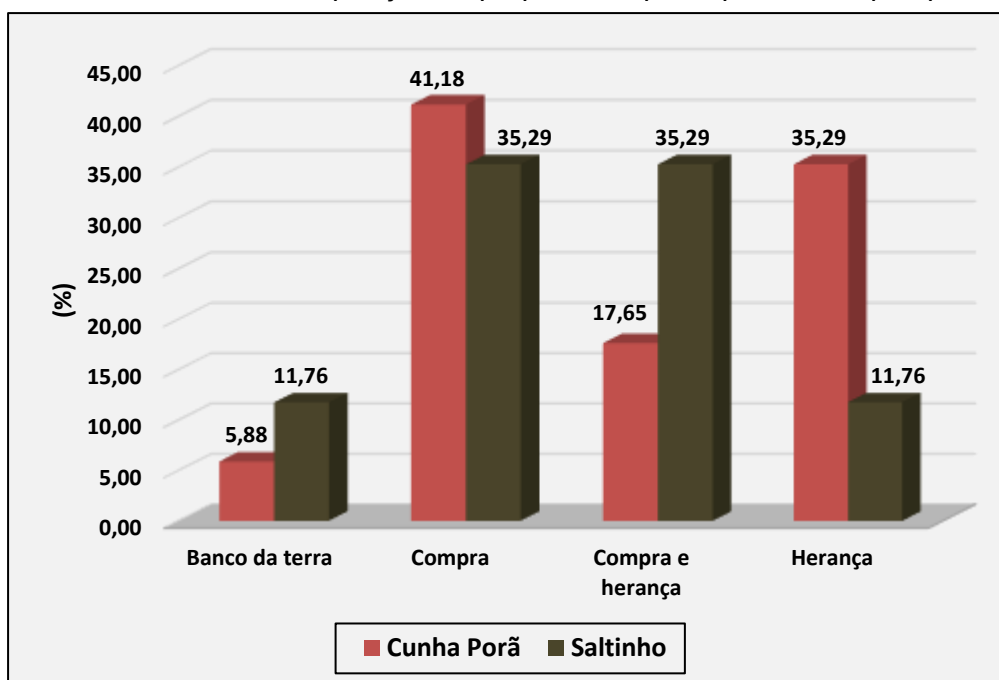
Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Quanto à forma pela qual cada agricultor teve acesso à terra, a compra representa 41,18% em Cunha Porã e 35,29% em Saltinho. A compra e herança assumem valores mais expressivos para Saltinho (35,29%), em detrimento da herança que representa 35,29% em Cunha Porã. A compra por meio do crédito fundiário (Banco da Terra) foi utilizada nos dois municípios, sendo 11,76% em Saltinho e 5,88% em Cunha Porã (Gráfico 23).

Os dados dos Gráficos 22 e 23 estão diretamente associados à escolaridade, pois, muitos dos agricultores sem oportunidades pela falta de estudos, compraram ou herdaram as propriedades e continuaram na mesma profissão dos pais, sendo que, a maioria das famílias de Saltinho e Cunha Porã, 82,35% e 58,82%, respectivamente, residem há mais de 20 ou 30 anos no local, reproduzindo o modelo aprendido pelos pais.

Quando indagados quanto à profissão dos pais, 95,00% dos produtores entrevistados em Cunha Porã afirmaram que eram produtores rurais. Em Saltinho, 100,00% dos produtores afirmaram que seus pais eram agricultores.

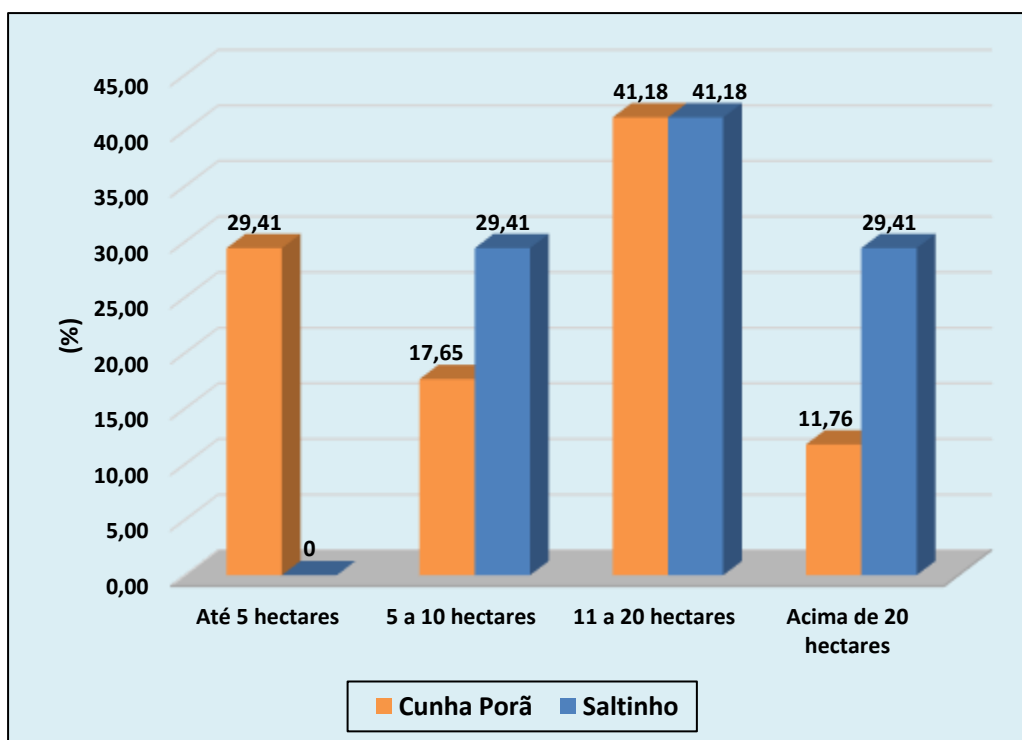
Gráfico 23 – Forma de aquisição da propriedade pelos produtores pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

A respeito do tamanho das propriedades, 41,18% destas possuem extensões entre 11 e 20 hectares em ambos os municípios, como se pode verificar no Gráfico 24.

Gráfico 24 – Extensão das propriedades nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.



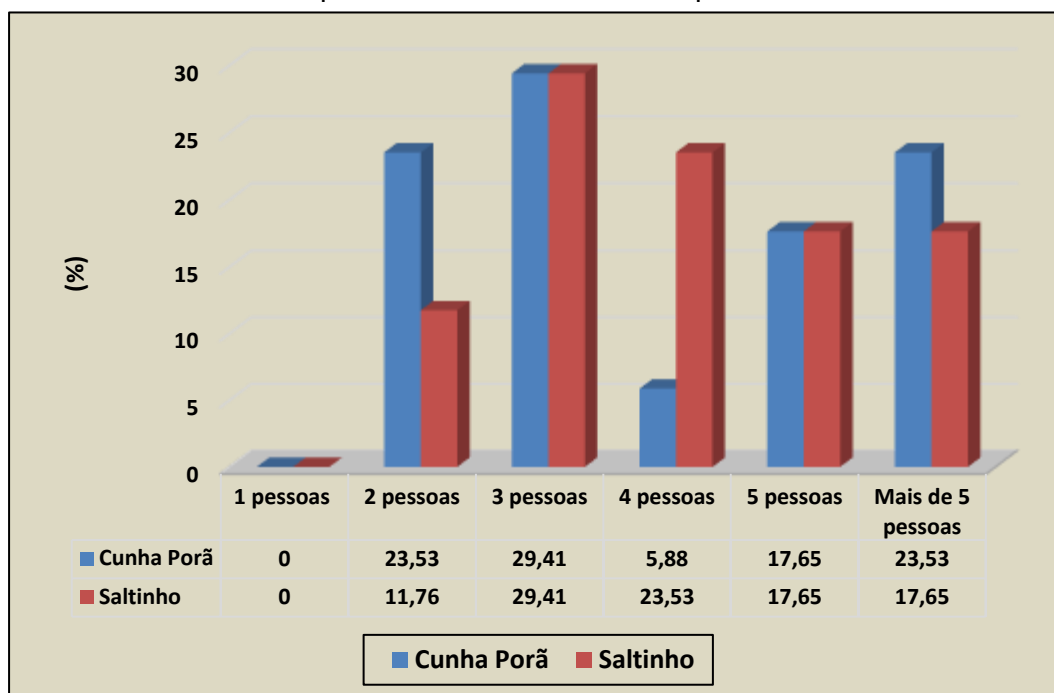
Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

As terras com até 5 hectares, somente comparecem em Cunha Porã. Propriedades entre 5 e 10 hectares correspondem a 29,41% em Saltinho e 17,65% em Cunha Porã. As propriedades acima de 20 hectares aparecem em maior proporção em Saltinho 29,41%, e 11,76% para Cunha Porã.

Estes valores referentes à extensão das propriedades vão ao encontro dos dados apresentados no Gráfico 3, no capítulo II, sobre o número e área dos estabelecimentos agropecuários nos municípios. As propriedades comparecem em menor número no município de Saltinho, porém, as extensões das terras são maiores. No entanto, cabe destacar que muitos dos estabelecimentos rurais possuem áreas menores que o módulo fiscal (18 ha), fator este que limita e, em alguns casos, inviabiliza a produção.

Quanto aos membros das famílias que residem na propriedade, os dados diferem entre os municípios. Famílias com até três pessoas representam a maior proporção nos dois municípios (29,41%) (Gráfico 25).

Gráfico 25 – Propriedades rurais: número de pessoas residentes.



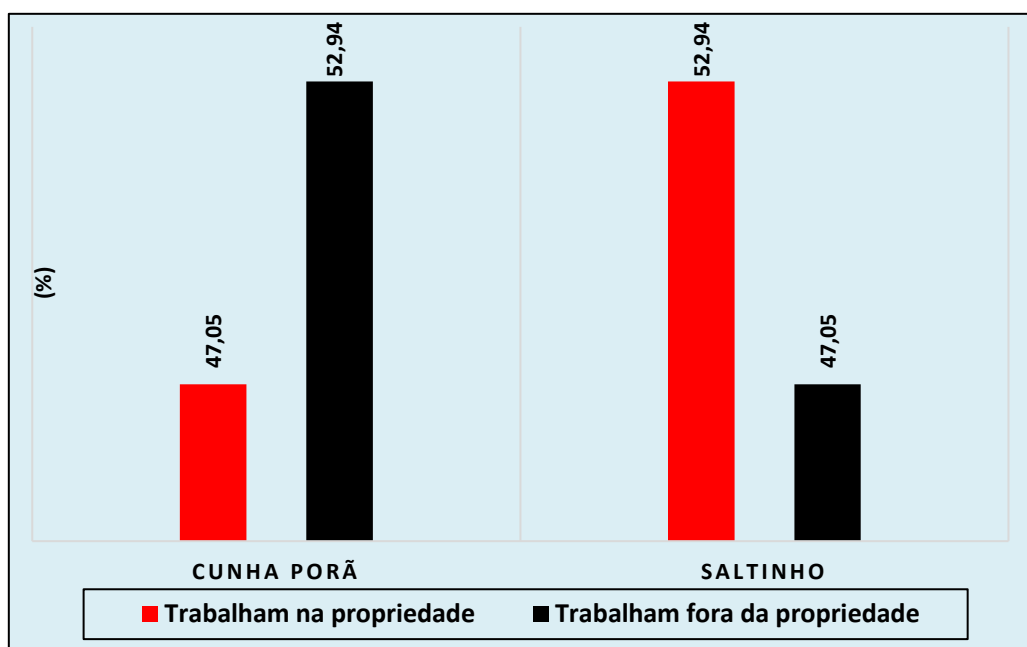
Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Para o município de Saltinho, o número de pessoas residindo nas propriedades é maior, fator associado às maiores extensões de terras neste município, o que possibilita que os filhos permaneçam na propriedade rural. Para a categoria de cinco pessoas, novamente os dados se assemelham nos dois

municípios (17,65%), e acima de cinco pessoas, os valores correspondem a 23,53% em Cunha Porã e 17,65% em Saltinho. Esta categoria assume um valor mais elevado para Cunha Porã, pois, conforme constatamos em campo, em dois casos, duas famílias (irmãos) residem na mesma propriedade e trabalham no sistema de parceria.

Em relação ao trabalho dos filhos na propriedade, 47,05% dos filhos dos produtores de Cunha Porã trabalham na propriedade em comparação com 52,94% que trabalham fora da propriedade. Para Saltinho, os dados são inversos com 52,94% dos filhos que ajudam na propriedade e 47,05% que trabalham fora da propriedade, como podemos visualizar no Gráfico 26.

Gráfico 26 – Filhos: trabalho na propriedade rural e fora da propriedade rural.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

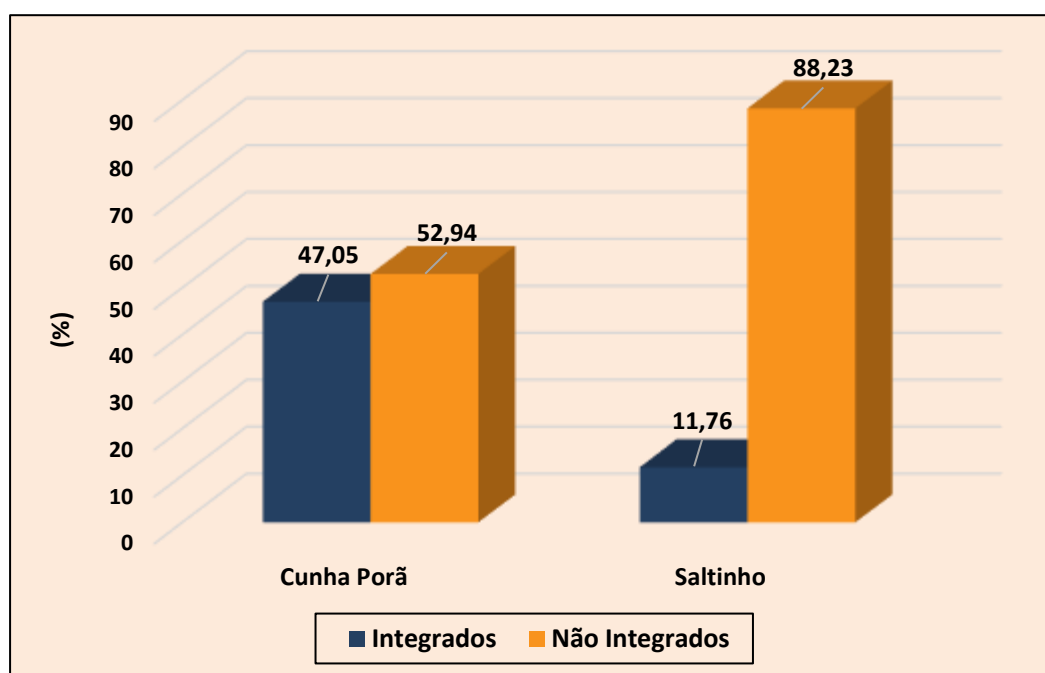
Os dados do Gráfico 26 remetem à questão da pluriatividade da agricultura familiar, conforme relata Schneider (2003), em que a manutenção do estabelecimento agrícola e sua reprodução socioeconômica estão associados à combinação de mão-de-obra familiar agrícola e não agrícola. Assim sendo, as atividades agrícolas e não agrícolas contribuem para inserir o agricultor e sua família em outros setores da economia e, segundo Maluf (2003), ampliam seu campo de inserção social e econômica. Desta forma,

[...] A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade. (MALUF, 2003, p. 138).

Schneider (2003) complementa que o trabalho agrícola e não agrícola exercido de forma complementar pelos membros da família, frequentemente, deve-se à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica comprometendo a renda, forçando as pequenas unidades produtivas a buscarem por novas alternativas que complementem a renda.

Para Cunha Porã, o percentual de filhos que ajudam na propriedade está associado, sobretudo, ao sistema de integração (aves, suínos e leite), conforme podemos visualizar no Gráfico 27.

Gráfico 27 – Fornecedores do PAA integrados e não-integrados nos municípios.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Estas atividades ocupam lugar de destaque na matriz produtiva, absorvendo, em grande medida, a parcela de jovens que ainda permanece no campo. Além destas atividades, o elevado número de pequenas agroindústrias familiares em ambos os municípios contribui de forma significativa com a

retenção dos jovens no campo. Podemos citar também, o trabalho de parceria⁶⁰ com os pais, realizado em algumas propriedades, o qual assegura renda e trabalho para os filhos, mantendo-os no campo. Todavia, mesmo havendo retenção dos filhos nas propriedades, os dados correspondentes ao trabalho fora da propriedade são significativos nos dois municípios.

Conforme apontam os dados do Gráfico 27, 47,05% dos fornecedores do PAA de Cunha Porã estão inseridos em uma das formas de integração (aves, suínos, leite), *versus* apenas 11,76% em Saltinho. Quanto aos produtores não integrados, os valores correspondem a 88,23% em Saltinho e 52,94% para Cunha Porã. Apesar de o número de integrados ser mais expressivo em Cunha Porã, a porcentagem de não integrados nos dois municípios é significativa, sobretudo em Saltinho, o que reflete a pouca capitalização dos produtores que não conseguem fazer frente aos aspectos econômicos desse modelo de produção.

O sistema de integração como é chamado, vem sendo abordado por inúmeros autores que, de um lado, defendem o modelo produtivo adotado pelas agroindústrias, e de outro, autores que apontam a conjuntura do sistema tomado pela precarização do pequeno produtor rural familiar.

Para Miranda (2005), a suinocultura representa para os agricultores familiares da região do Oeste Catarinense, uma atividade de extrema importância, pois, além de agregar valor à produção de grãos produzidos nas propriedades, permite uma ocupação mais intensa da mão-de-obra familiar e um fluxo de recursos mais estável para as famílias.

Em opinião contrária, Jesus (2010) aponta que o discurso preconizado pelas agroindústrias e sintetizado pela palavra “parceria” não é coerente, devido a toda carga ideológica e mercadológica que a categoria ostenta. Para Graziano da Silva (1981), o sistema causa a perda da autonomia e a transformação do agricultor em um trabalhador assalariado, subordinado ao capital.

E de fato, a relação estabelecida para com o agricultor por meio do sistema de integração se processa de forma extremamente seletiva e autoritária,

⁶⁰ A parceria dentro da unidade familiar, permite que os filhos recebam uma certa porcentagem em relação ao lucro gerado na propriedade ou em determinada atividade produtiva, das quais podemos citar: leite, aves, suínos, fumo, lavoura e pequena agroindústria familiar. Este sistema garante uma parcela dos lucros aos filhos, incentivando-os a permanecerem no campo e, sobretudo, garante força de trabalho para a propriedade.

conforme já citamos no capítulo II. A dependência agricultor/empresa se materializa pelo controle ideológico e econômico que o sistema mantém sobre o produtor. As rígidas normatizações estabelecidas na parceria entre empresa-produtor garantem às agroindústrias o controle da produção desde a matéria-prima até a industrialização. Este modelo produtivo garante às empresas elevado acúmulo de capital em detrimento de uma pequena margem de lucro aos produtores.

Por meio do contrato de “parceria”, as vantagens das agroindústrias são inúmeras, das quais destacamos: fornecimento de matéria-prima em quantidade, qualidade e regularidade às agroindústrias; desoneração das empresas de encargos sociais e possíveis problemas trabalhistas; terceirização da produção; baixos preços fixados pelas agroindústrias; pagamentos fixados com base na produtividade, entre outros fatores que garantem o monopólio de exploração e controle sobre os produtores por parte das empresas.

Em muitos casos, a subordinação ocorre através da dependência financeira, pois para manter os níveis de exigência da cadeia produtiva, os produtores acabam contraindo elevados montantes financeiros via empréstimos, o que os obriga a permanecer no sistema para quitar as dívidas. Jesus (2010) complementa, que para o agricultor, o único benefício é a garantia de venda da produção. Via de regra, vale lembrar que o agricultor fica refém do preço estabelecido pela empresa e pago em detrimento da produtividade alcançada.

Muitos dos produtores que não conseguem fazer frente aos aspectos econômicos da produção e não suportam as oscilações nos fatores da comercialização, acabam excluídos da atividade. De maneira muito semelhante à reestruturação produtiva que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, presencia-se atualmente, uma nova reestruturação, com tendência a uma forte concentração da produção.

De acordo com Flach (2010), o modelo de produção via integração vem adotando uma intensa automatização das estruturas; grande quantidade de animais por produtor, consequentemente, redução do número de integrados; contratação de produtores de médio ou grande porte; produtores com alta capacidade de contrair financiamentos; aumentos significativos nos custos de instalação das estruturas; produtores informados sobre o mercado; mão de obra

assalariada; (re)espacialização das agroindústrias⁶¹ para regiões que tenham concentração de produtores com capacidade de alavancagem de financiamentos e oferta abundante de matéria-prima (milho e soja).

A nova tendência do sistema reflete a pressão do mercado global para o aumento da competitividade e, nesta luta, as empresas buscam reduzir seus custos de produção, transação e logística (FLACH, 2010). As novas tendências conduzem a uma (re)espacialização da produção baseada na verticalização da produção, no uso intensivo de tecnologias de genética, nutrição e processamento da produção.

Neste novo contexto, os impactos em termos sociais são evidentes, haja vista que, novamente, uma parcela significativa de produtores integrados acabará excluída do processo produtivo em virtude de não atender aos requisitos dos novos modelos de integração. Muitos desses, sem alternativas de produção e/ou comercialização, acabam obrigados a procurar por novas alternativas que propiciem sua emancipação e garantam a sobrevivência destes atores sociais.

A partir deste processo, os produtores excluídos da atividade buscam por outras atividades produtivas, como por exemplo, a agregação de valor via estratégias de agroindustrialização. Assim como as pequenas agroindústrias, as políticas públicas são de extrema importância, dado o perfil interno de diferenciação dos agricultores e os diferentes níveis de apoio necessários.

Retomando os dados do Gráfico 27, em que 88,23% e 52,94% dos produtores de Saltinho e Cunha Porã, respectivamente, não são integrados, podemos inferir que, de um lado, presencia-se uma concentração das atividades dominantes, e de outro, vivencia-se uma (re)constituição da produção artesanal de alimentos. As iniciativas de agroindustrialização têm se colocado como uma interessante alternativa econômica às pequenas propriedades, que conseguem por meio da transformação/beneficiamento da matéria-prima *in natura*, agregar valor à produção artesanal.

⁶¹A (re)espacialização das agroindústrias vem ocorrendo para as áreas de fronteira agrícola com destaque para o Centro-Oeste e Nordeste, onde têm readequado o sistema de integração passando a priorizar médios e grandes proprietários rurais visando diminuir os custos de produção, transação e logística. A proximidade das matérias-primas é outro condicionante na escolha das áreas de produção.

Podemos corroborar isto, com o elevado número de pequenas agroindústrias familiares entre os agricultores fornecedores do programa nos municípios. Do total de produtores entrevistados em Cunha Porã e Saltinho, 52,94% e 29,41%, respectivamente, são agricultores que possuem pequenas agroindústrias familiares e entregam produtos beneficiados ao PAA.

Esta revalorização da agricultura familiar nos dois municípios tem sido estimulada, em grande medida, por meio das políticas públicas, a exemplo do PAA e PNAE, e se impõe como contraponto a hegemonia das agroindústrias processadoras de carne.

3.2 Diagnóstico do Programa de Aquisição de Alimentos.

Inicialmente, ressaltamos novamente que o PAA nos municípios somente é operado através da modalidade Doação Simultânea ⁶². Conforme já mencionamos, o conhecimento do PAA por parte dos produtores deu-se por meio das entidades proponentes do programa em cada município: Cunha Porã (ASPAC) e Saltinho (COOPERBIORGA).

Tomando por base os dados obtidos no Portal da Transparência Pública do PAA (Quadros 5 e 6), verifica-se que a implementação dos projetos nos dois municípios é recente (2010), se comparado ao início de vigência do programa no ano de 2003. No período compreendido entre os anos de 2010/2015, R\$ 1.118.914,18 foram alocados em recursos no município de Cunha Porã e R\$ 2.263.626,70 em Saltinho, no período compreendido entre os anos de 2010/2013. O valor correspondente a Saltinho não pode ser totalmente executado, devido às denúncias de ilegalidade e a suspensão do programa, conforme já salientamos.

Quanto ao conhecimento do programa por parte dos produtores, parcela muito pequena destes tem clareza em relação à política pública e seus objetivos.

⁶² Nesta modalidade, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar por meio da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, à rede pública e filantrópica de ensino. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-com-doacao-simultanea>. Acesso em: 18/04/2016.

Percebe-se, por parte dos produtores pesquisados, um conflito de opiniões e pouca ou nenhuma informação em relação à importância do programa. Muitos dos agricultores pesquisados não conhecem o significado da sigla PAA e, muito menos, como se dá o processo de comercialização com o mercado institucional. Para Silva (2013, p. 155),

[...] Esta falta de conhecimento quanto às políticas públicas, seus objetivos e funções, explicita o quanto os agricultores familiares deixam de ser protagonistas no mercado institucional de alimentos e se encontram como meros figurantes produtores de alimentos.

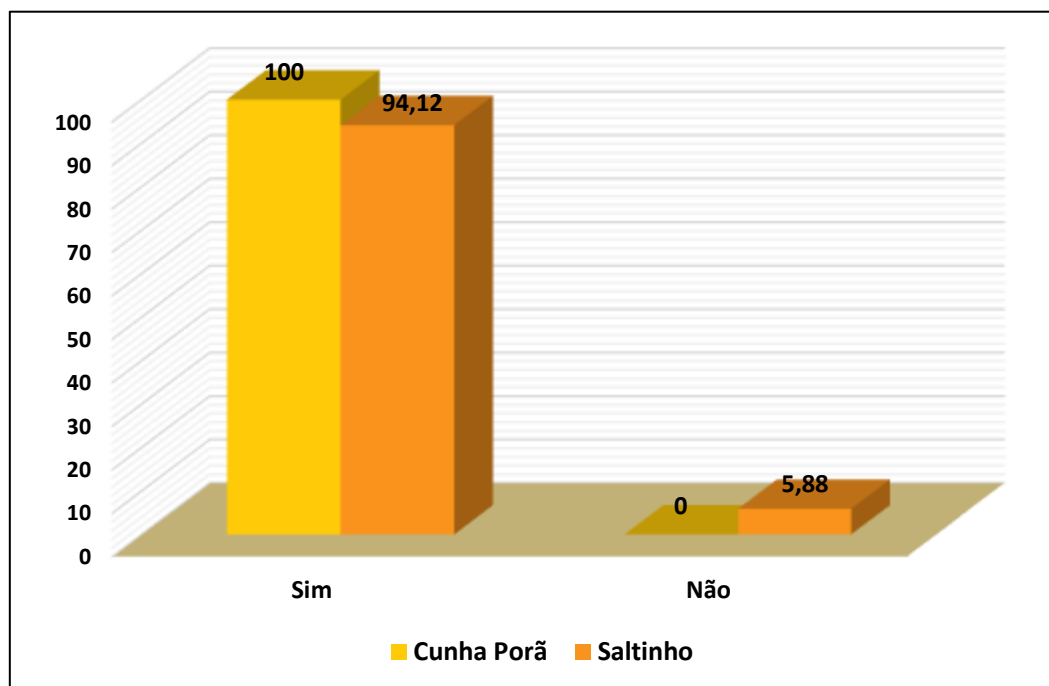
No entendimento dos produtores, os produtos são entregues às cooperativas e/ou associações e não possuem ligação com o PAA, sendo que estes não possuem conhecimento dos beneficiários que consumirão os produtos. O distanciamento dos produtores quanto as ações do programa é mais visível entre os fornecedores de Saltinho, pois quando indagados se participavam do PAA, poucos (35,29%) afirmaram que sim, enquanto que a maioria (64,71%) respondeu que vendia os produtos para a COOPERBIORGA. O desencontro de informações pode ser percebido na fala do Produtor 2 de Saltinho: “Vendemos nossos produtos pra cooperativa, pelo menos é o que a gente sabe. E também são eles que pagam a gente no final do mês. Se eles dão pra esse PAA a gente não sabe” (Depoimento do Produtor 2, Saltinho 08/06/2015).

A falta de diálogo entre as entidades proponentes do programa e os fornecedores pode ser encarada como uma estratégia de controle das cooperativas/associações, haja vista que se fortalecem enquanto entidade de apoio dos produtores rurais por meio de uma política pública. As associações e cooperativas de agricultores desempenham um importante papel entre produtor – programa, pois além de locais de entrega dos produtos, são uma fonte intermediária de informação sobre o funcionamento do programa e de outros programas voltados para este público alvo.

A avaliação do programa por parte dos entrevistados foi positiva para ambos os municípios. Todos os fornecedores apontaram que o programa é um meio seguro para escoar a produção e que este contribui significativamente no

complemento da renda. Dentre os fornecedores de Cunha Porã, 100% afirmaram que o PAA tem possibilitado a melhoria na comercialização em comparação com 94,12% em Saltinho (Gráfico 28).

Gráfico 28 – PAA: melhorias na comercialização.



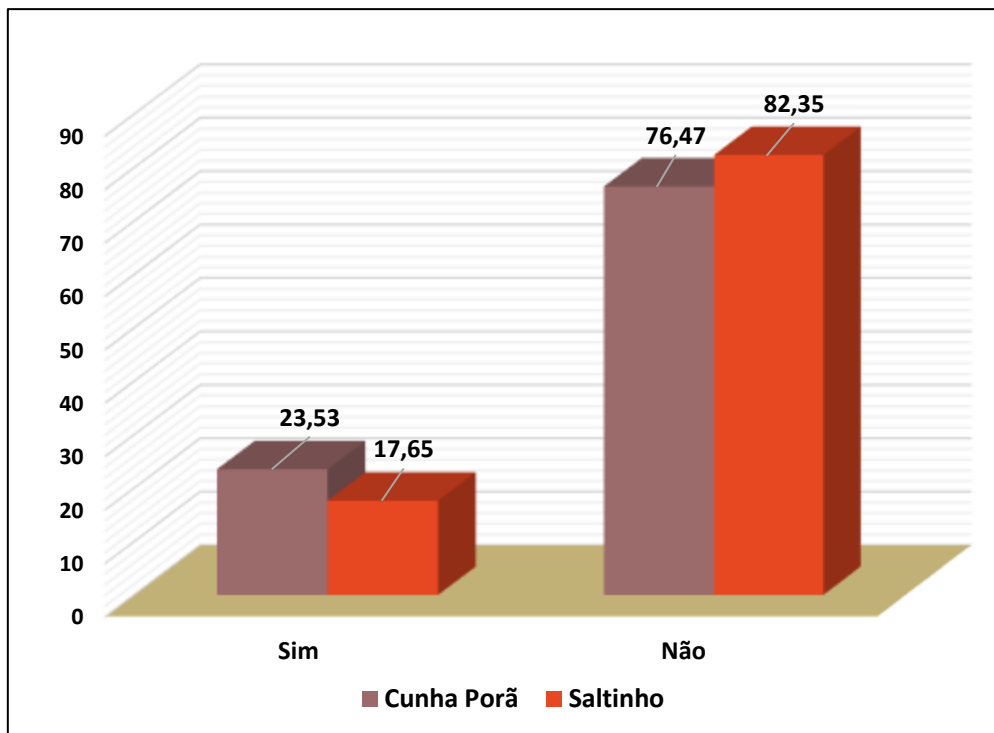
Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Em relação à avaliação do PAA pelos agricultores entrevistados, cabe mencionar que está informação sobre o programa é, ao mesmo tempo, interessante e intrigante e deve ser vista com cuidado, tendo em vista que a grande totalidade dos produtores não tinha conhecimento e certeza quanto às ações do programa. Em partes, os agricultores acabam expressando esta avaliação positiva em relação ao programa, porém, associando-a muito mais às cooperativas e associações do que de fato ao PAA. A avaliação dos produtores denota certa alienação e acomodação destes em relação à política pública.

Quanto à produção, a maioria dos fornecedores não produz exclusivamente para o programa, sendo os valores mais expressivos para Saltinho com 82,35%, *versus* 76,47% em Cunha Porã (Gráfico 29). Este valor assume maiores proporções para Saltinho devido ao maior número de agroindústrias dentre os fornecedores do programa. A não exclusividade de produção para o PAA deve-se, conforme apontam os produtores pesquisados, a maior capacidade de produção que possuem e as outras formas de

comercialização – sobretudo para os produtos das agroindústrias -, e a pouca renda obtida pela venda somente ao PAA.

Gráfico 29 – Produção entregue exclusivamente ao PAA.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Quanto às entidades proponentes, estas se aproveitam da falta de clareza dos produtores para manipular informações e se sobressair enquanto entidade coletiva, fato este que contribuiu para que problemas acontecessem, em especial, no município de Saltinho.

No total de itens destinados ao PAA, mais de 50 produtos são comercializados entre os dois municípios. No caso dos agricultores, a produção também é destinada a comercialização em feiras livres e venda na propriedade. Cabe ressaltar que a venda em feiras livres somente ocorre no município de Cunha Porã, fato este que revela uma lacuna no que concerne à comercialização do excedente da produção para os produtores de Saltinho.

Alguns produtores comentaram, por ocasião das entrevistas, que a não existência de outros canais de comercialização como as feiras livres, marcam a persistência de gargalos no escoamento da produção, constituindo-se em um dos principais entraves, principalmente no que concerne aos agricultores.

Apesar dos avanços já alcançados em termos de política pública para a agricultura familiar, raramente estes canais de comercialização recebem apoio de políticas públicas específicas ou são objetos de programas de desenvolvimento rural.

Tal fato, segundo Ribeiro *et al.* (2005), expõe a invisibilidade econômica das atividades locais e a certa marginalização da agricultura familiar nos programas de desenvolvimento dos municípios. As feiras livres como parte de circuitos curtos de comercialização propiciam o escoamento da produção agrícola local e podem colaborar com o desenvolvimento local.

Sob certo ponto de vista, as feiras livres pertencem ao “circuito inferior” da economia, discutido por Milton Santos (1979), pois se caracterizam em um circuito local, de baixo nível tecnológico, com mão-de-obra pouco qualificada, baixa capacidade de armazenamento, garantias trabalhistas precárias, cujas atividades têm como propósito a subsistência.

Devido à alta perecibilidade dos produtos, sobretudo, das hortaliças, as feiras tornam-se espaços dinâmicos de comercialização, geração de renda e abastecimento local para a população. Soma-se a isso, o fato de que isolados, os pequenos produtores não são capazes de atingir uma escala de produção capaz de realizar transações comerciais. As ações em conjunto, poderiam, em termos práticos, reduzir os custos de comercialização, atingir certa regularidade de oferta e viabilizar a capacidade de negociação de preços, resultando em vantagens competitivas aos agricultores familiares.

Destaca-se, neste contexto, a importância da municipalidade como promotora e facilitadora do desenvolvimento local, sendo um importante aliado na elaboração de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva da pequena da agricultura familiar, minimizando, desta forma, a atuação de intermediários na cadeia produtiva e gerando aumento de renda as famílias dos agricultores familiares.

No caso do município de Saltinho, os produtores foram severamente afetados com a interrupção do PAA e a sua não renovação. O fato ocorrido implicou em inúmeras perdas, não somente aos produtores que ficaram desassistidos, como também para as entidades receptoras. No município de Saltinho no ano de 2012/2013, três instituições (Escola Municipal; cestas de alimentos/acampamento e proteção social básica/acampamento) estavam

sendo beneficiadas com os produtos oriundos da agricultura familiar e entregues por meio do PAA. Em Cunha Porã, oito instituições (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Associação de Bombeiros Comunitários, Associação de Mulheres, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Escola Municipal, Fundação Hospitalar, Grupo da Terceira Idade e Sociedade Beneficente Hospitalar) estavam cadastradas e recebiam os produtos do programa no mesmo período.

O rol de produtos fornecidos pelo PAA constitui-se em um importante elemento do cardápio oferecido pelas entidades, sobretudo na qualidade e na diversidade dos alimentos, substituindo, principalmente, os produtos oriundos de supermercados e atacadistas. Não obstante, os recursos economizados com as doações podem ser investidos em um melhor atendimento ao público alvo das entidades e/ou na ampliação da oferta de serviços.

Dentre os produtos entregues ao PAA, o maior número de itens é fornecido pelos agricultores, um total de 34 produtos (Quadro 7 e Figura 32). Os agricultores que possuem pequenas agroindústrias familiares são responsáveis pelo fornecimento de 20 itens (Quadro 8 e Figura 33), totalizando 54 itens entregues pelos municípios.

No caso dos agricultores que possuem pequenas agroindústrias para o beneficiamento de seus produtos, as feiras livres são canais potenciais de venda, todavia, não assumem importância tão expressiva quanto para os agricultores, pois possuem outros canais de comercialização como mercados, padarias, restaurantes e venda na cidade e na propriedade.

Muitos dos produtores, sobretudo das pequenas agroindústrias familiares, já possuem uma demanda de comercialização garantida e assegurada, outros ainda buscam se inserir de forma mais acentuada no mercado. Neste sentido, o acesso aos mercados particulares de consumo tem sido facilitado por meio da adesão ao programa, o qual permite uma maior divulgação da produção familiar, ampliando possíveis canais de comercialização.

Quadro 7 - Lista de produtos fornecidos pelos agricultores dos municípios:

Abacate	Brócolis	Milho verde
Abóbora cabotiá	Cenoura	Moranga
Abobrinha	Cheiro verde	Rapadura
Acelga	Chuchu	Repolho
Açúcar mascavo	Couve folha	Suco de uva
Alface	Couve-flor	Tangerina
Almeirão	Feijão	Uva
Amora	Feijão de vagem	Vassoura de palha
Banana	Laranja	Vinagre
Batata-doce	Linhaça	Vinho
Bergamota	Mandioca	
Beterraba	Mel	

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Quadro 8 - Lista de produtos fornecidos pelos agricultores que possuem pequenas agroindústrias familiares de processamento de produtos nos municípios:

Banha	Farinha de milho (fubá)	Pão de milho
Bolachas (vários tipos)	Iogurte	Pão de trigo
Carne de frango	Leite	Pão de cachorro quente
Carne de gado	Linguicinha	Queijo
Carne suína	Massa caseira (vários tipos)	Salame
Cuca (vários sabores)	Melado	Trufas (vários sabores)
Cupcakes	Ovos	

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Figura 32 – Produtos entregues ao PAA pelos agricultores entrevistados.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

Figura 33 – Produtos entregues ao PAA pelos agricultores entrevistados que possuem pequenas agroindústrias familiares.

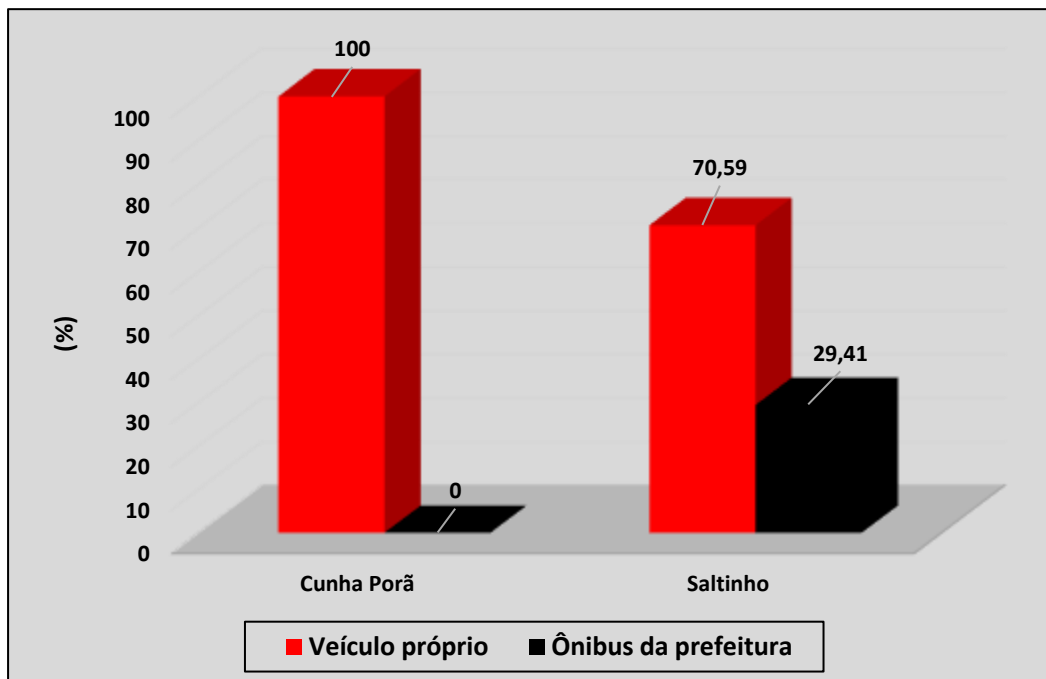


Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2015).

Quanto à entrega dos produtos, em Cunha Porã, todos os agricultores utilizam veículo próprio para realizar as entregas. Para Saltinho, a entrega com

veículo próprio corresponde a 70,59% e, em 29,41% dos casos, a entrega é feita por meio do ônibus da prefeitura⁶³ (Gráfico 30 e Figura 34).

Gráfico 30 – Forma de transporte utilizado na entrega da produção ao PAA.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Conforme relataram os produtores de Saltinho, um cronograma semanal de entrega era organizado entre os fornecedores, sendo determinados produtores responsáveis pela entrega dos itens por semana. Nos dias marcados no cronograma, o funcionário cedido pela prefeitura realizava a coleta dos produtos com o ônibus da prefeitura e efetuava a distribuição às entidades assistenciais. No relato da entrevista, a Produtora 4 de Saltinho afirma:

No dia que tinha entrega, as verduras a gente colhia cedinho pra não murchar durante a noite. O resto, banana, mandioca, batata, feijão, as coisas que não estragam fácil, já deixávamos tudo arrumado de noite, porque ele passava cedo. Tudo a gente já deixava separado na quantidade certinha para cada lugar. O motorista quando chegava, deixava novas caixas de plástico pra gente na próxima entrega. E assim ele passava na casa de vários agricultores.

⁶³ O ônibus foi cedido pela prefeitura para auxiliar os agricultores com as entregas dos produtos, haja vista que uma parcela dos produtores não possui carro próprio. Todos os bancos do ônibus foram retirados para facilitar a estocagem das caixas com produtos e o transporte. O controle da quantidade/Kg era feito pelo próprio funcionário mediante o visto dos produtores. A lista com as quantidades fornecidas por cada produtor era então repassada a cooperativa que efetuava ao final do mês o pagamento.

Funcionava muito bem assim com o ônibus da prefeitura [...] (Depoimento da Produtora 4, Saltinho, 09/06/2015).

Figura 34 – Entrega de produtos ao PAA com veículo próprio em Cunha Porã.



Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2016).

No caso de Cunha Porã, devido a não existência de uma sede física da associação, os próprios produtores realizam a entrega dos produtos nas entidades receptoras. Para Saltinho, mesmo havendo a estrutura da cooperativa, os produtos eram direcionados diretamente para as entidades receptoras.

Figura 35 – Produtos (alface A) (*cupcakes* B) para a entrega ao PAA.

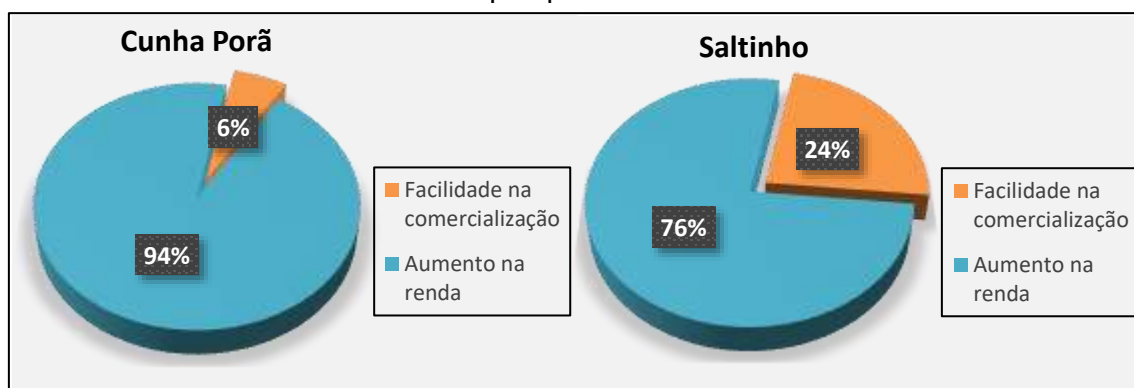


Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2016).

Quando questionados em relação à principal vantagem do programa, 94,00% dos fornecedores de Cunha Porã afirmam ser o aumento na renda e 6,00% apontam a facilidade na comercialização como a principal vantagem. Para

os produtores de Saltinho, o aumento na renda corresponde a 76,00% e a facilidade na comercialização 24,00% (Gráfico 31).

Gráfico 31 – PAA: principal vantagem em participar, segundo os produtores pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Novamente, em relação à principal vantagem do programa⁶⁴, a avaliação por parte dos produtores está muito mais vinculada às cooperativas e associações que faziam esta intermediação, do que de fato ao PAA.

Embora afirmem que a renda obtida pelo PAA ainda é baixa se comparado com os custos de manutenção de uma propriedade rural, os fornecedores reforçam que, por menor que seja a venda ao PAA, sempre auxilia no complemento da renda. Este percentual de aumento na renda assume valores mais expressivos no que tange aos agricultores, haja vista que o leque de comercialização dos agricultores que possuem pequenas agroindústrias familiares é mais variado e com demandas maiores.

Vale mencionar que desde a implementação do programa o valor máximo por DAP agricultor/ano na modalidade CPR-Doação foi gradualmente ajustado, sendo que atualmente (2016), o valor pago é de R\$ 8.000,00. Este valor, distribuído ao longo do ano, ajuda no complemento da renda, porém, como afirmam os produtores, sozinho ele não é capaz de responder de forma eficiente

⁶⁴ Isto, em parte, pode estar associado à forma como foram feitas às perguntas aos produtores, por meio do questionário, o qual pode ter induzido os entrevistados na escolha de uma resposta, sem terem clareza sobre o que é o programa. Percebemos, na última visita que fizemos ao município de Cunha Porã, um maior esclarecimento dos produtores em relação ao programa e suas ações, embora, não possamos afirmar isto para o conjunto da totalidade dos fornecedores.

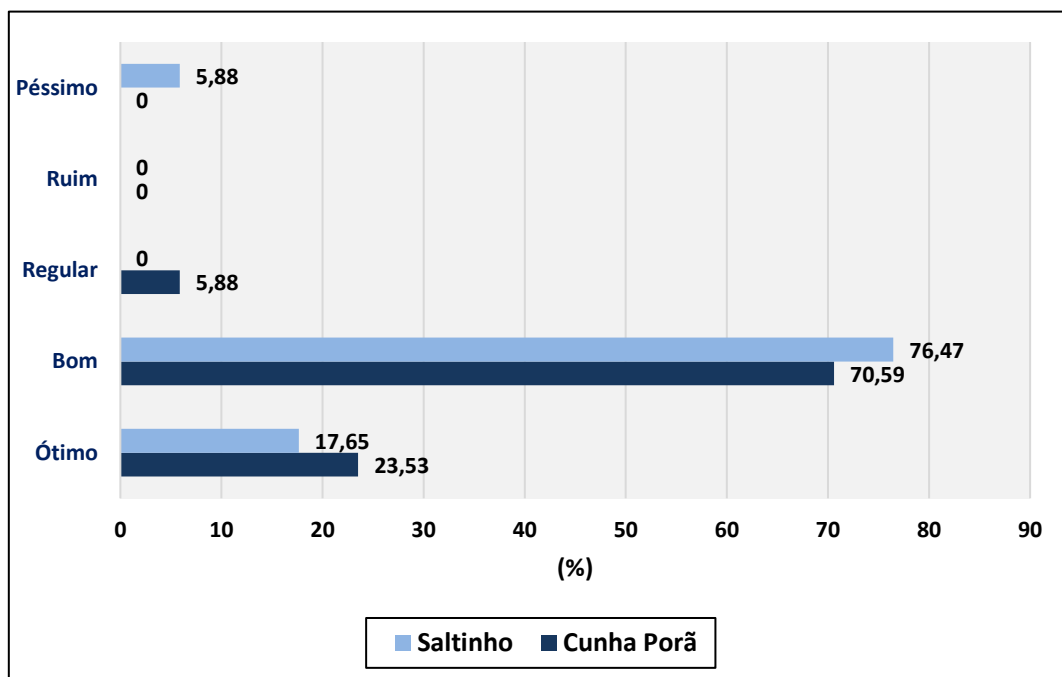
pelas demandas de um núcleo familiar. Todavia, embora seja reduzido o valor recebido por mês, é uma fonte segura de renda e, principalmente, complementar.

Em relação aos preços pagos pelo programa, mais de 94,00% dos fornecedores dos dois municípios consideram os preços bons ou ótimos. Conforme destacam os produtores, em termos gerais os preços pagos pela PAA são superiores aos praticados pelo mercado, melhorando as condições de comercialização para os fornecedores beneficiários do programa. Apenas 5,88% dos fornecedores de Cunha Porã consideraram os preços regulares e 5,88% avaliaram como péssimo em Saltinho (Gráfico 32).

Schmitt (2005, p. 83) destaca, que o programa ao instituir instrumentos de aquisição baseados em preços de referência para a agricultura familiar,

[...] cria as condições necessárias para que o Estado possa atuar no mercado de produtos agrícolas, exercendo não apenas um efeito regulador sobre os preços regionais, mas dando um tratamento diferenciado para os agricultores familiares, buscando reforçar sua autonomia em relação aos chamados “atravessadores” e fortalecendo sua posição frente aos diferentes agentes de mercado.

Gráfico 32 – PAA: avaliação dos preços pagos pelos produtores pesquisados.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Quanto à comercialização da produção, 58,82% dos fornecedores de Saltinho afirmam que a comercialização da produção é dependente do PAA *versus* 35,29% em Cunha Porã, conforme apontam os dados da Tabela 21.

Tabela 21 – PAA: Há dependência do produtor em relação à comercialização realizada por meio do PAA?

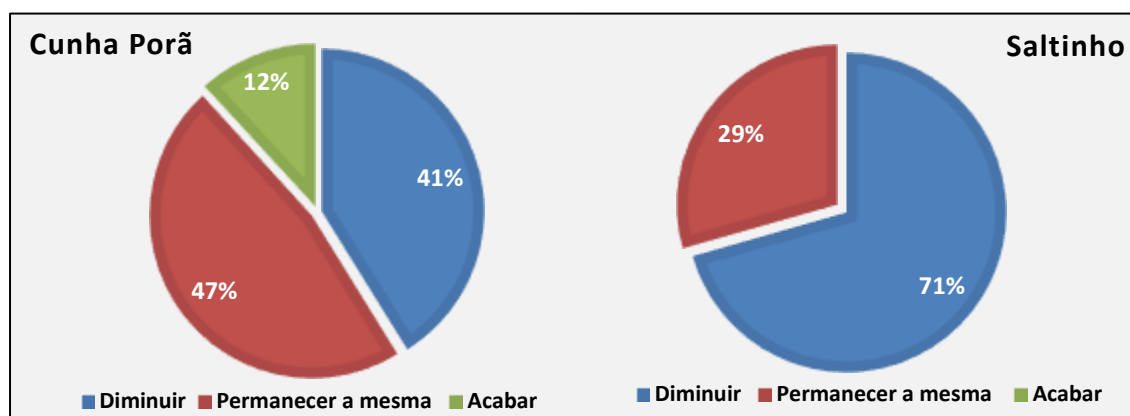
Município	Sim (%)	Não (%)
Cunha Porã	35,29	64,71
Saltinho	58,82	41,18

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Os números assumem maior importância para Saltinho, pois refletem a carência de canais de comercialização no município, a exemplo das feiras livres. Os 64,71% dos fornecedores de Cunha Porã e os 41,18% de Saltinho que afirmam não depender do PAA para comercializar sua produção, são os agricultores que estão organizados em pequenas agroindústrias familiares e não dependem diretamente da venda ao programa, pois possuem outras formas de comercialização.

Todavia, mesmo não sendo a comercialização dependente do PAA, os fornecedores afirmam que o impacto do eventual término do programa sobre a produção certamente sofreria diminuição, pois, por menor que seja a parcela destinada ao programa, a demanda dos outros canais de comercialização não absorveria a produção, conforme podemos visualizar no Gráfico 33.

Gráfico 33 – Caso seja extinto o PAA, o que os produtores pretendem fazer em relação à produção realizada na unidade produtiva?



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

No caso de Saltinho, 71,00% dos fornecedores afirmam que a escala de produção diminuiria e 29,00% que a produção permaneceria a mesma. Para Cunha Porã, 47,00% dos entrevistados afirmaram que diminuiriam a produção, 41,00% que permaneceria a mesma e, 12,00% que a produção iria acabar caso fosse extinto o programa. Estes 12,00% de fornecedores que afirmaram que a produção acabaria produzem exclusivamente para o PAA e não comercializam a produção em outros canais de venda.

Quanto à renda, 94,12% dos fornecedores dos dois municípios afirmam que o programa tem contribuído para a melhoria da renda e a unanimidade destes afirmam que pretendem continuar participando do PAA (Tabela 22). Essa satisfação os fornecedores atribuem à tranquilidade que tem em saber que a produção terá sua compra garantida e, conseqüentemente, uma renda periódica. Apenas 5,88% dos fornecedores afirmaram que o programa não tem contribuído para à melhoria da renda em cada um dos municípios.

Tabela 22– PAA: melhorias na renda?

Município	Sim (%)	Não (%)
Cunha Porã	94,12	5,88
Saltinho	94,12	5,88
PAA: pretende continuar participando do programa?		
Cunha Porã	100	0
Saltinho	100	0

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Do quadro de fornecedores entrevistados, 64,71% destes pretendem aumentar a área/produção e 35,29% afirmam que não ampliarão a produção nos dois municípios (Tabela 23). Este percentual de produtores que não tem a intenção de aumentar a produção é de integrados.

Tabela 23 – PAA: pretende aumentar a área/produção em função do programa.

Município	Sim (%)	Não (%)
Cunha Porã	64,71	35,29
Saltinho	64,71	35,29

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Afirmam estes que a renda com a venda ao PAA é pequena se comparada ao retorno da atividade de integração e que demanda bastante trabalho, sendo a mão-de-obra praticamente toda absorvida pela atividade predominante na propriedade. Em depoimento, a Produtora 1 de Cunha Porã relata:

Não tem como a gente aumentar a produção, porque o aviário ocupa quase todo nosso tempo. Aí o pouco tempo que sobra eu ainda planto umas verduras e umas coisas na horta, mas isso também tem que cuidar, se não vira mato e os bichinho come. Por isso vamos plantar esse pouquinho que dá pra gente fazer junto com o aviário. Não é muito o que a gente entrega, então, também não tem como vim muito, mas sempre dá pra comprar umas coisas pequenas dentro de casa e ajudar nas despesas (Depoimento da Produtora 1, Cunha Porã, 28/07/2015).

Conforme relatam os produtores, a falta de mão-de-obra e, em alguns casos, a escassez de matéria-prima limitam a produção, sobretudo, no que diz respeito às pequenas agroindústrias familiares. Dentre os produtores, muitos pretendem aumentar não só a área, como também o leque de produtos fornecidos ao programa, como podemos visualizar na Tabela 24.

Tabela 24 – Houve a diversificação da produção em função do programa?

Município	Sim (%)	Não (%)
Cunha Porã	41,18	58,82
Saltinho	76,47	23,53

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Isto se faz possível pelo fato de a produção destinada ao PAA ocupar pequenas extensões da propriedade, no caso dos agricultores, ou somente a estrutura, no caso das pequenas agroindústrias. Afirmam os produtores pesquisados que o programa possui uma demanda considerável, motivo pelo qual muitos ampliaram o leque de produtos entregues. A diversificação na produção deu-se de forma muito mais ampla para os agricultores, pois como afirmam estes, antes do programa muita coisa se perdia na horta e no pomar. Com a garantia da compra, muitos produtores (76,47% e 41,18%) sentiram

confiança em diversificar os itens e aumentar a quantidade produzida em Saltinho e Cunha Porã, respectivamente.

Não obstante, a diversificação da produção contribui também para melhorar a segurança alimentar das famílias, pois, à medida que diversificam a produção, aumentam também a variedade de alimentos para o consumo familiar, pois, como afirmam Grisa; Gazolla e Schneider (2010, p.1) “a segurança alimentar é derivada justamente desta multiplicidade de alimentos que podem ser obtidos nas unidades familiares e que é fornecida ao consumo dos seus membros de modo constante”.

No município de Saltinho, a suspensão do programa prejudicou, em especial, os agricultores que ficaram desassistidos e sem opções de comercialização, conforme relata o Produtor 3 em trecho da entrevista:

Aí a gente plantou um monte, começamos até a plantar cenoura e beterraba que antes a gente não plantava, porque eles iam comprar. Antes a gente plantava mais alface, repolho e temperinho e vendia umas frutas do quintal. Depois que a gente aprendeu a plantar e começou a vender bem, perdemos quase tudo quando o programa parou. Muita coisa estragou na horta, demos pros vizinhos. Vender na cidade é difícil, muito longe. E levantar as 4 da manhã pra levar pra Campo Erê na feira livre não compensa. Foi uma pena a cooperativa para de comprar. Hoje só plantamos mais pra nosso consumo, a única coisa que ainda vendemos é o feijão (Depoimento do Produtor 3, Saltinho, 09/06/2015).

Neste sentido, cabe mencionar a importância de uma relação de complementariedade entre as entidades proponentes do programa e as entidades receptoras. Este diálogo é fundamental para aproximar as demandas locais com a sazonalidade da produção. Como na maioria das vezes o programa nasce da oferta disponível da agricultura familiar local, ou seja, da disponibilidade de alimentos produzidos, muitas das entidades receptoras não estão formatadas para tal necessidade e/ou não há produção significativa e contínua restringindo-se apenas a pequenos períodos, dificultando uma oferta regular e capaz de suprir uma demanda de fornecimento por períodos longos.

Via de regra tal lacuna poderia facilmente ser superada e incorporada na rotina de ações tanto do PAA quanto das entidades, dada a flexibilidade que o programa possui em suas estratégias de abastecimento dos equipamentos

públicos de alimentação e nutrição. Faz-se necessário um bom planejamento por parte das instituições que recebem os alimentos e a organização de um cronograma que leve em consideração a sazonalidades de inúmeros itens produzidos na região. Uma relação de complementaridade entre todas as partes envolvidas.

Vale destacar que a obrigatoriedade municipal de compra no caso do PNAE é de 30% do total do valor recebido pelo FNDE, no entanto, havendo produção suficiente, a compra pode ultrapassar o teto estabelecido, chegando a 100%. É imprescindível uma capacitação cada vez maior por parte dos agricultores para que possam, de forma satisfatória, responder as demandas do município. Da mesma forma, vale incluir o papel do governo municipal no que tange a esse ponto, sendo o principal responsável por essa ampliação no longo prazo e um importante aliado das políticas públicas de educação alimentar.

Figura 36 – Cardápio formulado com alguns dos produtos fornecidos pelos agricultores do PAA.

CARDÁPIO ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Julho 2016				
SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
				Dia 01 Cachorro Quente c/ carne moída
Dia 04 Sopa de Legumes com Arroz	Dia 05 Creme com cobertura de calda de chocolate	Dia 06 Maçã com Banana picadas (pulverizar canela)	Dia 07 Repolho Batemba Cozida Risoto de Gado	Dia 08 Pão com Melado
Dia 11 Sopa de Legumes com Cabelo de Anjo	Dia 12 MINI PIZZA	Dia 13 Sobremesa de banana	Dia 14 Alface Tomate Polenta com Frango	Dia 15 Linho
Dia 18 Sopa de Legumes com Arroz	Dia 19 Pão com Lingüicinha e alface	Dia 20 Crema de leite com Baunilha e cobertura de coco	Dia 21 Repolho Cenoura Ralada Mandioca Carne Suína em cubos	22 Cupcake

O Cardápio só poderá ser alterado mediante a autorização da Equipe de Nutrição.

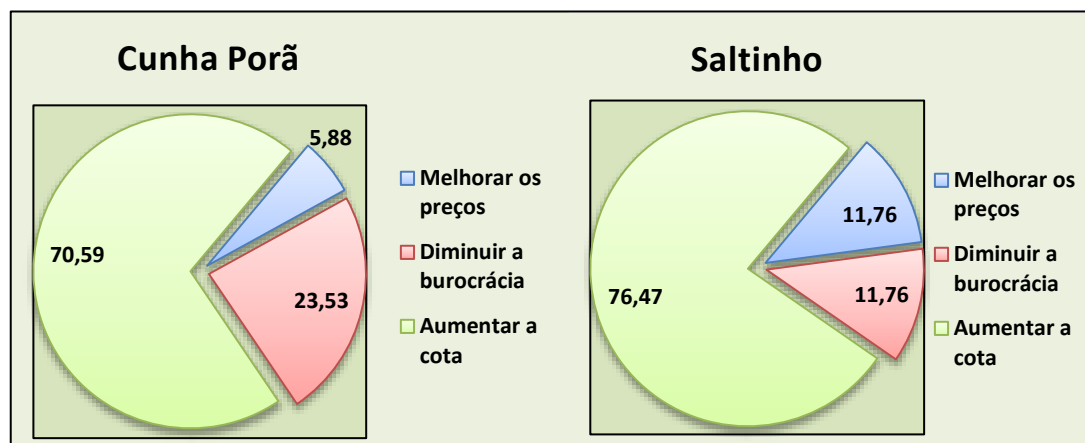
"Você não pode melhorar sua saúde até melhorar sua alimentação."

Fonte: Trabalhos de campo. HENTZ, C. (2016).

Quanto ao programa e o que poderia ser feito para melhorá-lo, as respostas novamente se assemelham nos dois municípios. Mais de 70% dos fornecedores apontam o aumento do valor da cota por produtor como a principal

melhoria nos dois municípios. A diminuição da burocracia corresponde a 23,52% em Cunha Porã e 11,76% em Saltinho, e 17,64% dos fornecedores apontaram a melhoria dos preços (Gráfico 34).

Gráfico 34 - PAA: o que pode ser feito para melhorá-lo?



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Quanto ao aumento do valor da cota, o programa desde sua institucionalização no ano de 2003, teve um significativo reajuste dos valores em suas modalidades, porém, o retorno em renda com o PAA às vezes é pequeno, devido ao grande número de fornecedores, o que acaba diluindo o valor da cota. No município de Cunha Porã, conforme destacou o presidente da associação, a adesão de novos agricultores ao programa está condicionada ao aumento da demanda de alimentos por parte das entidades recebedoras.

As questões burocráticas, de fato, são outro limitante de acesso ao programa, não somente por parte dos produtores, como também das associações e cooperativas. No caso dos agricultores, estes devem possuir a (DAP⁶⁵ de Unidade de Produção Familiar). Já as entidades proponentes

⁶⁵ A DAP da **Unidade Familiar de Produção** é emitida exclusivamente por procedimento eletrônico e por intermédio do aplicativo desenvolvido pela SAF, sendo obrigatória a apresentação da seguinte documentação: a) o Cartão do Cadastro de Pessoa Física da Receita Federal do Brasil (CPF), de cada um dos titulares; b) a cédula de identidade de cada um dos titulares; e c) a documentação comprobatória, exigível em caso de suspeita, dúvida ou inconsistência constatada pelo agente emissor ou demais unidades a que está submetido: 1) do exercício da atividade rural em regime de agricultura familiar; 2) da origem e formação da renda bruta; e 3) do tamanho da área do estabelecimento (BRASIL, LEGISLAÇÃO BÁSICA – PAA, 2015, p. 218). Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_corret_a.pdf. Acesso em: 06/06/2015.

precisam da DAP⁶⁶ de Pessoa Jurídica. Após a apresentação da documentação de identificação, tanto por parte dos produtores, como das entidades proponentes, os projetos seguem para a fase de habilitação⁶⁷ e, posteriormente, para a fase de contratação⁶⁸. Conforme aponta a Gerente de Operações da Conab, as questões burocráticas podem ser facilitadas, porém, não eliminadas, principalmente devido às questões jurídicas envolvidas na condução do programa.

Ainda em relação às melhorias no programa, inúmeras sugestões foram feitas pelos fornecedores pesquisados, que podem servir para as organizações coletivas, para as prefeituras e para o governo federal: no que diz respeito às organizações coletivas e prefeituras se sugerem o: maior engajamento por parte do poder público local na condução e execução do programa; maior apoio para às entidades proponentes do programa; disponibilidade de cursos de capacitação; maior valorização da produção local; maior demanda de compra; organização de um cronograma mensal de entregas; separação dos produtos por agricultor e disponibilidade de um funcionário para recolher a produção. No

⁶⁶ A DAP da **Unidade Familiar de Produção** é emitida exclusivamente por procedimento eletrônico e por intermédio do aplicativo desenvolvido pela SAF, sendo obrigatória a apresentação da seguinte documentação: a) o Cartão do Cadastro de Pessoa Física da Receita Federal do Brasil (CPF), de cada um dos titulares; b) a cédula de identidade de cada um dos titulares; e c) a documentação comprobatória, exigível em caso de suspeita, dúvida ou inconsistência constatada pelo agente emissor ou demais unidades a que está submetido: 1) do exercício da atividade rural em regime de agricultura familiar; 2) da origem e formação da renda bruta; e 3) do tamanho da área do estabelecimento (BRASIL, LEGISLAÇÃO BÁSICA – PAA, 2015, p. 218). Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_corret_a.pdf. Acesso em: 06/06/2015.

⁶⁷ **Fase de habilitação:** Comprovante de Transmissão do PAANet; Proposta de Participação, impressa, datada e assinada pelo representante da Organização Fornecedora; DAP Jurídica DAP Física e Extrato das DAPs emitido até 30 (trinta) dias antes da assinatura da Proposta de Participação; Estatuto e Ata de Eleição e da Posse da atual diretoria da Organização Fornecedora (cópia autenticada); Cópia da Ata ou Memória de Reunião contendo ciência da proposta apresentada pela instância de Controle Social; Formulário Bipartite entre a Organização Fornecedora e o representante do Poder Público Municipal ou do Distrito Federal; Termo de Compromisso da Unidade Recebedora; Declaração de Aplicação de Recursos; Comprovante de Inscrição e da Situação Cadastral de CNPJ; Cópia autenticada RG dos dirigentes da Organização Fornecedora; Cópia autenticada do CPF dos dirigentes da Organização Fornecedora; Comprovante de entrega dos documentos via protocolo (BRASIL, 2014, p. 1). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>. Acesso em: 06/06/2015.

⁶⁸ **Fase de contratação:** Proposta de Participação impressa, devidamente datada e assinada pelos representantes da organização fornecedora e da(s) unidade(s) recebedora(s), após aprovação da Suregi; Certidão Negativa do INSS; Certidão Negativa do FGTS; Certidão Negativa da Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Dívida Trabalhista; Certidão Negativa da Receita Federal; Comprovante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (BRASIL, 2014, p. 1). Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>. Acesso em: 06/06/2015.

que concerne ao governo federal, a sugestão feita pelos produtores refere-se à disponibilidade de um recurso inicial para começar a produção e mais incentivos e assistência técnica à produção.

Todas estas sugestões, muitas ao alcance das entidades proponentes e da municipalidade, podem paulatinamente ser inseridas na rotina de execução do programa, melhorando a relação produtor/programa. Torna-se, imprescindível, que os gestores (municipal, estadual e federal) reconheçam definitivamente a importância do programa no fortalecimento da agricultura familiar, tornando a aquisição de alimentos como parte de uma estratégia que contribui, ao mesmo tempo, com a agricultura familiar e com a segurança alimentar.

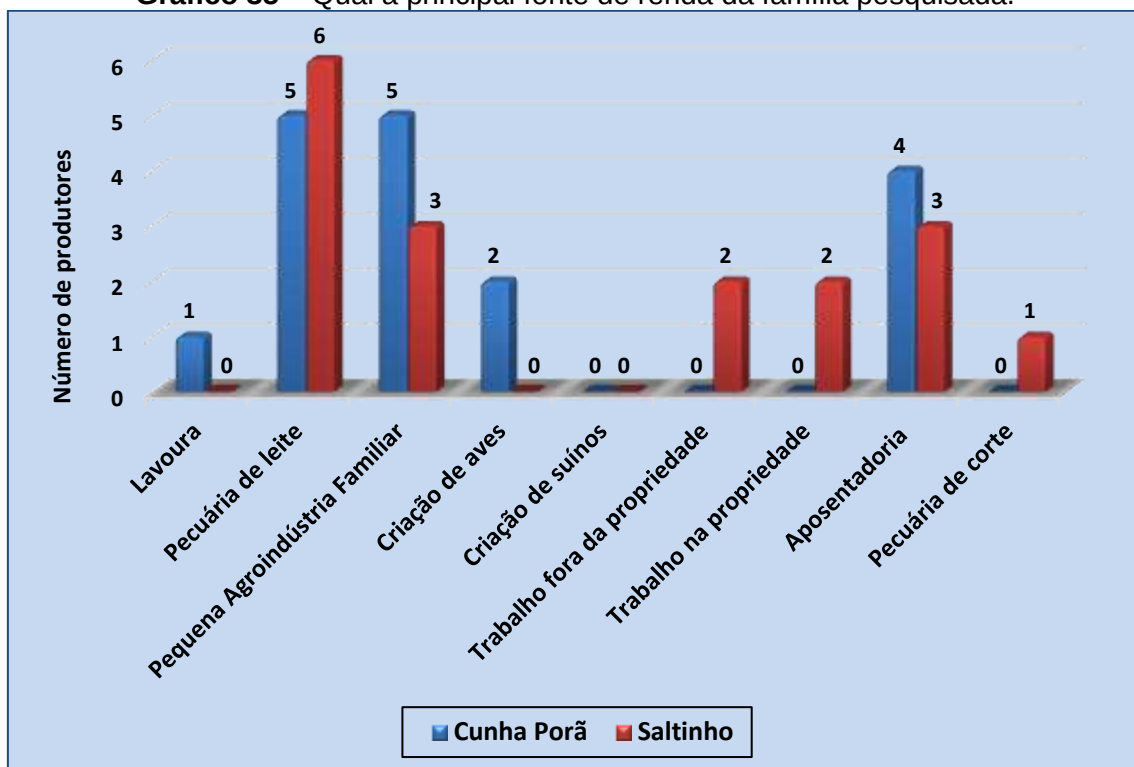
3.3 Renda familiar, assistência técnica e perspectivas na atividade agropecuária.

Neste terceiro e último item, abordaremos alguns aspectos das condições socioeconômicas dos fornecedores, incentivos, forma de produção e as perspectivas por parte dos produtores de permanecer na atividade agropecuária.

Quando indagados em relação a principal fonte de renda na propriedade, três atividades principais foram elencadas pelos produtores: a pecuária leiteira, as pequenas agroindústrias familiares e a aposentadoria. O complemento com outras fontes de renda torna-se imprescindível, conforme apontam os agricultores, pois somente a venda ao PAA não seria capaz de suprir as demandas do núcleo familiar, haja vista que a renda obtida com a venda dos produtos é insuficiente, como podemos visualizar no Gráfico 35.

No município de Saltinho, para seis (6) ou 35,29% dos produtores a principal fonte de renda é a pecuária leiteira. Para Cunha Porã, este valor corresponde a 29,41% dos produtores ou cinco (5). A pequena agroindústria familiar representa 29,41% em Cunha Porã e 17,65% em Saltinho, ou seja, para cinco (5) e três (3) produtores, respectivamente. A aposentadoria foi citada por quatro (4) fornecedores em Cunha Porã e três (3) em Saltinho (i.e., 23,53% e 17,65%, respectivamente). Outras fontes de renda como a criação de aves, trabalho na e fora da propriedade, pecuária de corte e lavoura também foram citadas por um número menor de produtores.

Gráfico 35 – Qual a principal fonte de renda da família pesquisada.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

A manutenção de um diversificado número de atividades faz-se extremamente necessário e primordial diante das limitações de terra e capital de alguns produtores - 47,06% e 29,41% dos agricultores pesquisados em Cunha Porã e Saltinho, respectivamente, possuem até 10 hectares de terra - cuja produção não é suficiente para remunerar adequadamente o pequeno produtor rural e propiciar o crescimento do seu capital.

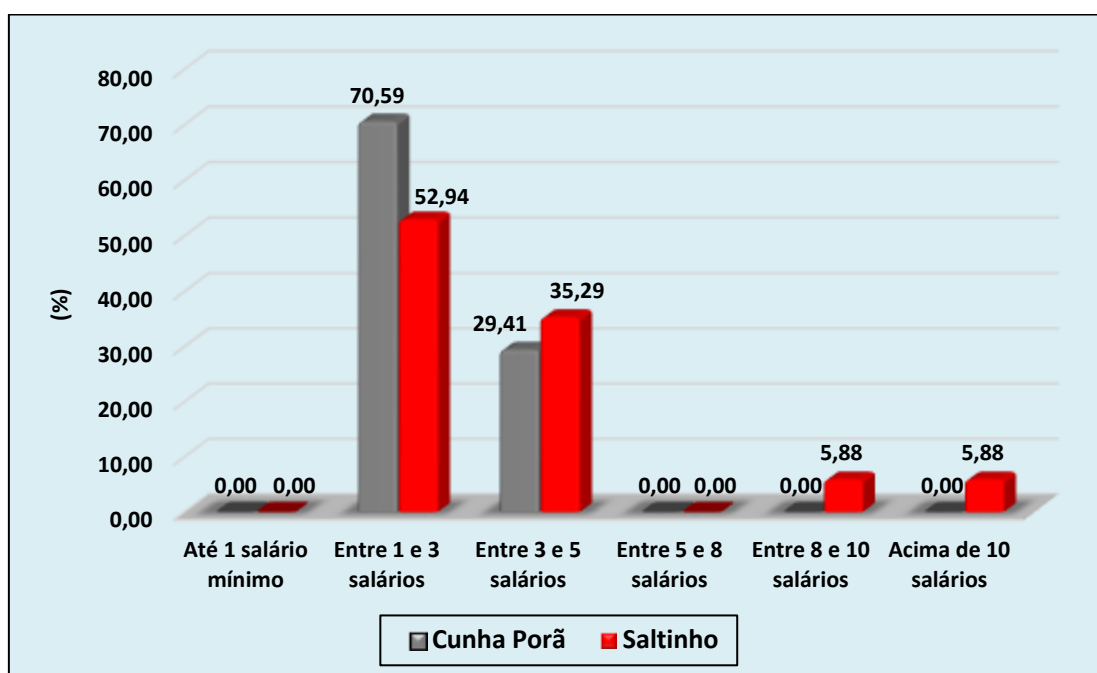
Esta capacidade de conjugar atividades produtivas às relações familiares resulta, segundo Carneiro (1997), da plasticidade dessa forma de organização, que é capaz de se adaptar as diferentes situações regionais. A incorporação de potencialidades locais à dinâmica de produção, como a diversificação produtiva ou mesmo o trabalho fora da propriedade, garantem a reprodução da unidade familiar.

Quanto à renda aproximada das famílias, o rendimento mensal das famílias de Saltinho é superior à de Cunha Porã. Para as famílias que recebem entre 1 e 3 salários mínimos⁶⁹, os valores correspondem a 12 ou 70,59% para Cunha Porã e nove (9) ou 52,94% em Saltinho (Gráfico 36). Em Saltinho, seis

⁶⁹ O valor do salário mínimo no período de realização da pesquisa de campo era de R\$ 788,00.

(6), representando 35,29% dos produtores rurais, possuem rendimento mensal entre três (3) e cinco (5) salários mínimos e cinco (5) ou 29,41% em Cunha Porã. Somente duas famílias em Saltinho recebem entre oito (8) e dez (10) e acima de 10 salários mínimos por mês.

Gráfico 36 – Renda aproximada das famílias pesquisadas.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Em relação aos incentivos do poder público local para a produção agropecuária, os dados apresentam similaridade entre os municípios. Dos 17 produtores de Saltinho, 12 ou 70,59% afirmam não receber nenhum incentivo por parte do poder público local em comparação com cinco (5) 29,41% que afirmam receber incentivos. Em Cunha Porã, do total de 17 produtores, onze (11) ou 64,71% relataram não receber incentivos *versus* seis (6) 35,29% que afirmam receber (Tabela 25).

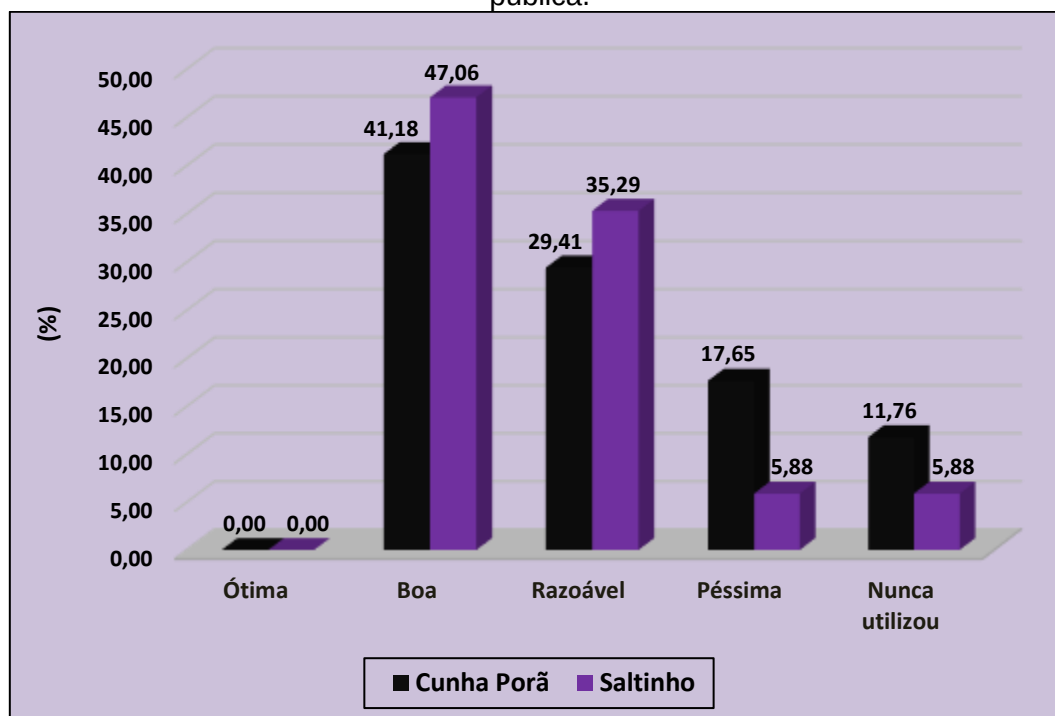
Tabela 25 – Existem incentivos recebidos do poder público local para a produção agropecuária?

Município	Sim (%)	Não (%)
Cunha Porã	35,29	64,71
Saltinho	29,41	70,59

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Quanto à assistência técnica pública fornecida pela Secretaria de Agricultura e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri⁷⁰, a avaliação é tida com boa pela grande maioria dos fornecedores, totalizando 47,06% em Saltinho e 41,18% em Cunha Porã (Gráfico 37).

Gráfico 37 – Avaliação dos produtores pesquisados em relação à assistência técnica pública.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

A avaliação foi tida como razoável por 35,29% dos produtores de Saltinho e 29,41% de Cunha Porã. Dos fornecedores de Cunha Porã, 17,65% avaliaram a assistência técnica como péssima contra 5,88% em Saltinho. Do quadro total de fornecedores dos dois municípios, 17,64% alegaram nunca ter utilizado a assistência técnica.

Além da assistência técnica pública, 47,06% e 11,76% dos produtores pesquisados de Cunha Porã e Saltinho, respectivamente, afirmam receber

⁷⁰ A Epagri é o órgão oficial de extensão rural e pesquisa agropecuária do Estado de Santa Catarina e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. Está presente em todos os municípios catarinenses e possui centros de treinamentos e unidades de pesquisa voltadas à agricultura familiar, visando uma melhor qualidade de vida dos agricultores familiares. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br/>>.

assistência técnica particular das cooperativas em que são cooperados, dentre elas as seguintes empresas: Tirol, Aurora e Cooper Auriverde. Os percentuais assumem maior importância para Cunha Porã devido ao maior número de integrados dentre os fornecedores do programa.

Em relação às reuniões e cursos⁷¹ oferecidos pelos órgãos públicos, associações e cooperativas, os agricultores dos dois municípios responderam que sim, com um nível semelhante de respostas: 94,12% para Saltinho, e 88,24%, para Cunha Porã (Tabela 26).

Tabela 26 – Participa de reuniões ou cursos?

Município	Sim (%)	Não (%)
Cunha Porã	88,24	11,76
Saltinho	94,12	5,88

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

Afirmam os produtores que participam dos cursos pelo fato de a assistência técnica não ser contínua e, muitas vezes, insuficiente. Esta deficiência no que diz respeito à assistência técnica obriga os produtores a buscarem por conhecimento para organizar e qualificar a propriedade e, sobretudo, a produção. Destacam que a capacitação é necessária, principalmente, para melhor atender aos padrões de produção e de competitividade do mercado, sobretudo no caso dos integrados e das pequenas agroindústrias.

Quanto à forma de produção, no município de Cunha Porã 41,18% ou sete (7) produtores produzem na forma orgânica e convencional e apenas 11,76% dois (2) produzem de forma orgânica. A produção orgânica no município de Saltinho é elevada se comparada a Cunha Porã, totalizando 35,29% ou seis (6) produtores. A produção convencional representa 29,41% cinco (5) produtores e a orgânica e convencional 23,53% (4) produtores (Tabela 27).

⁷¹ Os cursos são oferecidos geralmente pelas associações/cooperativas, pela prefeitura, ou pela Epagri – entidade responsável pela assistência técnica aos produtores no estado de Santa Catarina – para qualificar a produção nas pequenas unidades familiares. Estes variam desde cursos de panificação, confeitaria, processamento de produtos de origem animal, boas práticas sanitárias, gerenciamento de propriedades, práticas agrícolas, manejo agroecológico, dentre outros.

Cabe destacar que os produtos orgânicos entregues ao PAA, com selo de certificação, podem ter um acréscimo de, no mínimo, 30% e no máximo de 50%, no preço pago. Desta forma, o PAA pode ser um importante aliado e vetor de acesso aos alimentos saudáveis a partir da oferta de produtos orgânicos. Todavia, conforme destacam os fornecedores, este valor não tem sido acrescido à produção orgânica, o que acaba desestimulando os agricultores de praticar uma agricultura livre de agrotóxicos.

Tabela 27 – Qual é a forma de produção na propriedade? *

Município	Orgânica (%)	Convencional (%)	Orgânica e Convencional (%)
Cunha Porã	11,76	0	41,18
Saltinho	35,29	29,41	23,53

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

* A soma dos valores não atinge 100%, pois os produtores que possuem pequenas agroindústrias não se enquadram nesta classificação de produção.

Muitos dos fornecedores cultivam seus produtos de forma orgânica, porém, não possuem a certificação (selo de orgânico). Eles ressaltam que, nos dias atuais, conseguir o selo de orgânico é praticamente impossível, devido ao grande uso de agrotóxicos e insumos químicos na produção. Conforme nos relata o Produtor 3 de Saltinho em entrevista,

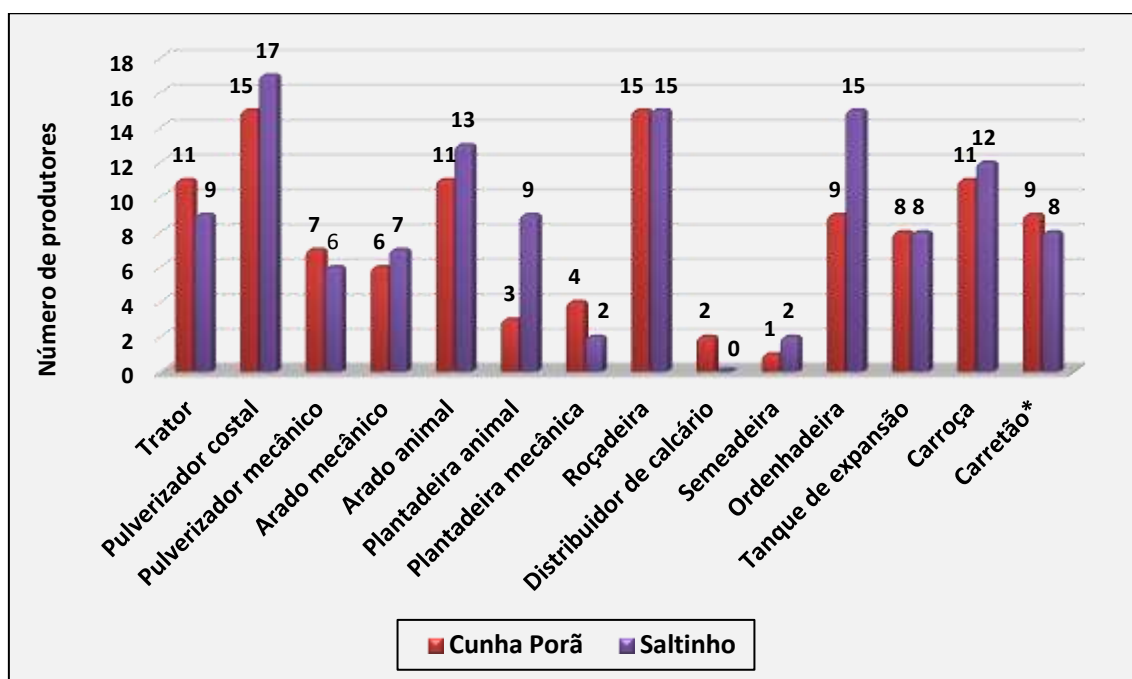
Nós aqui na propriedade, já faz muitos anos que produzimos sem veneno. A gente sabe produzir desde a própria adubação, compostagem desse tipo, os preparos pra afugentar os insetos, bichinhos. Tudo a gente faz preparado com álcool, cebola, fumo de corda e essas coisas, daí a gente tem as medidas e tudo. Aprendemos isso tudo nos cursos de orgânico [...]. O problema é que o vizinho do lado tem lavoura e usa muito agrotóxico, por isso não conseguimos o certificado de orgânico (Depoimento do Produtor 3, Saltinho, 09/06/2015).

Na atualidade (2016), as diretrizes gerais adotadas nas práticas culturais da produção orgânica são rígidas e impõem uma série de restrições ao uso de tecnologias e/ou insumos, com o intento de garantir a qualidade e a credibilidade dos produtos ao consumidor. Entretanto, as restrições desse modo de produção

acabam por limitar uma ampliação da produção orgânica, devido à dificuldade de obtenção do Selo Orgânico.

Quanto aos meios de produção empregados pelos produtores, uma variedade ampla de máquinas e equipamentos é utilizada pelos produtores nos municípios, como podemos observar no Gráfico 38. Dentre os meios de produção citados, o que mais aparece entre os produtores entrevistados em Saltinho é o pulverizador costal, a roçadeira, a ordenhadeira, o arado animal e a carroça. Em Cunha Porã, os equipamentos mais citados foram o pulverizador costal e a roçadeira, seguidos do trator, do arado animal e da carroça.

Gráfico 38 – Forças produtivas empregadas nas propriedades.



Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2015.

* Pequena carreta de duas rodas utilizada para serviços de transporte. O equipamento é acoplado ao trator sendo muito utilizado nas propriedades para transportar insumos, alimentos para os animais, materiais, etc.

No total, 123 máquinas e equipamentos são utilizados no município de Saltinho, uma média de 7,23 por agricultor; já em Cunha Porã, a média é de 6,58 por agricultor e um maquinário total de 112. No que tange ao total de máquinas e equipamentos, as diferenças mais expressivas de uso estão na plantadeira animal, por exemplo, do total de 12, a maioria, ou seja, nove (9) pertence aos agricultores de Saltinho e, do total de 24 ordenhadeiras, quinze (15) pertencem

a Saltinho. Destaque para Cunha Porã que possui dois distribuidores de calcário. Os demais equipamentos e máquinas possuem uma diferença mínima entre os municípios.

Para finalizar, quando questionados em relação às perspectivas de continuar no campo e na atividade agropecuária, todos os fornecedores afirmam com convicção que não pretendem deixar o campo. Sentem-se orgulhosos e valorizados em poder participar de programas sociais, enaltecendo sua função social como produtor de alimentos. Relatam que almejam melhorar a produção organizando cada vez mais a propriedade para poderem viver de forma digna no campo.

Feita esta análise dos resultados obtidos por meio dos trabalhos de campo junto aos produtores pesquisados do PAA em ambos os municípios, podemos apontar que é inegável a importância do programa no apoio à comercialização da produção de caráter familiar. O programa por meio de seus mecanismos de compra tem se instituído como um canal promissor de comercialização, garantindo aos agricultores familiares uma fonte segura e periódica de renda.

Embora seja o valor da cota ainda reduzido, como apontam os produtores dos municípios, os recursos pulverizados pelo programa têm propiciado novas alternativas econômicas por meio da comercialização nos mercados institucionais de compra. A participação da agricultura familiar no incremento de cardápios de programas sociais locais tem promovido não somente a melhoria na qualidade da alimentação, como também possibilitado a diminuição dos gastos públicos municipais.

Podemos constatar por meio dos dados apresentados, que o programa em ambos os municípios apresenta resultados semelhantes e um perfil bastante homogêneo em relação às variáveis analisadas, divergindo de forma pouco expressiva em alguns aspectos. Sendo assim, a partir de todos os dados dos produtores pesquisados e seu relacionamento com o mercado institucional de alimentos, apresentamos na sequência às conclusões da presente dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho pautamos a análise na interpretação dos efeitos das políticas públicas voltadas ao apoio da agricultura familiar, no qual apresentamos algumas reflexões acerca da experiência do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na Microrregião Geográfica de Chapecó, em especial, nos municípios de Cunha Porã e Saltinho.

Buscou-se, a partir dos dados e informações de fonte secundária e primária disponíveis, realizar um esforço de articulação teórica e empírica, confrontando os resultados gerados pelo programa analisado e os processos verificados no âmbito do espaço rural e que envolvem a agricultura familiar na escala da Microrregião Geográfica de Chapecó.

Para alcançar os objetivos propostos no início deste trabalho, inicialmente buscamos apreender alguns aspectos do programa, tais como: a trajetória institucional; a importância do programa no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural; os motivos da adesão, permanência e as dificuldades inerentes ao programa; buscamos delinear o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PAA; e avaliar os resultados que o programa tem proporcionado no que tange à agricultura familiar e as estratégias elencadas por esta para sua reprodução socioeconômica.

Quanto ao objetivo principal, é indiscutível a importância da política pública enquanto estratégia de reprodução socioeconômica na Microrregião Geográfica de Chapecó, embora não esteja isento de críticas e limitações.

Nossa reflexão partiu da compreensão do processo de modernização agrícola e da postura do Estado diante das políticas públicas direcionadas para o rural brasileiro. É possível perceber que embora as políticas públicas para o espaço rural tenham incorporado a perspectiva territorial, promovendo importantes ganhos para a agricultura familiar, as mesmas ainda não conseguem atender a totalidade dos problemas que atingem o rural brasileiro e, mostram-se com dificuldades em respeitar as heterogeneidades territoriais. Observa-se, também, que as políticas ainda revestem-se, no plano da execução, de aspectos cristalizados no privilegiamento de uma perspectiva setorial.

Todavia, é possível perceber, ao menos em tese, que a incorporação da abordagem territorial ampliou significativamente o reconhecimento institucional

e o repertório de ações de apoio à agricultura familiar, sobretudo com a institucionalização do Pronaf (1996) e, principalmente, a partir do Governo Lula, quando são ampliados significativamente os recursos financeiros – oferta de crédito rural para a agricultura – e a criação de programas voltados para à agricultura familiar, a exemplo do PAA e PNAE. Esses programas institucionais de aquisição de alimentos foram criados com o intuito de atender uma demanda histórica e de suma importância para a agricultura, que se configura na comercialização dos produtos agrícolas.

Assim como no caso brasileiro, o modelo de desenvolvimento produtivista também foi adotado pela Europa na elaboração da PAC. No entanto, apesar de os fundamentos teóricos serem os mesmos utilizados na concepção das políticas públicas, existe uma diferença fundamental entre o modelo europeu e o brasileiro. No caso do Brasil, as políticas foram direcionadas para a categoria dos produtores mais capitalizados, capazes de responder de maneira rápida e eficiente aos instrumentos da modernização adotados pelo governo, alimentando um mercado para a indústria de máquinas, insumos, adubos químicos, agrotóxicos, dentre outros que estavam em processo de desenvolvimento.

Os países europeus, ao contrário, assumiram o compromisso com as pequenas explorações agrícolas do tipo familiar, adotando medidas estruturais para melhorar as condições de produção das unidades por meio da expansão das áreas e da modernização do processo produtivo. Contudo, apesar de apresentarem realidades socioeconômicas diferentes, as consequências negativas geradas são semelhantes, dado o caráter produtivista das políticas. Observa-se, nas duas realidades, a intensificação do desequilíbrio regional e progressiva exclusão dos produtores menos capitalizados, gerando um cenário de dualidade.

No caso do rural escocês, os programas de desenvolvimento rural parecem reforçar setores já consolidados do ramo de alimentos e bebidas. Direcionados de forma desigual, os incentivos e pagamentos diretos feitos pelo governo acabam priorizando áreas e segmentos mais capitalizados em detrimento das áreas severamente desfavorecidas. Os subsídios diretos são fundamentais para apoiar o desenvolvimento do rural escocês, porém, há uma carência de ações e metas que incentivem a produção em pequena escala.

A partir desta reflexão, passamos a analisar os resultados do PAA em nível de Brasil e, embora ainda seja tímida a abrangência do programa se comparada com o total de estabelecimentos da agricultura familiar e a importância da política pública para o conjunto desta, efeitos positivos têm sido gerados através da inclusão socioeconômica e por intermédio do abastecimento dos mercados institucionais e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Inserido no âmbito do conjunto das políticas pertencentes ao Programa Fome Zero – que articula políticas emergenciais com políticas estruturais – o PAA tem possibilitado no decorrer de sua trajetória, a construção de uma proposta de segurança alimentar para o país, dado o papel decisivo desempenhado pela agricultura familiar.

Em relação ao estado de Santa Catarina, em termos de distribuição territorial, observa-se que a maior parte das ações do programa está concentrada na região Oeste e Meio-Oeste do estado, devido, em grande medida, à concentração de estabelecimentos da agricultura familiar e ao elevado número de associações e cooperativas de pequenos produtores. Nas demais regiões do estado, o programa comparece em menor proporção e de forma dispersa, o que também justifica-se pela menor presença da agricultura familiar e pelo cenário distinto da dinâmica produtiva regional.

Nos municípios analisados o estudo do papel do programa nos possibilitou compreender os impactos desta recente estratégia de comercialização sobre o modo de vida dos agricultores pesquisados e as estratégias elencadas por estes frente às profundas transformações produtivas na qual se insere a agricultura familiar local, considerando que o programa proporcionou:

Por meio da modalidade *Doação Simultânea*, a inserção dos agricultores familiares nos mercados institucionais de compra, promovendo a dinamização da economia local e envolvendo os agricultores em suas comunidades como agentes sociais, fortalecendo-os quanto à sua condição de agricultor familiar. Este reconhecimento faz com que o agricultor familiar sinta-se importante no cenário da produção de alimentos, porém, “ele não se coloca como protagonista, uma vez que não tem entendimento da sua participação na aplicação da política deste mercado institucional” (SILVA, 2013, p. 176).

A garantia de um melhor preço pago aos agricultores fornecedores criando novas alternativas econômicas onde antes, em alguns casos, havia exploração dos agricultores menos estruturados por parte dos intermediários. Melhor remunerados, os agricultores tendem a aprimorar a estrutura de produção, passando a produzir de forma mais eficiente e qualificada, agregando valor à produção artesanal.

Paralelamente a isso e com o intento de melhor atender aos padrões de classificação, qualidade, quantidade e periodicidade, os agricultores passam a buscar por mais conhecimento, capacitação e qualificação no que concerne às estratégias produtivas adotadas, aprimorando as tradicionais formas de produção. Esta melhoria nos padrões produtivos pode ser corroborada pela elevada participação dos agricultores entrevistados em reuniões e cursos de capacitação oferecidos pelas associações, cooperativas e entidades públicas.

O estímulo à produção diversificada na medida em que conecta a oferta local com a demanda dos mercados institucionais. Muitos produtos desconhecidos em seu valor comercial (frutas, hortaliças, legumes, produtos processados a partir de matérias-primas, produtos panificados, dentre outros), passaram a gerar renda aos agricultores, fortalecendo a autonomia das unidades familiares. A diversificação da produção, observada na maioria das famílias pesquisadas, ocorre tanto pela necessidade de alimentos por parte do mercado institucional, quanto pela percepção dos próprios agricultores em relação à possibilidade de ampliação das receitas na unidade de produção.

Conforme dados obtidos no estudo, esta diversificação melhora também a segurança alimentar dos agricultores familiares, haja vista que consomem uma maior diversidade de alimentos produzidos na propriedade. Quase a totalidade dos produtores passou a diversificar a produção com a inserção no PAA, o que também eleva a oferta de produtos para o consumo do núcleo familiar. Esta diversificação fomentada por meio dos mercados institucionais corrobora com o descrito por Maluf (2004), quando defende que a diversificação da agricultura de pequena escala oferece possibilidades de vínculos produtivos e comerciais em escala regional.

O acesso ao mercado particular, a partir da adesão ao PAA, permite a divulgação local, regional e estadual da produção de caráter familiar, ampliando os nichos de mercado, colaborando com o fortalecimento da agricultura familiar.

A agregação de valor a partir da transformação dos produtos primários observada em grande parte das propriedades visitadas cria novas oportunidades de mercado, muitas acessíveis aos pequenos agricultores, aprimorando os circuitos regionais de produção, distribuição e consumo.

Não obstante, com o aumento no volume da comercialização via PAA e, conseqüentemente, da questão econômica, outras esferas que permeiam a vida social dos agricultores são contempladas, contribuindo, de forma parcial com a sucessão familiar no campo.

Melhoria na qualidade e na diversidade dos alimentos entregues pelo PAA às entidades receptoras, reforçando a importância do programa enquanto política agrícola para o agricultor familiar e de segurança alimentar para as entidades beneficiadas. A demanda dos mercados institucionais tem estimulado o consumo de alimentos da cultura local, despertando o interesse por parte dos pequenos produtores rurais na transformação/agregação de valor à produção de base artesanal.

Ao efetuar a aquisição de alimentos da agricultura familiar e sua distribuição às entidades assistenciais, o programa tem contribuído com a diminuição dos gastos públicos com a alimentação, incentivando a preservação de hábitos e costumes da cultura regional, melhorando a qualidade da alimentação das pessoas beneficiadas.

No entanto, pode-se observar que o programa não tem fortalecido e/ou promovido o diálogo entre os atores – fornecedores do programa e entidades beneficiárias – onde produtores e consumidores constituem relações de proximidade por meio da cadeia alimentar, pois, parcela significativa dos agricultores entrevistados não possui clareza em relação ao PAA. Isso, por um lado, mantém os agricultores na invisibilidade e, por outro, reforça o papel político das associações e cooperativas, que se aproveitam da “alienação” dos produtores para enaltecer seu papel enquanto entidade coletiva.

Articulando os interesses e as demandas dos agricultores com as instituições atuantes na escala local e regional, o programa tem promovido o aumento da geração de receitas, porém, o limite de valor (cota) estabelecido para a compra dos produtos dentro da modalidade *Doação Simultânea* ainda é reduzido se distribuído ao longo do ano, sendo que o renda obtida com a venda

ao PAA não é capaz de suprir de maneira satisfatória as demandas de um núcleo familiar.

Este é o principal motivo pelo qual os agricultores têm buscado desenvolver inúmeras atividades produtivas – complemento entre o trabalho dentro e fora da propriedade - como estratégia de reprodução socioeconômica. Sendo assim, é possível inferir que o programa na localidade impõe-se como força contrária à hegemonia desempenhada pelas atividades produtivas dominantes, fortemente instauradas na região. Embora não esteja isento de críticas e desafios, o programa tem um peso significativo no fortalecimento da agricultura familiar, necessitando avanços no tocante ao reconhecimento de sua importância e, sobretudo, tornar o PAA uma política pública institucionalizada de Estado e não apenas de governo.

Por mais que, como medida única, o programa seja frágil e insuficiente para responder com as demandas do núcleo familiar, o PAA tem propiciado aos agricultores familiares novas alternativas de renda, assegurando, parcialmente a reprodução socioeconômica deste segmento social por meio do acesso aos mercados institucionais, principalmente, em virtude da concentração da produção alicerçada no modelo de integração agroindustrial (aves, suínos e leite) na região Oeste.

O papel social desempenhado pelo programa nos municípios é inquestionável, todavia, é notória a falta de envolvimento dos órgãos públicos e, no caso da EPAGRI, na execução e auxílio com o programa. Uma maior efetividade na assistência técnica poderia contribuir para melhorar aspectos relativos à produção, qualidade, periodicidade e oferta dos produtos, bem como para auxiliar os agricultores na criação de um planejamento a médio e longo prazo em relação ao programa.

Uma maior presença dos diversos atores da sociedade civil facilitaria na operacionalização do PAA, possibilitando articular de maneira muito mais eficiente a produção dos alimentos com seu respectivo consumo. Esta desarticulação entre as várias esferas de controle do programa acaba sobrecarregando, por exemplo, as entidades proponentes do programa, obrigando-as a atuarem fora de sua esfera de competência. Algumas destas expectativas, às vezes, acabam não atendidas pela falta de recursos, haja vista

que os recursos destinados ao programa somente podem ser utilizados no pagamento dos produtos adquiridos.

A descontinuidade na entrega dos produtos, ocorrida geralmente por motivos burocráticos, políticos ou mesmo por ilegalidades na condução do programa afeta, enormemente, a confiança dos agricultores em participar do PAA bem como a credibilidade deste. Recomenda-se uma maior articulação entre os gestores do programa e as entidades beneficiárias para que possam adequar os cardápios com base nas especificidades das safras. Quanto às ilegalidades, uma postura mais agressiva por parte dos órgãos fiscalizadores na operacionalização do programa é fundamental.

Verificou-se, nos municípios estudados que, embora o programa tenha evoluído positivamente nos últimos anos, ainda contempla um reduzido número de agricultores familiares, tanto na escala municipal, quanto regional e estadual. No caso do município de Cunha Porã, a ampliação do programa está condicionada a uma maior demanda por parte das entidades beneficiadas e para Saltinho, a suspensão do programa tem prejudicado severamente os agricultores familiares que ficaram desassistidos, como também as entidades receptoras.

Desta forma, é imprescindível que os gestores reconheçam definitivamente a importância do programa no fortalecimento da agricultura familiar, tornando a aquisição de alimentos como parte de uma estratégia que contribui não somente com a agricultura familiar, mas que tem papel primordial na promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional.

Para finalizar, o PAA no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural representa um marco, em que o Estado passa a intervir de forma mais pronunciada junto à agricultura familiar. Articulado com outras políticas públicas, o programa surgiu para assistir e intensificar a agricultura familiar, garantindo a estes produtores novas possibilidades de produção e comercialização, articulando a oferta de um lado e a demanda de outro, para que os pequenos produtores possam se fixar no campo e, sobretudo, reforçar este segmento que tem um papel significativo no conjunto da sociedade.

Sendo assim, esse trabalho não encerra esse tipo de pesquisa, pelo contrário, visa abrir novas possibilidades de debates para que outros estudos venham a se realizar sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; Veiga, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, DF: IPEA, 1999. 41 p. (Texto para Discussão, 641).

ALBA, Rosa Salete. Apontamentos sobre a Geografia do Oeste de Santa Catarina. *In*: ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008, p. 19-45.

AMABILE, Antônio de Noronha. "Políticas Públicas". *In*: CASTRO, Carmem L. F. de; GONTIJO, Cynthia R. B; AMABILE, Antônio Noronha (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, p. 390-391.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015. **Cunha Porã – SC**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cunha-pora_sc. Acesso em: 02/07/2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015. **Saltinho - SC**. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/saltinho_sc. Acesso em: 02/07/2016.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando A. dos; *et al.* (Org.). **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BADALOTTI, Rosana Maria. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste Catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). 2003. 387 f. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BADALOTTI, Rosana Maria; FILIPIM, Eliane Salete; BERTOCELLO, Andressa; ROSSY, Adriana May; AMARAL, Edes do; DALLAZEN, Rosilene. **Reprodução social da agricultura familiar e juventude rural no Oeste Catarinense**.

BOWIE, Allan. Scottish farming and the CAP: challenges ahead. *In*: RITCHIE, Pete. What has Europe ever done for us? Edinburgh, **Nourish Scotland Magazine**, 2015, p. 8-9.

BRASIL ESCOLA, 2016. **Introdução do gado**. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/introducao-do-gado.htm>. Acesso em: 10/03/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Imprensa: Notícias**, 2016. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=40254>. Acesso em: 21/06/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento, 2016. **Produtos e Serviços:** Compras Institucionais. Disponível em: <http://conab.gov.br/conteudos.php?a=1444&t=>. Acesso em: 15/07/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento, 2016. **Produtos e Serviços:** PAANET. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/produtosServicos-PAANET-interna.php?a=503?a=503&t=2>. Acesso em: 27/07/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Manual de Operações da Conab, 2014.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>. Acesso em: 06/06/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Produtos e Serviços:** Programa Fome Zero. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>. Acesso em: 25/06/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Produtos e Serviços:** Transparência pública do PAA, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>. Acesso em: 20/11/2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Produtos e Serviços:** Mapas PAA, 2014. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1406&t=2&Pagina_objcmsconteudo_s=2#A_objcmsconteudos. Acesso em: 19/12/2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Produtos e Serviços:** Sumário executivo do PAA, 2014. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_03_23_15_42_09_sumario_executivo_2014_revisado.pdf. Acesso em 15/01/2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Produtos e Serviços:** Ações da Conab – PAA 2003 a 2015. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>. Acesso em 15/01/2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos:** Ficha Descritiva, 2015. Disponível em: https://wfp.org.br/sites/default/files/pub/Ficha_descritiva_PAA_portugues.pdf. Acesso em: 27/05/2016.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos:** Legislação Básica, 2015. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf. Acesso em: 06/06/2015.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos:** Legislação Básica, 2010. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>. Acesso em: 26/03/2015.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Relatório de Avaliação da Execução de Programa de governo nº 52. Aquisição de Alimentos provenientes da agricultura familiar. Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei 11.326 de 2006**. Estabelece os princípios da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agricultura_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 16/07/2015.

BRASIL. **Lei 11.947 de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 30/03/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Resolução nº 59, 2013**. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/co%01pia_de_Resolucao%03o_ggpaa_59_DS_pg1_\(1\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/co%01pia_de_Resolucao%03o_ggpaa_59_DS_pg1_(1).pdf). Acesso em: 15/06/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Resolução nº 49, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/resolucoes-do-grupo-gestor/arquivos/Resolucao,P20no,P2049-P20de,P2025,P20de,P20setembro,P20de,P202012.pdf.pagespeed.ce.MvTG6ZB6nh.pdf>>. Acesso em: 24/03/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança Alimentar**: Compra Institucional, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-institucional>>. Acesso em: 22/04/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança Alimentar**: Modalidades, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1>. Acesso em: 24/03/2015.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Ed. Vozes. 1987.

BUENO, Ricardo. **Por que faltam alimentos no Brasil?** Reforma agrária já! 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMILO, Pablo Jonas. A organização espacial da agroindústria do leite e seus impactos sobre a produção na região sul do Brasil. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória – ES. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403028077_arquivo_aorgani

[zacaoespecialdaagroindustriadoleiteeseusimpactosnaproducaodaregiaosuldoBrasil.pdf](#). Acesso em: 18/05/2016.

CAMPOS, Arnaldo de; BIANCHINI, Valter. A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de Estado. *In*: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p. 10-17.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *In*: **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, nº 8, p. 70-82, 1997. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org>. Acesso em: 15/06/2016.

CAVASOTTO, Fabiane Lampugnani; BAUTITZ, Danieli Fernanda. As influências das inovações tecnológicas nas parcerias de suínos a partir de 1990. *In*: ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2008, p. 75- 98.

CENTRO de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM. **Banco de dados e acervo digital**. Disponível em: <https://www.unochapeco.edu.br/ceom/info/banco-de-dados-e-acervo-digital>>. Acesso em: 24/08/2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências Humanas e Sociais**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

COLETTI, Tomé. **Agroindústria suinícola e agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no Oeste Catarinense**. 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 41, p. 21-34. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a04.pdf>. Acesso em: 31/05/2016.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN. **Bacias hidrográficas**. Disponível em: <http://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/bacias-hidrograficas#0>. Acesso em: 20/07/2015.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. *In*: **VII Encontro de Economia Catarinense**, 2013, Florianópolis, p. 1-24.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa (900-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRUZ, Kelma C. Melo dos Santos; *et al.* **O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas: a evolução do Programa de Aquisição de Alimentos**. s/d.

DELGADO, Guilherme Costa. Relatório de Avaliação do PAA - III: Síntese, 2013, (mimeo).

DELGADO, Guilherme da Costa; CONCEIÇÃO, J. C.; OLIVEIRA, J. J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA). Brasília: IPEA, **Texto para discussão nº 1145**, 2005.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006, p. 25-82.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo/ Denise Elias. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. *In*: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

ELIAS, Denise. Relações Campo-Cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. *In*: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, BOGOTÁ. **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012**.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil**: O Caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.

EUROPE DIRECT INFORMACION CENTRE OUTER HEBRIDES, 2015. **Scottish beef scheme spring payment for beef farmers**. Disponível em: <http://www.cnesiar.gov.uk/cxdir/executiveoffice/corporatepolicy/edic/documents/May%202015%20newsletter.pdf> . Acesso em: 03/12/2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO, 2015. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/transito/files/2014/05/FAO-.jpg>. Acesso em: 08/09/2016.

FLACH, Loiva Marli. **A reestruturação produtiva do capital e o trabalho: o sistema de integração da empresa Sadia no município de Francisco Beltrão – Paraná**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em Produção do Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

FRANÇA, Levy Rei de. **A evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil: Transformações, determinantes e impactos**. 2000. 131f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico). Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. A modernização desigual: duas décadas de privilegiamento na política agrícola. *In*: GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil – Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. O que é Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

GRISA, Catia. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. v.1, n.2, p. 83-109, 2010.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A “produção invisível” na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalimentaria**. v. 16, n.31,2010. Disponível em: http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005. Acesso em: 25/07/2016.

GRISA, Catia; et al.. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**. p. 1-24. 2009.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. Textos para Discussão. UFF/Economia, 2006. Disponível em: http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD188.pdf. Acesso em: 20/08/2015.

HESPANHOL, Antonio N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Faz Ciência: Revista de Ciências Humanas**, v. 01, n. 01, 1997, p. 38-49.

HESPANHOL, Rosangela A. M.. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade e natureza**, v. 25, n. 3, 2013.

HESPANHOL, Rosangela A. M.. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 05, n. 10, p. 123-147, 2010.

HESPANHOL, Rosangela A. M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos, PAA. **Scripta Nova, Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** (Barcelona), v. XII, p. 1-14, 2008.

HESPANHOL, Rosangela A. M.. **Produção Familiar**: Perspectivas de análises e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – Rio Claro, São Paulo.

INFO ESCOLA, 2015. **Idade do bronze**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/idade-do-bronze/>. Acesso em: 15/12/2015.

INFO ESCOLA, 2015. **Idade do ferro**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/idade-do-ferro/>. Acesso em: 15/12/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar**. Primeiros resultados. Brasil. Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2009. 262p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. **Notas técnicas**. Brasil. Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2007. 68p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/arquivos/familia_censo_agro2006_65.pdf. Acesso em: 16/03/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CD&z=t&o=25>. Acesso em: 21/07/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE – Cidades: Saltinho. **Infográficos: fotos**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=421535&search=|-fotos>. Acesso em: 21/07/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades. **Produto Interno Bruto dos Municípios – 2013**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=421535&idtema=152&search=santa-catarina|saltinho|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso em: 02/07/2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. IBGE Cidades. **Produto Interno Bruto dos Municípios – 2013**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420470&idtema=152&search=santa-catarina|cunha-pora|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso em: 02/04/2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **O que é módulo fiscal?** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 23/07/2015.

JESUS, Edivane de. **O sistema de integração na produção de aves no oeste catarinense**: análise sobre o processo de trabalho e a relação contratual entre a empresa Sadia e avicultores. 2010. 135f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KAISER, Bernard. O Geógrafo e a pesquisa de campo. *In: Boletim Paulista de Geografia*/Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros, nº 84 - São Paulo: AGB, 2006.

KRAUSE, Patrick. Crofting and the CAP. *In: RITCHIE, Pete. What has Europe ever done for us? Edinburgh, Nourish Scotland Magazine*, 2015, p. 10.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira. *In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (org.) Para além da produção*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MAZZÚ, Alessia. **Can the community owned Isle of Eigg be considered a unit of sustainable food production and consumption?** 2015. 75f. Dissertation (Master Degree in Sustainability and environmental Studies) – University of Strathclyde, Glasgow.

MELLO, Marcio Antônio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Mudanças técnicas e poluição ambiental difusa: uma abordagem a partir da Economia Ecológica. *In: XLV Congresso da Sober "Conhecimentos para Agricultura do Futuro"*. Londrina, 2007, p. 1-18.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Política (e ação) pública, território e o papel da geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 11-19, out., 2011.

MIELITZ, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia Nacional de Segurança Alimentar. *In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p. 58-73.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005, 338p.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura Familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial. *In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÉRE, J. P. (Org.). Desenvolvimento Territorial no Brasil: subsídios para uma política de fomento*. Florianópolis: APED, 2010, p. 235-258.

MIOR, Luiz Carlos. Trajetórias da agroindústria familiar rural no Estado de Santa Catarina (Brasil). *In: IV Congresso Internacional da Rede SIAL*, Mar del Plata. IV Congresso Internacional de la Red SYAL, v. 01, p. 1-24, 2008.

MIRANDA, C.R. **Ordenamento Sustentável da Suinocultura em Santa Catarina**. Suinocultura Industrial, São Paulo. Edição 190, N° 7. 4 – 2005. 66 p.

MÜLLER, Ana Luiza. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, P. de S.. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OLIVEIRA, P. S. (org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: EdUNESP, 1998. p. 17-26.

OLIVEIRA, R. O. Desenvolvimento, Política Agrícola e Política Rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, nº 12, p. 7 – 15, dez 2002.

ONGHERO, Luiz André. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. In: **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Natal, p. 3-16, 2013.

PERICO, RAFAEL ECHEVERRI. **Identidade e território no Brasil**. Tradução de Maria Verônica Souto – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço Agroindustrial em Santa Catarina**: O processo de produção de carnes no Oeste Catarinense. 2008. 322f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PIVA, Ana Sílvia. **Formação do sistema agroindustrial e os fluxos migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense**. 2010. 85f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ. **Fotos Históricas**. Disponível em: <<http://www.cunhapora.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/12236>>. Acesso em: 25/08/2015.

RIBEIRO, E. M., CASTRO, B. S.; SILVESTRE, L. H., CALIXTO, J. S.; ARAÚJO, D. P.; GALIZONI, F.M.; AYRES, E. B. Programa de apoio às feiras e à Agricultura Familiar no Jequitinhonha mineiro. **Agriculturas** - v. 2 – n. 2 - junho de 2005.

RIBEIRO, R. J.. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, 11 (1), p. 189-195, maio de 1999.

ROBERTO LORENZON. **Saltinho – Desvios de recursos públicos**, 2014. Disponível em: http://www.pf.gov.br/agencia/estatisticas/operacoes/2014/sc-salto-alto/base_view. Acesso em: 28/05/2016.

SABOURIN, Eric. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista de Economia**, v. 45, p. 18-30. 2014.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SCHMITT, Claudia Job. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, n. 2, p. 78-88, jun. 2005.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, ano 6, nº 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria Social, Agricultura Familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 21-50.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes (Revista de Ciências Sociais)**, v. 23, n. 1e 2, p. 99-117, 2004.

SCOTTISH CROFTING FEDERATION, 2015. Disponível em: <http://www.crofting.org/index.php/aboutus>. Acesso em: 13/11/2015.

SCOTTISH CROFTING FEDERATION. **Scottish Crofting Produce Mark**. Disponível em: <http://www.crofting.org/index.php/scpbrand>. Acesso: 02/07/2016.

SCOTTISH GOVERNMENT REPORT TO PARLIAMENT, 2014. **Economic Condition of Crofting 2010-2014**. Disponível em: <http://www.gov.scot/Resource/0047/00473575.pdf>. Acesso em: 04/11/2015.

SCOTTISH GOVERNMENT, 2015. **Scottish Rural Development Programme (SRDP) 2014-2020**. Disponível em: <http://www.gov.scot/Topics/farmingrural/SRDP>. Acesso em: 02/07/2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Cesar Augusto Freyesleben; HEIDEN, Francisco Carlos; AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto; PAUL, José Maria. **Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p.

SILVA, Vilmar da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da agricultura familiar integrada – Coopafi - de Capanema, PR.** 2013. 208f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luiz. **Camponeses e Agroindústria: transformação social e representação política da avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: uma revisão de literatura”. **Revista Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002, p. 1-11.

TESTA, V. M; NADAL, R.; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão).** Florianópolis: EPAGRI, 1996, 247p.

THE GUARDIAN, 2013. **Scotland has the most inequitable land ownership in the west. Why?** Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk-news/2013/aug/10/scotland-land-rights>. Acesso em: 01/07/2016.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade.** 2008. 516 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

VALNIER, Adilson; RICCI, Fabio. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Revista Campo – Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 08, p. 198-228, 2013.

VELOSO, Fernando. **Políticas pública no município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA.** 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

WELTER, Liane. **O espeço geográfico do Oeste catarinense e sua cartografia ambiental.** 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

WERLANG, Alceu Antônio. **Colonização do oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2002.

WERLANG, Alceu Antônio. **Atuação da Cia Territorial Sul Brasil (1925 a 1954). 1992.** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

Wikipedia. **Lowland-Highland divide.** Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Scottish_Highlands#/media/File:Highlands_lowland_s.png. Acesso em: 01/07/2016.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB EM SANTA CATARINA

Identificação:

Nome do entrevistado:

Profissão:

Data: ____/____/____

1. Qual o papel desempenhado pela Superintendência Regional da CONAB no âmbito do Estado de Santa Catarina?
2. Qual a importância das políticas públicas de desenvolvimento rural no desenvolvimento local/regional?
3. Qual a importância da agricultura familiar para a economia do Estado?
4. O relacionamento entre os representantes da sociedade civil e os representantes governamentais ocorre de forma harmoniosa? Há um equilíbrio nos esforços de ambas as partes na proposição e execução dos projetos?
5. Na sua opinião, o que poderia ser feito para fomentar mais o desenvolvimento da agricultura familiar?
6. O que diferencia o PAA dos programas anteriores?
7. Os programas de apoio à agricultura familiar, em especial o PAA tem conseguido assegurar a sucessão familiar na agricultura no Estado? () Sim () Não. Por quê? De que forma?
8. Quais as limitações do PAA e de que forma este poderia ser trabalhado para trazer resultados mais eficazes aos agricultores familiares?
9. De que forma está subdividido o PAA no Estado? Por mesorregiões, microrregiões, regiões? Qual o critério adotado na subdivisão?
10. Quantos municípios são atendidos pelo PAA atualmente no Estado? E no Oeste do Estado?
11. Evolução dos municípios atendidos desde a implantação.
12. Quantas famílias são atendidas no Estado pelo programa? E no Oeste?

13. Qual o número de fornecedores em cada microrregião, mesorregião ou região?
14. Em cada uma das microrregiões e/ou mesorregiões, qual a modalidade do PAA que é mais acessada? Quantos contratos?
15. Evolução das modalidades desde a implantação.
16. Atualmente, qual o número de contratos assinados em cada microrregião e/ou mesorregião?
17. Desde a implantação do programa, qual foi o valor investido no Estado, e nas regiões?
18. Qual o município que tem o maior número de CPRs contratadas? Quantas? Em qual modalidade?
19. Qual a quantidade de produto fornecida por região (t) desde a implantação do programa no Estado?
20. Evolução em toneladas por região.
21. Desde a implantação, houve um crescimento no número de produtos fornecidos, tendo em vista que este é um dos objetivos do PAA?
22. Evolução dos produtos.
23. Os valores praticados diferem de uma região para outra? Por quê? De que forma?
24. Como são estabelecidos os valores pagos aos fornecedores?
25. Quantas pessoas são assistidas com os produtos fornecidos pelo PAA no estado? E no Oeste?
26. Evolução do número de pessoas atendidas desde a implantação.
27. De que forma a Superintendência mantém o controle sobre o programa nos municípios?
28. Há um incentivo para que mais municípios se insiram no programa?
29. Em 2013/2014 houve uma significativa redução no programa, qual o principal fator?
30. Qual foi a região que teve a maior redução no Estado?
31. Estas alterações ocorreram somente no Estado de Santa Catarina ou em âmbito nacional no que diz respeito ao PAA?
32. Estas alterações no programa afetaram os fornecedores? De que forma?
33. Quais as perspectivas para o ano de 2015?

34. Até a presente data, houve um aumento no número de contratos firmados?

35. Esse número tende a evoluir nos próximos meses? Quais as perspectivas do PAA no Estado? Existe um plano de metas/objetivos para os anos seguintes?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE CUNHA PORÃ - ASPAC

Identificação do Presidente da ASPAC:

Nome do entrevistado:

Escolaridade:

Profissão:

Data: ____/____/____

1. Qual foi a data de fundação da associação?
2. Com surgiu a ASPAC?
3. A criação da ASPAC está relacionada à especialização produtiva que ocorreu na região Oeste nos anos de 1980 e 1990?
4. Qual era o número de sócios na data da fundação? E como eram escolhidos e/ou convidados a participarem?
5. E atualmente (2015), qual é o número de associados?
6. Quais critérios são exigidos para se tornar um sócio da ASPAC?
7. A maior parte dos associados é do município?
8. Quantos municípios fazem parte da ASPAC e qual a porcentagem dos associados?
9. Como é o funcionamento da ASPAC?
10. De que forma os associados fazem parte e/ou estão inseridos na administração da ASPAC?
11. De que forma é realizado o pagamento das despesas mensais da ASPAC? Os associados contribuem com valores anuais e/ou mensais? E a prefeitura municipal contribui? De que forma?
12. De que forma a ASPAC fornece amparo jurídico-institucional aos associados?
13. A ASPAC possui algum selo de inspeção (municipal, estadual, federal)?

14. A ASPAC recebeu e/ou recebe algum recurso financeiro (prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal, outro)? Esses recursos são utilizados para qual finalidade?
15. 7. Qual é o perfil dos associados atualmente: () grandes produtores () médios () pequenos. De que forma esta classificação é feita?
16. Do quadro de sócios da ASPAC, quantas famílias possuem agroindústria familiar? Com o processamento de quais produtos? E os demais, há algum interesse?
17. A ASPAC participa de algum programa? () PAA () PNAE () outro. Qual?
18. Em que ano foram implantados os programas? Quais as principais dificuldades encontradas para viabilizar os programas?
19. Qual é a entidade proponente do PAA no município?
20. Em relação ao PAA, como é feita a elaboração do projeto? Quem elabora? No momento da implantação do programa, a ASPAC recebeu algum incentivo e/ou apoio de algum órgão?
21. Quais foram as dificuldades encontradas no momento da elaboração? Essas constituem-se em fatores limitantes para a renovação dos projetos?
22. De que forma os associados da ASPAC foram informados sobre a existência do PAA?
23. Quais as principais dificuldades dos produtores para acessar o PAA?
24. Como funciona o programa no município?
25. Como é operacionalizado o programa?
26. Qual é a principal modalidade do PAA atendida pela ASPAC?
27. Qual é o número de fornecedores no início da implantação do PAA? E atualmente?
28. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores para aderir ao PAA?
29. Qual é a importância dos programas para a associação, para o município e para os associados?
30. A maior parcela dos associados participa do PAA ou PNAE? Ou de ambos?

31. Quantos dos agricultores associados da ASPAC que entregam produtos ao PAA, são do município de Cunha Porã?
32. Existem fornecedores de outros municípios, quantos e de quais municípios?
33. A ASPAC entrega produtos do PAA ou PNAE para outros municípios? Quais?
34. Quais produtos são fornecidos para os outros municípios?
35. Além da venda ao PAA, a associação possibilita a venda da produção no estabelecimento?
36. Se sim, quais produtos são comercializados na ASPAC?
37. Todos os produtos são comercializados com selo de inspeção?
38. A ASPAC recebe algum suporte (EPAGRI, prefeitura) para viabilizar e legalizar a certificação da produção dos associados?
39. A ASPAC auxilia de alguma forma na captação de recursos para viabilizar a implantação das agroindústrias familiares? De que forma?
40. Como são estabelecidos os preços pagos aos produtores no PAA? A ASPAC segue a tabela de preços da CONAB?
41. Como é feito o pagamento aos produtores? Via associação, banco, prefeitura?
42. Na sua opinião, os preços pagos aos produtores pelo PAA são compensatórios?
43. No ano de 2014, qual foi o valor dos projetos? E em 2015?
44. Como é feita a armazenagem dos produtos?
45. Quais são os dias de recebimento/entrega dos produtos?
46. Quem faz a distribuição? De que forma é feito o controle sobre o recebimento e as entregas?
47. Como é feito o controle de qualidade dos produtos entregues?
48. Quais entidades socioassistenciais são beneficiadas pelo PAA no município?
49. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram entregues desde a implantação do programa? E em 2014?
50. Qual é o montante já pago pelo PAA desde sua implantação no município?

51. A ASPAC sabe da existência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) no município?
52. A ASPAC participa/auxilia na elaboração dos cardápios da merenda escolar?
53. Atualmente, o município possui quantidade suficiente de produtos para cumprir os 30% exigidos por lei (PNAE)?
54. Do quadro inicial de fornecedor, houve um processo de diminuição, substituição ou aumento no número de fornecedores?
55. Houve uma adequação dos produtores associados e fornecedores do PAA no que tange a adoção de tecnologias nas propriedades?
56. O programa conseguiu abarcar a realidade local dos agricultores?
57. A ASPAC fornece assistência técnica aos associados? Se sim, de que forma?
58. Ocorre um estímulo por parte da ASPAC para que os produtores diversifiquem e ampliem a produção?
59. A agregação de valor à produção artesanal tem possibilitado novas alternativas de renda às famílias?
60. A organização em associações de pequenos produtores tem facilitado a inserção destes em programas, como o PAA, por exemplo?
61. Tem possibilitado a inserção autônoma destes em novos nichos de mercado ou outros canais de comercialização? Em caso afirmativo, quais?
62. As agroindústrias familiares têm se apresentado como um contraponto ao acentuado modelo de integração (suínos, aves, leite) vigente na região?
63. Diante da realidade local da agricultura familiar, você acredita que o PAA tem contribuído para fortalecer a agricultura familiar, mantendo estes sujeitos no campo?
64. O que o Sr. acha que precisa ser mudado no PAA para que ocorra maior benefício em prol dos agricultores familiares?
65. Nos dias atuais, quais as perspectivas da agricultura familiar no município?
- 66.

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

COOPERATIVA DOS PRODUTORES BIORGÂNICOS - COOPERBIORGA

Identificação do Presidente da Cooperbiorga:

Nome do entrevistado:

Escolaridade:

Profissão:

Data: ____/____/____

1. Qual foi a data de fundação da cooperativa?
2. Com surgiu a Cooperbiorga?
3. A criação da Cooperbiorga está relacionada à especialização produtiva que ocorreu na região Oeste nos anos de 1980 e 1990?
4. Qual era o número de sócios na data da fundação? E como eram escolhidos e/ou convidados a participarem?
5. E atualmente (2015), qual é o número de associados?
6. Quais critérios são exigidos para se tornar um sócio da Cooperbiorga?
7. A maior parte dos associados é do município?
8. Quantos municípios fazem parte da Cooperbiorga e qual a porcentagem dos associados?
9. Como é o funcionamento da Cooperbiorga?
10. De que forma os associados fazem parte e/ou estão inseridos na administração da Cooperbiorga?
11. De que forma é realizado o pagamento das despesas mensais da Cooperbiorga? Os associados contribuem com valores anuais e/ou mensais? E a prefeitura municipal contribui? De que forma?
12. De que forma a Cooperbiorga fornece amparo jurídico-institucional aos associados?
13. A Cooperbiorga possui algum selo de inspeção (municipal, estadual, federal)?

14. A Cooperbiorga possui o selo dos produtos orgânicos?
15. Todos os produtos são orgânicos?
16. Todos os associados da Cooperbiorga cultivam seus produtos de forma orgânica?
17. O custo de produção é compatível com o valor pago?
18. O valor pago aos produtos orgânicos difere dos produtos convencionais?
19. Quais são as dificuldades de produzir com o selo orgânico?
20. Os produtores recebem assistência técnica para produzir na forma orgânica?
21. Como está organizado o mercado dos produtos orgânicos no município?
22. A Cooperbiorga recebeu e/ou recebe algum recurso financeiro (prefeitura, Governo do Estado, Governo Federal, outro)? Esses recursos são utilizados para qual finalidade?
23. 7. Qual é o perfil dos associados atualmente: () grandes produtores () médios () pequenos. De que forma esta classificação é feita?
24. Do quadro de sócios da Cooperbiorga, quantas famílias possuem agroindústria familiar? Com o processamento de quais produtos? E os demais, há algum interesse?
25. A Cooperbiorga participa de algum programa? () PAA () PNAE () outro. Qual?
26. Em que ano foram implantados os programas? Quais as principais dificuldades encontradas para viabilizar os programas?
27. Qual é a entidade proponente do PAA no município?
28. Em relação ao PAA, como é feita a elaboração do projeto? Quem elabora? No momento da implantação do programa, a Cooperbiorga recebeu algum incentivo e/ou apoio de algum órgão?
29. Quais foram as dificuldades encontradas no momento da elaboração? Essas constituem-se em fatores limitantes para a renovação dos projetos?
30. De que forma os associados da Cooperbiorga foram informados sobre a existência do PAA?
31. Quais as principais dificuldades dos produtores para acessar o PAA?
32. Como funciona o programa no município?
33. Como é operacionalizado o programa?

34. Qual é a principal modalidade do PAA atendida pela Cooperbiorga?
35. Qual é o número de fornecedores no início da implantação do PAA? E atualmente?
36. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores para aderir ao PAA?
37. Qual é a importância dos programas para a associação, para o município e para os associados?
38. A maior parcela dos associados participa do PAA ou PNAE? Ou de ambos?
39. Quantos dos agricultores associados da Cooperbiorga que entregam produtos ao PAA, são do município de Saltinho?
40. Existem fornecedores de outros municípios, quantos e de quais municípios?
41. A Cooperbiorga entrega produtos do PAA ou PNAE para outros municípios? Quais?
42. Quais produtos são fornecidos para os outros municípios?
43. Além da venda ao PAA, a associação possibilita a venda da produção no estabelecimento?
44. Se sim, quais produtos são comercializados na Cooperbiorga?
45. Todos os produtos são comercializados com selo de inspeção?
46. A Cooperbiorga recebe algum suporte (EPAGRI, prefeitura) para viabilizar e legalizar a certificação da produção dos associados?
47. A Cooperbiorga auxilia de alguma forma na captação de recursos para viabilizar a implantação das agroindústrias familiares? De que forma?
48. Como são estabelecidos os preços pagos aos produtores no PAA? A Cooperbiorga segue a tabela de preços da CONAB?
49. Como é feito o pagamento aos produtores? Via associação, banco, prefeitura?
50. Na sua opinião, os preços pagos aos produtores pelo PAA são compensatórios?
51. No ano de 2014, qual foi o valor dos projetos? E em 2015?
52. Como é feita a armazenagem dos produtos?
53. Quais são os dias de recebimento/entrega dos produtos?

54. Quem faz a distribuição? De que forma é feito o controle sobre o recebimento e as entregas?
55. Como é feito o controle de qualidade dos produtos entregues?
56. Quais entidades socioassistenciais são beneficiadas pelo PAA no município?
57. Quantas toneladas de alimentos, aproximadamente, já foram entregues desde a implantação do programa? E em 2014?
58. Qual é o montante já pago pelo PAA desde sua implantação no município?
59. A Cooperbiorga sabe da existência do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) no município?
60. A Cooperbiorga participa/auxilia na elaboração dos cardápios da merenda escolar?
61. Atualmente, o município possui quantidade suficiente de produtos para cumprir os 30% exigidos por lei (PNAE)?
62. Do quadro inicial de fornecedor, houve um processo de diminuição, substituição ou aumento no número de fornecedores?
63. Houve uma adequação dos produtores associados e fornecedores do PAA no que tange a adoção de tecnologias nas propriedades?
64. O programa conseguiu abarcar a realidade local dos agricultores?
65. A Cooperbiorga fornece assistência técnica aos associados? Se sim, de que forma?
66. Ocorre um estímulo por parte da Cooperbiorga para que os produtores diversifiquem e ampliem a produção?
67. A agregação de valor à produção artesanal tem possibilitado novas alternativas de renda as famílias?
68. A organização em associações de pequenos produtores tem facilitado a inserção destes em programas, como o PAA, por exemplo?
69. Tem possibilitado a inserção autônoma destes em novos nichos de mercado ou outros canais de comercialização? Em caso afirmativo, quais?
70. As agroindústrias familiares têm se apresentado como um contraponto ao acentuado modelo de integração (suínos, aves, leite) vigente na região?

71. Diante da realidade local da agricultura familiar, você acredita que o PAA tem contribuído para fortalecer a agricultura familiar, mantendo estes sujeitos no campo?
72. O que o Sr. acha que precisa ser mudado no PAA para que ocorra maior benefício em prol dos agricultores familiares?
73. Nos dias atuais, quais as perspectivas da agricultura familiar no município?

APÊNDICE D

QUESTIONÁRIO

DIAGNÓSTICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ – SC

I PARTE – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR

Data: ____/____/2015

1- Nome: _____

2- Idade: _____

3- Localidade: _____

4- Município: _____

5- Escolaridade: () Analfabeto () Fundamental Incompleto () Fundamental completo () Médio Incompleto () Médio completo () Superior Incompleto () Superior completo

6- Estado Civil: () solteiro () casado () viúvo () outro _____

7- Local de residência: () Rural () Urbana () Urbana e Rural. Há quantos anos? _____

8- Seus pais eram agricultores? () Sim () Não

9- Qual é a condição do produtor: () proprietário () arrendatário () parceiro () outros, qual? _____

10- Se proprietário, como adquiriu a propriedade: () compra () herança () compra e herança () Banco da Terra () outra forma, qual? _____

11- Qual é o tamanho da propriedade em hectares? () Até 5 ha () 5 a 10 ha () 11 a 20 ha () acima de 20 ha

12- Quantas pessoas residem na propriedade?

13- O Sr. (a) tem filhos? () Sim () Não. Quantos?

Quantos filhos moram na propriedade?

Quantos filhos moram na cidade?

14- Os filhos trabalham ou ajudam na propriedade? () Sim () Não. Se sim, quantos?

15- Os filhos (ou algum outro membro da família) que residem na propriedade trabalham fora? () Sim () Não. Se sim, em qual atividade?

16- Exerceu alguma outra profissão antes de se tornar produtor rural? () Sim () Não. Qual?

17- Há quantos anos o Sr. (a) é produtor rural?

18- Faz parte de alguma Associação ou Cooperativa de produtores rurais? () Sim () Não. Se sim, qual?

Desde qual ano é associado?

II – PARTE - DIAGNÓSTICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

1- Como soube do PAA?

2- Há quanto tempo participa do PAA?

- 3- Qual a entidade coordenadora do programa na localidade?

- 4- O PAA tem possibilitado a melhoria na comercialização da produção? ()
Sim () Não
- 5- Produz exclusivamente para o PAA? () Sim () Não
- 6- Além do PAA, qual (is) é (são) as outras formas de comercialização dos produtos? () Intermediários () Associações () Agroindústrias () Feirantes () Supermercados () Venda informal na cidade () venda informal na propriedade () outros, quais? _____
- 7- Quais produtos são destinados ao PAA?
- 8- Como é feita a entrega dos produtos? () veículo próprio () veículo fretado () veículo da cooperativa/associação () outro, qual?

- 9- Qual a principal vantagem em participar do PAA? () aumento na renda () facilidade/garantia na comercialização () melhorias na produção () outra, qual?

- 10- Em relação aos preços praticados pelo PAA, o que acha? () ótimo () bom () regular () ruim () péssimo
- 11- A comercialização da produção é dependente do PAA? () Sim () Não
- 12- Caso venha o PAA a ser extinto, a produção e comercialização irão? () diminuir () aumentar () permanecer a mesma () acabar
- 13- Em relação à comercialização da produção, a maior parte é destinada: () PAA () outros canais de comercialização, quais? _____

- 14- Diante disto, você acha que o PAA tem contribuído para a melhoria da renda e manutenção da família no campo? () Sim () Não

- 15- Pretende continuar participando do programa? () Sim () Não
- 16- Qual a área destinada à produção para o fornecimento ao programa (hectares)?

- 17- Pretende aumentar a área de produção em função do programa? () Sim () Não
- 18- Com a adesão ao programa, houve diversificação na produção agrícola? () Sim () Não
- 19- Em relação ao programa, o que pode ser feito para melhorá-lo? () aumentar a cota () ampliar os recursos do programa () melhorar os preços () diminuir a burocracia () ampliar os produtos () não há melhorias () não sabe
- 20- O que pode ser feito para aprimorar e melhorar o programa?

III PARTE - RENDA FAMILIAR, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PERSPECTIVAS NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

- 1- Além do PAA, qual é a principal fonte de renda da família? () Lavoura () Pecuária de leite () Criação de aves () Criação de suínos () Trabalho fora da propriedade () Arrendamento () Aposentadoria
- 2- Quais são as outras fontes de renda que complementam (ajudam)? _____

- 3- Qual é a renda aproximada da família (R\$)? () menos de 500 () 501 a 1000 () 1001 a 2000 () 2001 a 3000 () acima de 3000
- 4- Existem incentivos recebidos do poder público para a produção agropecuária? () Sim () Não
- 5- Qual é o tipo de assistência técnica utilizada:
() Epagri

() Secretaria da Agricultura

() Particular. Qual _____

() Cooperativa. Qual _____

() Associação. Qual _____

() Não utiliza. Por quê? _____

6- Qual é a sua avaliação em relação à Assistência Técnica Pública? () ótima
() boa () razoável () péssima

7- Participa de reuniões, cursos oferecidos por órgãos públicos ou cooperativas/associações? () Sim () Não

8- Qual a forma de produção na propriedade? () Orgânica () Convencional () orgânica e convencional

9- Pretende continuar neste modelo? () Sim () Não

10- Utiliza insumos na produção? () Sim () Não

11- Acha possível cultivar sem o uso de insumos? () Sim () Não

12- Quais os meios de produção empregados na propriedade?

() trator () pulverizador costal () arado mecânico () arado animal () plantadeira () pulverizador () roçadeira () distribuidor de calcário () semeadeira () ordenhadeira () tanque de expansão () carroça () carretão) () outros, quais? _____

13- Quais as perspectivas de continuar no campo e/ou na atividade agropecuária?
